



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 9^a REGIÃO FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 9^a REGIÃO FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 522/2015.

Curitiba, 04/2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- AFRFB** – Auditor-Fiscal de Receita Federal do Brasil
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
ATRFB – Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
COAEF – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação-Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação-Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CTMA – Controle de Mercadorias Apreendidas
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização

DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIGEP – Divisão de Gestão de Pessoas
DIPOL – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e Cobrança
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DISOWEB - Declaração e Informação sobre Obra (transmitida via *internet*)
DITEC – Divisão de Tecnologia da Informação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
EDIFICA – Sistema Gerencial de Controle de Bens Imóveis da RFB
EFMAC – Equipe de Fiscalização de Maiores Contribuintes
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
JUCEPAR – Junta Comercial do Paraná
JUCESC – Junta Comercial de Santa Catarina
NUANA – Núcleo de Administração Aduaneira
NUFIS – Núcleo de Fiscalização
NURAC – Núcleo de Arrecadação e Cobrança
NUTEL – Núcleo de Tecnologia da Informação e Logística
OVR – Operação de Vigilância e Repressão
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
REDESIM - Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAANA – Seção de Administração Aduaneira
SACAT – Seção de Controle e Acompanhamento Tributário
SAFIS – Seção de Fiscalização
SAORT – Seção de Orientação e Análise Tributária
SAPAC – Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal
SAPEA – Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros
SAPOL – Seção de Programação e Logística
SATEC – Seção de Tecnologia da Informação
SEANA – Serviço de Administração Aduaneira
SECAT – Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário
SEDAD – Serviço de Despacho Aduaneiro
SEFIA – Serviço de Fiscalização Aduaneira
SEFIS – Serviço de Fiscalização
SEMAC – Serviço de Acompanhamento de Maiores Contribuintes
SEORT – Serviço de Orientação e Análise Tributária
SEPOL – Serviço de Programação e Logística
SETEC – Serviço de Tecnologia da Informação
SEVIG – Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPECAD – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – módulo cadastro
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SINIVEM - Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento
SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SISCOSERV - Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio
SIVANA - Sistema de Vigilância Aduaneira
SORAC – Setor de Arrecadação e Cobrança
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
SRRF09 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil

SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil

SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil

TCU – Tribunal de Contas da União

TME – Tempo Médio de Atendimento

UPAG – Unidade Pagadora

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 90/2014)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	22
Quadro 2 – Macroprocessos Finalístico	36
Quadro 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	60
Quadro 4 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS	107
Quadro 5 – Indicadores de Desempenho	111
Quadro 6 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	145
Quadro 7 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	148
Quadro 8 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	150
Quadro 9 – Despesas com Publicidade	153
Quadro 10 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	154
Quadro 11 – Concessão de Suprimento de Fundos	157
Quadro 12 – Utilização de Suprimento de Fundos	158
Quadro 13 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência ..	159
Quadro 14 – Força de Trabalho da UJ	170
Quadro 15 – Distribuição da Lotação Efetiva	171
Quadro 16 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	172
Quadro 17 – Custos do Pessoal	178
Quadro 18 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ...	185
Quadro 19 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	201
Quadro 20 – Composição do Quadro de Estagiários	217
Quadro 21 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	236
Quadro 22 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	238
Quadro 23 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	241
Quadro 24 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	243

Quadro 25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	248
Quadro 26 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	253
Quadro 27 – Aspectos da Gestão Ambiental	255
Quadro 28 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	258
Quadro 29 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	262

Declarações

Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	156
Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	274

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	12
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013</u>	
1 - Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório	
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	22
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	24
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	26
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	34
2 - Informações sobre a Governança	
2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada	58
2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos	60
3 - Relacionamento com a Sociedade	
3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.....	64
3.2 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	66
3.3 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet.....	83
3.4 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à Acessibilidade	85
4 - Planejamento e Resultados Alcançados	
4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada	92
4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	107
4.3 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada.....	108
4.4 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	135

5 – Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade	141
6 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	
6.1 - Demonstração da Execução das Despesas	145
6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda	153
6.3 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	154
6.4 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse	156
6.5 - Informações sobre Suprimento de Fundos	157
7 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	
7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	170
7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio	185
7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da Folha de Pagamento	219
8 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	
8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros	223
8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	236
8.3 - Imóveis Locados de Terceiros	248
9 - Gestão da Tecnologia da Informação	
9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais	253
10 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	
10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	255
11 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	
11.1 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada	258
11.2 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 .	260
11.3 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar Responsabilidade por ocorrência de ano ao Erário	262

12 - Informações Contábeis

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	265
--	-----

11.2 - Informações sobre a conformidade contábil	270
--	-----

11.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada	274
--	-----

13 - Outras Informações sobre a Gestão

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada	276
---	-----

Considerações Finais	277
----------------------------	-----

Anexos e apêndices	279
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório de gestão consolida as informações referentes às unidades gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal (SRRF09).

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

ITEM DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU N° 134/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU N° 90/2014 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA.

O item “**Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade**” não é tratado neste relatório de gestão, pois esta unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2014

Dentre suas competências constitucionais, legais e regimentais, a SRRF09, no exercício de 2014, tem como principais realizações as atividades e resultados abaixo descritos, que serão, neste momento introdutório, apresentados de forma resumida, dado que seu detalhamento dar-se-á em tópicos adequados do presente relatório de gestão.

Em 2014, a SRRF09 arrecadou em impostos e contribuições administradas pela RFB o total de R\$ 105 bilhões e 676 milhões, com participação de 9,21% na arrecadação do país. Sob acompanhamento permanente da SRRF09, 1.058 contribuintes foram responsáveis por mais da metade da arrecadação de tributos federais na região, resultado que envolveu a análise de mais de R\$ 16 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação. Ainda, foram recuperados R\$ 499 milhões através deste acompanhamento relativo à constituição, à cobrança e à reativação de créditos tributários, além dos indeferimentos de declarações de compensação.

Na área de administração tributária, em 2014, destacam-se os seguintes esforços congregados para atingir resultados estratégicos específicos de interesse da 9ª Região Fiscal:

- 1. Pedidos de ressarcimento/restituição/reembolso/compensação:** Análise do direito creditório de 22.250 pedidos eletrônicos de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação (PER/DCOMP) no período de janeiro a dezembro, sendo 6.204 não previdenciários e 16.046 previdenciários, perfazendo um montante de crédito avaliado em R\$ 2,19 bilhões e R\$ 25,7 milhões, respectivamente. Em 2013, foram analisados 19.836 documentos, portanto, houve um acréscimo na quantidade em 2014.
- 2. Ações de garantia do crédito tributário:** Na listagem inicial disponibilizada pela Codac, constavam para a 9ª Região Fiscal 376 contribuintes (pessoa jurídica e pessoa física), que juntos somavam cerca de R\$ 23 bilhões em débitos (débitos em aberto, parcelados e suspensos). Ao final do ano, a 9ª Região Fiscal obteve o maior crescimento e o maior resultado, atingindo a meta de 42,6%, e o total de bens arrolados ultrapassou o montante de R\$ 7 bilhões. O excelente desempenho da região, no 4º trimestre, deve-se em parte pela medida cautelar fiscal no valor superior a R\$ 1 bilhão, de contribuinte sob jurisdição da SRRF09. No primeiro semestre, com o intuito de disseminar e incrementar os créditos tributários garantidos, a 9ª Região Fiscal realizou o “Seminário da Garantia do Crédito Tributário”, com participação dos servidores da atividade de acompanhamento tributário de todas as unidades. No âmbito dos projetos estratégicos regionais, para 2014 e 2015, a 9ª Região Fiscal, a partir da listagem inicial por meio de critérios objetivos, indicou 110 contribuintes para trabalho prioritário somente na área de arrecadação e cobrança. Com essas medidas (seminário e projeto regional), houve a pretensão de aumentar a participação nas atividades de acompanhamento tributário de cada unidade. Ao final do 4º trimestre de 2014, tinham sido analisados 39 contribuintes, perfazendo um percentual de 70,9% para este ano. Considerando a análise de 2014 para 55 contribuintes, a 9ª Região Fiscal ficou próxima do cumprimento da meta. Como a iniciativa é bienal, espera-se, durante o ano de 2015, recuperar a análise dos demais 71 contribuintes. O resultado obtido até o final de 2014, considerando a meta do biênio, foi a verificação de 44,5% dos contribuintes.

3. Cobrança de débitos em contas-correntes comandadas pelas unidades da 9ª Região Fiscal:

- 3.1 **Conta-corrente pessoa física (CCPF):** Em 2014, foram mantidos os baixos estoques disponíveis para emissão de aviso de cobrança de débitos de pessoa física (CCPF), pela constante emissão mensal. Com essa sistemática, houve a pretensão de não acumular estoques. Foram cobrados 102.202 créditos tributários (CT) na 9ª Região Fiscal, no montante de R\$ 263 milhões, sendo que destes foram resolvidos R\$ 107 milhões (40%). Ao final de dezembro de 2014, havia disponível para emissão de avisos de cobrança 36.317 contribuintes, correspondentes a 38.012 créditos tributários (CT), no montante de R\$ 149,2 milhões.
- 3.2 **Contribuições previdenciárias decorrentes de obras de construção civil – pessoa física:** Ao longo do ano foram notificados 8.684 contribuintes, representando uma arrecadação total de R\$ 186 milhões. Relevante destacar que em 04/07/2014 foi implementado nessa atividade um novo formato de apresentação de informações à RFB, sob o nome de *Disoweb* (Declaração e Informação sobre Obra transmitida via *internet*).
- 3.3 **Débitos em guia de recolhimento do FGTS e de informações à previdência social (intimações de pagamento – IP):** Foram emitidas 30.539 intimações até dezembro/2014, referentes a 24.446 contribuintes, conforme orientação estratégica de presença fiscal na cobrança das contribuições previdenciárias.

Dentro do cenário nacional, ressaltam-se também os resultados regionais apontados por indicadores de gestão da RFB, tais como:

- (a) **Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes (ICP)** – sob administração da Suara/Corec. A meta para 2014 era reduzir 50% do estoque do início do ano, ou seja, trabalhar R\$ 2,2 bilhões (em 2013, era a redução de 35% ou, em valores, R\$ 2,3 bilhões). Na posição de 31/12/2014, pela apuração realizada pela Corec, reduziu-se o estoque inicial em 57,5%, ou seja, foi atingida a meta proposta, tendo sido trabalhados R\$ 2,5 bilhões.
- (b) **Índice de tempo médio de estoque de restituições pendentes (IRP)** - sob administração da Suara/Corec. A meta de 2014 era reduzir, anualmente, a idade média do estoque inicial em 40%, quer dizer, o tempo médio do estoque deverá ter até 554 dias, para um tempo médio de estoque inicial de 1.189 dias (em 2013, era a redução de 40% ou, em tempo médio, chegar a 628 dias). Na posição de 31/12/2014, pela apuração realizada pela Corec, atingiu-se o percentual de 66,3% de redução, indicando um tempo médio de estoque de 312 dias para os pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, em estoque inicial em dez/2013.
- (c) **Índice de crédito tributário garantido (ICTG)** – Com o objetivo estratégico de aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito, tem por finalidade medir a relação entre o crédito tributário garantido - por arrolamento e cautelar - e o total de crédito tributário. Com a meta de 34,8%, a 9ª Região Fiscal atingiu ao final do ano 42,61%, o melhor resultado dentre as regiões fiscais. A meta para o Brasil era 21,2%, tendo sido atingido 22,54%. Na 9ª Região Fiscal, o bom resultado é influenciado positivamente pelas atividades da área de fiscalização e pelo projeto estratégico no âmbito da administração tributária.

No tocante ao Gerenciamento de Riscos Institucionais, além da capacitação sobre o tema, realizada entre 30/3/2014 e 4/4/2014, com a participação de representantes de todas suas unidades e divisões, a SRRF09, convidada, teve atuação efetiva no mapeamento e avaliação de riscos do processo “realizar procedimentos de compensação, restituição, resarcimento e reembolso”, conduzido pela Coris/Audit.

Na área do comércio exterior, em 2014 a SRRF09 desembaraçou 389.188 declarações de importação e 235.080 declarações de exportação, totalizando 624.268 despachos, o que representa 16,91% do total desembaraçado no país. Os valores transacionados foram cerca de US\$ 76,2 bilhões e representam 15,30% do total nacional. As encomendas postais desembaraçadas na importação registraram novo crescimento, chegando a 19,5 milhões em 2014, o que representa um crescimento de 15,6% em relação a 2013, quando foram desembaraçados 16,8 milhões de volumes.

No Regime de Tributação Unificada foram desembaraçados 343 despachos de importação, que totalizaram tributos aduaneiros no valor de R\$ 430 mil.

Foram encerradas 385 ações fiscais aduaneiras, sendo 249 auditorias posteriores ao despacho, 136 auditorias no curso do despacho (procedimentos especiais de controle) e 358 diligências fiscais. O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 600 milhões.

Já as atividades de repressão ao contrabando e descaminho resultaram na apreensão de bens – tais como artigos de informática, brinquedos, eletrônicos, cigarros, mídias para gravação, óculos, pneus, vestuário, celulares e videogames - na ordem de US\$ 690 milhões em valores de mercado. Foram apreendidos 3.813 veículos, dentre automóveis, motocicletas, camionetas, caminhões, ônibus e outros (embarcações, carretas). Foram apreendidas, aproximadamente, 3,9 toneladas de substâncias entorpecentes ilícitas. Foram efetuadas 860 prisões, em decorrência dos delitos flagrados durante as operações de repressão ao contrabando e descaminho.

Na fiscalização de tributos federais internos, a SRRF09 encerrou o ano de 2014 com 2.601 procedimentos de fiscalização, tendo realizado 3.178 diligências e procedido a 31.684 revisões de declarações. Foram emitidas 1.397 Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), documento expedido pela autoridade fazendária ao Ministério Público Federal diante de fatos tributários que, em tese, também configuram crimes contra a ordem tributária, com crédito tributário constituído de R\$ 7,56 bilhões.

Em relação ao indicador global de fiscalização (IGF), que mede o desempenho da fiscalização em relação às metas estabelecidas para o período e o crédito tributário lançado, a SRRF09 teve o melhor desempenho dentre as regiões fiscais, com o percentual de 115,72%.

Quanto ao indicador global de desempenho da seleção (IGDS), que mede o desempenho da seleção e programação de contribuintes para fiscalização de tributos internos, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, a SRRF09 encerrou o ano de 2014 com o resultado de 86,74%, superando a meta (85%) e o desempenho nacional (85,93%), sendo o 4º melhor desempenho entre as 10 regiões fiscais.

No âmbito da tributação, foram redigidas 99 minutas de soluções de consulta, 32 soluções de consulta vinculadas, 113 despachos decisórios de ineficácia, 115 despachos decisórios de recursos hierárquicos, 16 informações e 8 informações em mandado de segurança. Ressalte-se que, no âmbito da 9ª Região Fiscal, foram informados 1.534 mandados de segurança. Ainda, foi elaborada a Ordem de Serviço SRRF09 nº 2, de 27 de outubro de 2014, que visou a uniformização de procedimentos para o reconhecimento da isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e

imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros (IOF) na aquisição de automóveis por taxistas e portadores de deficiência física.

Ainda no âmbito da tributação, foram realizadas várias atividades em colaboração com a Cosit, dentre as quais a participação em trabalhos de elaboração do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação (RPC), de atualização do regulamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF) e a revisão e a atualização dos pareceres normativos relativos ao imposto de renda pessoa jurídica das décadas de 1970 e 1980.

Foi também realizado o repasse regional do Programa do Imposto de Renda Pessoa Física (PIR/PF) e do Programa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (PIR/PJ), quando foram transmitidas para representantes das unidades da 9ª Região Fiscal as novidades em termos de legislação do imposto de renda tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica.

No campo de interação com o cidadão, a SRRF09, no período entre janeiro e dezembro de 2014, prestou 2.251.041 serviços de atendimento presencial, com médias mensal e por dia útil aproximadas de 187.586 e 8.526 serviços, respectivamente. Não estão incluídos nestes números os atendimentos prestados nas unidades aduaneiras (portos, aeroportos e fronteiras), exceto os atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) das Alfândegas do Porto de Itajaí/SC, São Francisco do Sul/SC e de Paranaguá/PR. Em 97,79% dos serviços prestados, o interessado esperou, no máximo, 15 minutos para ser chamado.

Na modalidade atendimento virtual – em que os serviços são prestados mediante senha, código de acesso ou certificado digital através do portal denominado “e-Cac” – os atendimentos totalizaram 11.719.061 na 9ª Região Fiscal, representando acréscimo de 45% em relação a 2013.

Relevante apontar, ainda na seara da interação, o esforço envidado pela unidade na capacitação de servidores, tendo sido realizadas 7 turmas de capacitação para os agentes que prestam atendimento direto ao cidadão (totalizando 225 servidores), com enfoque comportamental e de integração, além da realização de 2 seminários específicos para gestores do atendimento presencial.

No quesito educação fiscal, é de extrema importância ressaltar que a RFB integra o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) – instituído pela Portaria Conjunta nº 413/2002, do Ministério da Fazenda e Ministério da Educação - cujo objetivo é disseminar para os cidadãos os conhecimentos relativos à função socioeconômica do tributo e desenvolver a consciência para os aspectos relativos à administração dos recursos públicos, exercendo assim, o controle social.

A SRRF09, isoladamente ou por intermédio das suas unidades gestoras e, em parceria com os integrantes dos grupos de educação fiscal dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, assim como, com os grupos de educação fiscal municipais existentes nestes estados, desenvolve: projetos de educação fiscal à distância com professores da rede pública e privada, além de outros segmentos de servidores públicos; concursos de redação com temas relacionados à cidadania fiscal; concursos para projetos educacionais, para aplicação com alunos do ensino médio e fundamental; seminários municipais, além do Seminário Estadual de Educação Fiscal do Estado do Paraná (realizado anualmente e que em 2014 chegou à sua 12ª edição), cujos eventos reúnem centenas e até milhares de profissionais da educação e do serviço público, além de convidados de todas as áreas afins.

A SRRF09, por meio de seus representantes locais em suas unidades locais, colabora também na implantação de grupos de educação fiscal nos municípios e na criação de observatórios de controle social nas cidades. Também organiza eventos temáticos de cidadania, combate à corrupção, à pirataria, ao contrabando e descaminho, dentre outros.

Em 2014, a SRRF09 participou da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado Paraná, atuando, dentre outras comissões, na Comissão Temática de Prevenção e Controle Social, juntamente com outros entes públicos do estado, a saber: Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Polícia Federal. A referida comissão atua utilizando como um de seus programas bases a educação fiscal.

Na área da tecnologia da informação, a SRRF09 tem a destacar: a configuração e disponibilização dos equipamentos *ultrabooks*, *tablets* e *wifi* recentemente adquiridos para os usuários da região, com o objetivo de atualizar e aumentar o uso de novas tecnologias; o *upgrade* dos circuitos das unidades que necessitavam de aumento de velocidade; a migração do sistema operacional dos equipamentos para o *Windows 7*; a continuação da configuração da nova ferramenta *Altiris*, com o objetivo de aperfeiçoar a gerência do ambiente informatizado da RFB; a participação na especificação da nova ferramenta de gestão de serviços; o acompanhamento e gestão do contrato de serviços com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); a participação na elaboração da nova portaria de segurança da RFB; a participação em treinamento em gestão de segurança; a continuidade dos trabalhos de troca dos *smartcards* por *tokens*, com o objetivo de aumentar a segurança com o uso dos certificados digitais; a realização de treinamento para novos agentes de registro da região; a conclusão da revisão das habilitações dos sistemas corporativos; o trabalho com as malhas cadastro e preenchimento das declarações de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), imposto de renda de pessoa física (IRPF) e imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ); as novas iniciativas para melhorar o Sistema Notificação Tributária Simplificada (S-NTS); a continuidade do suporte da migração do sistema de apoio à repressão para uso regional e a participação na especificação do Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF) e do Cadastro Nacional de Obras (CNO).

Pertinente à área de gestão de pessoas, a SRR09 disponibilizou 6720 vagas, num total de 412 projetos com 571 turmas. Dentre estes, para o desenvolvimento gerencial, foram realizados 7 eventos com a oferta de 506 vagas.

Cabe ressaltar, ainda, a execução do Programa de Educação Corporativa (Proeduc) 2014, que atingiu 136,74 % da meta índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento (IGACD).

Outros eventos de impacto para a 9ª Região Fiscal foram o programa de capacitação de atendentes, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que disponibilizou 175 vagas e formou 7 turmas e o seminário de agentes da 9ª Região Fiscal, que contou com a participação de 44 servidores.

Ainda em 2014, a gestão de pessoas processou 159 pedidos de dispensa de ponto, 202 solicitações de interrupção de férias, 663 processos e 54 dossiês. Importante frisar a efetividade da equipe da folha de pagamento, que apresentou o melhor resultado entre as regiões fiscais com a menor quantidade de inconsistências.

Merece destaque, também, o ingresso de novos servidores na 9ª Região Fiscal: 53 Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (ATRFB), 18 Analistas Técnico-Administrativos (ATA) nível superior, 01 arquiteta, 01 contadora, 01 pedagoga e 01 engenheiro.

Na área de programação e logística, os recursos executados no Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi), pela 9ª Região Fiscal, alcançaram a importância de R\$ 92.658.413,06, sendo R\$ 74.179.032,33 relativos a custeio e R\$ 18.479.380,73 de capital (investimentos). Em relação a custeio, o índice de realização do crédito orçamentário atingiu

93,05% em toda região fiscal, enquanto que, tangente à despesa de capital, 100% do crédito foi empenhado.

Quanto às contratações públicas, merece registro a realização de 20 pregões eletrônicos, envolvendo valores de referência totais na ordem de R\$ 16.405.292,34. Todavia, o valor total das contratações foi de R\$ 13.740.477,51, representando uma economia média de 16,24% nos certames, cujos objetos variam da aquisição de bens à prestação de serviços e à contratação de projetos de engenharia. Também foram efetuadas 21 inexigibilidades de licitação, com valor total de R\$ 1.748.623,90.

Levou-se a êxito a concorrência para a contratação dos projetos da nova sede do Ministério da Fazenda em Curitiba, de valor inicial estimado de R\$ 5.747.334,65 e contratado de R\$ 2.987.762,06, significando expressiva redução de cerca de 48%.

Nesta esteira, a SRRF09 executou aproximadamente 70% do montante previsto no Plano de Engenharia 2014, finalizou a reforma de áreas ocupadas por algumas de suas divisões do edifício sede do Ministério da Fazenda em Curitiba, recebeu dois projetos referentes à construção de agências-modelo, geriu contratos de telefonia, manutenção predial, projetos e obras e prestou serviços de assessoramento e suporte às suas unidades jurisdicionadas.

O constante exercício das funções de gestão e fiscalização de contratações resultou na instauração de 63 procedimentos visando a apuração de notícias de infrações praticadas por licitantes e contratados em sessões públicas de pregão eletrônico e em contratos firmados pelas unidades da 9ª Região Fiscal em 2014, dos quais resultaram na aplicação das sanções administrativas de advertência, multa e de impedimento de licitar e contratar com a União.

Em sua atuação supervisora, a SRRF09 realizou visitas técnicas a 4 de suas unidades jurisdicionadas, cujo objetivo é o exame de legalidade dos procedimentos licitatórios, contratos, dispensas e inexigibilidades deflagrados em 2014 e que podem resultar na expedição de recomendações.

Ainda nesta ótica, foi ministrada palestra intitulada “Contratações Públcas – Pílulas Jurídicas para Administradores da 9ª Região Fiscal”, a fim de transmitir aos gestores da 9ª Região Fiscal conhecimento normativo, doutrinário e jurisprudencial a respeito da gestão da coisa pública. Nesta linha, a SRRF09 também realizou 3 treinamentos sobre o tema aplicação de sanções administrativas para capacitação de servidores da 9ª Região Fiscal atuantes na área.

Por fim, a destinação de mercadorias apreendidas pelas unidades da 9ª Região Fiscal, no exercício de 2014, alcançou a cifra de R\$ 496.318.747,07. Foram realizados 35 leilões eletrônicos, dos quais se arrecadou o valor total de R\$ 48.500.308,00. A destruição total de mercadorias aumentou 26,88% em 2014, em relação a 2013, totalizando R\$ 303.093.232,06, sendo que foram destruídos 63.414.192 maços de cigarros apreendidos.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

As ações na área da administração tributária encampam atividades desenvolvidas nas unidades sublocais, nos Serviços/Seções/Setores de acompanhamento tributário e de orientação tributária e centros de atendimentos (CAC e ARF). Pela própria natureza dessa atividade-fim, o desempenho esperado está diretamente ligado às entregas tecnológicas dos sistemas de apoio, suporte e gerenciamento à cobrança e atendimento do contribuinte.

Em atenção à padronização no desenvolvimento das atividades, não são desenvolvidos sistemas locais, sendo que as entregas e o aperfeiçoamento de sistemas de tecnologia para área de cobrança estão no âmbito de administração da Coordenação Geral de Arrecadação e Cobrança. Por consequência, a exemplo de anos anteriores, foram obstáculos na área da administração tributária o contingenciamento de implementação de demandas de sistemas, fato que decorre de restrições financeiras, orçamentárias bem como falta de servidores disponíveis para desempenhar os trabalhos de âmbito nacional.

São exemplos, não exaustivos, de sistemas em desenvolvimento cujo tempo até a efetiva implementação destes caracterizam obstáculos ao desenvolvimento da atividade de cobrança:

- a) no âmbito dos parcelamentos especiais: módulo de revisão da consolidação da Lei n.º 11.941/2009, cuja indisponibilidade impede a revisão desse parcelamento especial quanto à alteração de valores consolidados;
- b) consolidação das reaberturas do parcelamento especial da Lei n.º 11.941/2009;
- c) a não adaptação da GFIP para corretamente identificar situações recorrentes, como aquelas de não exigibilidade por decisões judiciais ou de desoneração da folha de pagamentos, aliada ao atraso no desenvolvimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) Web (que contemplará também as contribuições previdenciárias).

Face ao crescente número de serviços adstritos à administração tributária, é recorrente a demanda por alocação contínua de servidores para prestar serviços nos Serviços/Seções alcançados pela administração tributária.

Na área previdenciária, a principal dificuldade é justamente o desenvolvimento das funcionalidades e melhorias nos sistemas informatizados, de modo a tornar o controle e a cobrança do crédito tributário previdenciário mais eficiente.

Nos parcelamentos, faz-se necessária a implementação dos sistemas de controle para melhorar o acompanhamento da regularidade dos parcelamentos e agilidade na cobrança dos saldos devedores de parcelamentos rescindidos.

No aspecto da garantia do crédito tributário, a principal dificuldade enfrentada refere-se à necessidade de continuidade permanente de investimento na ampliação da participação da administração tributária nos resultados do indicador do crédito tributário garantido.

No planejamento estratégico, a adoção de medidas de cobrança prioritárias com base em ações coordenadas regionalmente visando um incremento de arrecadação, em sinergia com as demais regiões fiscais, revelou-se o principal obstáculo no exercício de referência.

Nacionalmente, com a implantação da nova DCTF com dados previdenciários, enfrentou-se o desafio de promover regionalmente a disseminação de conhecimento necessário ao controle e cobrança desses créditos controlados em novos sistemas.

Na área de tributação, enfrentou-se o desafio de uma nova sistemática de soluções de consultas, em que as consultas passaram a ser minutadas na Divisão de Tributação (Disit) e, posteriormente, aprovadas pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). Tal sistemática traz como vantagem a eliminação de divergências entre as regiões fiscais e como desvantagem um caminho mais longo para a publicação da solução de consulta.

Já no cadastro, o quantitativo de unidades da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), assim como das unidades de atendimento da RFB na 9ª Região Fiscal, exigiram maior esforço de coordenação por parte da Divisão de Interação com o Cidadão (Divic) da SRRF09.

As exigências de segurança dos sistemas da RFB, tendo -em vista a disponibilização de acesso às bases de dados da RFB pelos órgãos externos, especialmente durante os eventos de capacitação, também figuram como dificuldades enfrentadas, além das restrições de deslocamento em função do calendário da copa do mundo.

Na área de administração aduaneira, mesmo considerando o grande esforço da administração no aprimoramento dos sistemas informatizados, com vistas a melhorar o fluxo dos trabalhos, a principal dificuldade vivenciada ainda está relacionada ao *deficit* de pessoal, na maioria de suas atividades, tornando bastante desafiadora a realização de suas metas.

No campo da repressão ao contrabando e descaminho, a significativa restrição (contingenciamento) de créditos orçamentários refletiu no deslocamento de servidores aquém do necessário para unidades de fronteira, para o combate ao contrabando e descaminho, tendo em vista a falta de servidores nessas unidades.

A atividade de vigilância e repressão não tem a quantidade de servidores necessária para um efetivo combate ao contrabando e descaminho; ademais, a carência do quadro de pessoal é dificuldade compartilhada entre as divisões da SRRF09.

Na seara da tecnologia da informação, apresentaram-se como dificuldades experimentadas a continuidade dos trabalhos de troca dos *smartcards* por *tokens* (nova tecnologia de certificação digital), em razão do grande volume de usuários com certificados, e a mudança de sistema operacional das estações de trabalho de *Windows XP Professional* para *Windows*.

Por derradeiro, no campo da programação e logística, a máxima dificuldade testemunhada foi a expressiva diminuição de créditos orçamentários, o que obrigou a readequação das operações e atividades fins da SRRF09 durante todo o exercício de 2014, privilegiando as operações de fiscalização e atividades aduaneiras e reduzindo as atividades administrativas que requeriam deslocamentos, cujas reuniões muitas vezes foram realizadas por meio da tecnologia de “vídeo conferência”.

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório de gestão consolida as informações referentes às unidades gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal (SRRF09).

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

ITEM DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU N° 134/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU N° 90/2014 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA.

O item “**Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade**” não é tratado neste relatório de gestão, pois esta unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2014

Dentre suas competências constitucionais, legais e regimentais, a SRRF09, no exercício de 2014, tem como principais realizações as atividades e resultados abaixo descritos, que serão, neste momento introdutório, apresentados de forma resumida, dado que seu detalhamento dar-se-á em tópicos adequados do presente relatório de gestão.

Em 2014, a SRRF09 arrecadou em impostos e contribuições administradas pela RFB o total de R\$ 105 bilhões e 676 milhões, com participação de 9,21% na arrecadação do país. Sob acompanhamento permanente da SRRF09, 1.058 contribuintes foram responsáveis por mais da metade da arrecadação de tributos federais na região, resultado que envolveu a análise de mais de R\$ 16 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação. Ainda, foram recuperados R\$ 499 milhões através deste acompanhamento relativo à constituição, à cobrança e à reativação de créditos tributários, além dos indeferimentos de declarações de compensação.

Na área de administração tributária, em 2014, destacam-se os seguintes esforços congregados para atingir resultados estratégicos específicos de interesse da 9ª Região Fiscal:

- 1. Pedidos de ressarcimento/restituição/reembolso/compensação:** Análise do direito creditório de 22.250 pedidos eletrônicos de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação (PER/DCOMP) no período de janeiro a dezembro, sendo 6.204 não previdenciários e 16.046 previdenciários, perfazendo um montante de crédito avaliado em R\$ 2,19 bilhões e R\$ 25,7 milhões, respectivamente. Em 2013, foram analisados 19.836 documentos, portanto, houve um acréscimo na quantidade em 2014.
- 2. Ações de garantia do crédito tributário:** Na listagem inicial disponibilizada pela Codac, constavam para a 9ª Região Fiscal 376 contribuintes (pessoa jurídica e pessoa física), que juntos somavam cerca de R\$ 23 bilhões em débitos (débitos em aberto, parcelados e suspensos). Ao final do ano, a 9ª Região Fiscal obteve o maior crescimento e o maior resultado, atingindo a meta de 42,6%, e o total de bens arrolados ultrapassou o montante de R\$ 7 bilhões. O excelente desempenho da região, no 4º trimestre, deve-se em parte pela medida cautelar fiscal no valor superior a R\$ 1 bilhão, de contribuinte sob jurisdição da SRRF09. No primeiro semestre, com o intuito de disseminar e incrementar os créditos tributários garantidos, a 9ª Região Fiscal realizou o “Seminário da Garantia do Crédito Tributário”, com participação dos servidores da atividade de acompanhamento tributário de todas as unidades. No âmbito dos projetos estratégicos regionais, para 2014 e 2015, a 9ª Região Fiscal, a partir da listagem inicial por meio de critérios objetivos, indicou 110 contribuintes para trabalho prioritário somente na área de arrecadação e cobrança. Com essas medidas (seminário e projeto regional), houve a pretensão de aumentar a participação nas atividades de acompanhamento tributário de cada unidade. Ao final do 4º trimestre de 2014, tinham sido analisados 39 contribuintes, perfazendo um percentual de 70,9% para este ano. Considerando a análise de 2014 para 55 contribuintes, a 9ª Região Fiscal ficou próxima do cumprimento da meta. Como a iniciativa é bienal, espera-se, durante o ano de 2015, recuperar a análise dos demais 71 contribuintes. O resultado obtido até o final de 2014, considerando a meta do biênio, foi a verificação de 44,5% dos contribuintes.

3. Cobrança de débitos em contas-correntes comandadas pelas unidades da 9ª Região Fiscal:

- 3.1 **Conta-corrente pessoa física (CCPF):** Em 2014, foram mantidos os baixos estoques disponíveis para emissão de aviso de cobrança de débitos de pessoa física (CCPF), pela constante emissão mensal. Com essa sistemática, houve a pretensão de não acumular estoques. Foram cobrados 102.202 créditos tributários (CT) na 9ª Região Fiscal, no montante de R\$ 263 milhões, sendo que destes foram resolvidos R\$ 107 milhões (40%). Ao final de dezembro de 2014, havia disponível para emissão de avisos de cobrança 36.317 contribuintes, correspondentes a 38.012 créditos tributários (CT), no montante de R\$ 149,2 milhões.
- 3.2 **Contribuições previdenciárias decorrentes de obras de construção civil – pessoa física:** Ao longo do ano foram notificados 8.684 contribuintes, representando uma arrecadação total de R\$ 186 milhões. Relevante destacar que em 04/07/2014 foi implementado nessa atividade um novo formato de apresentação de informações à RFB, sob o nome de *Disoweb* (Declaração e Informação sobre Obra transmitida via *internet*).
- 3.3 **Débitos em guia de recolhimento do FGTS e de informações à previdência social (intimações de pagamento – IP):** Foram emitidas 30.539 intimações até dezembro/2014, referentes a 24.446 contribuintes, conforme orientação estratégica de presença fiscal na cobrança das contribuições previdenciárias.

Dentro do cenário nacional, ressaltam-se também os resultados regionais apontados por indicadores de gestão da RFB, tais como:

- (a) **Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes (ICP)** – sob administração da Suara/Corec. A meta para 2014 era reduzir 50% do estoque do início do ano, ou seja, trabalhar R\$ 2,2 bilhões (em 2013, era a redução de 35% ou, em valores, R\$ 2,3 bilhões). Na posição de 31/12/2014, pela apuração realizada pela Corec, reduziu-se o estoque inicial em 57,5%, ou seja, foi atingida a meta proposta, tendo sido trabalhados R\$ 2,5 bilhões.
- (b) **Índice de tempo médio de estoque de restituições pendentes (IRP)** - sob administração da Suara/Corec. A meta de 2014 era reduzir, anualmente, a idade média do estoque inicial em 40%, quer dizer, o tempo médio do estoque deverá ter até 554 dias, para um tempo médio de estoque inicial de 1.189 dias (em 2013, era a redução de 40% ou, em tempo médio, chegar a 628 dias). Na posição de 31/12/2014, pela apuração realizada pela Corec, atingiu-se o percentual de 66,3% de redução, indicando um tempo médio de estoque de 312 dias para os pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, em estoque inicial em dez/2013.
- (c) **Índice de crédito tributário garantido (ICTG)** – Com o objetivo estratégico de aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito, tem por finalidade medir a relação entre o crédito tributário garantido - por arrolamento e cautelar - e o total de crédito tributário. Com a meta de 34,8%, a 9ª Região Fiscal atingiu ao final do ano 42,61%, o melhor resultado dentre as regiões fiscais. A meta para o Brasil era 21,2%, tendo sido atingido 22,54%. Na 9ª Região Fiscal, o bom resultado é influenciado positivamente pelas atividades da área de fiscalização e pelo projeto estratégico no âmbito da administração tributária.

No tocante ao Gerenciamento de Riscos Institucionais, além da capacitação sobre o tema, realizada entre 30/3/2014 e 4/4/2014, com a participação de representantes de todas suas unidades e divisões, a SRRF09, convidada, teve atuação efetiva no mapeamento e avaliação de riscos do processo “realizar procedimentos de compensação, restituição, resarcimento e reembolso”, conduzido pela Coris/Audit.

Na área do comércio exterior, em 2014 a SRRF09 desembaraçou 389.188 declarações de importação e 235.080 declarações de exportação, totalizando 624.268 despachos, o que representa 16,91% do total desembaraçado no país. Os valores transacionados foram cerca de US\$ 76,2 bilhões e representam 15,30% do total nacional. As encomendas postais desembaraçadas na importação registraram novo crescimento, chegando a 19,5 milhões em 2014, o que representa um crescimento de 15,6% em relação a 2013, quando foram desembaraçados 16,8 milhões de volumes.

No Regime de Tributação Unificada foram desembaraçados 343 despachos de importação, que totalizaram tributos aduaneiros no valor de R\$ 430 mil.

Foram encerradas 385 ações fiscais aduaneiras, sendo 249 auditorias posteriores ao despacho, 136 auditorias no curso do despacho (procedimentos especiais de controle) e 358 diligências fiscais. O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 600 milhões.

Já as atividades de repressão ao contrabando e descaminho resultaram na apreensão de bens – tais como artigos de informática, brinquedos, eletrônicos, cigarros, mídias para gravação, óculos, pneus, vestuário, celulares e videogames - na ordem de US\$ 690 milhões em valores de mercado. Foram apreendidos 3.813 veículos, dentre automóveis, motocicletas, camionetas, caminhões, ônibus e outros (embarcações, carretas). Foram apreendidas, aproximadamente, 3,9 toneladas de substâncias entorpecentes ilícitas. Foram efetuadas 860 prisões, em decorrência dos delitos flagrados durante as operações de repressão ao contrabando e descaminho.

Na fiscalização de tributos federais internos, a SRRF09 encerrou o ano de 2014 com 2.601 procedimentos de fiscalização, tendo realizado 3.178 diligências e procedido a 31.684 revisões de declarações. Foram emitidas 1.397 Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), documento expedido pela autoridade fazendária ao Ministério Público Federal diante de fatos tributários que, em tese, também configuram crimes contra a ordem tributária, com crédito tributário constituído de R\$ 7,56 bilhões.

Em relação ao indicador global de fiscalização (IGF), que mede o desempenho da fiscalização em relação às metas estabelecidas para o período e o crédito tributário lançado, a SRRF09 teve o melhor desempenho dentre as regiões fiscais, com o percentual de 115,72%.

Quanto ao indicador global de desempenho da seleção (IGDS), que mede o desempenho da seleção e programação de contribuintes para fiscalização de tributos internos, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, a SRRF09 encerrou o ano de 2014 com o resultado de 86,74%, superando a meta (85%) e o desempenho nacional (85,93%), sendo o 4º melhor desempenho entre as 10 regiões fiscais.

No âmbito da tributação, foram redigidas 99 minutas de soluções de consulta, 32 soluções de consulta vinculadas, 113 despachos decisórios de ineficácia, 115 despachos decisórios de recursos hierárquicos, 16 informações e 8 informações em mandado de segurança. Ressalte-se que, no âmbito da 9ª Região Fiscal, foram informados 1.534 mandados de segurança. Ainda, foi elaborada a Ordem de Serviço SRRF09 nº 2, de 27 de outubro de 2014, que visou a uniformização de procedimentos para o reconhecimento da isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e

imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros (IOF) na aquisição de automóveis por taxistas e portadores de deficiência física.

Ainda no âmbito da tributação, foram realizadas várias atividades em colaboração com a Cosit, dentre as quais a participação em trabalhos de elaboração do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação (RPC), de atualização do regulamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF) e a revisão e a atualização dos pareceres normativos relativos ao imposto de renda pessoa jurídica das décadas de 1970 e 1980.

Foi também realizado o repasse regional do Programa do Imposto de Renda Pessoa Física (PIR/PF) e do Programa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (PIR/PJ), quando foram transmitidas para representantes das unidades da 9ª Região Fiscal as novidades em termos de legislação do imposto de renda tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica.

No campo de interação com o cidadão, a SRRF09, no período entre janeiro e dezembro de 2014, prestou 2.251.041 serviços de atendimento presencial, com médias mensal e por dia útil aproximadas de 187.586 e 8.526 serviços, respectivamente. Não estão incluídos nestes números os atendimentos prestados nas unidades aduaneiras (portos, aeroportos e fronteiras), exceto os atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) das Alfândegas do Porto de Itajaí/SC, São Francisco do Sul/SC e de Paranaguá/PR. Em 97,79% dos serviços prestados, o interessado esperou, no máximo, 15 minutos para ser chamado.

Na modalidade atendimento virtual – em que os serviços são prestados mediante senha, código de acesso ou certificado digital através do portal denominado “e-Cac” – os atendimentos totalizaram 11.719.061 na 9ª Região Fiscal, representando acréscimo de 45% em relação a 2013.

Relevante apontar, ainda na seara da interação, o esforço envidado pela unidade na capacitação de servidores, tendo sido realizadas 7 turmas de capacitação para os agentes que prestam atendimento direto ao cidadão (totalizando 225 servidores), com enfoque comportamental e de integração, além da realização de 2 seminários específicos para gestores do atendimento presencial.

No quesito educação fiscal, é de extrema importância ressaltar que a RFB integra o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) – instituído pela Portaria Conjunta nº 413/2002, do Ministério da Fazenda e Ministério da Educação - cujo objetivo é disseminar para os cidadãos os conhecimentos relativos à função socioeconômica do tributo e desenvolver a consciência para os aspectos relativos à administração dos recursos públicos, exercendo assim, o controle social.

A SRRF09, isoladamente ou por intermédio das suas unidades gestoras e, em parceria com os integrantes dos grupos de educação fiscal dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, assim como, com os grupos de educação fiscal municipais existentes nestes estados, desenvolve: projetos de educação fiscal à distância com professores da rede pública e privada, além de outros segmentos de servidores públicos; concursos de redação com temas relacionados à cidadania fiscal; concursos para projetos educacionais, para aplicação com alunos do ensino médio e fundamental; seminários municipais, além do Seminário Estadual de Educação Fiscal do Estado do Paraná (realizado anualmente e que em 2014 chegou à sua 12ª edição), cujos eventos reúnem centenas e até milhares de profissionais da educação e do serviço público, além de convidados de todas as áreas afins.

A SRRF09, por meio de seus representantes locais em suas unidades locais, colabora também na implantação de grupos de educação fiscal nos municípios e na criação de observatórios de controle social nas cidades. Também organiza eventos temáticos de cidadania, combate à corrupção, à pirataria, ao contrabando e descaminho, dentre outros.

Em 2014, a SRRF09 participou da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado Paraná, atuando, dentre outras comissões, na Comissão Temática de Prevenção e Controle Social, juntamente com outros entes públicos do estado, a saber: Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Polícia Federal. A referida comissão atua utilizando como um de seus programas bases a educação fiscal.

Na área da tecnologia da informação, a SRRF09 tem a destacar: a configuração e disponibilização dos equipamentos *ultrabooks*, *tablets* e *wifi* recentemente adquiridos para os usuários da região, com o objetivo de atualizar e aumentar o uso de novas tecnologias; o *upgrade* dos circuitos das unidades que necessitavam de aumento de velocidade; a migração do sistema operacional dos equipamentos para o *Windows 7*; a continuação da configuração da nova ferramenta *Altiris*, com o objetivo de aperfeiçoar a gerência do ambiente informatizado da RFB; a participação na especificação da nova ferramenta de gestão de serviços; o acompanhamento e gestão do contrato de serviços com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); a participação na elaboração da nova portaria de segurança da RFB; a participação em treinamento em gestão de segurança; a continuidade dos trabalhos de troca dos *smartcards* por *tokens*, com o objetivo de aumentar a segurança com o uso dos certificados digitais; a realização de treinamento para novos agentes de registro da região; a conclusão da revisão das habilitações dos sistemas corporativos; o trabalho com as malhas cadastro e preenchimento das declarações de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), imposto de renda de pessoa física (IRPF) e imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ); as novas iniciativas para melhorar o Sistema Notificação Tributária Simplificada (S-NTS); a continuidade do suporte da migração do sistema de apoio à repressão para uso regional e a participação na especificação do Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF) e do Cadastro Nacional de Obras (CNO).

Pertinente à área de gestão de pessoas, a SRR09 disponibilizou 6720 vagas, num total de 412 projetos com 571 turmas. Dentre estes, para o desenvolvimento gerencial, foram realizados 7 eventos com a oferta de 506 vagas.

Cabe ressaltar, ainda, a execução do Programa de Educação Corporativa (Proeduc) 2014, que atingiu 136,74 % da meta índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento (IGACD).

Outros eventos de impacto para a 9ª Região Fiscal foram o programa de capacitação de atendentes, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que disponibilizou 175 vagas e formou 7 turmas e o seminário de agentes da 9ª Região Fiscal, que contou com a participação de 44 servidores.

Ainda em 2014, a gestão de pessoas processou 159 pedidos de dispensa de ponto, 202 solicitações de interrupção de férias, 663 processos e 54 dossiês. Importante frisar a efetividade da equipe da folha de pagamento, que apresentou o melhor resultado entre as regiões fiscais com a menor quantidade de inconsistências.

Merece destaque, também, o ingresso de novos servidores na 9ª Região Fiscal: 53 Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (ATRFB), 18 Analistas Técnico-Administrativos (ATA) nível superior, 01 arquiteta, 01 contadora, 01 pedagoga e 01 engenheiro.

Na área de programação e logística, os recursos executados no Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi), pela 9ª Região Fiscal, alcançaram a importância de R\$ 92.658.413,06, sendo R\$ 74.179.032,33 relativos a custeio e R\$ 18.479.380,73 de capital (investimentos). Em relação a custeio, o índice de realização do crédito orçamentário atingiu

93,05% em toda região fiscal, enquanto que, tangente à despesa de capital, 100% do crédito foi empenhado.

Quanto às contratações públicas, merece registro a realização de 20 pregões eletrônicos, envolvendo valores de referência totais na ordem de R\$ 16.405.292,34. Todavia, o valor total das contratações foi de R\$ 13.740.477,51, representando uma economia média de 16,24% nos certames, cujos objetos variam da aquisição de bens à prestação de serviços e à contratação de projetos de engenharia. Também foram efetuadas 21 inexigibilidades de licitação, com valor total de R\$ 1.748.623,90.

Levou-se a êxito a concorrência para a contratação dos projetos da nova sede do Ministério da Fazenda em Curitiba, de valor inicial estimado de R\$ 5.747.334,65 e contratado de R\$ 2.987.762,06, significando expressiva redução de cerca de 48%.

Nesta esteira, a SRRF09 executou aproximadamente 70% do montante previsto no Plano de Engenharia 2014, finalizou a reforma de áreas ocupadas por algumas de suas divisões do edifício sede do Ministério da Fazenda em Curitiba, recebeu dois projetos referentes à construção de agências-modelo, geriu contratos de telefonia, manutenção predial, projetos e obras e prestou serviços de assessoramento e suporte às suas unidades jurisdicionadas.

O constante exercício das funções de gestão e fiscalização de contratações resultou na instauração de 63 procedimentos visando a apuração de notícias de infrações praticadas por licitantes e contratados em sessões públicas de pregão eletrônico e em contratos firmados pelas unidades da 9ª Região Fiscal em 2014, dos quais resultaram na aplicação das sanções administrativas de advertência, multa e de impedimento de licitar e contratar com a União.

Em sua atuação supervisora, a SRRF09 realizou visitas técnicas a 4 de suas unidades jurisdicionadas, cujo objetivo é o exame de legalidade dos procedimentos licitatórios, contratos, dispensas e inexigibilidades deflagrados em 2014 e que podem resultar na expedição de recomendações.

Ainda nesta ótica, foi ministrada palestra intitulada “Contratações Públcas – Pílulas Jurídicas para Administradores da 9ª Região Fiscal”, a fim de transmitir aos gestores da 9ª Região Fiscal conhecimento normativo, doutrinário e jurisprudencial a respeito da gestão da coisa pública. Nesta linha, a SRRF09 também realizou 3 treinamentos sobre o tema aplicação de sanções administrativas para capacitação de servidores da 9ª Região Fiscal atuantes na área.

Por fim, a destinação de mercadorias apreendidas pelas unidades da 9ª Região Fiscal, no exercício de 2014, alcançou a cifra de R\$ 496.318.747,07. Foram realizados 35 leilões eletrônicos, dos quais se arrecadou o valor total de R\$ 48.500.308,00. A destruição total de mercadorias aumentou 26,88% em 2014, em relação a 2013, totalizando R\$ 303.093.232,06, sendo que foram destruídos 63.414.192 maços de cigarros apreendidos.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

As ações na área da administração tributária encampam atividades desenvolvidas nas unidades sublocais, nos Serviços/Seções/Setores de acompanhamento tributário e de orientação tributária e centros de atendimentos (CAC e ARF). Pela própria natureza dessa atividade-fim, o desempenho esperado está diretamente ligado às entregas tecnológicas dos sistemas de apoio, suporte e gerenciamento à cobrança e atendimento do contribuinte.

Em atenção à padronização no desenvolvimento das atividades, não são desenvolvidos sistemas locais, sendo que as entregas e o aperfeiçoamento de sistemas de tecnologia para área de cobrança estão no âmbito de administração da Coordenação Geral de Arrecadação e Cobrança. Por consequência, a exemplo de anos anteriores, foram obstáculos na área da administração tributária o contingenciamento de implementação de demandas de sistemas, fato que decorre de restrições financeiras, orçamentárias bem como falta de servidores disponíveis para desempenhar os trabalhos de âmbito nacional.

São exemplos, não exaustivos, de sistemas em desenvolvimento cujo tempo até a efetiva implementação destes caracterizam obstáculos ao desenvolvimento da atividade de cobrança:

- a) no âmbito dos parcelamentos especiais: módulo de revisão da consolidação da Lei n.º 11.941/2009, cuja indisponibilidade impede a revisão desse parcelamento especial quanto à alteração de valores consolidados;
- b) consolidação das reaberturas do parcelamento especial da Lei n.º 11.941/2009;
- c) a não adaptação da GFIP para corretamente identificar situações recorrentes, como aquelas de não exigibilidade por decisões judiciais ou de desoneração da folha de pagamentos, aliada ao atraso no desenvolvimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) Web (que contemplará também as contribuições previdenciárias).

Face ao crescente número de serviços adstritos à administração tributária, é recorrente a demanda por alocação contínua de servidores para prestar serviços nos Serviços/Seções alcançados pela administração tributária.

Na área previdenciária, a principal dificuldade é justamente o desenvolvimento das funcionalidades e melhorias nos sistemas informatizados, de modo a tornar o controle e a cobrança do crédito tributário previdenciário mais eficiente.

Nos parcelamentos, faz-se necessária a implementação dos sistemas de controle para melhorar o acompanhamento da regularidade dos parcelamentos e agilidade na cobrança dos saldos devedores de parcelamentos rescindidos.

No aspecto da garantia do crédito tributário, a principal dificuldade enfrentada refere-se à necessidade de continuidade permanente de investimento na ampliação da participação da administração tributária nos resultados do indicador do crédito tributário garantido.

No planejamento estratégico, a adoção de medidas de cobrança prioritárias com base em ações coordenadas regionalmente visando um incremento de arrecadação, em sinergia com as demais regiões fiscais, revelou-se o principal obstáculo no exercício de referência.

Nacionalmente, com a implantação da nova DCTF com dados previdenciários, enfrentou-se o desafio de promover regionalmente a disseminação de conhecimento necessário ao controle e cobrança desses créditos controlados em novos sistemas.

Na área de tributação, enfrentou-se o desafio de uma nova sistemática de soluções de consultas, em que as consultas passaram a ser minutadas na Divisão de Tributação (Disit) e, posteriormente, aprovadas pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). Tal sistemática traz como vantagem a eliminação de divergências entre as regiões fiscais e como desvantagem um caminho mais longo para a publicação da solução de consulta.

Já no cadastro, o quantitativo de unidades da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), assim como das unidades de atendimento da RFB na 9ª Região Fiscal, exigiram maior esforço de coordenação por parte da Divisão de Interação com o Cidadão (Divic) da SRRF09.

As exigências de segurança dos sistemas da RFB, tendo -em vista a disponibilização de acesso às bases de dados da RFB pelos órgãos externos, especialmente durante os eventos de capacitação, também figuram como dificuldades enfrentadas, além das restrições de deslocamento em função do calendário da copa do mundo.

Na área de administração aduaneira, mesmo considerando o grande esforço da administração no aprimoramento dos sistemas informatizados, com vistas a melhorar o fluxo dos trabalhos, a principal dificuldade vivenciada ainda está relacionada ao *deficit* de pessoal, na maioria de suas atividades, tornando bastante desafiadora a realização de suas metas.

No campo da repressão ao contrabando e descaminho, a significativa restrição (contingenciamento) de créditos orçamentários refletiu no deslocamento de servidores aquém do necessário para unidades de fronteira, para o combate ao contrabando e descaminho, tendo em vista a falta de servidores nessas unidades.

A atividade de vigilância e repressão não tem a quantidade de servidores necessária para um efetivo combate ao contrabando e descaminho; ademais, a carência do quadro de pessoal é dificuldade compartilhada entre as divisões da SRRF09.

Na seara da tecnologia da informação, apresentaram-se como dificuldades experimentadas a continuidade dos trabalhos de troca dos *smartcards* por *tokens* (nova tecnologia de certificação digital), em razão do grande volume de usuários com certificados, e a mudança de sistema operacional das estações de trabalho de *Windows XP Professional* para *Windows*.

Por derradeiro, no campo da programação e logística, a máxima dificuldade testemunhada foi a expressiva diminuição de créditos orçamentários, o que obrigou a readequação das operações e atividades fins da SRRF09 durante todo o exercício de 2014, privilegiando as operações de fiscalização e atividades aduaneiras e reduzindo as atividades administrativas que requeriam deslocamentos, cujas reuniões muitas vezes foram realizadas por meio da tecnologia de “vídeo conferência”.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação							
Poder: Executivo							
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda				Código SIORG: 001929			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora							
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09							
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal							
Código SIORG: 003165	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170156					
Situação: ativa							
Natureza Jurídica: órgão público.		CNPJ: 00.394.460/0135-53					
Principal Atividade: administração tributária				Código CNAE: 8411-6/00			
Telefones/Fax de contato: (041) 3320 - 8276		(041) 3320 - 8489					
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br							
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br							
Endereço Postal: Rua Marechal Deodoro, 555, 10º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80020-911							
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas							
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG			
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal	00.394.460/0135-53	170156	ativa	Não se aplica.			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas							
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas							
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007.							
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas							
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012; Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013.							
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas							
Publicações: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes							
Manuais e cartilhas: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao							
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas							
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas							
Código SIAFI	Nome						
170157	DELEGACIA DA RFB EM CASCAVEL						
170158	DELEGACIA DA RFB EM CURITIBA						
170159	DELEGACIA DA RFB EM LONDRINA						
170160	DELEGACIA DA RFB EM PONTA GROSSA						
170161	DELEGACIA DA RFB EM MARINGÁ						
170162	DELEGACIA DA RFB EM FOZ DO IGUAÇU						
170163	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE PARANAGUÁ						
170169	DELEGACIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS						
170170	DELEGACIA DA RFB EM JOAÇABA						
170171	DELEGACIA DA RFB EM JOINVILLE						
170172	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE ITAJAÍ						
170314	DELEGACIA DA RFB EM BLUMENAU						
170315	DELEGACIA DA RFB EM LAGES						
170342	INSPETORIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS						
170343	INSPETORIA DA RFB EM CURITIBA						
170389	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL						
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas							
Código SIAFI	Nome						
00001	Tesouro Nacional						
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões							
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão						
170157	00001						
170158	00001						
170159	00001						

170160	00001
170161	00001
170162	00001
170163	00001
170169	00001
170170	00001
170171	00001
170172	00001
170314	00001
170315	00001
170342	00001
170343	00001
170389	00001

Fonte: Siorg e Siafi.

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A RFB é um dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços e da relação com a sociedade, com importante papel no fortalecimento do equilíbrio fiscal e tributário do país, tendo suas competências definidas no artigo 15 da Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no artigo 1º do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012).

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário da Receita Federal do Brasil.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva região fiscal:

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Fonte: Anexo II da Portaria MF nº 203/2012.

A SRRF09, de jurisdição fiscal sobre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, e com sede no Município de Curitiba/PR, assim como as demais Superintendências, é responsável pela gestão das atividades estratégicas em seu âmbito de atuação, uma vez que as políticas e diretrizes gerais adotadas pelas unidades centrais da RFB são replicadas nas regiões fiscais; ademais, cabe à SRRF supervisionar as unidades locais da RFB sob sua jurisdição, tais como Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências.

De modo geral, as competências das Superintendências Regionais estão definidas no artigo 209 do Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012), a saber:

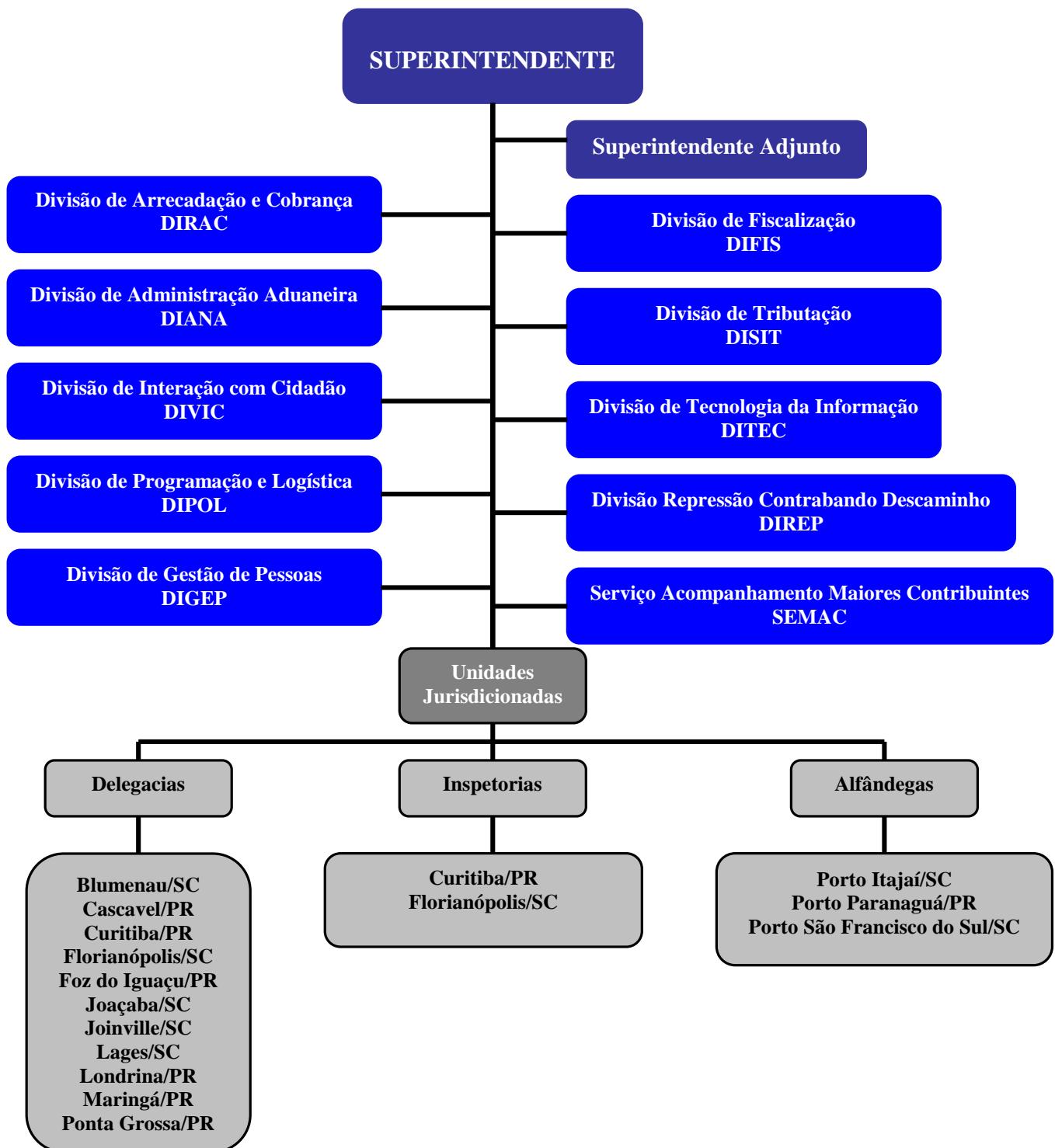
- I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;
- II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;
- III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;
- IV - gerenciar projetos de interesse institucional;

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e
VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na Região Fiscal.

Essas finalidades e competências fundamentam o papel institucional das Superintendências Regionais com relação às políticas públicas, o qual está expresso por meio da missão institucional da RFB: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

1.3 - Organograma Funcional da SRRF09.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal - que abrange os Estados-membros do Paraná e Santa Catarina - organiza-se em 9 (nove) Divisões e 1 (um) Serviço, além de ser responsável pela supervisão de 11 (onze) Delegacias, 2 (duas) Inspetorias de Classe Especial e 3 (três) Alfândegas.



Fonte: Anexos II, V, VI, VII e VIII da Portaria MF nº 203, de 2012.

1.3.1 – Informações sobre as Competências das Áreas Estratégicas

As áreas estratégicas mostradas acima se destacam pela importância de atuação na gestão estratégica e no desenvolvimento das atribuições finalísticas da RFB, no contexto dos objetivos estratégicos e na condução da missão organizacional.

Desse modo, torna-se relevante a descrição, de forma sucinta, das principais competências de cada uma delas, assim como a indicação do período de atuação e dos cargos de seus titulares.

1.3.1.1 - SRRF

1.3.1.1.1 – Superintendente

Principais competências do Superintendente no âmbito da SRRF09, de acordo com o art. 300 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

- conceder regimes fiscais especiais;
- decidir sobre recursos contra indeferimento de pedidos de inclusão ou contra exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;
- decidir sobre recursos contra indeferimento de pedidos de regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais, inclusive relativos à prorrogação de prazo, salvo disposição expressa em legislação específica;
- promover a instauração de perícia e procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos já anteriormente fiscalizados;
- apreciar recurso contra ato do Delegado ou Inspetor-Chefe que declarar inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos;
- garantir a tempestividade dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras executoras de sua Região Fiscal, e a sua aderência às instruções emanadas do órgão central do sistema de contabilidade federal e dos órgãos de controle externo;
- instituir equipes especiais de fiscalização e determinar a realização de trabalhos extraordinários de fiscalização;
- supervisionar as atividades relacionadas à ouvidoria;
- coordenar e executar as atividades de relações públicas, ceremonial e de promoção de eventos de interesse institucional, com vistas ao fortalecimento da imagem da RFB e à disseminação de matérias de interesse público e da instituição;
- promover as ações de cooperação e integração fiscal entre a RFB e as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e outros organismos estatais, segundo as diretrizes emanadas pela Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal (Cocif).

Titular: Luiz Bernardi

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.2 – Superintendente-Adjunto

Principais competências do Superintendente-Adjunto no âmbito da SRRF09, de acordo com o art. 301 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

- assistir o Superintendente da Receita Federal do Brasil no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos;
- decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades subordinadas, incluindo os servidores subordinados às unidades administrativas localizadas na sede da respectiva Região Fiscal e pertencentes às unidades centrais;
- decidir sobre recursos contra indeferimento de pedidos de inclusão ou contra exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;
- decidir sobre recursos contra indeferimento de pedidos de regimes aduaneiros especiais e dos aplicados em áreas especiais, inclusive relativos à prorrogação de prazo, salvo disposição expressa em legislação específica;
- garantir a tempestividade dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras executoras de sua Região Fiscal, e a sua aderência às instruções emanadas do órgão central do sistema de contabilidade federal e dos órgãos de controle externo;
- aprovar planos de trabalho para a contratação de serviços, reconhecer situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, aprovar contratos e instrumentos congêneres;
- designar fiscal de contrato e comissão de recebimento de obras;
- decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades subordinadas, incluindo os servidores subordinados às unidades administrativas localizadas na sede da respectiva Região Fiscal e pertencentes às unidades centrais; e
- expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas.

Titular: Reinaldo César Moscattto

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

Titular: Sérgio Gomes Nunes

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 02/11/2014

Titular: Jackson Aluir Corbari

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 03/11/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.3 – Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)

A Divisão de Arrecadação e Cobrança é responsável por gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da SRRF09, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, resarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

Titular: Valéria de Oliveira Dalla Martha
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Período de atuação: de 01/01/2014 a 16/12/2014

Titular: Eriton Lima de Oliveira
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Período de atuação: de 17/12/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.4 – Divisão de Fiscalização (Difis)

A Divisão de Fiscalização é responsável por coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

Titular: Waldemir de Mattos
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.5 – Divisão de Administração Aduaneira (Diana)

A Divisão de Administração Aduaneira é responsável por gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar nos Sistemas de Comércio Exterior (Siscomex), orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira, examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira, acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas, e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

Titular: Janete de Souza Macena
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.6 – Divisão de Tributação (Disit)

A Divisão de Tributação é responsável por orientar as unidades da SRRF09 acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial, examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência, examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente, examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

Titular: Marco Antônio Ferreira Posseti
Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.7 – Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)

A Divisão de Interação com o Cidadão é responsável por gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de ouvidoria e de educação fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

Titular: Francisco Horst B. Reinhardt

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.8 – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)

A Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho é responsável por gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira, executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos, formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

Titular: Sérgio Antônio Lorente

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.9 – Divisão de Programação e Logística (Dipol)

A Divisão de Programação e Logística é responsável pelas atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes à Seção de Gestão de Mercadorias Apreendida (Samap) e às Seções de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng).

A Samap é responsável por supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da SRRF09.

A Saeng é responsável pelas atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da SRRF09.

Titular: Aloísio Antônio de Oliveira

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.10 – Divisão de Tecnologia (Ditec)

A Divisão de Tecnologia é responsável por gerenciar o ambiente informatizado, gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação, gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação, executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática, supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

Titular: Carlos Alberto Valle Evangelista Junior

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.11 – Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)

A Divisão de Gestão de Pessoas é responsável por, ressalvada a competência específica das unidades descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da SRRF09, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

Titular: Carlos Alberto Kletemberg

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.1.1.12 – Serviço de Acompanhamento de Maiores Contribuintes (Semac)

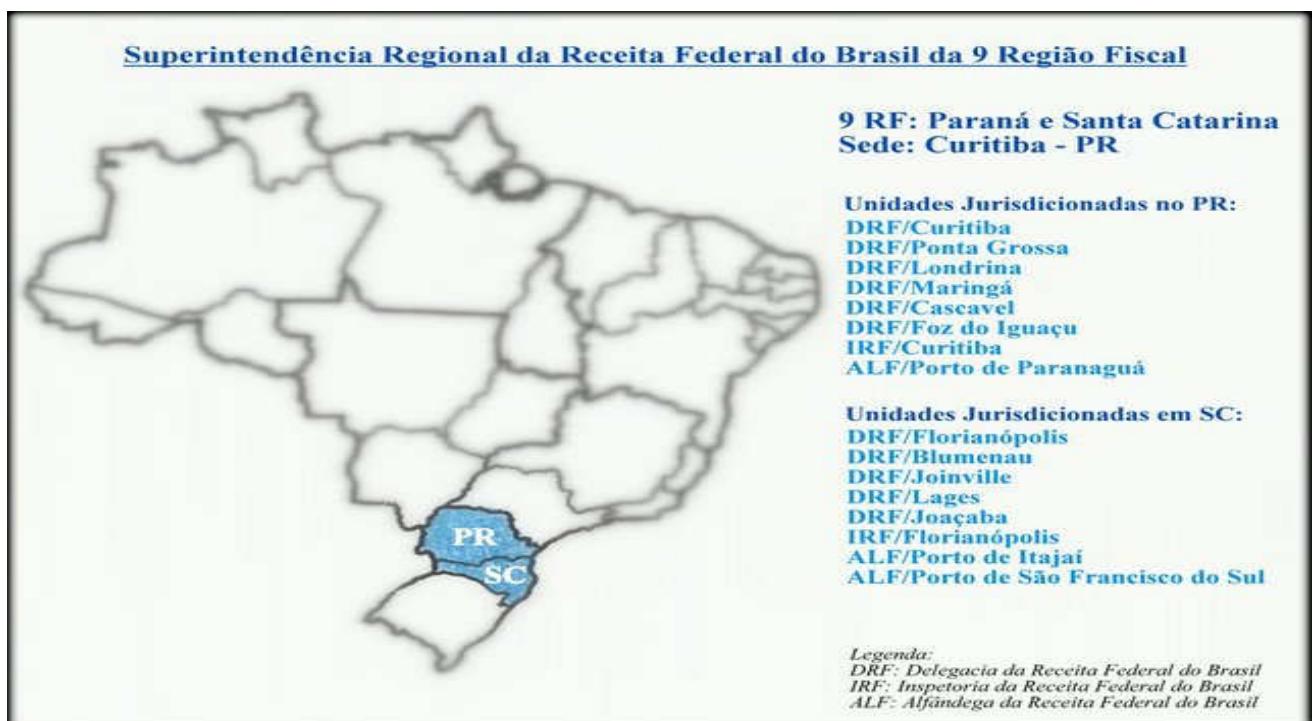
O Serviço de Acompanhamento de Maiores Contribuintes é responsável por gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da SRRF09, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

Titular: Cristina Guimarães Sampaio

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Período de atuação: de 01/01/2014 a 31/12/2014

1.3.2 – Unidades Locais.



Fonte: Portaria MF nº 203, de 2012.

QUANTIDADE DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA 9ª REGIÃO FISCAL	
Tipo	Quantidade
SRRF	1
DRF	11
IRF de Classe Especial “B” e “C”	2
IRF de Classe “A” e “B”	7
ALF	3
Agência	42
TOTAL	66

Observações:

1 - Das 66 unidades da Receita Federal do Brasil descentralizadas na 9ª Região Fiscal, apenas 16 estão sob a jurisdição da SRRF09, quais sejam: todas as Delegacias (DRF), as Inspetorias (IRF) de Classe Especial “A” e “B” – sediadas em Curitiba e Florianópolis – e todas as Alfândegas (ALF).

2 - Já as Inspetorias (IRF) de Classe “A” e “B” – sediadas nos Municípios de Capanema/PR, Dionísio Cerqueira/SC, Guairá/PR, Imbituba/SC, Santa Helena/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR e São Miguel do Oeste/SC - estão sob a jurisdição de Delegacias e Inspetorias de Classe Especial.

3 - As Agências da Receita Federal do Brasil estão sob a jurisdição de Delegacias e sediadas nos seguintes Municípios: Brusque, Rio do Sul, Timbó, Francisco Beltrão, Iporã, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Toledo, Araucária, Colombo, São José dos Pinhais, Araranguá, Criciúma, Itajaí, São José, Tubarão, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Caçador, Chapecó, Concórdia, Videira, Xanxerê, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Mafra, São Bento do Sul, Apucarana, Arapongas, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Loanda, Paranavaí, Umuarama, Guarapuava, Ibaiti, Irati e União da Vitória.

Fonte: Anexos II, V, VI, VII e VIII da Portaria MF nº 203, de 2012.

Às 11 (onze) Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), às 3 (três) Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF) e às Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) em Curitiba e Florianópolis, de Classes “Especial B” e “Especial C” respectivamente, quanto aos tributos administrados pela RFB compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e

acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização.

Ainda, informam sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira, realizam ajustes nos cadastros da RFB, incluem e excluem contribuintes em regimes de tributação diferenciados, executam atividades de fiscalização tributária e aduaneira, processam lançamentos de ofício, imposição de multas e penas aplicáveis às infrações à legislação tributária e aduaneira, executam ações de restituição, compensação, restituição, resarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, acompanham, sob a ótica econômico-tributária, contribuintes de forma diferenciada, procedem ao controle aduaneiro sobre locais e recintos alfandegados, procedem ao despacho aduaneiro de mercadorias, apreciam parcelamentos tributários, realizam diligências e perícias fiscais, prestam informações ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, respeitados limites legais e promovem a educação fiscal.

As demais Inspetorias da Receita Federal do Brasil de Classes “A” e “B” cabe, quanto aos tributos administrados pela RFB, no âmbito da respectiva jurisdição, as competências acima apontadas, exceto as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Por derradeiro, as Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) prestam serviços de atendimento ao contribuinte, como, por exemplo, recepcionar declarações, requerimentos, impugnações e recursos, fornecer cópias de declarações, processos, expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, examinar pedidos de parcelamento de débitos, preparar e controlar os processos administrativos fiscais, exceto os relativos a ações judiciais.

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da SRRF09

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por macroprocessos.

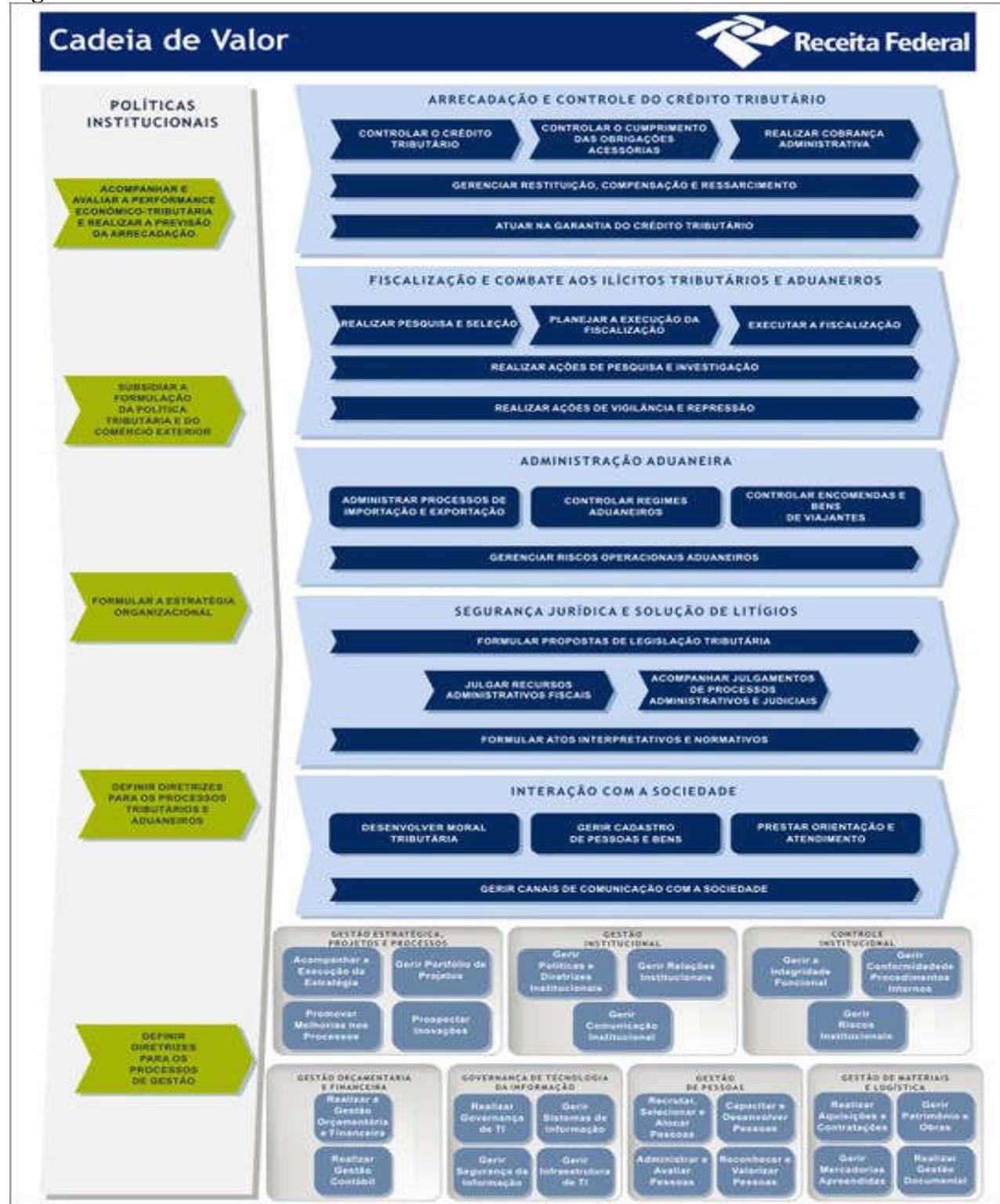
A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da missão da instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores. Por ela verifica-se como os processos se relacionam e fica evidente a necessidade de compartilhamento de informações e ações entre as áreas.

Conforme painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB vigente até o mês de novembro de 2014 era constituída por 13 macroprocessos, divididos em três grupos:

- 1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;
- 2 – Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os processos de trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;
- 3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Esse modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporada ao processo de planejamento estratégico da organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Intranet RFB

Considerando que as unidades centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, e que as unidades descentralizadas (SRRF09, por exemplo), por sua vez, desempenham atividades táticas e operacionais, sob o comando central, torna-se essencial a integração entre elas, no âmbito da maior parte dos macroprocessos finalísticos.

As tabelas a seguir identificam os cinco macroprocessos finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os

principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho e os principais clientes. Após cada tabela, descreve-se a condução de cada macroprocesso pelas áreas estratégicas da SRRF09.

Quadro 2: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e resarcimento. - Atuar na garantia do Crédito Tributário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - Crédito Tributário lançado de Ofício. - Crédito Tributário de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa. - Resultado do julgamento. - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação. - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos. - Pedido de devolução. - Retorno de informações. - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes. - Obrigações tributárias principais ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor. - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema Arrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de resarcimentos, restituições e compensações. - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuintes. - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal. - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➤ **Processo: Controlar o crédito tributário**

Na 9ª Região Fiscal, em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB), atingiu o valor de R\$ 105 bilhões, com participação de 9,21% na arrecadação do país.

➤ **Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- A 9ª Região Fiscal atingiu 97,95%, do índice de adimplência de obrigação acessória (IAOA), que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. O resultado é considerado pela coordenação responsável como satisfatório e cumprido, haja vista a diferença de apenas 0,05.
- Cabe ressaltar que não há gerência direta das unidades sobre esse indicador. O cumprimentos das obrigações acessórias, como as entregas das declarações previstas nas normas tributárias federais, dá-se em decorrência do trabalho feito em prol da presença fiscal e suas consequências pelo descumprimento, ao aplicar-se penalidades, mediante aplicação das multas por omissão ou descumprimento fora do prazo.

➤ **Processo: Realizar cobrança administrativa**

Este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em dívida ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em dívida ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014, na 9ª Região Fiscal:

- Foram emitidas 30.539 intimações de janeiro a dezembro de 2014, correspondente a 24.446 contribuintes, conforme orientação estratégica de presença fiscal na cobrança das contribuições previdenciárias;
- Foram mantidos os baixos estoques disponíveis para emissão de aviso de cobrança de débitos de pessoa física (CCPF), pela constante emissão mensal. Com essa sistemática, pretendeu-se não acumular estoques. Foram cobrados 102.202 créditos tributários na 9ª Região Fiscal, no montante de R\$ 263 milhões, sendo que destes foram resolvidos R\$ 107 milhões (40%). Em início de janeiro de 2015, havia disponível para emissão de avisos de cobrança 36.317 contribuintes e 38.012 créditos tributários no montante de R\$ 149,2 milhões;
- As unidades da região implementaram os procedimentos para malha de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais mediante parâmetros compatíveis com a sua estrutura;

➤ **Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

Este processo compreende as seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da SRRF09.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- Dentre os documentos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) a cargo das unidades da SRRF09, destaca-se a análise do direito creditório de 22.250 PER/DOMP no período de janeiro a dezembro, sendo 6.204 não previdenciários e 16.046 previdenciários, perfazendo um montante de crédito avaliado em R\$ 2,19 bilhões e R\$ 25,7 milhões, respectivamente. Em 2013, foram analisados 19.836 documentos, portanto, houve um acréscimo na quantidade em 2014, comparativamente ao ano anterior.

➤ **Processo: Atuar na garantia do crédito tributário**

Este processo compreende as seguintes atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas iniciativas:

- Na listagem inicial disponibilizada pela Codac, constavam para a 9ª Região Fiscal, 376 contribuintes (pessoa física e pessoa jurídica), que juntos somavam cerca de R\$ 23 bilhões em débitos (débitos em aberto, parcelados e suspensos). Ao final do ano, a 9ª Região Fiscal obteve o maior crescimento e o maior resultado, atingindo a meta de 42,6%, e o total de bens arrolados ultrapassou o montante de R\$ 7 bilhões. O excelente desempenho da região no 4º trimestre/2014, deve-se, em parte, pela medida cautelar fiscal no valor superior a R\$ 1 bilhão, de contribuinte sob jurisdição da SRRF09;
- No primeiro semestre, com o intuito de disseminar e incrementar os créditos tributários garantidos, a SRRF09 realizou o “Seminário da Garantia do Crédito Tributário”, com a participação dos servidores das atividades de acompanhamento tributário de todas as unidades;
- No âmbito dos projetos estratégicos regionais, para 2014 e 2015, a SRRF09, a partir da listagem inicial e por meio de critérios objetivos, indicou 110 contribuintes para trabalho prioritário, somente na área de arrecadação e cobrança. Com essas medidas (seminário e projeto regional), pretendeu-se aumentar a participação da atividade de acompanhamento tributário de cada unidade. Ao final do 4º trimestre de 2014, tinham sido analisados 39 contribuintes, perfazendo um percentual de 70,9%, para este ano. Considerando a análise de 2014 para 55 contribuintes, a SRRF09 posicionou-se perto do cumprimento da meta. Como

a iniciativa é bienal espera-se, durante o ano de 2015, recuperar a análise dos demais 71 (setenta e um) contribuintes. O resultado obtido até o final de 2014, considerando a meta do biênio, foi a verificação de 44,5% dos contribuintes.

Quadro 2: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Cães de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado. - Órgãos do governo. - Sociedade.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➤ Processo: Realizar Pesquisa e Seleção

Este processo de trabalho tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da imparcialidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações na 9ª Região Fiscal:

- Investigação de distorções de arrecadação, no seguimento dos contribuintes diferenciados, cujo montante foi de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões, por meio da avaliação das declarações prestadas pelos contribuintes.
- Análise de mais de R\$ 16 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação, por meio de um conjunto de ações para dar celeridade e tratamento conclusivo à cobrança dos créditos tributários constituídos, em discussão administrativa e judicial e às compensações dos maiores contribuintes.
- Ainda, foram recuperados R\$ 499 milhões através deste acompanhamento relativo à constituição, à cobrança e à reativação de créditos tributários, além dos indeferimentos de declarações de compensação.
- Alcançou-se o percentual de 93,47% de fiscalizações encerradas com resultado, reflexo da melhoria constante na qualidade de seleção. Além disto, até o dia 31/12/2014, já tinham sido cadastrados mais de 2.000 dossiês de contribuintes com os respectivos indícios para fiscalização em 2015.

➤ **Processo: Planejar a Execução da Fiscalização**

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados, que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

Foram realizadas as seguintes iniciativas:

- No âmbito da 9ª Região Fiscal, foram encaminhadas, dentro do projeto “Cartas da Sufis”, 44.537 correspondências a contribuintes pessoas físicas, com o objetivo de estimular e orientar a consulta de seu extrato na internet e, conforme o caso, enviar declaração retificadora, contribuindo, desta forma, para a redução de mais de 50% no estoque de Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física retidas em Malha Fiscal, sem impacto significativo na carga de trabalho adicional das Delegacias.

No planejamento das fiscalizações aduaneiras, o grau de eficácia da seleção foi de 92,8% na realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas).

➤ **Processo: Executar a Fiscalização**

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

Em 2014, a SRRF09 constituiu um crédito tributário no valor de R\$ 7,56 bilhões, resultante de 2.601 procedimentos de fiscalização externa e 31.684 revisões de declarações de pessoas físicas, jurídicas e imposto sobre propriedade territorial rural, totalizando 34.285 procedimentos fiscais.

O valor do crédito tributário, no âmbito da 9ª Região Fiscal, no período de 2010 a 2014, em que pese uma redução nos últimos anos, vem também a corroborar a estratégia implementada em 2010 pela Sufis, no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação. A queda apresentada no último ano e o não atingimento da meta de crédito tributário, justifica-se plenamente em função dos expressivos valores lançados, especialmente nos anos de 2011 e 2013, pelas equipes regionais de fiscalização dos maiores contribuintes (Efmac).

No que se refere à fiscalização aduaneira, cabe registrar que na 9ª Região Fiscal foram encerradas 385 ações fiscais, sendo 136 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 249 auditorias posteriores ao despacho. O total de créditos tributários e apreensões ficou em cerca de R\$ 600 milhões.

➤ **Processo: Realizar ações de vigilância e repressão**

No âmbito da SRRF09, este processo de trabalho ocorre na Direp e, principalmente, nas unidades locais da RFB.

Em 2014, foram realizadas 1.339 operações de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho, sendo 1.190 operações realizadas no Estado do Paraná e 149 em Santa Catarina.

A maioria das operações de vigilância e repressão é realizada de forma conjunta com outros órgãos de segurança pública, dentre os quais se pode destacar: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar (PM) e Força Aérea Brasileira (FAB).

A apreensão total de mercadorias resultante da atuação da SRRF09 nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), foi de US\$ 230 milhões, o que significa US\$ 690 milhões a preço de mercado.

Dentre essas apreensões, destacam-se: cigarros, eletrônicos, informática, brinquedos e veículos. A distribuição total dos valores apreendidos por tipo de item pode ser conferida na tabela abaixo.

APREENSÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS – 9ª REGIÃO FISCAL – JAN / DEZ - 2014				
Descrição	PARANÁ	SANTA CATARINA	Valor (US\$)	% do Total
Informática	2.786.904	288.592	3.075.497	1,34%
Eletrônicos	7.753.619	655.244	8.408.863	3,65%
Brinquedos	2.269.982	239.552	2.509.534	1,09%
Bebidas	714.888	535.894	1.250.782	0,54%
Cigarros	107.030.228	6.188.411	113.218.638	49,19%
Veículos	21.655.967	703.191	22.359.158	9,71%
Armas/Mun	132.586	69	132.655	0,06%
Total dos Principais Itens	142.344.174	8.610.953	150.955.127	65,58%
Outros	59.137.335	20.074.703	79.212.038	34,42%
Total Geral	201.481.509	28.685.656	230.167.166	100,00%
Drogas e Entorpecentes				
Maconha (gramas)	3.901.776	52.656	3.954.432	
Haxixe (gramas)	19.599	9.000	28.599	
Cocaína (gramas)	13.635	50.437	64.072	
Crack (gramas)	24.674	0	24.674	
Lança-perfume (frascos)	548	0	548	

Fonte: Controle de Mercadorias Apreendidas (CTMA)

Ainda, as ações de vigilância e repressão resultaram, em 2014, na realização de operações de impacto descritas logo abaixo, sendo contabilizadas apenas aquelas com expressiva exposição na mídia, deflagradas pela instituição em parceria com outros órgãos públicos da segurança pública.

Os resultados apontam para a apreensão de 3.813 veículos e 3,9 toneladas de substâncias entorpecentes, bem como a prisão cautelar de 860 indivíduos.

- **Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende seis veículos com mercadorias, cigarros e pneus em zona secundária**

Equipes: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu (DRF/FOZ) - Data: 20 e 21/01/2014 - Local: Foz do Iguaçu/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultado: Apreensão de seis veículos e R\$ 189 mil em mercadorias, cigarros e pneus.

Observações: As ações da Operação Fronteira Blindada foram realizadas na cidade de Foz do Iguaçu e ao longo da BR-277, resultando na apreensão de seis veículos e R\$ 189 mil em mercadorias, cigarros e pneus. O expressivo resultado foi alcançado em apenas dois dias.

Na tarde de segunda-feira, 20 de janeiro, uma operação de rotina realizada em estacionamento na região da Vila Portes, em Foz do Iguaçu/PR, resultou na apreensão de dois veículos, um Fiat/Uno, com placas de Foz do Iguaçu/PR, e um táxi Toyota/Corolla, com placas do Paraguai. Ambos estavam carregados com mercadorias estrangeiras sem comprovação de regular importação. No

mesmo local foram apreendidos, ainda, aproximadamente 50 volumes de mercadorias diversas irregularmente importadas. O valor total estimado destas apreensões é de R\$ 74 mil.

Na terça-feira, 21 de janeiro - por volta das nove horas da manhã, em um hotel também localizado na região da Vila Portes, servidores da RFB realizaram a apreensão de uma *van* com placa do Paraguai. No momento da abordagem foi constatado que o veículo estava carregado com cigarros. O motorista foi identificado e, ao revistarem o quarto em que a pessoa estava hospedada na cidade, encontraram mais cigarros estocados, cujo valor totalizou R\$ 17 mil.

- **Receita Federal em Londrina apreende mercadorias ocultas em carga de ameixas**

Equipes: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina (DRF/LON), PM/PR e PF - Data: 19/02/2014 - Local: Londrina/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultado: Apreensão de 18 volumes contendo artigos de informática, câmeras fotográficas digitais, perfumes, telefones celulares e eletrônicos diversos, avaliados em R\$ 380 mil, que estavam sendo transportados escondidos numa carga de ameixas chilenas.

Observações: Apuração de denúncia do proprietário do veículo transportador, que teria constatado atitudes e comportamentos anormais do seu motorista, numa viagem do Chile para São Paulo, em que parte da carga seria descarregada no Ceasa de Londrina. O motorista do caminhão foi preso em flagrante delito pela Polícia Federal.

- **Apreendidos 535 kg de maconha em duas operações na BR-277, em Palmeira - PR**

Equipes: Direp e Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba (IRF/CTA) - Datas: 03, 10 e 11/03/2014 - Local: BR277 – Palmeira/PR.

Ação: Duas operações de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultados: Apreensão de dois veículos, sendo um deles com placa clonada, que transportavam 530 kg de maconha (260 e 270 kg) e também de 15 kg e de outros 50g da mesma droga em dois ônibus, de 270 g de *crack* em outro ônibus e, ainda, cerca de R\$ 30 mil em mercadorias diversas, bem como prisões em flagrante de duas pessoas.

Observações: Operação conjunta da Direp, da Inspetoria da Receita Federal em Curitiba, do Centro de Cães de Faro de Curitiba e do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de Curitiba e de Ponta Grossa.

- **Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu e Departamento de Narcóticos da Policia Civil do Paraná (DENARC/PC) apreendem drogas**

Equipe: DRF/FOZ e Polícia Civil/PR- Data: 08/04/2014 - Local: Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultado: Apreensão de 4,54 Kg de *crack* e de 50 comprimidos de *ecstasy* durante a abordagem de ônibus que fazia a linha Foz do Iguaçu – Santos.

Observações: Os cães de faro da RFB apontaram como suspeitas duas caixas de som que estavam no bagageiro do coletivo. Utilizando imagens do *scanner* móvel da Receita Federal foi possível identificar a presença das drogas no interior dos objetos. As proprietárias das caixas de som foram identificadas e, durante a revista pessoal em uma delas, foram encontrados mais 50 comprimidos de *ecstasy*, que estavam ocultos em suas partes íntimas. As drogas seriam levadas até a rodoviária de Barra Funda em São Paulo. Elas foram presas em flagrante e encaminhadas, juntamente com as drogas, para a Delegacia da Polícia Civil em Foz do Iguaçu.

- **Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende oito pistolas e carregadores dentro de televisão de plasma no Paraná**

Equipe: DRF/FOZ - Data: 08/05/2014 - Local: BR-277 - Praça de Pedágio em São Miguel do Iguaçu/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultado: Apreensão de oito pistolas 9 mm, sendo seis Taurus e duas Tara, além de treze carregadores 9mm, cinco deles alongados.

Observações: Servidores da RFB realizavam vistoria no bagageiro de um ônibus que fazia a linha Foz do Iguaçu/Curitiba, quando encontraram uma televisão de plasma. Com a utilização do *scanner* móvel para a vistoria não invasiva, foi possível identificar a existência das armas acondicionadas dentro do aparelho. O responsável pela bagagem, que teria como destino final a cidade do Rio de Janeiro, foi preso em flagrante delito e encaminhado para a Delegacia da Polícia Civil local.

- **Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende dois veículos e R\$ 383 mil em mercadorias contrabandeadas**

Equipe: DRF/FOZ - Data: 17/06/2014 - Local: BR-277 – Municípios de Santa Terezinha e São Miguel do Iguaçu/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho – Fronteira Blindada.

Resultado: Apreensão de dois veículos que transportavam grande quantidade de produtos estrangeiros irregularmente introduzidos no Brasil, avaliados em R\$ 383 mil.

Observações: Servidores da Receita Federal realizaram, em 17 de junho, a apreensão de dois veículos que transportavam grande quantidade de produtos estrangeiros irregularmente introduzidos no Brasil, nos municípios de Santa Terezinha de Itaipu/PR e São Miguel do Iguaçu/PR.

No período da manhã, por volta das sete horas, em trabalhos de fiscalização realizados no posto da Polícia Rodoviária Federal em Santa Terezinha de Itaipu, servidores da Receita Federal realizaram a apreensão de um caminhão modelo Ford, com placas de Guarulhos/SP, carregado com partes e peças de ferramentas, dentro de sacos de rafia. Os produtos foram avaliados em R\$ 88 mil.

Mais tarde, por volta das 11 horas, foi apreendido um veículo Chevrolet/Celta, com placas de Itapetininga/SP, carregado de mercadorias contrabandeadas. Os servidores da RFB haviam montado uma barreira de fiscalização com apoio de policiais militares, na rodovia BR 277, entre as cidades de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, o que fez o automóvel retornar pela contramão da rodovia, situação que foi avistada por policiais do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFront) da PM/PR que trafegavam pelas imediações.

O veículo acabou se refugiando no pátio de uma residência existente no local, onde foi abordado por agentes do BPFront, que então acionou a equipe da RFB. O veículo transportava acessórios de eletrônicos diversos, tais como MP7 *player*, fones de ouvido, peças de celulares e equipamentos para sistemas de comunicação. O condutor do veículo disse que as mercadorias seriam entregues entre as cidades de Medianeira/PR e Matelândia/PR. As mercadorias foram estimadas em R\$ 295 mil.

Os veículos foram encaminhados à sede da RFB em Foz do Iguaçu para verificação e contagem das mercadorias, bem como para a lavratura dos competentes autos de infração visando à aplicação da pena de perdimento.

- **Inspetoria da Receita Federal em Curitiba faz apreensão de entorpecentes na central de distribuição dos Correios**

Equipe: IRF/CTA - Data: 02/07/2014 - Local: Central de Distribuição dos Correios em Curitiba/PR

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultado: Apreensão de 3,5 kg de haxixe e 2 kg de anfetamina.

Observações: Em fiscalização na central de distribuição de encomendas domésticas dos Correios, servidores do Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro (Sevig) da IRF/CTA encontraram 3,5kg de *haxixe* que estavam ocultos no interior da carcaça de um aparelho de videogame *PS3*. A droga estava envolta em papel carbono, objetivando dificultar a identificação através do *scanner* de raio-x. Em outra postagem, foram identificados 2 kg de *Femproporex*, anfetamina de uso proibido no Brasil. Ambas encomendas foram postadas em Cascavel e destinavam-se à cidade do Rio de Janeiro – RJ. Toda droga apreendida foi encaminhada à Polícia Federal.

- **Receita Federal apreende falsa ambulância transportando descaminho no Paraná**

Equipe: Direp e IRF/CTA - Data: 06/08/2014 - Local: Campina Grande do Sul região metropolitana de Curitiba – PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultado: Apreensão de quantidade de mercadorias, tais como: cartões de memória, *pendrives* e óculos de sol provenientes do Paraguai, sem qualquer documentação fiscal, avaliadas em R\$ 600.000,00.

Observações: Equipe formada por servidores da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da SRRF09 e da Inspetoria da RFB em Curitiba, durante fiscalização no Posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-116, em Capina Grande do Sul/PR, interceptou um veículo *van* transportando grande quantidade de cartões de memória, *pendrives* e óculos de sol provenientes do Paraguai, sem qualquer documentação fiscal. As mercadorias foram apreendidas e avaliadas em R\$ 600.000,00. A fim de burlar a fiscalização, os infratores caracterizaram o veículo com aparência de ambulância de empresa de plano de saúde. Foi possível, ainda, identificar e abordar um automóvel que atuava como "batedor". A ação resultou na prisão de três pessoas, que foram encaminhadas à Polícia Federal de Curitiba. Mercadorias e veículos foram levados ao depósito da Inspetoria da Receita Federal de Curitiba.

- **Receita Federal em Cascavel/PR faz operação de repressão e apreende R\$ 250 mil**

Equipe: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel (DRF/CVL) - Data: 04/09/2014 - Local: Municípios da jurisdição da DRF/Cascavel.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultado: Apreensão de um ônibus de turismo carregado com mercadorias diversas e um veículo, com placas do Paraguai, transportando eletrônicos, todos importados irregularmente, em um valor total estimado de R\$ 250.000,00. Foram apreendidos, ainda, 20 kg de maconha. Uma pessoa foi presa em flagrante.

Observações: Servidores da área de repressão aduaneira da DRF/Cascavel realizaram, na noite de 4 de setembro, mais uma operação de repressão ao contrabando, descaminho, tráfico internacional de drogas e outros crimes transfronteiriços. Divididos em três equipes, em uma operação abrangendo a extensão territorial aproximada de 70 km entre os municípios de Lindoeste a Ubiratã, foi realizada a apreensão de um ônibus de turismo carregado com mercadorias diversas e um veículo, com placas do Paraguai, transportando eletrônicos, todos produtos importados irregularmente, num valor total estimado de R\$ 250.000,00. Foram apreendidos, ainda, 20 kg de maconha. Uma pessoa foi presa em flagrante.

- **Receita Federal em Foz do Iguaçu apreende eletrônicos ocultos em carga de bobinas de celulose**

Equipe: DRF/FOZ - Data: 29/10/2014 - Local: Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira/PR.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultado: Foram apreendidas 30 caixas com eletrônicos, dentre eles, celulares, memórias, consoles para videogame e acessórios para celular.

Observações: Na manhã de 29 de outubro, em ações de fiscalização no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira, servidores da RFB realizaram apreensão de grande quantidade de eletrônicos que estava escondida em meio a uma carga de bobinas de celulose.

A apreensão ocorreu por volta das 8h, quando uma carreta com placas de Jaguariaíva/PR foi abordada pela fiscalização. Na documentação da carga, constava o carregamento de bobinas de celulose provenientes da Argentina. Ao realizar a fiscalização não invasiva da carga por meio de escaneamento, foi constatada a presença de volumes que não correspondiam ao formato físico das bobinas. No interior da carreta havia 30 caixas com eletrônicos, dentre eles, celulares, memórias, consoles para videogame e acessórios para celular. O motorista foi preso em flagrante delito e encaminhado até a Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu para prestar esclarecimentos. O caminhão foi levado até o pátio da Receita Federal para deslacação, contagem e valoração das mercadorias apreendidas. O valor total da apreensão foi de R\$ 919 mil.

- **Receita Federal participa da “Operação Brasil Integrado” em Foz do Iguaçu e apreende pneus e mercadorias**

Equipe: DRF/FOZ - Data: 10/11/2014 - Local: Foz do Iguaçu.

Ação: Operação de repressão ao contrabando e descaminho.

Resultado: Ação resultou na apreensão de mercadorias estrangeiras num total de R\$ 110 mil.

Observações: A ação foi organizada pelo Ministério da Justiça e teve a participação de 20 estados. Foi a primeira operação com utilização das estruturas dos Centros Integrados de Comando e Controle Nacional e Regionais montados para a Copa do Mundo de 2014 no seu planejamento e execução. A ação resultou na apreensão de mercadorias estrangeiras num total de R\$ 110 mil.

Na manhã de 4 de novembro, em ações deflagradas nos bairros Vila Portes e Jardim Jupira do município de Foz do Iguaçu, situados próximo à Aduana da Ponte Internacional da Amizade (fronteira Brasil-Paraguai), servidores da RFB, em conjunto com agentes do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar e Guarda Municipal, totalizando de 22 agentes, fiscalizaram estacionamentos, guarda-volumes e hotéis situados na região.

Os trabalhos iniciaram-se por volta das 10h, e, logo nas primeiras diligências, foi localizado um depósito na Vila Portes, onde foram apreendidos 140 pneus contrabandeados. Na sequência, foram apreendidas mercadorias de origem estrangeira num guarda-volumes e em quartos de um hotel situados no Jardim Jupira, como roupas, brinquedos e decorações natalinas ocultas em caixas.

As mercadorias foram encaminhadas para a sede da RFB de Foz do Iguaçu/PR para a contagem e valoração, visando à aplicação da pena de perdimento.

O Centro Integrado de Comando e Controle do Paraná se localiza em Curitiba, no prédio da Secretaria de Segurança Pública, onde as instituições de segurança pública e fiscalização se reúnem para planejamento e acompanhamento das operações. Em reunião nacional do Ministério da Justiça com as Secretarias de Segurança Pública dos 20 Estados participantes e as demais instituições envolvidas, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Leon Grupenmacher, comentou o sucesso da operação no Paraná com o Ministro José Cardoso, por conta dos resultados e da integração com as instituições presentes, citando a Receita Federal como uma importante instituição parceira nas operações integradas.

- **Operação conjunta apreende grande quantidade de mercadorias em Medianeira/PR**

Equipes: RFB e PM/PR - Datas: 05/12/2014 - Local: Medianeira – PR.

Ação: Operação Brasil Integrado II – fiscalização do centro de comércio popular de Medianeira - PR – Operação Fronteira Blindada.

Resultados: Foram apreendidos 330 volumes de mercadorias, como brinquedos, eletrônicos, produtos de bazar em quantidade suficiente para carregar três caminhões, no valor estimado de R\$ 306 mil.

Observações: Operação organizada pelo Ministério da Justiça com as Secretarias de Segurança Pública dos 27 estados brasileiros com a participação de todos órgãos de polícia e fiscalização do país.

Quadro 2: Macroprocesso Administração Aduaneira

Macroprocesso Finalístico		Administração Aduaneira			
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas informatizados (Siscomex, e-DBV, Sistema Remessa e outros). - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante. - Legislação aduaneira e tributária aplicada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores da Receita Federal. - Despachantes. - Importadores. - Exportadores. - Transportadores. - Viajantes. - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Anvisa, Vigilagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas Físicas e Jurídicas. - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são tratados pela Divisão de Administração Aduaneira (Diana) no âmbito da 9ª Região Fiscal.

➤ Administrar Processos de Importação e Exportação:

- No que se refere ao volume de despachos aduaneiros desembaraçados, em 2014 a participação da 9ª Região Fiscal representou cerca de 16% do total nacional. Foram desembaraçadas cerca de 625 mil declarações, sendo 390 mil despachos de importação e 235 mil despachos de exportação, sendo registrado um pequeno crescimento em relação ao ano de 2013, quando foram desembaraçados 621 despachos.
- Cabe destacar que no processo de gerenciamento de riscos operacionais, em 2014, o percentual de declarações selecionadas para conferência aduaneira ficou na ordem de 10% na importação, índice menor que o de 2013 (11,7%) e de 10,32% na exportação (12,44% em 2013).
- Outro ponto a destacar refere-se às encomendas postais internacionais. Em 2014, a SRRF09 realizou o processamento de 19,450 milhões de encomendas na importação, o que representa um crescimento de 15,6% em relação ao ano de 2013.

Convém registrar, ainda, outro tema relevante para a administração aduaneira da 9ª Região Fiscal em 2014, que foi a realização da Copa do Mundo no Brasil.

Diversas unidades da RFB da SRRF09 participaram do evento, atendendo a chegada de cargas (equipamentos de televisão, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos etc) e de bagagens, como de algumas delegações estrangeiras. Sendo Curitiba/PR uma das cidades-sede do evento, houve a mobilização de um contingente adicional de servidores, bem como operações locais, com a integração de diversos órgãos para atender eventuais demandas.

Quadro 2: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendências Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas, propostas, estudos, análises. - Processos administrativos e judiciais. - Informações armazenadas em sistemas. - Legislações diversas, julgados, consultas. - Participação na elaboração do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins , Contribuição para o PIS/Pasep- Importação e Cofins-Importação - Elaboração da Ordem de Serviço SRRF09 nº 2, de 2014, que tratou da uniformização de procedimentos para o reconhecimento da isenção de IPI e IOF na aquisição de automóveis por taxistas e portadores de deficiência 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos. - Órgãos da administração pública. - Pessoas jurídicas. Disit09RF 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de proposta de Legislação Tributária. - Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância. - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - PGFN. - CARF. - Ministro da Fazenda. - Presidencia da República. - Organismos Internacionais.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➤ Processo: Formular Propostas de Legislação Tributária e Aduaneira:

A participação da Divisão de Tributação (Disit) neste processo, restringiu-se à atividade de atualização dos regulamentos da legislação tributária e aduaneira.

Houve a participação da Disit nos trabalhos relativos à elaboração do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação (RPC).

Também houve a participação da Disit nos trabalhos de atualização do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (PAF).

➤ **Processo: Julgar recursos administrativos fiscais:**

Neste processo, houve a participação da Disit no julgamento de recursos hierárquicos, ou seja, aqueles que não seguem o rito do Decreto nº 70.235, de 1972, sendo que durante o ano de 2014, foram emitidos 115 despachos decisórios em julgamento de recursos hierárquicos.

➤ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos:**

Cabe destacar a participação da Disit nas três principais atividades relativas a este processo:

1) Realizar soluções de consultas

Dentro da nova sistemática de soluções de consulta, adotada a partir de setembro de 2013, cabe às Divisões de Tributação das Superintendências a elaboração de minutas de soluções de consulta e a emissão de despachos decisórios e de soluções de consulta vinculadas.

Neste escopo, a Disit elaborou e encaminhou à Cosit, para aprovação, 99 minutas de soluções de consulta. Também foram emitidos, pela Disit, 113 despachos decisórios, que decidiram pela ineficácia da consulta formulada, e 32 soluções de consulta vinculadas.

2) Formular atos normativos

Em 2014, a Disit elaborou e publicou a Ordem de Serviço nº 2, de 27 de outubro de 2014, que tratou da uniformização de procedimentos para o reconhecimento da isenção de IPI e IOF na aquisição de automóveis por taxistas e portadores de deficiência.

3) Realizar interpretação da legislação

Cabe mencionar a participação da Disit na revisão e atualização dos pareceres normativos relativos ao imposto de renda pessoa jurídica das décadas de 1970 e 1980, realizadas pela Cosit.

Quadro 2: Macroprocesso Interação com a Sociedade

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Coaef e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugestões. - Reclamações. - Notícias. - Pesquisas de Avaliação. - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvidoria. - Unidades da Receita Federal. - Imprensa. - Contribuintes. - FGV. - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo. - Secom/PR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da SRRF09 com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

➤ **Processo: Desenvolver Moral Tributária:**

A SRRF09, através de sua Divisão de Interação com o Cidadão (Divic), juntamente com as unidades descentralizadas, realizaram as seguintes atividades:

- Ações de educação fiscal; e
- Ações, em parceria com outras instituições, de educação fiscal e de orientação tributária.

Em 2014, o programa de educação fiscal regional contemplou ações realizadas em parceria com a área de educação, a realização de seminários estadual e municipais, a construção de grupos de educação fiscal municipal (GEFM), além da implementação das ações promovidas nacionalmente, em especial o programa “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”. Ao longo do ano,

foram realizados 1.403 eventos de educação fiscal na região quantidade superior à meta, a qual foi determinada em 1.060 eventos.

A SRRF09, isoladamente ou por intermédio das suas unidades locais e, em parceria com os integrantes dos grupos de educação fiscal dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, assim como, com os grupos de educação fiscal municipais existentes nestes Estados, desenvolveu: projetos de educação fiscal à distância com professores da rede pública e privada, além de outros segmentos de servidores públicos; concursos de redação com temas relacionados à cidadania fiscal; concursos para projetos educacionais, para aplicação com alunos do ensino médio e fundamental; seminários municipais em diversos municípios, além do “Seminário Estadual de Educação Fiscal do Estado do Paraná” (realizado anualmente e que em 2014 chegou à sua 12ª edição), cujos eventos reúnem centenas e até milhares de profissionais da educação e do serviço público, além de convidados de todas as áreas afins.

Por meio de seus representantes locais em suas unidades locais, a SRRF09 colaborou também na implantação de grupos de educação fiscal nos municípios. Também organizou eventos temáticos de cidadania, combate à corrupção, à pirataria, ao contrabando e descaminho, dentre outros.

Em 2014, a SRRF09 participou da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado Paraná, atuando, dentre outras comissões, na Comissão Temática de Prevenção e Controle Social, juntamente com outros entes públicos no estado, a saber: Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Polícia Federal. Referida comissão atua utilizando como um de seus programas bases a educação fiscal.

➤ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A SRRF09 atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem tanto o cumprimento como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Os resultados de 2014 na 9ª Região Fiscal podem ser observados no quadro resumo a seguir, o qual também mostra o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

	Tipos e Indicadores de Atendimentos ao Contribuinte	2013	2014
1	Atendimento presencial	2.406.838	2.251.041
2	Tempo médio de espera	9m12s	9m10s
3	E-cac	8.049.068	11.719.061
4	TME 15*	92,02%	97,79%

Fonte: Divisão de Interação com o Cidadão 9ª Região Fiscal

* Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

Na comparação entre 2013 e 2014, observa-se uma redução no número de atendimentos presenciais, de 2.406.838 para 2.251.041, redução de 6,5%. Enquanto o atendimento eletrônico teve um forte acréscimo de cerca de 45%, o que justificaria a redução no atendimento presencial, os resultados obtidos a partir do crescimento do uso dos recursos tecnológicos - associados ao projeto da Divic da SRRF09 de divulgação da página na internet e do incentivo ao uso do sistema “e-Cac”, além da implantação do convênio da RFB com a Junta Comercial do Paraná – também contribuíram para a redução do número de atendimento presencial referentes às inscrições e atualizações.

Foram realizadas 7 turmas de capacitação para os servidores que prestam atendimento direto ao cidadão (totalizando 225 servidores), com enfoque comportamental e de integração, além da realização de 2 seminários específicos para gestores do atendimento presencial.

A SRRF09 desenvolve relacionamento de parcerias com diversas entidades da sociedade civil organizada com fins de prestar orientação tributária e aduaneira. Com este enfoque, ocorreram no ano de 2014 eventos sobre temas tributários, como o Parcelamento Especial, eSocial (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED) e Simples Nacional. Foram divulgados diversos boletins com notícias e novidades legislativas e procedimentais para o cumprimento das obrigações tributárias.

Os principais parceiros públicos e privados da SRRF09 são: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR); Conselho Regional de Contabilidade (CRC/PR); Federação das Indústrias do Paraná (FIEP); Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC); Ordem dos Advogados do Brasil/PR (OAB/PR); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Junta Comercial do Paraná (Jucepar); Junta Comercial de Santa Catarina (Jusesc); Prefeitura Municipal de Curitiba e Secretaria de Finanças do Município de Curitiba; Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC).

➤ **Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade**

A Ouvidoria é o canal de comunicação gerido no âmbito da SRRF09. A Ouvidoria-Geral da Receita Federal do Brasil faz parte da rede de ouvidores que compõe a Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda. A ouvidoria deve tratar com eficiência, eficácia e efetividade as manifestações que lhe chegam do cidadão usuário sobre os serviços prestados pela RFB.

A Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda recebe as manifestações classificadas como: reclamações, denúncias, elogios ou sugestões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos que integram a estrutura do Ministério da Fazenda. Essas manifestações são repassadas via Sistema Ouvidor para as providências a serem adotadas nas respectivas unidades organizacionais (Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central, dentre outros).

Na RFB as manifestações chegam eletronicamente para a Ouvidoria RFB (Unidade Central) e suas representações regionais (Superintendências). Os canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e outros são: via internet, na página do Ministério da Fazenda ou da RFB; por telefone, no número 08007021111; por correspondência endereçada à Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

Na 9ª Região Fiscal foram recebidas, em 2014, 15.202 manifestações, cuja classificação e frequência mensal é detalhada no quadro que segue:

QUANTITATIVO DE MENSAGENS - TIPOS DE MANIFESTAÇÃO 9ª REGIÃO FISCAL – 2014

Ouvidoria RF09 2014

Tipo de Mensagem \ Data da Mensagem	2013/12	2014/01	2014/02	2014/03	2014/04	2014/05	2014/06	2014/07	2014/08	2014/09	2014/10	2014/11	2014/12	Total
	2013/12	2014/01	2014/02	2014/03	2014/04	2014/05	2014/06	2014/07	2014/08	2014/09	2014/10	2014/11	2014/12	Total
Denúncia	17	21	19	27	25	22	32	23	17	48	18	25	16	310
Elogio	2	1	6	6	3	1	4	3	12	1	4	0	0	43
Informação	289	415	54	167	87	196	205	257	166	155	304	213	135	2643
Reclamação	302	965	724	609	543	1217	1451	1193	918	1210	974	1052	773	11931
Sem Classificação	1	19	3	0	0	0	0	0	1	22	0	1	2	49
Solicitação	23	10	4	7	22	46	28	5	34	6	11	15	4	213
Sugestão	0	1	2	4	1	0	0	0	0	5	0	0	0	13
Total	634	1432	812	820	681	1482	1718	1481	1148	1447	1311	1306	930	15202

Fonte: Divisão de Interação com o Cidadão 9ª Região Fiscal

➤ Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens

A RFB administra 4 grandes cadastros tributários: Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR) e o Cadastro Previdenciário (SISCOL). A SRRF09 administra, tais cadastros em âmbito regional e, em 2014, destacaram-se as seguintes realizações:

Redesim (Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios): Após os testes de homologação, foi implementado em agosto/2014 o deferimento, juntamente com o registro/alteração da empresa, das inscrições e alterações no CNPJ, centralizadamente na Junta Comercial do Paraná (Jucepar), em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei 11.598/2007, que prevê a entrada única de dados cadastrais e documentos. Este aplicativo deu início à implantação do processo de simplificação e integração do registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no âmbito da Redesim, no Estado do Paraná.

A Divic da SRRF09 promoveu o treinamento dos relatores de todos os escritórios da Jucepar, com fins de capacitá-los a prestar orientação aos contribuintes e a operacionalizar o convênio relativo ao deferimento dos atos de inscrição e alteração no CNPJ diretamente na Jucepar.

A Divic da SRRF09 participou, ao longo de 2014, auxiliando a Coordenação Geral de Cadastros na construção dos projetos do novo CPF, do CNIR (Cadastro Nacional de Imóvel Rural) e CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) fiscal, além do projeto Redesim nacional. Além

desses, a 9^a Região Fiscal contribui também, em âmbito nacional, no suporte ao esclarecimento de dúvidas referentes ao tema CNPJ.

Os principais parceiros públicos e privados são: Prefeitura de Curitiba - Secretaria de Finanças (Cadastro Sincronizado); Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná; Jucepar; Sebrae/PR; Jucesc; Entidades que compõem os Subcomitê Regional da Redesim no Paraná; Subcomitê Regional da Redesim em Santa Catarina.

Desafios para 2015 na gestão de cadastro: Homologar e implementar o deferimento da baixa de CNPJ, concomitantemente com a extinção/distrato na Jucepar e na Jucesc. Fazer o acompanhamento da implantação do deferimento da inscrição, alteração e baixa de CNPJ nas Juntas Comerciais do Paraná e de Santa Catarina.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O Subitem “**2.3 – Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da Unidade Jurisdicionada**” da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 não fará parte do Relatório de Gestão das Superintendências Regionais, pois a administração da unidade de correição é realizada no órgão central e as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do órgão central da RFB.

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da SRRF09

2.1.1 – Estrutura de Governança

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da administração pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da tecnologia da informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui 8 instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT), o Sistema de Correição (Corregedoria da RFB), a Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB), o Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB), o Comitê de Execução Orçamentária da RFB e o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB), pois são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Todavia, convém registrar que a CEPS-RFB possui um representante regional designado por esta unidade jurisdicionada: o Sr. Carlos Alberto Kletemberg, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, atual Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da 9ª Região Fiscal.

No âmbito da SRRF09, identificam-se as instâncias de governança a seguir.

Reuniões de Avaliação Estratégica Regional (RAE)

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da instituição estão sendo alcançados, o Núcleo Estratégico da RFB avalia e acompanha as iniciativas estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

Alinhada ao modelo adotado pelo Gabinete da RFB, a 9ª Região Fiscal realiza trimestralmente a RAE Regional (Reunião de Avaliação Estratégica Regional), a qual é organizada pelo Gabinete da SRRF09 e conta com a participação do Superintendente Regional, Superintendentes-Adjuntos, chefes de divisão, Delegados e Inspetores-Chefes das unidades da 9ª Região Fiscal, assistentes de gabinete e autoridades institucionais convidadas a participar de debates de temas específicos.

A RAE Regional tem o intuito de avaliar a execução da estratégia da RFB na 9ª Região Fiscal,, acompanhar o desempenho dos indicadores estratégicos e das iniciativas estratégicas, bem como tratar de temas relevantes vinculados à atuação da 9ª Região Fiscal para o atingimento dos objetivos estratégicos previstos no mapa estratégico da RFB.

Para intensificar as ações de acompanhamento da SRRF09, mensalmente são realizadas reuniões do gabinete com os chefes de Divisão, com a finalidade de avaliar o desempenho dos indicadores estratégicos na 9ª Região Fiscal, o andamento dos projetos estratégicos, bem como para garantir o alinhamento da equipe e a adoção de ajustes necessários para a melhoria constante dos resultados apresentados pela SRRF09.

Ouvidoria da SRRF09

Quanto à ouvidoria, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma estrutura de ouvidoria interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por unidades central e regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda, o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às unidades central e regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na *internet* <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac); e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela ouvidoria da unidade central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados aos respectivos gestores.

2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos

Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da UJ estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. (*)				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise crítica e comentários relevantes:					
A avaliação do sistema de controles internos da unidade jurisdicionada foi realizada pelo gabinete da SRRF09.					
(*) Item 12 – Diagnóstico dos riscos: de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última nem sempre é sistematizada (empírica). Com a criação de unidade específica para gerenciamento de riscos (Coordenação de Gestão de Riscos – Coris) e a adoção de metodologia específica (qualitativa e quantitativa), a cultura de gestão de riscos está, pouco a pouco, sendo disseminada e implementada na RFB.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão Informações sobre “**Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão**” (subitem 3.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois tanto a elaboração quanto a divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do órgão central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do órgão central da RFB.

Também não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre os “**Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão**” (subitem 3.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois da 9ª Região Fiscal não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços. Essas pesquisas, normalmente, são decididas e realizadas pelo órgão central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do órgão central da RFB.

3.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc.

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF).

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às unidades central e regionais da RFB.

A Ouvidoria das unidades centrais trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas à tecnologia da informação (TI). Compete também à Ouvidoria da unidade central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3^a, 6^a e 9^a Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

Forma de recepção das mensagens:

As mensagens são postadas pelos cidadãos na ouvidoria, por intermédio de:

- portal da ouvidoria na internet: <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>;
- *call center* da ouvidoria, que atende pelo número 0800.702.1111;
- correspondências, fax;
- formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes (Cac); e
- pessoalmente.

Tratamento das mensagens:

As denúncias relativas a sonegação são encaminhadas e respondidas pela divisão de fiscalização.

As referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria.

Pedidos de informação normalmente são respondidos pela Ouvidoria da unidade central.

Elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis, para conhecimento e providências. As reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos.

O prazo máximo para resposta é de até trinta dias.

Estatísticas relativas a 2014:

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas pela SRRF09 15.202 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:

- 43 elogios;

- 13 sugestões;
- 213 solicitações diversas;
- 2.643 pedidos de informação; e
- 11.931 reclamações.

Informações gerenciais:

Os relatórios relativos à Ouvidoria são elaborados pelos representantes regionais da ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da RFB e encaminhados ao superior imediato na unidade e às áreas de interesse.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da RFB e às áreas de interesse e publicado na *intranet* da instituição.

Soluções aplicadas:

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela RFB, em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

Cabe ressaltar, contudo, que, no exercício de 2014:

- sucessivas intervenções nos serviços de agendamento e de atendimento presencial das unidades da RFB melhoraram esses serviços.
- um grande esforço está sendo desenvolvido, nas Alfândegas e Inspetorias (sobretudo em Curitiba) juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. A previsão é de um novo sistema entrar em operação no segundo semestre de 2015;

3.2 - Demonstração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada

Em novembro de 2013 foi realizada uma pesquisa de imagem da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme informações abaixo.

Notas sobre a metodologia (1)

Objetivo: Avaliar a imagem da instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa

Método: Entrevista pessoal.

População: O público é dividido em dois segmentos:

Pessoa Física - Cidadão brasileiro que tenha CPF em seu próprio nome; e,

Pessoa Jurídica - Representantes de empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de setembro e 20 de outubro de 2013.

Notas sobre a metodologia (2)

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 3.000 entrevistas, distribuídas da seguinte forma, com seus respectivos erros amostrais, a um nível de confiança de 95,5%:

REGIÃO	TOTAL (PJ + PF)			PESSOA FÍSICA			PESSOA JURÍDICA		
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.
1ª	15.415.105	340	5%	13.964.308	250	6%	1.450.797	90	10%
2ª	11.658.471	380	5%	10.952.785	300	6%	705.686	80	11%
3ª	15.218.467	190	7%	14.355.081	150	8%	863.386	40	16%
4ª	16.638.413	250	6%	15.657.983	200	7%	980.430	50	14%
5ª	13.841.255	140	8%	12.875.788	100	10%	965.467	40	16%
6ª	19.130.288	170	8%	17.577.358	100	10%	1.552.930	70	11%
7ª	19.762.744	500	4%	18.158.544	350	5%	1.604.200	150	8%
8ª	43.822.939	750	4%	39.238.377	550	4%	4.584.562	200	7%
9ª	17.024.439	140	8%	15.327.586	100	10%	1.696.853	40	16%
10ª	11.344.837	140	8%	10.169.475	100	10%	1.175.362	40	16%
TOTAL	183.856.958	3000	1,8%	168.277.285	2200	2,1%	15.579.673	800	3,5%

Notas sobre a metodologia (3)

Ponderação dos dados: Os dados são ponderados em função do peso relativo do número de CPF e CNPJ nas respectivas unidades da seguinte forma:

REGIÃO	PESSOA FÍSICA				PESSOA JURÍDICA			
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
1 ^a	13.964.308	250	8%	0,730258	1.450.797	90	9%	0,827744
2 ^a	10.952.785	300	7%	0,477310	705.686	80	5%	0,452953
3 ^a	14.355.081	150	9%	1,251156	863.386	40	6%	1,108349
4 ^a	15.657.983	200	9%	1,023536	980.430	50	6%	1,006881
5 ^a	12.875.788	100	8%	1,683337	965.467	40	6%	1,239393
6 ^a	17.577.358	100	10%	2,298004	1.552.930	70	10%	1,139162
7 ^a	18.158.544	350	11%	0,678282	1.604.200	150	10%	0,549160
8 ^a	39.238.377	550	23%	0,932708	4.584.562	200	29%	1,177062
9 ^a	15.327.586	100	9%	2,003876	1.696.853	40	11%	2,178291
10 ^a	10.169.475	100	6%	1,329523	1.175.362	40	8%	1,508840
TOTAL	168.277.285	2200	100%	--	15.579.673	800	100%	--

E também pela proporção de pessoa física e pessoa jurídica:

TIPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
PF	168.277.285	2200	92%	1,248085
PJ	15.579.673	800	8%	0,317768
TOTAL	183.856.958	3000	100%	--

Notas sobre a metodologia (4)

Apresentação dos Resultados:

Todas as perguntas apresentam o índice de entrevistados que, por alguma razão, não a responderam.

Para título de avaliação de cada pergunta, são excluídos os questionários que não responderam à pergunta. Desse modo, as tabulações de frequência, bem como o cálculo da média, são apurados levando-se em conta apenas os questionários que tiveram a questão respondida.

Todos os resultados são apresentados por total, e, quando a base estatística é significativa, segmentados por tipo, atendimento e unidade.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste “T” e Teste “Z”), e, quando há alguma diferença ao nível de 95% de significância, ocorre uma sinalização em vermelho nos quadros.

Os dados, sempre que possível, são comparados com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2010. E, nesse caso, também é feito um teste estatístico para apontar se a diferença entre os dois resultados (o de 2010 e o atual) é, estatisticamente, significativo. Em caso positivo, e para maior, o resultado deste ano está assinalado em roxo.

Notas sobre a metodologia (5)

Testes Estatísticos

Os testes “T” e “Z” são dois testes de hipóteses, de métodos paramétricos utilizados em pesquisa de marketing para comparação de uma média (número absoluto) ou de uma porcentagem (número relativo - %) de uma população total com a respectiva média ou porcentagem de uma subpopulação (segmento).

O nível de significância dessa comparação aponta o quanto diferente (ou não diferente) são esses dois valores comparados. Pode ser de 99%, 98%, 95% ou 90%. O padrão utilizado nas pesquisas de marketing é de 95% de significância.

Notas sobre a metodologia (6)

Testes Estatísticos

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste “T” e Teste “Z”). Quando se encontrou um percentual na amostra segmentada com uma diferença significativa (ao nível de 95% de significância) em relação à amostra geral, esses percentuais foram assinalados em vermelho nos respectivos quadros. Ou seja, sempre que as diferenças encontradas entre os resultados segmentados e o resultado total da pesquisa forem expressivas e consistentes (vale dizer, significativas ao nível de 95%) e que, portanto, não foram um mero efeito do acaso, esses percentuais foram assinalados em vermelho.

No caso da comparação dos resultados das duas pesquisas (de 2010 e 2013), os testes utilizados são os mesmos, o Teste “T” e o Teste “Z” com a ressalva de que são para amostras diferentes.

Notas sobre a metodologia (7)

Testes Estatísticos

O fato de existirem resultados segmentados não assinalados em vermelho não os invalida de forma alguma. Simplesmente indica que as diferenças em relação à média nacional não apresentam o nível de significância-padrão estabelecido.

Todos os resultados obtidos (médias nacionais e amostras segmentadas) são consistentes com a margem de erro e nível de confiança calculados para a amostra global e para cada subamostra. Por outro lado, os valores assinalados em vermelho nos dão uma informação adicional.

Assim, se as diferenças observadas forem consideradas como uma informação importante para subsidiar iniciativas gerenciais para aprofundar o conhecimento de um determinado segmento (região, categoria de servidor, tipo de contribuinte, etc.), os segmentos cujos valores foram assinalados em vermelho, indicariam uma ordem de prioridade para intervenções.

Notas sobre a metodologia (8)

“Escala de Likert”

Em várias perguntas é utilizado o recurso de pesquisa de opinião e de marketing conhecido como “Escala de Likert”, que consiste numa “réguia” de 5 graus adaptada às necessidades do que se deseja avaliar.

A nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo, ao passo que a nota 5 é associada ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado.

Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em considerações as frequências das 5 opções da “Escala de *Likert*”.

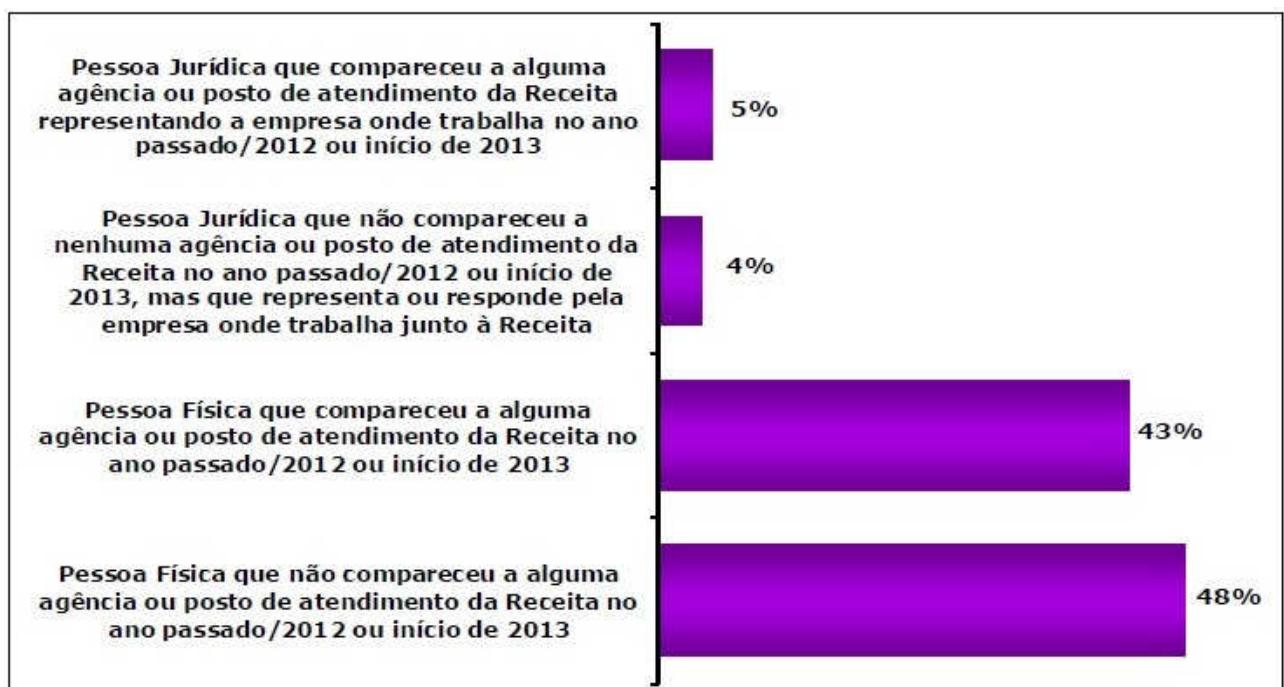
Deve-se ter um cuidado especial quando a média se posicionar muito próxima do valor intermediário (3) porque podem existir duas interpretações:

- Elevado índice de entrevistados sem opinião formada; ou
- Dicotomia expressiva entre os extremos da Escala de *Likert*.

PLANO AMOSTRAL PONDERADO

Plano Amostral – Ponderado

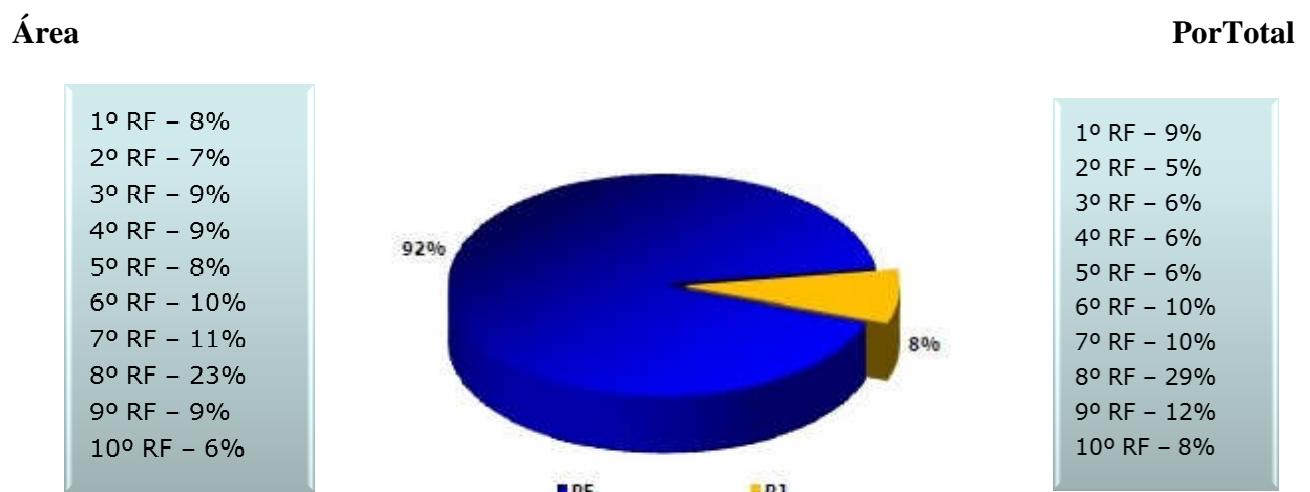
Classificação **Por Total**



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada – RU

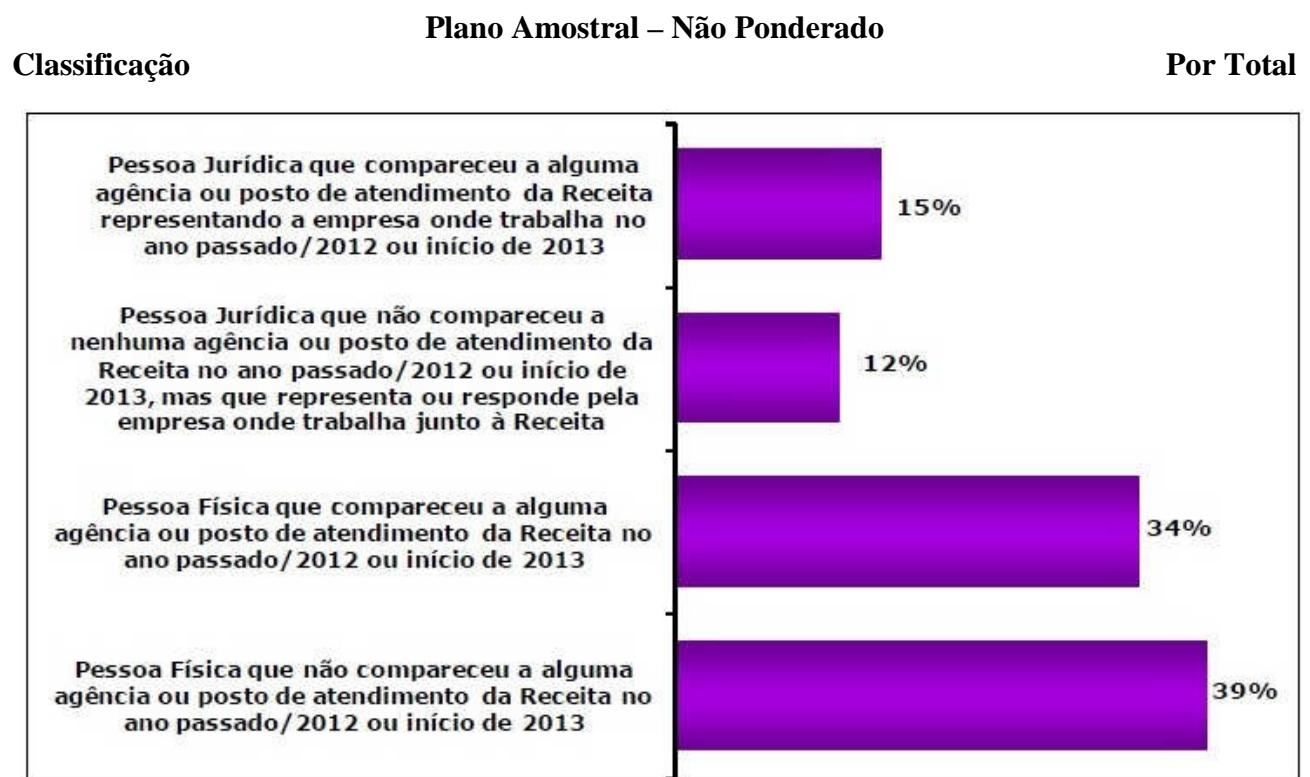
Plano Amostral – Ponderado



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da federação e cidade. Espontânea – RU

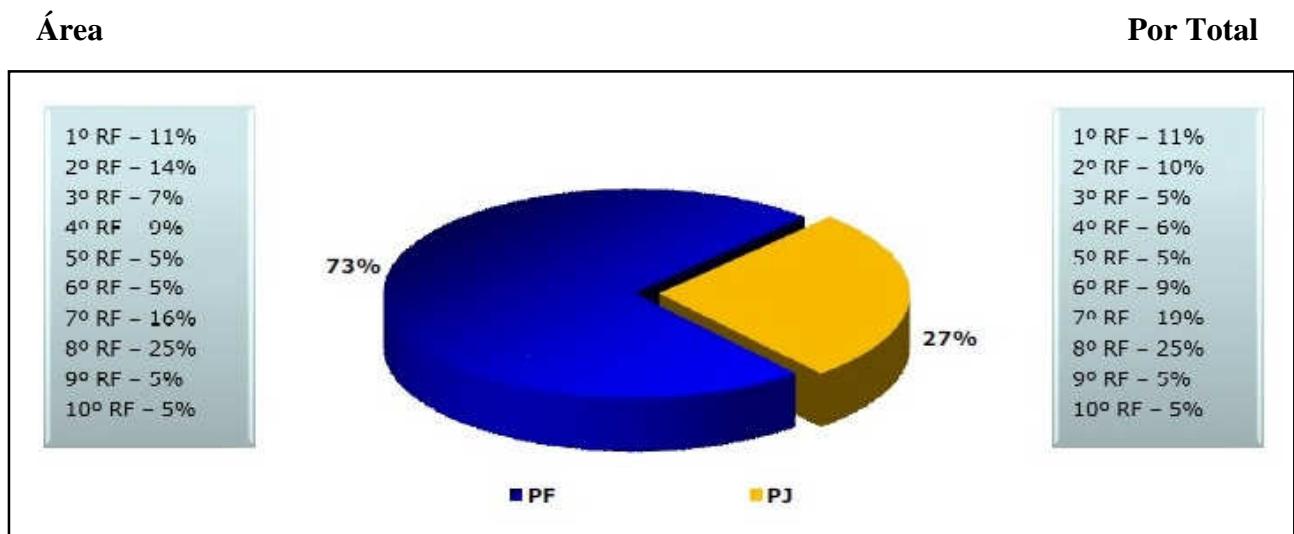
PLANO AMOSTRAL NAO PONDERADO



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada - RU

Plano Amostral – Não Ponderado



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da federação e cidade. Espontânea – RU

Imagen da Secretaria da Receita Federal

Apresentação de Resultados

P.4) A palavra associada à RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
Tributos / impostos	27%	42%	32%	41%	33%	21%	23%	19%	23%	14%	34%
Imposto de renda	21%	11%	17%	8%	9%	21%	8%	25%	37%	26%	15%
CPF	13%	6%	18%	10%	6%	22%	6%	8%	22%	7%	8%
Leão	5%	3%	5%	8%	5%	2%	4%	14%	2%	8%	1%
Fiscalização / fiscal	4%	7%	4%	3%	4%	1%	7%	3%	3%	7%	5%
Burocracia	4%	3%	2%	6%	6%	5%	12%	7%	0%	1%	2%
Cobrança	3%	2%	4%	6%	4%	1%	3%	3%	1%	1%	9%
Competência	3%	4%	2%	4%	4%	5%	4%	0%	0%	2%	6%
Problema / dor de cabeça	2%	1%	1%	1%	5%	4%	7%	1%	1%	1%	3%
Dinheiro	2%	4%	2%	1%	4%	6%	3%	2%	1%	3%	-
Órgão Federal	2%	2%	1%	1%	2%	3%	8%	1%	0%	5%	3%
Sonegação de impostos	2%	3%	1%	1%	5%	1%	-	2%	2%	4%	3%
Documentações / certidões	2%	3%	3%	1%	1%	3%	0%	2%	0%	-	6%
Responsabilidade	1%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	0%	2%	1%	-
Governo Federal	1%	2%	0%	1%	1%	2%	5%	1%	-	2%	1%
Corrupção	1%	0%	0%	0%	1%	0%	3%	1%	1%	2%	-
Pagar / pagamento	1%	0%	0%	-	1%	1%	-	1%	0%	5%	-
Polícia Federal	1%	1%	1%	-	-	-	-	2%	1%	2%	2%
Taxas / juros	1%	1%	-	1%	-	-	0%	2%	1%	1%	0%
CNPJ	1%	-	0%	3%	-	0%	-	0%	1%	-	-
Dívida	1%	2%	2%	1%	1%	1%	-	0%	0%	-	-
Outros	1%	1%	3%	2%	6%	-	4%	3%	2%	3%	2%
Não sabe	1%	-	0%	-	1%	-	1%	3%	0%	5%	-

Base: Total da amostra

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea – RU

P.5) As Funções da RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
MISSÃO CORRETA	94%	89%	98%	99%	94%	96%	96%	87%	95%	90%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	55%	58%	43%	52%	46%	60%	51%	40%	42%	39%
Órgão que cadastrá / cancela / regulariza o CPF	28%	20%	42%	35%	30%	28%	24%	18%	38%	14%	21%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	11%	11%	24%	13%	25%	8%	23%	37%	16%	27%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	16%	27%	21%	26%	30%	15%	15%	15%	16%	4%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	13%	10%	6%	11%	5%	8%	14%	7%	21%	21%
Órgão que cadastrá / cancela o CNPJ	9%	9%	21%	21%	9%	17%	3%	2%	4%	5%	14%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	10%	14%	11%	17%	6%	5%	5%	5%	4%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	7%	4%	4%	6%	6%	0%	7%	9%	7%	4%
Orienta os contribuintes	1%	-	4%	-	-	-	8%	-	-	-	-
MISSÃO ERRADA	14%	17%	21%	13%	12%	19%	7%	13%	11%	19%	17%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	2%	3%	3%	4%	1%	5%	1%	7%	14%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	6%	3%	3%	5%	1%	-	4%	2%	7%	1%
Tirar o passaporte	2%	1%	1%	-	1%	1%	-	1%	5%	2%	-
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	5%	5%	1%	-	0%	1%	1%	1%	-
Cuida dos aeroportos	1%	1%	1%	1%	1%	6%	-	0%	1%	1%	-
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	3%	0%	1%	3%	-	1%	0%	1%	-
Órgão que controla o fisco do país	1%	2%	0%	-	1%	2%	-	1%	1%	-	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	0%	2%	0%	0%	1%	4%	-	0%	-	-
Parcelamento de débitos	1%	0%	3%	1%	-	2%	0%	0%	-	-	-
Outras	1%	0%	1%	0%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	5%	-	-	1%	2%	2%	7%	2%	3%	0%

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total e Unidade)

	Total	Unidade									
		1 ^a RF	2 ^a RF	3 ^a RF	4 ^a RF	5 ^a RF	6 ^a RF	7 ^a RF	8 ^a RF	9 ^a RF	10 ^a RF
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,10	2,49
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

P.6A) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte”

Média na escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (360)	3 ^a RF (130)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (100)	10 ^a RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	0%	-	2%	3%	3%	4%	3%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	100%	100%	98%	97%	97%	96%	97%
		Unidade									
	Total (2939)	1 ^a RF (331)	2 ^a RF (375)	3 ^a RF (188)	4 ^a RF (249)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (167)	7 ^a RF (480)	8 ^a RF (727)	9 ^a RF (136)	10 ^a RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	71%	58%	75%	68%	70%	68%	70%	83%	72%	64%
Concorda totalmente (1)	34%	38%	18%	31%	26%	35%	42%	32%	37%	46%	26%
Concorda parcialmente (2)	38%	33%	40%	44%	42%	35%	26%	38%	46%	26%	38%
Não concorda nem discorda (3)	13%	11%	15%	16%	11%	9%	16%	18%	13%	6%	9%
Discorda parcialmente (4)	9%	8%	22%	7%	16%	13%	8%	10%	3%	10%	9%
Discorda totalmente (5)	6%	10%	5%	2%	5%	8%	8%	2%	1%	12%	18%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	15%	18%	27%	9%	21%	21%	16%	12%	4%	22%	27%
MÉDIA	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,1	2,49

Base: Total da amostra

P.6A: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6B) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	4%
AVALIOU 	98%	97%	100%	99%	98%	99%	99%	98%	99%	99%	96%
	Total (2957)	Unidade									
		1 ^a RF (329)	2 ^a RF (379)	3 ^a RF (188)	4 ^a RF (245)	5 ^a RF (139)	6 ^a RF (169)	7 ^a RF (491)	8 ^a RF (743)	9 ^a RF (139)	10 ^a RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	68%	73%	81%	68%	82%	63%	71%	68%	81%	75%
Concorda totalmente (5)	31%	36%	31%	28%	27%	49%	35%	21%	25%	36%	34%
Concorda parcialmente (4)	41%	32%	42%	53%	41%	33%	28%	50%	43%	45%	41%
Não concorda nem discorda (3)	17%	14%	14%	10%	11%	6%	15%	21%	30%	7%	17%
Discorda parcialmente (2)	6%	10%	8%	6%	17%	5%	9%	3%	2%	1%	5%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	5%	3%	4%	7%	13%	5%	-	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	13%	9%	21%	12%	22%	8%	2%	12%	8%
MÉDIA	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19

Base: Total da amostra

P.6B: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6C) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade										
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (300)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)	
NÃO SABE	2%	3%	1%	3%	1%	1%	1%	4%	2%	-	3%	
AVALIOU ↗	98%	97%	99%	97%	99%	99%	99%	96%	98%	100%	97%	
		Total (2942)	Unidade									
			1ª RF (326)	2ª RF (378)	3ª RF (186)	4ª RF (249)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (483)	8ª RF (736)	9ª RF (140)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	62%	62%	62%	74%	50%	68%	52%	48%	61%	72%	65%	
Concorda totalmente (5)	27%	31%	27%	31%	21%	34%	24%	17%	26%	30%	33%	
Concorda parcialmente (4)	35%	31%	35%	43%	39%	34%	28%	31%	35%	42%	32%	
Não concorda nem discorda (3)	19%	14%	16%	13%	15%	7%	18%	30%	24%	11%	27%	
Discorda parcialmente (2)	8%	11%	16%	10%	15%	11%	13%	8%	2%	6%	5%	
Discorda totalmente (1)	11%	13%	6%	3%	10%	14%	17%	14%	13%	11%	3%	
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	19%	24%	22%	13%	25%	25%	30%	22%	15%	17%	8%	
MÉDIA	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21	

Base: Total da amostra

P.6C: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6D) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (310)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
NÃO SABE	1%	3%	1%	1%	2%	2%	-	2%	1%	2%	2%
AVALIOU 	99%	97%	99%	99%	98%	98%	100%	96%	99%	98%	98%

	Total (2958)	Unidade									
		1 ^a RF (331)	2 ^a RF (376)	3 ^a RF (189)	4 ^a RF (246)	5 ^a RF (137)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (491)	8 ^a RF (743)	9 ^a RF (138)	10 ^a RF (137)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	74%	71%	73%	78%	75%	63%	70%	65%	84%	69%	79%
Concorda totalmente (5)	32%	39%	36%	27%	28%	34%	43%	21%	31%	33%	34%
Concorda parcialmente (4)	42%	32%	37%	51%	47%	29%	27%	44%	53%	36%	45%
Não concorda nem discorda (3)	15%	12%	13%	11%	11%	15%	14%	24%	15%	14%	13%
Discorda parcialmente (2)	6%	9%	10%	6%	10%	10%	7%	5%	1%	5%	7%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	4%	5%	4%	12%	9%	6%	-	12%	1%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	17%	14%	11%	14%	22%	16%	11%	1%	17%	8%
MÉDIA	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21

Base: Total da amostra

P.6D: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6E) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade										
		1ª RF (348)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)	
NÃO SABE	2%	4%	1%	1%	3%	1%	2%	2%	1%	3%	3%	
AVALIOU	98%	96%	99%	99%	97%	99%	98%	98%	99%	97%	97%	
		Total (2045)	Unidade									
			1ª RF (326)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (242)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (490)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (135)
<i>TOP 2 BOXES - CONCORDA</i>	69%	67%	70%	74%	60%	73%	61%	64%	71%	80%	74%	
Concorda totalmente (5)	27%	30%	28%	23%	24%	37%	26%	16%	26%	38%	31%	
Concorda parcialmente (4)	42%	37%	42%	51%	36%	36%	35%	48%	45%	42%	43%	
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	17%	12%	16%	18%	15%	10%	13%	23%	26%	8%	15%	
Discorda parcialmente (2)	8%	10%	11%	7%	17%	8%	11%	6%	3%	3%	9%	
Discorda totalmente (1)	6%	11%	3%	1%	8%	9%	15%	7%	0%	9%	2%	
<i>BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA</i>	14%	21%	14%	8%	25%	17%	26%	13%	3%	12%	11%	
MÉDIA	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07	

Base: Total da amostra

P.6E: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6F) “A RECEITA FEDERAL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações, etc.)”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (250)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
NÃO SABE	2%	4%	1%	1%	3%	1%	2%	2%	1%	3%	3%
AVALIOU 	98%	96%	99%	99%	97%	99%	98%	98%	99%	97%	97%

	Total (2945)	Unidade									
		1 ^a RF (326)	2 ^a RF (375)	3 ^a RF (188)	4 ^a RF (242)	5 ^a RF (139)	6 ^a RF (168)	7 ^a RF (490)	8 ^a RF (745)	9 ^a RF (137)	10 ^a RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	69%	67%	70%	74%	60%	73%	61%	64%	71%	80%	74%
Concorda totalmente (5)	27%	30%	28%	23%	24%	37%	26%	16%	26%	38%	31%
Concorda parcialmente (4)	42%	37%	42%	51%	36%	36%	35%	48%	45%	42%	43%
Não concorda nem discorda (3)	17%	12%	16%	18%	15%	10%	13%	23%	26%	8%	15%
Discorda parcialmente (2)	8%	10%	11%	7%	17%	8%	11%	6%	3%	3%	9%
Discorda totalmente (1)	6%	11%	3%	1%	8%	9%	15%	7%	0%	0%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	14%	21%	14%	8%	25%	17%	26%	13%	3%	12%	11%
MÉDIA	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07

Base: Total da amostra

P.6F: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6G) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1 ^a RF (340)	2 ^a RF (380)	3 ^a RF (190)	4 ^a RF (280)	5 ^a RF (140)	6 ^a RF (170)	7 ^a RF (500)	8 ^a RF (750)	9 ^a RF (140)	10 ^a RF (140)
NÃO SABE	5%	12%	2%	3%	7%	2%	0%	4%	6%	3%	6%
AVALIOU	95%	88%	98%	97%	93%	98%	100%	96%	94%	97%	94%
	Total (2861)	Unidade									
		1 ^a RF (295)	2 ^a RF (374)	3 ^a RF (186)	4 ^a RF (235)	5 ^a RF (138)	6 ^a RF (168)	7 ^a RF (486)	8 ^a RF (712)	9 ^a RF (135)	10 ^a RF (132)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	70%	68%	72%	77%	68%	75%	63%	65%	71%	77%	63%
Concorda totalmente (5)	29%	39%	20%	30%	24%	40%	36%	21%	22%	36%	29%
Concorda parcialmente (4)	41%	29%	43%	47%	44%	35%	27%	44%	49%	41%	34%
Não concorda nem discorda (3)	19%	14%	19%	14%	14%	12%	23%	25%	26%	10%	26%
Discorda parcialmente (2)	7%	10%	6%	7%	11%	9%	12%	4%	3%	3%	8%
Discorda totalmente (1)	4%	8%	3%	2%	7%	4%	2%	6%	0%	10%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	9%	9%	18%	13%	14%	10%	3%	13%	11%
MÉDIA	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base: Total da amostra

P.6G: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total e Unidade

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	44%	46%	43%	31%	61%	43%	20%	26%	56%	55%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	28%	23%	32%	26%	55%	16%	24%	26%	29%	17%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	8%	6%	11%	12%	1%	5%	10%	30%	5%	6%
São funcionários prestativos	6%	9%	12%	6%	2%	10%	4%	7%	2%	10%	8%
São funcionários exigentes / rigorosos	6%	7%	2%	1%	3%	6%	4%	14%	11%	-	1%
São funcionários ágeis / rápidos / práticos	5%	5%	8%	11%	8%	12%	3%	3%	2%	3%	5%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	2%	5%	3%	1%	9%	5%	6%	2%	1%
São funcionários desqualificados / despreparados	34%	4%	6%	4%	9%	6%	6%	3%	3%	1%	1%
São funcionários normais	3%	1%	0%	1%	3%	-	2%	3%	7%	4%	1%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	4%	2%	3%	8%	6%	-	4%	1%	2%	1%
Tratam as pessoas friamente / são arrogantes	3%	2%	7%	3%	1%	3%	5%	5%	3%	1%	0%
São funcionários compromissados / interessados	3%	9%	1%	0%	2%	9%	2%	-	4%	-	-
São funcionários honestos	3%	4%	2%	-	1%	4%	1%	2%	2%	7%	5%
São funcionários corruptos / desonestos	2%	0%	1%	1%	0%	3%	1%	2%	5%	3%	-
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	1%	4%	2%	2%	5%	7%	1%	1%	-	-
São funcionários concursados / públicos	2%	7%	1%	1%	2%	4%	4%	2%	1%	-	-
Não sabe	11%	8%	7%	9%	18%	-	12%	16%	11%	10%	14%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.7: Vamos avaliar a sua impressão sobre o corpo de funcionários da Receita Federal do Brasil. Que palavras você utilizaria para definir os funcionários da Receita Federal do Brasil? Espontânea - RM.

3.3 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da SRRF09 na Internet

Conforme o referencial básico de governança, aprovado pela Portaria do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 25/2014, aplicável a órgãos e entidades da administração pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da RFB é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizando-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do órgão central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do órgão central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a “Carta de Serviços ao Cidadão”, de responsabilidade do órgão central, disponibilizada no *site* do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na internet, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados *links* para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na *internet*, a publicação é realizada pelo órgão central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e às normas do órgão de controle interno que orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no *site* da entidade na *internet*, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no *site* do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União. Em alguns exercícios, o TCU

dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o órgão de controle interno de realizar a auditoria de contas.

3.4 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à acessibilidade

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia executado nos exercícios 2013 e 2014, contratou intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 106 unidades, com valor total de R\$ 4.136.996,48. Nesses contratos foram contempladas iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros.

Em relação a 9ª Região Fiscal, foram realizadas as seguintes intervenções:

Intervenções específicas de adequações de acessibilidade contratadas em 2013 e 2014

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	R\$ 2013 e 2014
9ª	ALF/Porto Paranaguá	ALF/Porto Paranaguá	Reparos na rampa de acesso, com a colocação de corrimão e piso tátil, reforma de banheiros e sinalização.	83.400,00
	DRF/Foz do Iguaçu	IRF/Santa Helena	Recursos necessários para contratação de projetos	7.450,00
	DRF/Londrina	ARF/Apucarana	Projeto e execução e adequação às normas de acessibilidade de acordo com ABNT	10.500,00
		ARF/Apucarana	Projeto e execução da readequação interna (divisórias, forro, sistema de iluminação)	162.561,00
		ARF/Jacarezinho	Projeto e execução e adequação às normas de acessibilidade de acordo com ABNT	10.738,00
	DRF/Curitiba	ARF/Araucária	Projeto e execução e adequação às normas de acessibilidade de acordo com ABNT	18.385,00
	DRF/Ponta Grossa	ARF/Guarapuava	Adequação interna, piso tátil, comunicação visual e tátil	9.800,00
		DRF/Ponta Grossa	Instalação elevador do edifício-sede para permitir acessibilidade.	7.500,00
			Recuperação de calçadas ao redor do prédio sede.	271.877,77
	IRF/Florianópolis	IRF/Florianópolis	Readequação referente à acessibilidade	83.987,00
	DRF/Blumenau	ARF/Brusque	Instalação mapa tátil e banheiro acessível	7.564,97
		ARF/Rio do Sul	Instalação mapa tátil, piso tátil, banheiro acessível e plataforma de elevação	29.176,01
		ARF/Timbó	Instalação mapa tátil e banheiro acessível	12.777,56
		DRF/Blumenau	Instalação de mapa tátil, piso tátil, indicação sonora em braile no elevador.	8.853,14

Além dessas iniciativas específicas de acessibilidade, a SRRF09 aplicou recursos no “Projeto Unidades Modelo”, cujo escopo compreende a construção de agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. Nos quadros abaixo estão demonstradas todas as unidades cujas contratações foram realizadas em 2013 e 2014.

Iniciativas de Unidades Modelos Contratadas em 2013 e 2014

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	R\$ 2013 e 2014
9 ^a	DRF/Curitiba	ARF/São José dos Pinhais	Projeto construção agência modelo	7.780,00
	DRF/Cascavel	ARF/Pato Branco		10.600,00
		ARF/Iporã		47.449,68
		ARF/Laranjeiras do Sul		45.335,46
	DRF/Florianópolis	ARF/São José		50.000,00
	DRF/Foz do Iguaçu	ARF/Medianeira		57.800,00
	DRF/Ponta Grossa	DRF/Ponta Grossa		13.700,00

Em 5 unidades da SRRF09, as necessidades de adequações de acessibilidade foram contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Tais iniciativas foram contratadas em 2013 e 2014.

Iniciativas de obras de construções, reformas e ampliações contratadas em 2013 e 2014

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	R\$ 2013 e 2014
9 ^a	DRF/Cascavel	DRF/Cascavel	Pintura externa é antiga e necessita ser renovada, apresentando problemas com rachaduras que estão causando infiltrações, bem como janelas enferrujadas e corroídas pela ação do tempo.	66.600,00
	DRF/Joinville	DRF/Joinville	Construção da sede própria	3.000.000,00
	DRF/Londrina	DRF/Londrina	Execução da obra de construção do muro do terreno adquirido do INSS e adequação da calçada às normas de acessibilidade	189.550,51
		ARF/Apucarana	Projeto e execução de obra e ampliação prevendo construção de copa, banheiros, sala de guarda de materiais e adequação normas de acessibilidade	210.440,83
	SRRF09	IRF/Santo Antônio do Sudoeste	Reforma e ampliação das instalações	1.182.000,00
	DRF/Ponta Grossa	DRF/Ponta Grossa	Construção, reforma, ampliação	76.450,00

A SRRF09, por meio de seu Plano de Engenharia, planejou para o final de 2014 e para o exercício de 2015 a contratação de intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 6 unidades. Nessas, planeja-se a contratação de iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros.

Intervenções específicas de adequações de acessibilidade planejadas para final de 2014 e 2015

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	Prev 2014	Prev 2015
9^a	DRF/Cascavel	DRF/Cascavel	Adequação do prédio sede às normas de acessibilidade	120.000,00	-
	DRF/Curitiba	DRF/Curitiba	Adequação do prédio sede às normas de acessibilidade	70.000,00	-
	DRF/Foz do Iguaçu	DRF/Foz do Iguaçu	Adaptações e reformas prediais	-	1.025.000,00
		DRF/Foz do Iguaçu	Projetos para reforma predial	-	200.000,00
	DRF/Joaçaba	DRF/Joaçaba	Projeto de acessibilidade para DRF e unidades jurisdicionadas	50.000,00	-
	DRF/Lages	DRF/Lages	Adaptações e reformas no prédio	-	22.000,00
	IRF/Florianópolis	ARF/Imbituba	Projeto adequação às normas de acessibilidade	23.000,00	-

Além de iniciativas específicas de acessibilidade, a SRRF09 planeja a aplicação de recursos no “Projeto Unidades Modelo”, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade.

Iniciativas de Unidade Modelo planejadas para final de 2014 e 2015

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	Prev 2014	Prev 2015
9^a	SRRF09	ARF/Araranguá	Projeto construção agência modelo	-	2.000.000,00
		ARF/Pato Branco		-	2.000.000,00
		ARF/Tubarão		-	2.000.000,00
		ARF/União da Vitória		-	2.000.000,00
	DRF/Blumenau	ARF/Brusque		-	90.000,00
		ARF/Rio do Sul		-	90.000,00
	DRF/Cascavel	ARF/Iporã		100.000,00	-
		ARF/Laranjeiras do Sul		100.000,00	-
		ARF/Toledo		100.000,00	-
	DRF/Curitiba	ARF/São José dos Pinhais		100.000,00	-
	DRF/Londrina	ARF/Jacarezinho		86.530,00	-
	DRF/Ponta Grossa	ARF/Guarapuava		-	60.000,00
		ARF/Ibaiti		-	20.000,00

Em 11 unidades da SRRF09, as necessidades de adequações de acessibilidade serão contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Tais iniciativas foram planejadas para contratação no final de 2014 e para o exercício de 2015.

Iniciativas de obras, construções, reformas e ampliações planejadas para final de 2014 e 2015.

RF	UG	Unidade Administrativa	Iniciativa/Descrição	Prev 2014	Prev 2015
9ª	SRRF09	SRRF09	Construção edifício sede II do MF	3.000.000,00	2.350.000,00
			Reforma instalações divisão de tributação	26.582,00	-
			Reformas das instalações das divisões da SRRF	1.500.000,00	-
	ALF/Porto de Itajaí	ALF/Porto de Itajaí	Adaptação das instalações da Alfândega ao Manual de identidade visual da RFB	-	30.000,00
			Troca elevadores do prédio anexo	-	650.000,00
			Troca dos equipamentos de climatização central do prédio anexo	-	2.000.000,00
	ALF/Porto de Paranaguá	ALF/Porto de Paranaguá	Contratação do projeto reforma do sistema de prevenção de incêndio	39.000,00	-
			Reforma do sistema de prevenção de incêndio	-	110.000,00
			Reforma geral da sede	110.000,00	
			Reforma geral da sede		650.000,00
	DRF/Curitiba	ARF/São José dos Pinhais	Pintura interna e externa do atual prédio da ARF	8.000,00	-
		DRF/Curitiba	Reforma 12º andar prédio INSS	21.000,00	-
	DRF/Florianópolis	DRF/Florianópolis	Fechar e ampliar área da cobertura	-	120.000,00
	DRF/Joaçaba	DRF/Joaçaba	Adequação sistema de proteção contra descargas elétricas à nova fachada do prédio da DRF	5.510,00	-
			Atualização do orçamento de execução da obra de reforma da fachada do prédio da DRF	5.000,00	-
			Reforma da fachada do prédio da DRF	-	1.700.000,00
			Instalação CFTV com sistema acesso de controle de veículos	-	1.000.000,00
	DRF/Joinville	DRF/Joinville	Construção sede própria da DRF	-	3.000.000,00
			Construção DMA da DRF	-	2.800.000,00
	DRF/Londrina	DRF/Londrina	Execução do projeto de CFTV com sistema de controle de acesso de serviço de veículos, alarme de incêndio e segurança para prédio DRF	-	180.000,00
			Pintura interna do edifício sede da DRF	-	35.000,00
			Reforma do forro do edifício sede	-	340.000,00
			Reparação dos quadros de energia do prédio sede	-	330.000,00
			Sistema de iluminação do edifício sede	-	125.000,00
	DRF/Ponta Grossa	DRF/Ponta Grossa	Readequação do sistema de prevenção contra incêndios	-	125.000,00
	IRF/Curitiba	IRF/Curitiba	Reforma DMA	-	569.039,17
	IRF/Florianópolis	IRF/Florianópolis	Colocação revestimento controle umidade	-	40.000,00
			Finalização construção beiral para área carga/descarga	-	24.000,00

Importante esclarecer que a execução das iniciativas citadas é de responsabilidade das unidades gestoras enumeradas.

As metas a serem alcançadas com a implementação da ação foram definidas a nível nacional. Os resultados esperados, ao final dos prazos para implementação são os seguintes:

Para unidades que prestam atendimento em um ou mais pavimentos ou andares:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de mapa tátil na entrada da Unidade de atendimento.	90% das Unidades
Disponibilidade de piso tátil direcional na entrada do edifício.	90% das Unidades
Banheiro acessível na Unidade de atendimento.	70% das Unidades
Disponibilidade de mesas e balcões acessíveis a pessoas em cadeira de rodas.	70% das Unidades
A inclinação das rampas permite a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas sem que seja necessária a ajuda de outra pessoa.	90% das Unidades

Adicionalmente, para unidades que prestam atendimento em mais de um pavimento ou andar:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo ao elevador.	90%
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo às escadas.	90%
Disponibilidade de indicação sonora e em braile em elevadores usados pelos usuários.	45%
Disponibilidade de rampa, elevador ou outro equipamento ligando os pavimentos ou vencendo desníveis.	70%

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão" e "Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998" (itens 60 e 61 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico), pois esta unidade não tem a incumbência de supervisionar a execução de contratos de gestão, nem é signatária de contrato de gestão.

Também neste Relatório de Gestão não são apresentadas informações sobre "Indicadores Específicos", pois esta unidade não é responsável pela apresentação dos referidos indicadores, conforme os itens 8, 9 e 16 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico.

Os Quadros **A.5.2.1 – Programa Temático** e **A.5.2.2 – Objetivo Fixado pelo PPA**, ambos contidos no subitem 5.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados, pertencente ao Item 5, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013, não fazem parte do Relatório de Gestão, pois esta unidade não é gestora de Programa Temático no âmbito do PPA.

Os Quadros **A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos - OFSS** e **A.5.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2014 - Restos a Pagar Não Processados – OFSS**, ambos contidos no subitem 5.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados, pertencente ao Item 5, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013, não fazem parte do Relatório de Gestão, pois esta unidade não tem conteúdo a ser apresentado.

O Quadro **A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento**, contido no subitem 5.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados, pertencente ao Item 5, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013, não faz parte do Relatório de Gestão, pois esta unidade não faz parte do Orçamento de Investimento (OI) e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O subitem "**4.5 - Avaliação sobre possíveis alterações significativas nos custos de produtos e/ou serviços ofertados**" anteriormente presente no Relatório de Gestão das Superintendências, não será apresentado pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A estratégia da SRRF09, que consiste na execução do plano de trabalho da RFB no âmbito da 9ª Região Fiscal, é formada por cinco instrumentos basilares: a Cadeia de Valor da RFB, o Mapa Estratégico da RFB, as Diretrizes Estratégicas Regionais, o Painel de Desempenho Regional e o Portfólio de Projetos Estratégicos Regionais.

4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho

No processo de formulação da estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a SRRF09 cumpra a missão institucional e gere valor para os seus clientes.

Processos de trabalho são o conjunto de recursos e de atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), tendo como principal resultado a agregação de valor ao cliente/cidadão. As atividades envolvidas em um processo normalmente utilizam como recursos pessoas, equipamentos, instalações, infraestrutura e sistemas de informação e estão sujeitas a controles de políticas, regras, procedimentos operacionais, indicadores e metas.

Nesse contexto, a gestão de processos é uma abordagem conceitual que trata processos como ativos que potencializam diretamente o desempenho de uma organização e orienta a geração de valor a partir do foco no cidadão/cliente e da visão sistêmica das atividades.

A SRRF09 vem investindo esforços contínuos em busca da modernização dos seus mecanismos de gestão, com o objetivo de garantir tanto a qualidade, a rapidez e a eficiência dos serviços postos à disposição da sociedade, quanto o melhor entendimento das demandas dos cidadãos.

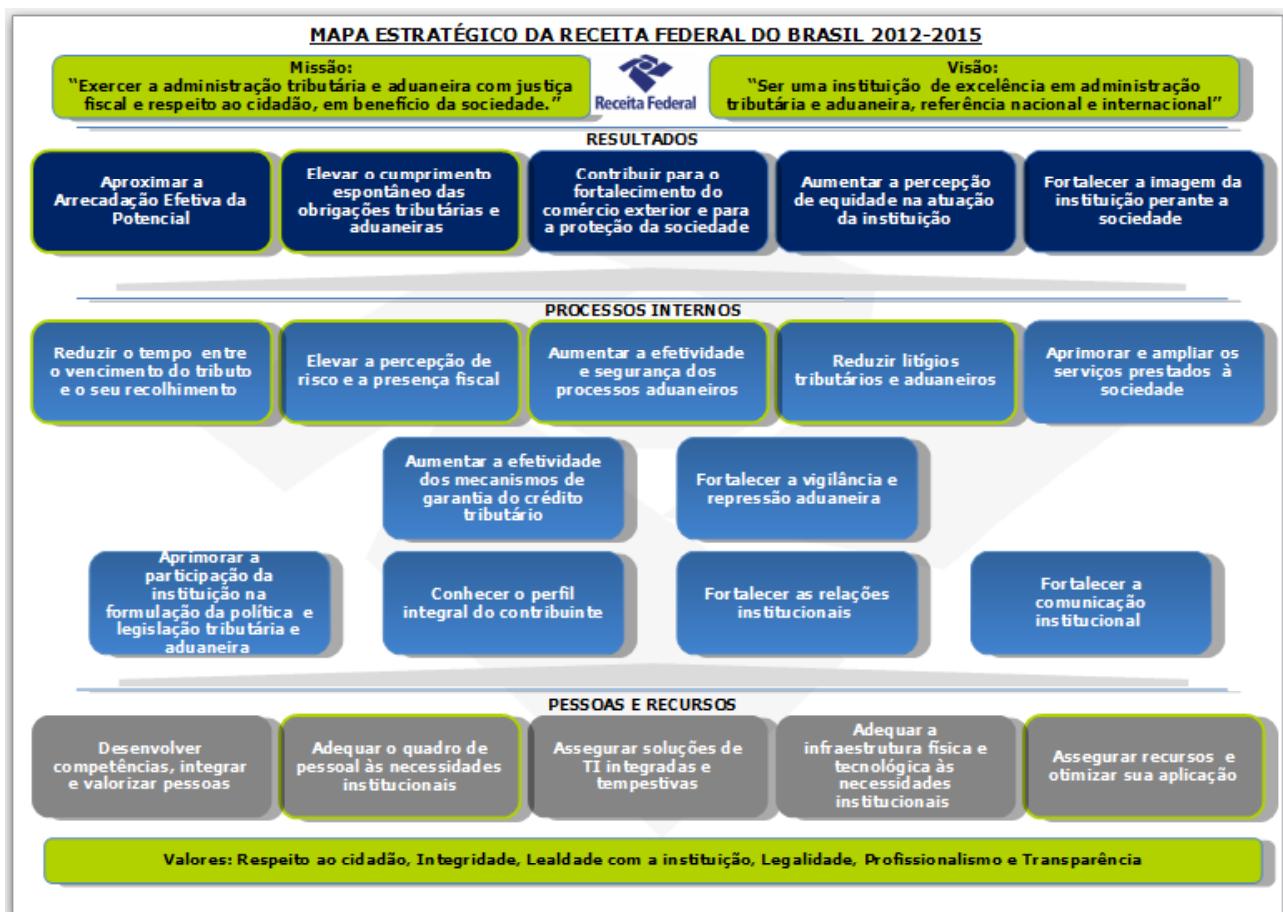
Para a modelagem e a publicação dos processos, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), por meio da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais (Cproc), forneceu às diversas unidades organizacionais da RFB apoio técnico e metodológico.

4.1.2 - Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a missão, a visão e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da SRRF09 para o alcance dos resultados desejados.

O plano estratégico em vigência abrange o ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse mapa: missão; visão; objetivos estratégicos de resultados; objetivos estratégicos de processos internos; objetivos estratégicos de pessoas e recursos; e valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - ciclo 2012-2015.



Fonte: Intranet RFB

A missão (razão de ser da organização) da RFB é: "Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade" e expressa o papel institucional dessa organização com relação às políticas públicas.

A visão de futuro (aspirações da organização em relação a seu futuro) da RFB está assim descrita: "Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional".

Os valores institucionais (o que é importante para a organização) que norteiam a atuação da RFB e de seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade, profissionalismo e transparência.

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total, são 21 objetivos estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: resultados, processos internos e pessoas e recursos. Os objetivos de resultado demonstram o que a instituição quer e os objetivos de processos internos e de pessoas e recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Os objetivos estratégicos da RFB estão descritos a seguir:

Perspectiva de Resultados

- 1) - Aproximar a arrecadação efetiva da potencial:** envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) - Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras:** ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a instituição e a sociedade.
- 3) - Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade:** fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) - Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição:** aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.

5) - Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade: fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

Perspectiva de Processos Internos

- 1) - Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:** racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário, permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 2) - Elevar a percepção de risco e a presença fiscal:** intensificar a atuação da Instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 3) - Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros:** proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 4) - Reduzir litígios tributários e aduaneiros:** melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:** adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 6) - Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário:** assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 7) - Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira:** adequar recursos e procedimentos necessários visando a melhorar e a ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

8) - Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira: aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

9) - Conhecer o perfil integral do contribuinte: conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

10) - Fortalecer as relações institucionais: fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

11) - Fortalecer a comunicação institucional: aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara

Perspectiva de Pessoas e Recursos

1) - Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas: capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas, tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

2) - Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais: prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

3) - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas: assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

4) - Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais: disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

5) - Assegurar recursos e otimizar sua aplicação: assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Dentre os objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015, existem 8 considerados "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde. Esses objetivos foram selecionados na época da elaboração do mapa em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB, para serem acompanhados de maneira mais atenta pela administração.

4.1.2.1. Diretrizes Estratégicas Regionais – 9ª Região Fiscal

Alinhada ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor da RFB, a SRRF09 definiu algumas diretrizes estratégicas regionais para o ano de 2014, com o intuito de concentrar seus esforços e ações para a maior efetividade dos resultados alcançados.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 9ª REGIÃO FISCAL - 2014

Dirac – Divisão de Arrecadação e Cobrança

- Acompanhar os créditos tributários e previdenciários devedores, identificando os passivos no âmbito de atuação, com base nos sistemas de controle (processos, parcelamentos, contas-correntes, análise de direito creditório, controle do crédito *sub judice*, controle e gerenciamento de obras), promovendo ações de forma a recuperar o crédito tributário.
- Promover ações de realização do crédito tributário, atuando nos procedimentos de resarcimento, restituição, compensação, arrecadação e cobrança.
- Manter e aprimorar os atuais indicadores de performance.
- Incrementar o uso de medidas de garantia do crédito tributário.

Semac – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes

- Acompanhar e analisar a arrecadação fazendária e previdenciária.
- Analisar as demais distorções potenciais dos contribuintes diferenciados, identificadas por outros critérios que não sejam a queda de arrecadação ou a metodologia do setor econômico. (Ex.: reorganizações societárias, contribuintes sem arrecadação, comparativo de débitos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, entre outros).
- Adotar metodologia de acompanhamento dos contribuintes diferenciados por setor econômico.
- Acompanhar, controlar e reduzir o passivo tributário dos contribuintes diferenciados e de suas incorporadas.
- Monitorar de modo intensivo as maiores quedas de arrecadação, compensações e suspensões, com a implementação das ações necessárias.

Difis – Divisão de Fiscalização

- Supervisionar, estimular, fomentar e facilitar o cumprimento das metas e diretrizes de fiscalização para 2014 e da seleção de contribuintes para 2015, estabelecidas pela Sufis.
- Promover, por intermédio da Efmac, a fiscalização e o cumprimento das metas estabelecidas para os maiores contribuintes, relativamente a planejamentos tributários abusivos.
- Elevar a percepção de risco, a presença fiscal, o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e o aumento da arrecadação, através de correspondências de alerta e/ou esforço estratégico de fiscalização (projeto Difis x Esage – Escritório Regional de Apoio à Gestão Estratégica) direcionadas a contribuintes com indícios de irregularidades tributárias, selecionados tanto pelo órgão central como em nível regional.
- Promover, fomentar e aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário, intensificando o arrolamento de bens, a propositura de medidas cautelares fiscais

e, quando aplicável, responsabilizando criminalmente os contribuintes infratores, por meio de representações fiscais para fins penais.

- Aprimorar a qualidade dos trabalhos fiscais, por meio de capacitação e treinamentos dos servidores da fiscalização, proporcionando nível de conhecimento adequado, estimulando o uso das ferramentas disponíveis para o enfrentamento das fraudes e formas de sonegação.

Diana – Divisão de Administração Aduaneira

- Buscar uma maior padronização nos procedimentos nas unidades da 9ª Região Fiscal, a partir de uma interpretação mais uniforme da legislação.
- Incentivar uma maior integração entre as equipes de análise de risco e entre as equipes de despacho e de pesquisa e seleção aduaneira, através da disseminação e do compartilhamento mais eficaz da informação.
- Aprimorar o trabalho fiscal tendo em vista, através da capacitação dos servidores e do uso das ferramentas disponíveis, incrementar os resultados das ações fiscais aduaneiras de zona secundária.

Direp – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho

- Implantar o SIAR (Sistema de Apoio á Repressão) regional e OVR (Operação de Vigilância e Repressão) *online*.
- Melhorar a estrutura de equipamentos e logística.
- Manter, onde necessário, a recepção de mercadorias 24 horas.
- Avançar na implantação do “Modelo Foz de Processamento” nas unidades em que seja necessário o procedimento, condicionada à obtenção de êxito na diretriz referente ao aumento da mão de obra terceirizada na atividade de repressão.
- Aumentar a terceirização das atividades de apoio (carregadores, digitadores, conferentes, pessoal alocado armazenagem e transporte).
- Avançar na implantação dos CCF (Centros de Cães de Faro) na 9ª Região Fiscal.
- Priorizar a integração com os demais órgãos que combatem o contrabando e o descaminho.
- Aumentar a vigilância presencial e monitorada nas unidades aeroportuárias e portuárias.
- Aperfeiçoar a atividade de seleção e preparo das operações de repressão, visando a atuação em alvos prioritários.

Disit – Divisão de Tributação

- Concentrar no âmbito das unidades da 9ª Região Fiscal, em uma determinada equipe/seção/serviço, as atividades relacionadas à área de tributação.

Divic – Divisão de Interação com o Cidadão

- Dar continuidade ao projeto “Receita Fácil – Evite Filas”.
- Investir em treinamentos com conteúdo técnico-tributário, assim como em capacitação com foco no relacionamento interpessoal, para as equipes de atendimento presencial.
- Dar continuidade aos projetos realizados em parceria com outras entidades da sociedade civil organizada, visando promover orientação tributária, educação fiscal e melhoria do atendimento ao cidadão.
- Consolidar as parcerias regionais de educação fiscal no âmbito na 9ª Região Fiscal, por meio da estrutura do Grupo Estadual de Educação Fiscal (GEFE), e incentivar a criação de equipes de Educação Fiscal nas unidades descentralizadas, envolvendo mais servidores no Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).
- Unificar procedimentos na inscrição e alteração de dados de empresas, em conjunto com a Jucepar e Sefin/Curitiba, visando implementar o projeto Redesim no Estado do Paraná.
- Acompanhar o funcionamento do centralizador estadual de cadastro (sistema Regin) da Jucesc – Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, articulando as ações de responsabilidade da RFB.
- Fomentar a celebração de convênios com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados do Paraná e Santa Catarina, Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina e, também, com o Município de Curitiba, para inscrição e alteração de CPF de forma gratuita.
- Aperfeiçoar os centros de atendimento ao contribuinte existentes nas unidades da Região Fiscal de forma a criar e ampliar o modelo de unidades de atendimento único na 9ª Região Fiscal.

Ditec – Divisão de Tecnologia e Informação

- Adequar a infraestrutura de TI (tecnologia de informação) e as soluções de conectividade das unidades da 9ª Região Fiscal.
- Adequar a disponibilização de área de armazenamento de dados para uso da 9ª Região Fiscal.
- Ampliar as soluções de redes sem fio na 9ª Região Fiscal.
- Ampliar as soluções de serviços de mobilidade computacional.
- Implantar uma nova ferramenta de gerenciamento da infraestrutura de TI (*Altiris*).
- Implantar o controle de acesso da 9ª Região Fiscal à *internet*.
- Implantar sistemas regionais de apoio à repressão.
- Implantar a Rede Social RFB na 9ª Região Fiscal.

- Divulgar o INFOJUD (Sistema de Informações ao Judiciário) na 9ª Região Fiscal.

Dipol – Divisão de Programação e Logística

- Dotar as unidades da 9ª Região Fiscal de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
- Divulgar, em tempo real, a execução orçamentária e financeira da 9ª Região Fiscal.
- Destinar todo o estoque de mercadorias apreendidas existentes em 31/12/2013.
- Acompanhar o prazo de disponibilização de mercadorias apreendidas, com vistas à redução do estoque de mercadorias indisponíveis.

Digep – Divisão de Gestão de Pessoas

- Priorizar o desenvolvimento gerencial.
- Programar e executar ações de capacitação de forma integrada entre a SRRF09 (Divisões) e as unidades, fomentando a descentralização em eventos locais, em pólos e em ensino à distância, visando a otimização dos recursos e uma maior amplitude.
- Avaliar a efetividade dos eventos de capacitação (indicadores).
- Capacitar os novos servidores para o exercício de suas atividades na RFB.
- Divulgar de forma continuada (*notes* e nova *intranet*) as atualizações da legislação de pessoas e os atos normativos correlatos.
- Implementar ações vinculadas ao programa “Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho”.
- Melhorar o sistema de cadastro de servidores por meio digital.
- Simplificar procedimentos de ateste de despesas de pessoal entre as unidades e a Digep (Ex: indenizações, resarcimentos).

4.1.3 – Painel de Desempenho SRRF09

Quando da elaboração do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a missão, a visão e os objetivos estratégicos, foram associados a esses objetivos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador estratégico, a fim de mostrar o quanto a RFB deve melhorar em cada um desses indicadores.

Considerando os indicadores estratégicos definidos pela RFB, a SRRF09 construiu um modelo de painel de desempenho regional, cuja finalidade consiste em ser um instrumento de acompanhamento e avaliação permanente dos resultados alcançados pela 9ª Região Fiscal. O modelo adotado permite, em grande parte dos indicadores estratégicos, acompanhar os resultados atingidos por cada unidade local.

O painel de desempenho da SRRF09 é gerado em um arquivo mensal, que fica armazenado na pasta R:\Aplicativos\ESAGE, compartilhada entre os dirigentes e chefes de Divisão da SRRF09.

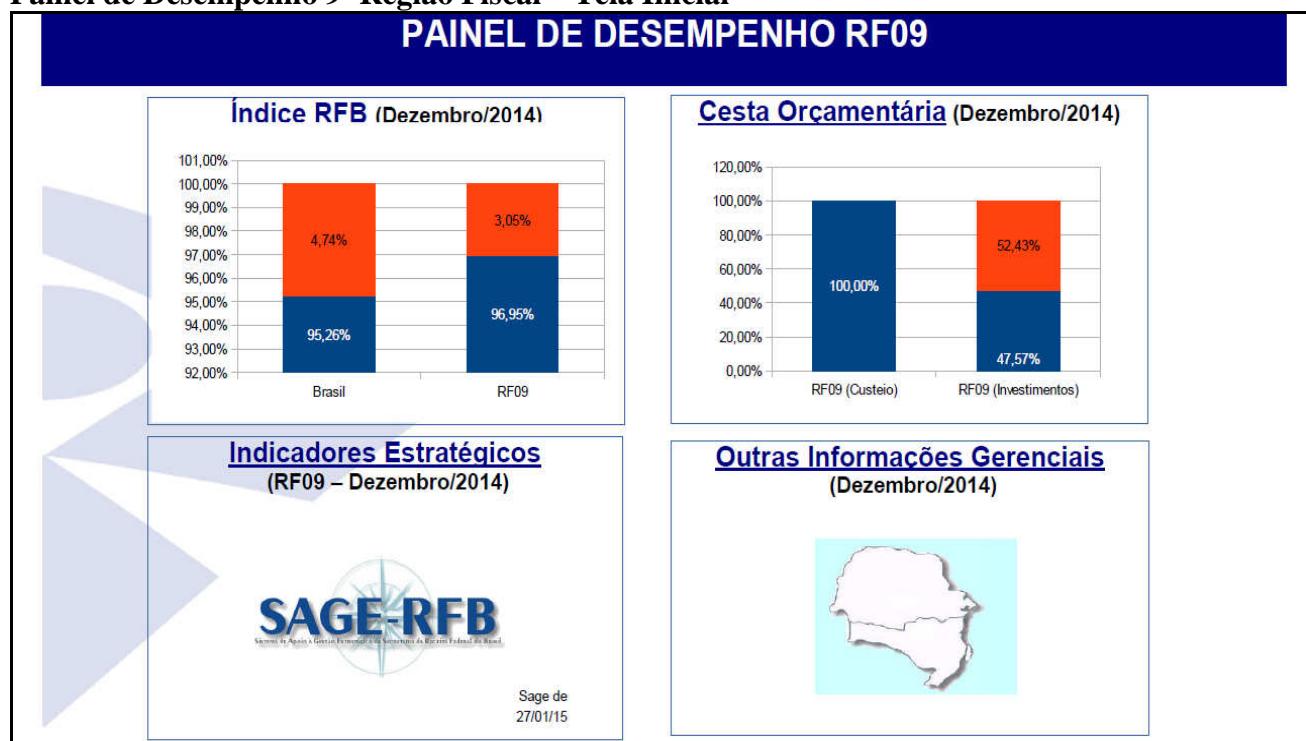
O acompanhamento dos resultados que a SRRF09 obtém em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos e em relação ao grau de realização dos objetivos estratégicos é feito ao longo de todo o ano. No entanto, nas reuniões mensais do gabinete da SRRF09 com os chefes de Divisão e nas reuniões trimestrais de avaliação estratégica regional (RAE) foram apontadas análises específicas e mais detalhadas sobre os resultados atingidos e os ajustes necessários.

O painel de desempenho da SRRF09 passou a ser um importante instrumento de avaliação dos resultados regionais, com o desdobramento dos resultados de cada uma de suas unidades descentralizadas. As informações mensalmente disponibilizadas são:

- Índice RFB;
- Cesta de indicadores orçamentários;
- A posição regional dos 32 indicadores desdobrados em confronto com os resultados do Brasil;
- Consolidação de outras informações gerenciais relevantes.

Painel de Desempenho 9ª Região Fiscal – Tela Inicial

PAINEL DE DESEMPENHO RF09



Fonte: Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) da RFB.

Painel de Desempenho 9ª Região Fiscal – Tela Índice RFB

PAINEL DE DESEMPENHO RF09 – Índice RFB

[Retorna ao M](#)

RF09

dezembro/2014

Selecionar a Região Fiscal/Unidade a ser detalhada:

RF09

Selecionar o mês:

dezembro/2014

14
0
2

Forma de cálculo	Valor Índice RFB	Ranking Geral	Ranking entre as DRF ou entre as IRF/ALF (conforme o caso)
Índice RFB (cálculo direto)	96,95%	2	N/A
Índice RFB (cálculo proporcional com indicadores disponíveis)	96,95%	2	N/A

Divisão	Peso do Bloco	Indicador Estratégico	Peso	Peso Disponível	Meta Período	Resultado	Resultado Ajustado	Recebido	Perdido	Ranking Regiões
Diana	26,40%	1. Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	10,00%	10,00%	100,00%	0,88	0,88	8,60%	-1,40%	8
		2. Grau de fluidez do despacho de importação	5,00%	5,00%	87,65%	81,68%	93,19%	4,66%	-0,34%	5
		3. Tempo Bruto Consolidado do Despacho de Exportação	5,00%	5,00%	0,10	0,07	100,00%	5,00%	0,00%	5
		4. Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	3,09%	3,09%	100,00%	113,50%	100,00%	3,69%	0,00%	4
		5. Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	2,77%	2,77%	90,00%	92,80%	100,00%	2,77%	0,00%	6
Diffs	15,68%	6. Indicador global da fiscalização (IGF)	10,45%	10,45%	100,00%	115,71%	100,00%	10,45%	0,00%	1
		7. Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	5,23%	5,23%	85,00%	88,74%	100,00%	5,23%	0,00%	4
Disit	3,25%	8. Tempo médio de contencioso de primeira instância	0,00%	0,00%	0,00%	N/D	N/D	N/D	0,00%	N/D
		9. Índice de solução de consultas	3,25%	3,25%	70,00%	64,73%	92,47%	3,01%	-0,24%	6
		10. Índice de litigância administrativa	0,00%	0,00%	0,00%	N/D	N/D	N/D	0,00%	N/D
Semac	12,40%	11. Índice de realização da meta global de arrecadação	10,00%	10,00%	100,00%	98,65%	98,65%	9,67%	-0,33%	7
		12. Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	2,46%	2,46%	100,00%	99,90%	99,90%	2,46%	0,00%	4
Dirac	14,00%	13. Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	7,00%	7,00%	50,00%	57,50%	100,00%	7,00%	0,00%	7
		14. Índice de Crédito Tributário Garantido (CTG)	3,00%	3,00%	34,80%	42,81%	100,00%	3,00%	0,00%	1
		15. Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	4,00%	4,00%	100,00%	137,72%	100,00%	4,00%	0,00%	5
Divic	9,00%	16. Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	7,00%	7,00%	88,06%	97,38%	100,00%	7,00%	0,00%	1
		17. Indicador de atividade de educação fiscal	2,00%	2,00%	1,060	1.403,09	100,00%	2,00%	0,00%	3
Direp	6,15%	18. Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	6,15%	6,15%	100,00%	107,77%	100,00%	6,15%	0,00%	6
		19. Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	5,18%	5,18%	100,00%	98,88%	98,88%	4,50%	-0,68%	1
Digep	5,18%	20. Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	5,18%	5,18%	100,00%	128,87%	100,00%	5,18%	0,00%	4
		21. Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	2,64%	2,64%	100,00%	98,10%	98,10%	2,59%	-0,05%	7
Total			100,00%	100,00%				96,95%	-3,05%	

Fonte: SAGE

Painel de Desempenho 9ª Região Fiscal

Tela Indicadores Estratégicos com desdobramentos regionais

PAINEL DE DESEMPENHO RF09 – Indicadores Desdobrados														Retorna ao Menu Principal																			
RF09 Dezembro/2014																																	
INDICADORES COM DESDOBRAMENTOS REGIONAIS																																	
Nº	Área	Indicador desdoblado	Série	Índice RF09	Potencial	Temporalidade	Meta RF09 Anual	Meta RF09 no período	Resultado RF09 período	% (Resultado RF09 Mês anterior)	Meta Nacional Anual	Meta Nacional no período	Resultado Nacional período	% (Resultado Nacional / Meta período)																			
1	Semec	Índice de realização da meta global de arrecadação	Sim	Sim	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%																			
2		Indicador global de acompanhamento das maiores contribuintes (IGAM)	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	99,90%	99,90%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%																			
3	Difus	Indicador global de desempenho da seteágua (IGDS)	Sim	Sim	Positiva	Mensal	100,00%	85,00%	86,74%	102,09%	100,00%	85,00%	85,93%	101,00%																			
4		Indicador global de fiscalização (IGF)	Sim	Sim	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	115,71%	115,71%	100,00%	100,00%	108,84%	108,84%																			
5	Difex	Índice de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	Sim	Não	Positiva	Mensal	85,10%	85,10%	74,07%	87,27%	85,00%	85,00%	78,37%	82,20%																			
6		Índice Global de Desempenho Aduaneiro na Despacho da Importação (IGDI)	Sim	Sim	Positiva	Mensal	1,00	1,00	0,88	88,00%	1,00	1,00	0,93	83,00%																			
7		Tempo médio bruto consolidado no despacho de exportação	Sim	Sim	Negativa	Mensal	0,10	0,10	0,07	142,98%	0,13	0,13	0,08	102,90%																			
8		Índice de fluidez do despacho de importação	Sim	Sim	Positiva	Mensal	87,85%	87,85%	81,88%	93,19%	87,50%	87,50%	83,13%	85,91%																			
9		Índice de fluidez do despacho de exportação	Sim	Não	Positiva	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D																			
10		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	100,00%	88,33%	113,50%	128,95%	100,00%	88,33%	109,50%	133,74%																			
11		Índice de eficiência da seteágua para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGEB)	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	90,00%	90,00%	92,80%	103,11%	90,00%	90,00%	91,40%	101,88%																			
12		Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Sim	Não	Positiva	Mensal	123,18	123,18	89,84	72,99%	354,38	354,38	612,28	172,75%																			
13		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	Sim	Sim	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	107,77%	107,77%	100,00%	100,00%	112,87%	112,87%																			
14	Difac	Índice de adimplência do crédito tributário – IACT	Sim	Não	Positiva	Mensal	94,80%	94,80%	N/D	N/D	97,10%	97,10%	N/D	N/D																			
15		Índice de recuperação de cobrança especial	Sim	Não	Positiva	Trimestral	45,00%	45,00%	42,85%	84,71%	45,00%	45,00%	37,00%	82,42%																			
16		Índice de redução do valor de estoques de comprimentos pendentes	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	50,03%	50,03%	57,92%	114,83%	54,83%	54,83%	59,80%	88,11%																			
17		Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Sim	Não	Positiva	Trimestral	52,00%	52,00%	N/D	N/D	52,00%	52,00%	N/D	N/D																			
18		Indicador de tempo médio de estoque de instituições pendentes	Sim	Sim	Negativa	Trimestral	713,00	713,00	518,00	137,94%	528,00	528,00	715,00	73,88%																			
19		Índice de crédito tributário pendendo	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	34,80%	34,80%	42,81%	122,44%	21,20%	21,20%	22,54%	108,32%																			
20		Índice de adimplência das obrigações acessórias – IAOA	Sim	Não	Positiva	Trimestral	98,00%	98,00%	97,95%	99,95%	98,00%	98,00%	97,78%	99,78%																			
21		Tempo de realização ou da finalização de cobrança administrativa do crédito tributário (tempo de ofício)	Não	Não	Positiva	Mensal	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D																			
22		Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário – ITMP	Não	Não	Negativa	Trimestral	572,00	572,00	841,00	88,01%	1040,00	1040,00	1475,00	70,37%																			
23		Indicador de eficiência de redução fiscal	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	1080,00	1080,00	1403,09	132,37%	9389,00	9389,00	11355,90	121,21%																			
24	Difat	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Sim	Sim	Positiva	Mensal	88,00%	88,00%	97,38%	112,37%	88,00%	88,00%	79,30%	82,21%																			
25		Índice de solução de consultas	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	70,00%	70,00%	84,73%	92,47%	70,00%	70,00%	60,00%	88,71%																			
26	Tempo médio de contencioso de primeira instância (sem informação)																																
27	Difap	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	128,87%	125,57%	100,00%	100,00%	128,73%	126,73%																			
28		Nível de adequação imobiliária (NAI)	Sim	Não	Positiva	Semestral	62,00%	62,00%	56,00%	90,32%	75,00%	75,00%	56,00%	77,32%																			
29		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Sim	Sim	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	88,98%	88,88%	100,00%	100,00%	78,94%	78,94%																			
30		Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Sim	Não	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,84%	98,84%																			
31	Difac	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	Sim	Não	Positiva	Trimestral	98,57%	97,57%	47,57%	49,27%	100,00%	98,87%	51,14%	52,90%																			
32		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	Sim	Não	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	98,10%	98,10%	100,00%	100,00%	98,39%	98,39%																			
33	Nível de adequação do ambiente informaticado às novas demandas (NAF)																																
** Países de Sembatra																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>Vermelho</th> <th>Amaral</th> <th>Verde</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Geral</td> <td><50%</td> <td>50%–60%</td> <td>>60%</td> </tr> <tr> <td>Amecadaplo</td> <td><03%</td> <td>03%–06%</td> <td>>06%</td> </tr> <tr> <td>Tecnologia</td> <td><95%</td> <td>95%–98%</td> <td>>98%</td> </tr> <tr> <td>Suara</td> <td>=98</td> <td>98%–100%</td> <td>=100%</td> </tr> </tbody> </table>														Nome	Vermelho	Amaral	Verde	Geral	<50%	50%–60%	>60%	Amecadaplo	<03%	03%–06%	>06%	Tecnologia	<95%	95%–98%	>98%	Suara	=98	98%–100%	=100%
Nome	Vermelho	Amaral	Verde																														
Geral	<50%	50%–60%	>60%																														
Amecadaplo	<03%	03%–06%	>06%																														
Tecnologia	<95%	95%–98%	>98%																														
Suara	=98	98%–100%	=100%																														

Fonte: SAGE

4.1.4 – Projetos Estratégicos Regionais

A SRRF09, em sintonia com a estratégia da RFB definida para o ciclo 2012-2015, definiu o portfólio de Projetos Estratégicos Regionais. Para essa definição, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA – 2012/2015, os objetivos do Mapa Estratégico e os macroprocessos da Cadeia de Valor. São patrocinados pelo gabinete da SRRF09, por ela selecionados e acompanhados.

Em 2014, a SRRF09 deu prosseguimento a 84 iniciativas estratégicas, cadastradas na forma de projetos no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), tendo em vista implementar ações direcionadas ao alcance da missão institucional, dos objetivos do Mapa Estratégico da RFB, dos macroprocessos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB, bem como das diretrizes estratégicas regionais.

Tais projetos tiveram como foco a proposição de ações para o incremento das atividades desenvolvidas pelas unidades locais e divisões da SRRF09, tendo objetos específicos e pontuais.

Seguem abaixo os projetos que foram desenvolvidos no curso do ano de 2014, organizados por macroprocesso da Cadeia de Valor da RFB:

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS/PROJETOS SRRF09 - 2014		
MACROPROCESSOS CADEIA DE VALOR	PROJETO	UNIDADE LOCAL OU DIVISÃO RESPONSÁVEL
ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	Controlar e acompanhar a atividade de arrolamento de bens no âmbito da administração tributária da 9ª Região Fiscal.	Dirac
	Alertas de Risco - Monitorar as maiores quedas de arrecadação maiores compensações e maiores suspensões	Semac
	Reducir estoque de processos de compensações pendentes	DRF/Curitiba
	Cobrança de créditos previdenciários parcelados	DRF/Florianópolis
	Atualizar e efetuar arrolamento de bens avaliados como prioritários, no âmbito do controle e acompanhamento tributário	DRF/Florianópolis
	Reducir tempo de análise de PER/DCOMP	DRF/Blumenau
	Reducir estoque de PER/DCOMP	DRF/Blumenau
FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS	Realizar esforço estratégico de fiscalização (projeto Difis x Esage) em relação a contribuintes com indícios de irregularidades tributárias, selecionados tanto pelo órgão central como em nível regional	Difis
	Executar operações de repressão ao contrabando e descaminho	Direp
	Gerenciar apoio às unidades descentralizadas nas operações de repressão ao contrabando e descaminho SRRF09	Direp
	Fiscalizar contribuintes pessoa física com indícios de fraude na declaração de imposto de renda pessoa física	DRF/Curitiba
	Fiscalizar contribuintes pessoa jurídica diferenciados com expressivo volume de créditos no resarcimento de IPI	DRF/Curitiba
	Programa de fiscalização anual – pessoa jurídica	DRF/Londrina
	Ações de repressão ao contrabando e descaminho	DRF/Londrina

	Fiscalização simples nacional	DRF/Florianópolis
	Intensificar as ações de repressão e descaminho	DRF/Joinville
	Verificar a regularidade do selo de controle do IPI - Bebidas	DRF/Joaçaba
	Fiscalização de contribuições previdenciárias de profissionais liberais	DRF/Blumenau
	Auditoria de selos de controle	DRF/Blumenau
	Fiscalização de doações e subvenções para investimento	DRF/Blumenau
	Esforço local de revisão DIRF-DARF	DRF/Blumenau
	Aumentar a arrecadação do ITR	DRF/Lages
	Fiscalizar os contribuintes individuais	DRF/Lages
	Executar a fiscalização dos envolvidos nas fraudes apuradas na Operação “Caduceu”	DRF/Lages
	Desenvolver modelo de atuação conjunta das unidades de Santa Catarina em ações de repressão	IRF/Florianópolis
ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA	Elaborar programa de treinamento relacionado à atividade de fiscalização aduaneira – 2014 - 2015	Diana
	Elaborar programa de divulgação de informações relacionadas ao despacho de importação, regimes especiais e alfandegamento através da Intranet - 2014 - 2015	Diana
	Priorizar o preparo e a execução de ações de fiscalização destinadas ao grupo de renúncia fiscal	IRF/Curitiba
	Estruturar e implementar o gerenciamento de risco aduaneiro na IRF/Curitiba	IRF/Curitiba
	Aumentar a terceirização das atividades de apoio - conferente	DRF/Blumenau
	Instalação da Saana no prédio sede da IRF e redimensionar a Equipes de Bagagem e de Despacho.	IRF/Florianópolis
	Implantar grupo de análise de risco	IRF/Florianópolis
	Incremento de ações de inteligência com o objetivo de identificar alvos e otimizar recurso da equipe de repressão aduaneira	IRF/Florianópolis
	Consolidar centralização da pesquisa e seleção em Santa Catarina	IRF/Florianópolis
	Aumentar a sensação de risco do comércio informal, dos intervenientes no comércio exterior e dos recintos alfandegados	ALF/Itajaí
SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS	Implantação de análise de risco na exportação	ALF/São Francisco do Sul
	Aprimoramento do gerenciamento de risco na importação	ALF/São Francisco do Sul
	Aperfeiçoamento da atividade nautical	ALF/São Francisco do Sul
INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	Concentrar as atividades de tributação em determinado serviço/seção/equipe/grupo nas unidades	Disit
	Verificação requisitos isenção IPI - após aquisição veículo	DRF/Florianópolis
	Revisar, avaliar e atualizar todas as normativas locais em vigor, publicadas até 2010	ALF/Itajaí
	Difundir o conhecimento sobre as ferramentas disponíveis na internet da RFB, inclusive os referentes ao cadastro CNPJ em função da implantação do Redesim.	Divic
	Combate a Fraudes no CNPJ	DRF/Londrina

	Transformar em e@processo/dossiê toda demanda recebida pelo CAC, não resolvida presencialmente	DRF/Maringá
	Digitalização do acervo de processos em papel das Agências	DRF/Joinville
	Incentivar a educação fiscal, a cidadania e o controle social	DRF/Lages
	Implementar o modelo de Unidade de Atendimento Único em Itajaí	ALF/Itajaí
	Implementar a recepção e circulação de documentos recebidos em meio digital	ALF/Itajaí
	Implantação do atendimento integral	ALF/São Francisco do Sul
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Desenvolver e implantar metodologia de homologação da rede cabeada da 9ª Região Fiscal	Ditec
	Executar os projetos de readequação das redes lógicas e elétricas das unidades da 9ª Região Fiscal (Ditec/Dipol)	Ditec
	Implantar ferramenta para otimizar tráfego dos circuitos WAN da 9ª Região Fiscal	Ditec
	Revisar as habilitações de usuários internos da 9ª Região Fiscal nos sistemas informatizados	Ditec
	Migrar o sistema operacional das estações de trabalho da 9ª Região Fiscal	Ditec
	Divulgação frequente de orientações aos usuários	DRF/Blumenau
	Certificação digital dos usuários terceirizados	DRF/Blumenau
	Migração de serviços locais hospedados em servidor antigo para novo equipamento	DRF/Blumenau
	Implantação <i>intranet</i> local	ALF/São Francisco do Sul
	Execução do Proeduc da 9ª Região Fiscal	Digep
GESTÃO DE PESSOAS	Integração da Gestão Local – Ação para difundir o painel de desempenho e permitir que os servidores da DRF compreendam a importância da proatividade de todos servidores para o resultado.	
GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA	Executar e acompanhar a execução do plano de engenharia	Dipol
	Adequar os espaços físicos do edifício XV de Novembro	DRF/Curitiba
	Construção da agência de Araucária	DRF/Curitiba
	Construção da agência de Colombo	DRF/Curitiba
	Construção da agência de São José dos Pinhais	DRF/Curitiba
	Elaborar projeto para construção de uma nova sede para a Delegacia	DRF/Cascavel
	Construção de nova sede da agência de Toledo	DRF/Cascavel

Construção de nova sede da agência de Pato Branco	DRF/Cascavel
Construção de nova sede da agência de Laranjeiras do Sul	DRF/Cascavel
Construção de nova sede da agência de Iporã	DRF/Cascavel
Pintura do prédio da Delegacia de Cascavel	DRF/Cascavel
Reforma do edifício sede da DRF/Foz do Iguaçu	DRF/Foz do Iguaçu
Implementar a reforma do 1º andar da IRF/Curitiba	IRF/Curitiba
Criação de auditório para a Alfândega de Paranaguá	ALF/Paranaguá
Construção da nova sede da DRF/Joinville	DRF/Joinville
Reforma da fachada do prédio da DRF/Joaçaba	DRF/Joaçaba
Revitalização da aduana de turistas da IRF/Dionísio Cerqueira	DRF/Joaçaba
Reforma do sistema de proteção contra raios do prédio da DRF/Joaçaba	DRF/Joaçaba
Manter estoque de processos de perdimento com período para análise menor que 360 dias.	DRF/Joaçaba
Adquirir terreno e dar início a construção de edifício para sede da DRF/Blumenau	DRF/Blumenau
Adquirir terreno para construir a agência de Brusque (Agências modelo) e dar início aos projetos necessários	DRF/Blumenau
Adquirir terreno para construir a Agência de Timbó (Agências Modelo) e dar início aos projetos necessários	DRF/Blumenau
Construir a agência de Rio do Sul de acordo com os projetos para Agências Modelo - TIPO 2A	DRF/Blumenau
Implantação de sistema de coleta informatizada patrimonial via código de barras	ALF/São Francisco do Sul

4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 4 - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA - OFSS

Identificação da Ação											
Código	147W	Tipo: Projeto									
Título	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba/PR										
Iniciativa											
Objetivo	Código:										
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110 Tipo: Gestão e manutenção										
Unidade Orçamentária											
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
3.000.000	3.000.000	2.787.762	0	0	0	2.787.762					
Execução Física											
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante						
Obra concluída				Percentual de execução física	Previsto	Reprogramado					
				4,0	4,0	0,0					
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas							
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	Obra concluída	Percentual de execução física	0,0						

SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento) Jan-Dez 2014: Análise da execução do localizador

Realizada a concorrência para elaboração do projeto básico do edifício Sede SRRF09 - Curitiba, com contrato assinado em dezembro/2014. A entrega do projeto básico está prevista para o 2º semestre de 2016.

Execução das metas: Foi prejudicada, pois o projeto básico da obra atrasou, sendo reprogramado de 2013 para 2015-16.

Fatores intervenientes: Dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em restos a pagar para preservar os recursos, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes.

Ações Prioritárias na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias): não há.

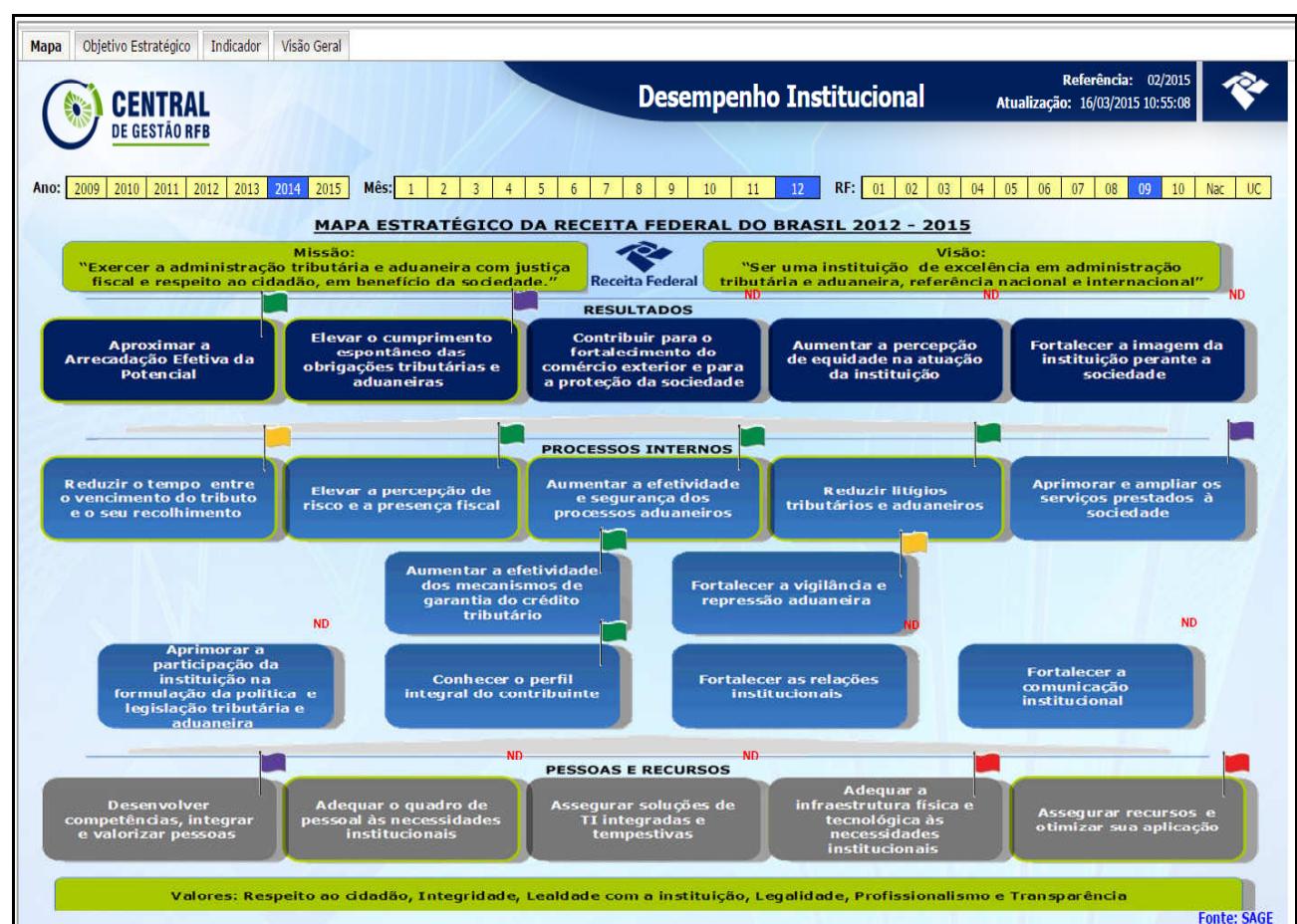
4.3 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da SRRF09

4.3.1 – Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

Para o ciclo de planejamento estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 objetivos estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: resultados, processos internos e pessoas e recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos objetivos, são utilizados 54 indicadores estratégicos. Em alguns casos não há desdobramento dos indicadores. Em outros casos, o desdobramento desses indicadores ocorre no âmbito das Regiões Fiscais, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo então caráter mais operacional.

Desse modo, as conclusões referentes ao ano de 2014, realizadas a partir da análise dos semáforos dos 21 objetivos e 32 indicadores estratégicos com desdobramentos regionais, são:

Resultados Gerais dos Objetivos Estratégicos



Fonte: SAGE.

A figura acima demonstra o desempenho da 9ª Região Fiscal em relação aos objetivos estratégicos institucionais.

- 3 (três) objetivos estratégicos tiveram resultado acima do esperado (bandeira roxa);
- 6 (seis) objetivos estratégicos obtiveram resultado dentro do esperado (bandeira verde);
- 2 (dois) objetivos estratégicos tiveram, pelo menos um indicador cada, resultado pouco abaixo do esperado (bandeira amarela);

- 2 (dois) objetivos estratégicos tiveram, pelo menos um indicador cada, resultado abaixo do esperado (bandeira vermelha);
- 8 (oito) objetivos estratégicos não tiveram indicadores medidos no período analisado, pois não apresentam indicadores com desdobramentos regionais.

Resultados dos indicadores estratégicos quanto à classificação gerada pelos semáforos.

PAINEL DE DESEMPENHO RF09 – Indicadores Desdobrados														Retorno ao Menu Principal	
RF09															
Dezembro/2014															
INDICADORES COM DESDOBRAMENTOS REGIONAIS															
Nº	Área	Indicador desdobrado	Base	Índice RFB	Polaridade	Temporalidade	Meta RF09 Anual	Meta RF09 no período	Resultado RF09 período	% (Resultado RF09 / Meta período)	Meta Nacional Anual	Meta Nacional no período	Resultado Nacional período	% (Resultado Nacional / Meta período)	Faixa de Semáforo**
1	Bemac	Índice de realização da meta global de arrecadação	SIM	SIM	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	98,85%	98,46%	100,00%	100,00%	96,30%	94,93%	Arrecadação
2		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	99,90%	98,89%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	Geral
3	Diffs	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	SIM	SIM	Positiva	Mensal	100,00%	85,00%	86,74%	102,05%	100,00%	85,00%	85,33%	101,98%	Geral
4		Indicador global da fiscalização (IGF)	SIM	SIM	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	116,71%	116,71%	100,00%	100,00%	109,64%	108,84%	Geral
5		Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	SIM	NÃO	Positiva	Mensal	85,10%	85,10%	74,27%	87,27%	85,00%	85,00%	78,37%	82,29%	Geral
6		Índice Global de Desempenho Aduaneiro no despacho de importação (IGDI)	SIM	SIM	Positiva	Mensal	1,00	1,00	0,86	99,09%	1,00	1,00	0,93	99,99%	Geral
7		Tempo médio bruto consolidado do despacho de exportação	SIM	NÃO	Negativa	Mensal	0,10	0,10	0,07	142,88%	0,13	0,13	0,08	142,60%	Geral
8	Diana	Grau de fluidez do despacho de importação	SIM	SIM	Positiva	Mensal	87,65%	87,65%	81,68%	83,18%	87,50%	87,50%	83,13%	86,01%	Geral
9		Grau de fluidez do despacho de exportação	SIM	NÃO	Positiva	Mensal	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	Geral
10		Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	100,00%	88,33%	113,50%	128,60%	100,00%	88,33%	109,30%	123,74%	Geral
11		Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	90,00%	90,00%	92,80%	93,11%	90,00%	90,00%	91,40%	91,44%	Geral
12	Direp	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	SIM	NÃO	Positiva	Mensal	123,16	123,16	89,84	72,96%	354,36	364,36	612,26	172,78%	Geral
13		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	SIM	SIM	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	107,77%	107,77%	100,00%	100,00%	112,67%	112,67%	Geral
14		Índice de adimplência do crédito tributário – IACT	SIM	NÃO	Positiva	Mensal	94,20%	94,20%	N/D	N/D	97,10%	97,10%	N/D	N/D	Dura
15		Índice de recuperação da cobrança especial	SIM	NÃO	Positiva	Trimestral	45,00%	45,00%	42,65%	94,78%	45,00%	45,00%	37,09%	82,43%	Geral
16		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	50,03%	50,03%	57,50%	114,83%	54,63%	54,63%	53,60%	88,11%	Geral
17		Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	SIM	NÃO	Positiva	Trimestral	52,00%	52,00%	N/D	N/D	52,00%	N/D	N/D	N/D	Geral
18	Dirac	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	SIM	NÃO	Negativa	Trimestral	713,00	713,00	518,00	137,84%	528,00	528,00	716,00	73,85%	Geral
19		Índice de crédito tributário garantido	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	34,80%	34,80%	42,61%	122,44%	21,20%	21,20%	22,54%	198,32%	Geral
20		Índice de adimplência das obrigações acessórias – IAOA	SIM	NÃO	Positiva	Trimestral	98,00%	98,00%	97,95%	99,95%	98,00%	98,00%	97,78%	99,76%	Geral
21		Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	NÃO	NÃO	Positiva	Mensal	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	Geral
22		Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário – ITMP	NÃO	NÃO	Negativa	Trimestral	572,00	572,00	841,00	68,01%	1040,00	1040,00	1478,00	70,37%	Geral
23	Divic	Indicador de atividade de educação fiscal	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	106,00	106,00	1403,09	132,37%	9369,00	9369,00	11355,90	121,51%	Geral
24		Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	SIM	SIM	Positiva	Mensal	96,00%	96,00%	97,38%	113,23%	66,00%	66,00%	79,30%	82,21%	Geral
25	Ditut	Índice de solução de consultas	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	70,00%	70,00%	64,73%	82,47%	70,00%	70,00%	60,00%	86,71%	Geral
26	Digep	Tempo médio de conhecimento de primeira instância (sem informação)	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	128,87%	128,87%	100,00%	100,00%	126,73%	128,73%	Geral
27		Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	SIM	SIM	Positiva	Mensal	62,00%	62,00%	56,00%	80,32%	75,00%	75,00%	68,00%	77,35%	Geral
28	Dipol	Nível de adequação imobiliária (NAI)	SIM	NÃO	Positiva	Biênio	62,00%	62,00%	56,00%	80,32%	75,00%	75,00%	68,00%	77,34%	Geral
29		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	SIM	SIM	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	86,86%	88,88%	100,00%	100,00%	76,54%	88,84%	Geral
30		Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	SIM	NÃO	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,04%	98,84%	Geral
31	Ditec	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	SIM	NÃO	Positiva	Trimestral	96,67%	96,67%	47,57%	49,21%	100,00%	96,67%	51,14%	62,99%	Tecnologia
32		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	SIM	SIM	Positiva	Mensal	100,00%	100,00%	98,10%	98,10%	100,00%	100,00%	98,39%	98,39%	Tecnologia
		Nível de adequação do ambiente informatizado com novas ferramentas (NAF)	SIM	NÃO	Positiva	Trimestral	100,00%	100,00%	52,20%	62,00%	100,00%	100,00%	51,71%	61,71%	Tecnologia

** Faixas de Semáforo			
Nome	Vermelho	Amarelo	Verde
Geral	<50%	50%-80%	>80%
Arecadação	<93%	93%-96%	>96%
Tecnologia	<85%	85%-98%	>98%
Saúde	<98	98%-99%	>99%

Fonte: SAGE.

A figura acima demonstra o desempenho da 9ª Região Fiscal em relação aos 32 (trinta e dois) indicadores estratégicos institucionais para os quais há desdobramentos regionais.

a) Verde: Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (24)

1. Índice de realização da meta global de arrecadação;
2. Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM);
3. Indicador global de desempenho da seleção (IGDS);
4. Indicador global da fiscalização (IGF);
5. Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação;
6. Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI);
7. Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC);
8. Grau de fluidez do despacho de importação;
10. Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA);
11. Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES);
13. Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira;
14. Índice de adimplência do crédito tributário – IACT
15. Índice de recuperação da cobrança especial
16. Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
17. Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos
18. Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
19. Índice de crédito tributário garantido
20. Índice de adimplência das obrigações acessórias – IAOA
21. Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício
22. Índice de atividade de educação fiscal
23. Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)
24. Índice de solução de consultas
26. Indicador de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
27. Nível de adequação imobiliária (NAI)
28. Indicador de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)
29. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
30. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
31. Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
32. Nível de adequação do ambiente informatizado com novas ferramentas (NAF)

15. Índice de recuperação da cobrança especial (IRC);
16. Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes;
18. Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes;
19. Índice de crédito tributário garantido (ICTG);
20. Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA);
23. Indicador de atividade de educação fiscal;
24. Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos;
25. Índice de solução de consultas;
26. Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento;
27. Nível de adequação imobiliária (NAI);
28. Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA);
29. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio;
31. Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT).

b) Amarelo: Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (2)

12. Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira;
22. Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP).

c) Vermelho: Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (2)

30. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos;
32. Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas.

d) Indicadores Estratégicos com resultado "Não Informado": (2)

14. - Índice de adimplência do crédito tributário (IACT);
- 17 - Índice de crédito tributário *sub judice* controlado em processos (ICSJ).

e) Indicadores Estratégicos Não Disponíveis: (2)

- 9 - Grau de fluidez do despacho de exportação;
21. Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício.

A seguir, serão apresentados, separadamente, cada indicador estratégico utilizado pela RFB, conforme a relação do indicador com o respectivo objetivo estratégico que ele se propõe a medir. Além disso, foi realizada uma análise geral dos resultados observados, a partir de informações extraídas do SAGE em 12/03/2015, de acordo com os semáforos gerados.

1 - Índice de realização da meta global de arrecadação

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a arrecadação efetiva da potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	100,00	100,00	96,65	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$

Análise de desempenho:

Situação atual: A 9ª Região Fiscal arrecadou em impostos e contribuições administrados pela RFB, até o 4º trimestre de 2014, R\$ 105.676 milhões, tendo a participação de 9,21% na arrecadação Brasil. Crescimento nominal de 6,31%, e em valores atualizados pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), aumento de 0,01 % em relação ao acumulado até o 4º trimestre de 2013.

2 – Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	100,00	100,00	99,90	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$

Análise de desempenho:

Situação atual: A 9º Região Fiscal atingiu a meta em todas as ações que compõem o indicador - indicadores do passivo tributário, indicadores de distorção de arrecadação e indicador do setor econômico.

3 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	100,00	85,00	86,74	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$

Análise de desempenho:

Situação atual: A fiscalização de tributos internos da 9ª Região Fiscal atingiu, em 2014, o índice de 86,74% no Indicador Global de Desempenho da Seleção - IGDS, acima da meta (85%) e da média nacional (85,93%), ocupando a 4ª posição entre as 10 regiões fiscais. O IGDS é formado pelos índices IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização) e IFGED (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês), com peso de 50% para cada índice. O IQSF, também denominado R2, corresponde ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período, sendo considerados sem resultados os procedimentos de fiscalização realizados em pessoa jurídica cujo crédito tributário lançado seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A meta para este indicador é de 90%. Já o IFGED, também denominado S, corresponde à soma das quantidades de dossiês provisórios cadastrados por tipo contribuinte em relação à meta anual de seleção destes, ponderada pela hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondentes. Por outro lado, tendo em vista os prazos estipulados pela Portaria RFB/Sufis 1.705/2013, para os procedimentos de seleção dos sujeitos passivos, este indicador será aferido de Setembro a Fevereiro do ano subsequente possuindo as seguintes metas: setembro a novembro: 30% (trinta por cento) da meta anual; dezembro e janeiro (do ano subsequente): 80% (oitenta por cento) da meta anual; e fevereiro (do ano subsequente): 100% (cem por cento) da meta anual. Em relação ao IQSF/R2, a 9ª Região Fiscal encerrou 2.299 requisições de procedimento fiscal motivadas por seleção interna, sendo que, destas, 2.149 foram encerrados com resultado, representando 93,47%, acima da meta estabelecida (90%) e da realização média nacional (91,86%). Em relação ao IFGED/S, foram cadastrados 2.052,40 dossiês (considerando eventuais deltas, previstos para PJ-D, PF-D e PF-ECC) para uma meta de 1.336 (80% da meta anual, que corresponde a 90% da meta anual da fiscalização, já ajustada para 2015), sendo produzidos dossiês em quantidade suficiente para cada segmento de contribuintes (visão regional).

Pontos críticos: Algumas unidades apresentaram desempenho abaixo da meta estipulada para o IQSF, bem como não cadastraram quantidade de dossiês suficientes para atingimento da meta individual, para alguns segmentos, em relação ao IFGED.

Encaminhamentos: Monitoramento junto às unidades dos principais motivos do encerramento de ações sem resultado a fim de melhorar o desempenho para o ano de 2015 e acompanhamento da produção de dossiês provisórios, tendo em vista que este processo se encerra em fevereiro de 2015 (meta de 100%).

4 – Indicador global de fiscalização (IGF)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	100,00	100,00	115,71	Anual	(Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,90) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,10)

Análise de desempenho:

Situação atual: A fiscalização de tributos internos da 9ª Região Fiscal atingiu, no ano de 2014, o índice de 115,72% no Indicador Global de Desempenho da Fiscalização - IGF, acima da meta (100%) e da média nacional (109,85%), desempenho que a coloca em 1º lugar entre as 10 Regiões Fiscais. O IGF neste ano, com a edição da Portaria RFB/SUFIS nº 922/14, que dispõe sobre os Indicadores da Fiscalização, passou a ser formado pelos índices IDF (Índice Global de Desempenho da Fiscalização) e ICT (Índice de Crédito Tributário), com pesos de 90 e 10%, respectivamente. O IDF corresponde ao percentual de cumprimento das metas anuais, que foram estabelecidas em função do quantitativo de Auditores-Fiscais da RFB alocados nas atividades de fiscalização e revisão, das respectivas horas disponíveis e do tempo médio de execução de cada atividade. Já o ICT corresponde ao percentual do crédito tributário lançado no período em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. Em relação ao IDF a 9ª Região Fiscal fechou o ano com um índice de 121,159%, portanto acima da meta e da média nacional (110,45%), o que a coloca em 1º lugar em relação às demais regiões. O excelente desempenho no IDF deve-se ao fato da 9ª Região Fiscal ter atingido a meta em praticamente todos os segmentos de Fiscalização e Revisão de declarações, com exceção apenas em fiscalização de pessoa jurídica média (PJ média) e revisão de ITR. Já em relação ao ICT, a 9ª Região Fiscal fechou o ano com desempenho de apenas 66,8%, bem abaixo da meta e da realização nacional (104,4%), sendo este o pior desempenho entre as 10 regiões fiscais.

Pontos críticos: Desempenho abaixo da meta no ICT, ressaltando que, como a meta é estipulada em função da realização no triênio anterior, a meta da 9ª Região Fiscal está fortemente influenciada por lançamentos expressivos realizados, principalmente, pela Efmac no ano de 2011. Neste sentido, pode-se observar que a meta de crédito tributário da 9ª Região Fiscal só é inferior à 6ª, 7ª e 8ª Regiões Fiscais.

5 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	85,10	85,10	74,27	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês

Análise de desempenho:

Situação atual: Os resultados da 9ª Região Fiscal continuam na faixa de 75%. Na análise por unidade, observa-se que, em alguns casos, notadamente naquelas em que é maior o número de declarações de importação (DI) selecionadas aleatoriamente, o resultado do indicador é maior, indicando que menos DI são corrigidas.

Pontos críticos: É bastante baixo o percentual de DI selecionadas aleatoriamente, o que torna o indicador de difícil acompanhamento. No ano de 2014, foram cerca de 390 mil DI registradas e apenas 3.060 DI selecionadas aleatoriamente para conferência (cerca de 0,78%).

6 – Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	1,00	1,00	0,86	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)

Análise de desempenho:

Situação atual: A 9ª Região Fiscal encerrou o ano sem atingir a meta neste indicador, mantendo-se estável em cerca de 0,86. O ponto crítico ainda é o IGEN - o índice de grau de eficácia da seleção nacional. Contudo, com as mudanças na parametrização, e o projeto, já em teste piloto, em breve a eficácia da seleção nacional passará a ser mais significativa, beneficiando o resultado do indicador. O primeiro semestre do ano de 2015 será definitivo para a avaliação dos resultados regionais.

Pontos críticos: Eficácia na seleção nacional. Com a diminuição e o aprimoramento da seleção nacional, esse ponto crítico deverá ter menos impacto no indicador.

7 – Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)	0,10	0,10	0,07	Mensal	TBC = Tempo Bruto primeira Recepção / Desembarque (Segundos) / (60x60x24) x Qtde. Ev. Desembarque da DE

Análise de desempenho:

Situação atual: O resultado regional no 4º trimestre/2014 superou a meta estipulada (0.10 dia), atingindo, nos meses de outubro, novembro e dezembro, os resultados de 0.08/dia, 0.08/dia e 0.07/dia, respectivamente. Esses números demonstram um ótimo desempenho e uma redução, em comparação com os primeiros meses do ano.

Pontos críticos: É importante destacar que este é um indicador sensível, que requer constante acompanhamento e ação imediata diante de situações atípicas que possam interferir no fluxo ou na fluidez dos despachos de exportação.

8 – Grau de fluidez do despacho de importação

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	87,65	87,65	81,68	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês

Análise de desempenho:

Situação atual: O resultado regional está abaixo da meta estipulada, atingindo, em dezembro/2014, o valor de 81,68% de DI liberadas com menos de 1 dia (meta de 87,65%), sem variações significativas ao longo do trimestre, entretanto com uma leve recuperação quando comparado com ao trimestre anterior (81,01%). Como avaliado no trimestre anterior, com o projeto em andamento, para reformulação nos critérios da parametrização, espera-se que a fluidez do despachos de importação ganhe alguns pontos percentuais em algumas unidades da 9ª Região Fiscal, incrementando o resultado.

Pontos críticos: Ainda se entende que a meta de 87,65% prevista para 2014, com tendência à elevação em 2015, continuará sendo de difícil atingimento, devendo ser revista, independente da adoção dos novos critérios de parametrização.

9 – Grau de fluidez do despacho exportação

Indicador estratégico não disponível.

10 – Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	100,00	88,33	113,50	Anual	(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70)

Análise de desempenho:

Situação atual: No indicador IDFA, que representa o desempenho da fiscalização (horas fiscalização), a 9ª Região Fiscal obteve bons resultados e 50% das unidades encerraram o ano com utilização de mais de 100% das horas disponibilizadas, o que impulsionou o resultado da região (107,7%): DRF/Ponta Grossa, DRF/Maringá, ALF/Porto de Paranaguá, DRF/Joaçaba, DRF/Blumenau, IRF/Florianópolis, ALF/Porto de Itajaí. No indicador IPFA (Presença Fiscal), o resultado regional também foi bastante expressivo, alcançando o resultado de (130,9%) e quanto ao crédito (ICTA) a região também superou a meta prevista (106,7%).

11 – Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	90,00	90,00	92,80	Trimestral	(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100

Análise de desempenho:

Situação atual: O resultado da 9ª Região Fiscal se manteve acima da meta de 90% durante todo o ano de 2014, demonstrando estabilidade na seleção das ações fiscais. Apenas três unidades ficaram abaixo da meta estipulada, incluindo a IRF/Curitiba, com 87%. Em 2015, com a inclusão somente das ações realizadas por seleção interna, será ainda mais efetiva a avaliação da eficácia da seleção para a fiscalização aduaneira.

12 – Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	123,16	123,16	89,84	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Análise de desempenho:

Situação atual: Em termos monetários, até o mês de dezembro de 2014, o total das apreensões foi de US\$ 230.167.167,00 e US\$ 223.567.039,00 do mesmo período de 2013, um acréscimo de 3 pontos percentuais. O valor acumulado das operações de vigilância e repressão, (base – controle de mercadoria apreendida - CTMA), até dezembro de 2014, somou R\$ 89.840.339,59, atingindo 72,94% da meta anual de R\$ 123.163.139,72 e resultando em um decréscimo de 8,21 pontos percentuais em comparação com os R\$ 97.878.937,82 do mesmo período de 2013.

Pontos críticos: Faltam recursos humanos, equipamentos, sistemas e orçamento para realização de trabalhos mais intensos.

13 – Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	100,00	100,00	107,77	Mensal	(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)

Análise de desempenho:

Situação atual: Até o 4º trimestre de 2014 foram totalizados 1.457 pontos, sendo 1.247 de pequeno porte, 158 de médio porte e 52 de grande porte.

Pontos críticos: falta de recursos humanos, sistemas específicos para a atividade de repressão. São necessários mais pontos com Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (Sinivem) ou Sistema de Vigilância Aduaneira (Sivana).

14 – Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)	94,80	94,80	92,20	Mensal	IACT = [arrecadação darf (+) gps total (-) gps reclam trabalhista (-) retenção gps (-) gps multas e juros] / [arrecadação darf (+) saldos a pagar (+) vl guia de recolhimento do fgts e de informações à previdência social (gfip) a rec]x100

Por motivo de alteração no programa gerador das informações necessárias para apuração dos resultados, os valores deles não puderam ser obtidos até a data do presente relatório.

15 - Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	45,00	45,00	42,65	Trimestral	IRC = [50x(Resultado Financeiro / Carteira de Trabalho) + 50x(Medidas Aplicadas/Medidas Aplicáveis)]

Análise de desempenho:

Situação atual: O indicador sofreu alterações no ano de 2014, como a mudança do nome, com o acréscimo da palavra “especial”, para que ficasse claro que está vinculado à medição da cobrança especial e alteração na fórmula, que passou a contemplar duas partes: parte “A”, peso de 50% (cinquenta por cento), relativa ao resultado financeiro; e parte “B”, também com peso de 50% (cinquenta por cento), referente à aplicação de medidas coercitivas, conforme determinado na norma de execução Codac nº 1, de 2014. A meta foi definida utilizando esses 2 (dois) componentes, ou seja, resultado financeiro e resultado qualitativo de esforço. Neste 4º trimestre/2014 foi feita a primeira medição dos resultados após a implantação da lista única, conforme disposto na norma de execução Codac nº 1, de 2014, em junho de 2014. A meta anual estabelecida foi de 45%. A 9ª Região Fiscal atingiu o percentual de 37,09%. Destaque para as DRF/Curitiba e DRF/Blumenau que tiveram quase 100% do crédito da carteira recuperado.

Pontos críticos: Como há somente um critério para a seleção dos contribuintes que compõem a carteira de trabalho da cobrança especial (existência de débitos em aberto superiores a 10 milhões) e a 9ª Região Fiscal vem há anos atuando fortemente na cobrança, acabam sendo selecionados contribuintes considerados devedores contumazes, ainda que implementadas todas as medidas, os resultados apresentados (recuperação desses créditos) não são satisfatórios. Essas questões acabam por não motivar as unidades no trabalho a ser desenvolvido junto a estes contribuintes que pelos seus históricos não cumprem com suas obrigações tributárias.

16 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	50,03	50,03	57,50	Anual	$[(Saldo inicial DCOMP - saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] \times 100$

Análise de desempenho:

Situação atual: Reduzir, anualmente, o estoque de compensações existente em 31/12/2013 em 50%. Todas as Delegacias atingiram o percentual previsto. A 9ª Região Fiscal destacou-se entre as regiões que ultrapassaram o percentual da meta estabelecida (superando 100%).

17 – Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos (ICSJ)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos (ICSJ)	52,00	52,00	Não informado	Trimestral	$IC SJ = \{ 60 \times [(Estoque a Validar Dezembro do ano anterior - Estoque a Validar Trimestre Corrente)] / [Estoque a Validar Dezembro ano anterior] \} + [40 \times (Processos analisado no ano corrente / Total de Processos Suspensos)]$

Por motivo de alteração no programa gerador das informações necessárias para apuração dos resultados, os valores deles não puderam ser obtidos até a data do presente relatório.

18 – Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	713,00	713,00	518,00	Anual	(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes

Análise de desempenho:

Situação atual: Reduzir, anualmente, para um tempo médio de estoque inicial de 1.189 dias, a idade média do estoque inicial em 40%, ou seja, atingir temporalidade ao final do ano em 713 dias. A 9ª Região Fiscal se destacou ao atingir o tempo médio de 518 dias, redução de 56,4%, o que representa um atingimento de 141% em relação à meta estabelecida. Excelente resultado obtido.

Pontos críticos: Muitos pedidos eletrônicos de restituição, resarcimento ou reembolso (PER) previdenciários que demandam análise manual. Existem também PER antigos que demandam regulamentação dos procedimentos para tratamento das homologações tácitas de declaração de compensação vinculadas àqueles. Muitos desses PER, figuram nas listagens de PER Pendentes sem que a unidade possa adotar um procedimento. Por se tratar de PER antigos, acabam por influenciar negativamente o indicador.

Encaminhamento: O indicador é acompanhado por Delegacia e a 9ª Região Fiscal faz apuração mensal.

Observação: Apesar da SRRF09 ter obtido excelente resultado na região, os menores índices de atingimento foram registrados pelas DRF/Curitiba e DRF/Florianópolis.

19 – Índice de crédito tributário garantido (ICTG)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	34,80	34,80	42,61	Anual	$ICTG = (\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais / CT Passíveis de Garantia}) \times 100$

Análise de desempenho:

Situação atual: A sistemática do arrolamento é aplicada a todos os setores de uma DRF (fiscalização, orientação tributária e de acompanhamento tributário). Pela nota Codac - arrolamento nº 4/2014, de 12/08/14, foi divulgada nova lista contendo os CNPJ e CPF de contribuintes cujos débitos superavam R\$ 10 milhões e 30% (trinta por cento) do seu patrimônio conhecido para trabalho no segundo semestre de 2014. Nesta listagem, constava para a SRRF09, 376 contribuintes (pessoa jurídica e pessoa física), que juntos somavam cerca de R\$ 23 bilhões em débitos (débitos em aberto, parcelados e suspensos). No 4º trimestre de 2014, a 9ª Região Fiscal obteve o maior crescimento e o maior resultado, atingindo a meta de 42,6%, e o total de bens arrolados ultrapassa o montante de R\$ 7 bilhões.

Pontos críticos: O procedimento do arrolamento não é imediato, pois demanda tempo para levantar os bens e direitos do contribuinte, fazer o registro de seu arrolamento nos órgãos competentes, emitir e receber ofícios, intimações, etc. As unidades se deparam com dificuldade em obter dados junto à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) sobre as medidas cautelares fiscais deferidas (falta de registro da informação pelo órgão, processo com sigilo judicial, etc). e o novo módulo do Controle de Procedimentos Vinculados (Conprovi) ainda não apresenta gerencial consolidado com sua versão anterior. Foi necessário apuração especial feita pela Cofis.

Encaminhamento: A SRRF09 realizou “Seminário da Garantia do Crédito Tributário” no primeiro semestre de 2014, tendo como objetivo capacitar os servidores atuantes no acompanhamento do crédito tributário.

Observação: O excelente desempenho da 9ª Região Fiscal no 4º trimestre de 2014, deve-se em parte pela medida cautelar fiscal no valor superior a R\$ 1 bilhão, de contribuinte que estava sob a jurisdição da DRF/Foz do Iguaçu, e hoje pertence à jurisdição da DRF/Cascavel.

20 – Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias	98,00	98,00	97,95	Trimestral	$[\text{nº declarantes}] / [\text{(nº declarantes} + \text{nº omissos})] \times 100$

Análise de desempenho:

Situação atual: O indicador mede a omissão de entrega de declarações por contribuinte que esteja obrigado, conforme a legislação tributária federal. Atualmente mede apenas a omissão da entrega da declaração de imposto de renda pessoa física. A meta anual foi estabelecida em 98%. A 9ª Região Fiscal atingiu 97,95%, sendo considerado esse resultado pela Coordenação responsável como satisfatório e cumprido, haja vista a diferença de apenas 0,05.

Pontos críticos: Não há gerência direta das unidades sobre esse indicador. O cumprimento das obrigações acessórias, como as entregas das declarações previstas nas normas tributárias federais, dá-se em decorrência do trabalho feito em prol da presença fiscal e suas consequências pelo descumprimento, ao aplicar-se penalidades (autos de infração). Não foram identificadas ações específicas para incrementar o cumprimento da meta estabelecida pelo índice.

21 – Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício

Indicador estratégico não disponível.

22 – Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário	572,00	572,00	841,00	Anual	Tempo de existência dos processos em estoque/Quantidade de processos em estoque

Análise de desempenho:

Situação atual: O ITMP é o indicador novo que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil. Não são recuperados os dossiês, nem os processos cancelados, excluídos, encerrados e os arquivados. A meta de 2014 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013. Meta trimestral: 572 dias; resultado no trimestre: 841 dias. Foi o melhor resultado dentre as Regiões Fiscais.

Pontos críticos: É um indicador novo, cuja apuração precisa ser refinada, pois os resultados comportam processos cuja temporalidade não é controlável pela RFB, por exemplo, parcelamentos (o processo ficará na unidade pelo tempo do parcelamento, que pode ser indefinido (vide Refis – programa de recuperação fiscal), e outros processos que não controlam crédito tributário (logística, gestão de pessoas, tecnologia), e portanto, não estão sob a gestão da Dirac.

Encaminhamentos: Há necessidade de refinamento na construção do indicador pela Codac, o que poderá ser implementado com melhorias no DW Processo, com carga do Sief Processos e inclusão de processos que ainda estão em papel.

Observações: Apesar de todas as Regiões Fiscais terem ficado abaixo da meta estabelecida para o trimestre, a 9ª Região Fiscal destaca-se por ter atingido o melhor índice.

23 - Indicador de atividade de educação fiscal

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	1060,00	1060,00	1403,09	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef

Análise de desempenho:

Situação atual: Após a análise e ponderações da Coaef, o número de ações acumuladas e realizadas pela 9ª Região Fiscal, até o 4º trimestre de 2014, foi de 1.403,09 ações. Considerando a meta acumulada estabelecida para o ano, de 1.060 ações, a meta foi superada em 32,3%; superior ao índice nacional, o qual foi superior à meta em 21,2%.

Pontos críticos: A vedação legal imposta pela Lei nº 9.504/97, referente ao período eleitoral, restringiu a realização dos eventos de educação fiscal no 3º trimestre/2014 e consequentemente interferiu no desempenho do 4º trimestre.

24 – Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME – 15)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	86,00	86,00	97,38	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$

Análise de desempenho:

Situação atual: Índices atingidos com envolvimento de todas as unidades da 9ª Região Fiscal, com indicador em 1º lugar nacional em 10 dos 12 meses do ano. O TME-15 de dezembro ficou no patamar de 97,38%, acima da meta de 86%, e acima do resultado nacional (93 %). Na análise anual, há que se considerar também que a 9ª Região Fiscal mantém os menores índices de demanda reprimida do Brasil.

Pontos críticos: Sistemas previdenciários, especialmente a disponibilidade da Disoweb; interrupções nos sistemas em âmbito nacional e local (Curitiba).

Encaminhamentos: Manter plano de capacitação dos atendentes de todas as unidades de atendimento, ampliar com a capacitação dos gestores do atendimento no conteúdo de gestão e negociação.

25 – Índice de solução de consultas

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	70,00	70,00	64,73	Trimestral	(Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) x número do trimestre) + numero nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado) x (número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB)

Análise de desempenho:

Situação atual: Foram minutadas 244 consultas, perfazendo um índice de 64,73%, acima da média nacional, que foi de 60%. mas abaixo da meta almejada (70%).

Pontos críticos: Demora por parte da Cosit na edição de soluções de consultas vinculantes sobre o tema “Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio (Siscoserv)”, eis que temos aproximadamente 100 consultas sobre o tema aguardando tal definição, para a edição de consultas vinculadas.

Encaminhamentos: Já houve reuniões entre Disit e Cosit buscando a definição dos termos da solução vinculante. Cabe mencionar que o Siscoserv é regulado por atos conjuntos RFB/MDIC, cada órgão com determinados objetivos, gerando maior complexidade em sua interpretação.

Observação: O índice leva em conta a lotação ideal na Disit (11,20% do total), não a sua lotação efetiva.

26 – Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento (IGACD)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	100,00	100,00	128,87	Trimestral	$\{0,5 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação\ / total\ de\ servidores\ da\ unidade)\ / meta]\} + \{0,5 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições\ / total\ de\ servidores\ em\ exercício)\ / meta]\}$.

Análise de desempenho:

Situação atual: O índice fechou 2014 com 134,00 % da meta. Os indicadores que compõem o IGACD são: grau de amplitude = 102,79 % da meta e grau de aprofundamento = 155,14% da meta.

Encaminhamento: Para 2015 o contexto de restrição orçamentária exigirá maior foco nos eventos locais, com menos deslocamentos e maior amplitude.

Observação: As ações de capacitação da 9ª Região Fiscal terão uma concentração maior no 1º semestre de 2015.

27 – Nível de adequação imobiliária (NAI)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	62,00	62,00	56,00	Semestral	$\{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$ Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).

Análise de desempenho:

Situação atual: O índice de adequação imobiliária da 9ª Região Fiscal teve resultado de 55,68%, índice dez pontos percentuais abaixo da média nacional, de aproximadamente 65,00%.

Pontos críticos: O índice está abaixo do esperado, todavia houve um grande número de contratações de obras (empenhos) em 2014, as quais estão em execução. Ao término das intervenções, as atualizações no “Edifica” (sistema gerencial de controle de bens imóveis da RFB) serão realizadas, refletindo positivamente no indicador.

Encaminhamento: Na confecção dos planos de engenharia 2015 e do portfólio 2016-2019 foram planejadas intervenções nos imóveis com baixo índice de adequação imobiliária.

28 – Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	100,00	100,00	86,86	Trimestral	$[0,4 \times ILE] + [0,3 \times IEB] + [0,3 \times IPF]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.

Análise de desempenho:

Situação atual: A 9ª Região Fiscal obteve o índice de 86,86% no 4º trimestre de 2014, marco que a coloca entre as primeiras regiões fiscais do país, resultado do empenho e esforço na gestão das mercadorias apreendidas.

Pontos críticos: A diminuição no perfil de mercadorias disponíveis para leilão representa ponto crítico. O atingimento da meta ficou em 26,86% dos 40% possíveis.

Encaminhamento: A Seção de Mercadorias Apreendidas da 9ª Região Fiscal tem acompanhado com esmero os pontos críticos e favoráveis que influenciam no desempenho do IGMA.

29 – Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	100,00	100,00	100,00	Mensal	$(VE / TDC) \times 100$ VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados]

Análise de desempenho:

Situação atual: A execução orçamentária de custeio de 2014 atingiu 95,46%, mantendo o excelente nível de execução dos anos anteriores.

Pontos críticos: O contingenciamento promovido impediu a expansão de algumas contratações nas unidades e impôs a diminuição de postos de terceirizados para adequar o funcionamento da unidade ao orçamento disponível.

Encaminhamento: Acompanhamento dos referenciais orçamentários e limites de movimentação e empenho (LME) da Região Fiscal, por unidade em 2015, visando a um melhor acompanhamento da execução orçamentária da Região Fiscal.

30 – Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	100,00	96,67	47,57	Trimestral	$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$ VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.

Análise de desempenho:

Situação atual: Apesar do índice refletir apenas 47,57% de meta atingida, a informação da Copol, e obtida com base no Sistema de Administração Financeira (Siafi) gerencial, aponta uma execução de 100% dos recursos de investimentos disponibilizados, na ordem de R\$ 15.921.719,37, cuja contribuição maior decorre dos empenhos relativos ao projeto da nova sede da RFB em Curitiba (R\$ 2.787.762,06) no limite de obras destacadas e R\$ 11.948.635,66 da nova sede da DRF/Joinville no limite de outras obras. De fato, a 9ª Região Fiscal teve um desempenho muito acima do previsto em virtude dos esforços ao final do ano de 2014.

Pontos críticos: Dificuldade na execução do plano de engenharia em virtude do grau de complexidade das obras envolvidas e dificuldades esperadas, contando que processos de contratação desta natureza apresentam. Ainda contribui como ponto crítico o rigoroso controle exercido pelo órgão central para contratações de valores reduzidos, ocasionando burocracia na Região Fiscal.

Encaminhamento: Aprimorar o acompanhamento do plano de engenharia de 2015 junto às unidades.

31 – Nível de adequação da infraestrutura tecnológica

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica	100,00	100,00	98,10	Mensal	$[(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times 100.$ <p>IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan</p>

Análise de desempenho:

Situação atual: As ações realizadas nos certificados digitais e nas configurações da ferramenta *Altiris* melhoraram o indicador da região.

Pontos críticos: Certificados digitais aos terceirizados e estagiários.

32 – Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	100,00	100,00	52,20	Trimestral	$[(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100.$

Análise de desempenho:

Situação atual: A ausência dos dados de acompanhamento do índice desfocaram a gerência sobre o indicador, mas com o retorno dos levantamentos reinicia-se o processo de gestão junto às unidades para a evolução do indicador.

Pontos críticos: A adaptação dos sistemas aos *tablets* reduz interesse no uso do dispositivo.

Encaminhamentos: Gestão junto às unidades para configuração e instalação dos equipamentos.

4.4 - Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

4.4.1 – Atualização da Cadeia de Valor da RFB

A Cadeia de Valor é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho de uma instituição, a fim de ela cumpra sua missão e gere valor para seus clientes.

Ao final de 2013, foi publicada a Cadeia de Valor integrada do Ministério da Fazenda, apresentando os processos de trabalho dos órgãos integrantes de sua estrutura. Assim, foi identificada a necessidade de alteração da Cadeia de Valor da RFB para compatibilizá-la, em certos pontos, com a do Ministério. Adicionalmente, em 2014, verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na organização, frente as alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Assim, em 2014, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) coordenou o trabalho de revisão da Cadeia de Valor da RFB, resultando na publicação do manual descritivo da Cadeia de Valor, cujo principal objetivo é apresentar detalhadamente o desdobramento e a descrição da nova Cadeia de Valor. Esse documento também explica conceitos básicos que facilitam o entendimento e a leitura da Cadeia de Valor, mostra um pequeno histórico de como ela foi definida e, por fim, faz uma comparação entre as Cadeias de Valor do Ministério da Fazenda e da RFB.

A nova Cadeia de Valor foi aprovada pela Portaria RFB nº 2028, de 24 de novembro de 2014, que alterou o Anexo IV da Portaria RFB, nº 625, de 17 de maio de 2013.

A SRRF09 participou do processo de elaboração da nova Cadeia de Valor, através de atendimento às demandas encaminhadas pela Copav, relacionadas à avaliação dos processos de trabalho e à análise SWOT – importante instrumento utilizado no planejamento estratégico, cuja sigla, em termos da língua inglesa, significa *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). O processo de participação ocorreu com o envolvimento de todos os chefes de Divisão e dirigentes das unidades locais da SRRF09.



Cadeia de Valor da RFB

Desdobramento e descrição

Versão 1.0

Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav)

Novembro, 2014

Cadeia de Valor



Receita Federal

Formular e Analisar Propostas de Política Tributária e Aduaneira
Monitorar e Avaliar o Sistema Tributário e Aduaneiro Acompanhar e Subsidiar a Avaliação das Políticas Públicas Implementadas com Benefício Fiscal



Aperfeiçoamento dos Sistemas Tributário e Aduaneiro

Gerir o Crédito Tributário e a Arrecadação
Gerir Direito Creditório de Contribuinte
Controlar Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação
Monitorar Grandes Contribuintes
Controlar o Cumprimento das Obrigações Acessórias Atuar na Garantia do Crédito Tributário



Arrecadação Federal

Promover a Conformidade Tributária
Realizar Pesquisa e Seleção Realizar a Fiscalização
Realizar a Vigilância e Repressão
Realizar Ações de Pesquisa e Investigação



Combate aos Ilícitos E à Evasão Fiscal

Controlar Processos de Importação e Exportação
Realizar Auditorias de Conformidade Aduaneira e Fiscal
Controlar Processos Aduaneiros Diferenciados
Gerenciar Riscos Operacionais Aduaneiros Autorizar Intervenientes Controlar Regimes Aduaneiros



Eficiência do Controle do Comércio Exterior e Proteção à Sociedade

Formular Atos Interpretativos e Normativos
Propor a Uniformização da Jurisprudência
Julgar Recursos Administrativos
Subsidiar a Atuação da Defesa no Contencioso



Segurança Jurídica e Redução de Litígios

Desenvolver a Moral Tributária Prestar Orientação e Atendimento Gerir Ouvidoria
Conduzir Relações Institucionais Conduzir Relações Internacionais
Realizar a Comunicação Social
Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros



Qualidade dos Serviços Prestados e Fortalecimento do Relacionamento Institucional

Gestão e Desenvolvimento Organizacional

Gerir a Estratégia e o Desempenho Organizacional	Gerir a Estrutura Organizacional
Gerir Portfólio e Projetos	Realizar a Gestão de Processos
Realizar a Comunicação Interna	Gerir Conhecimento e Inovação

Gestão da Conformidade Institucional

Desenvolver a Integridade Funcional	Promover a Ética Institucional
Gerir Riscos Institucionais	Realizar Auditoria Interna

Gestão Orçamentária e Financeira

Elaborar Planejamento Orçamentário	Gerir Execução Orçamentária e Financeira
Realizar Gestão Contábil	

Gestão de Pessoas

Recrutar e Selecionar Pessoas	Capacitar e Desenvolver Pessoas	Gerir Desempenho
Gerir Provimento, Mobilidade e Desligamento de Pessoas		
Promover Valoração e Qualidade de Vida no Trabalho		

Governança de TI

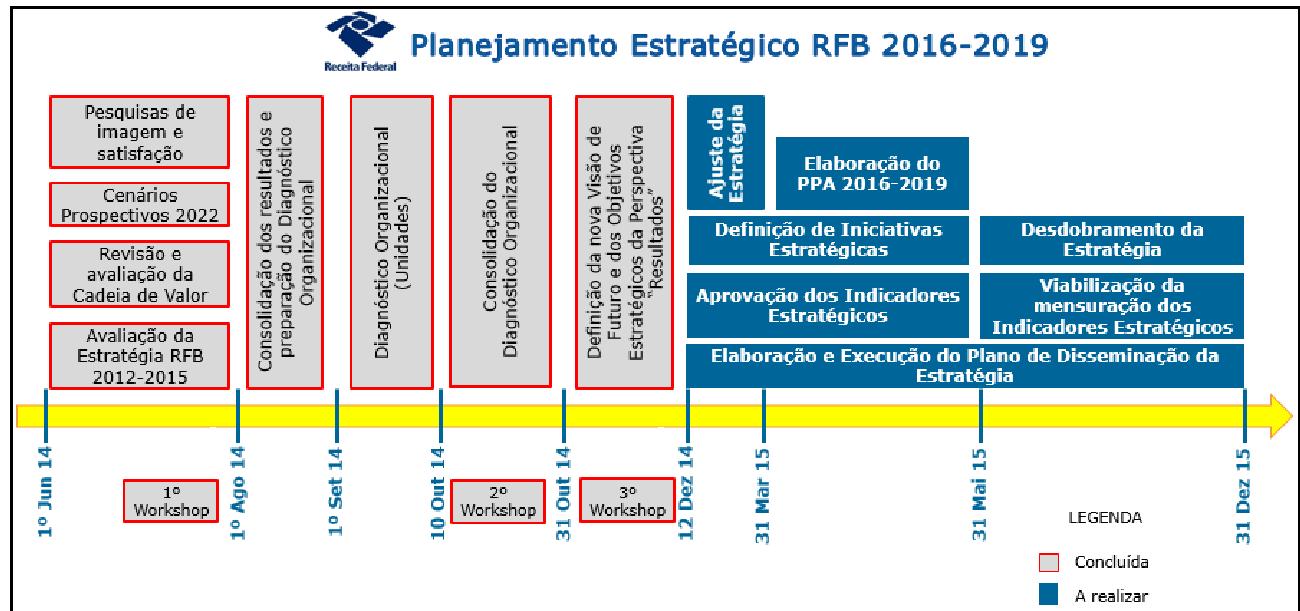
Realizar Governança de TI		
Prospectar Inovações e Gerir Necessidades em Soluções de TI	Desenvolver, Adquirir e Implantar Soluções de TI	Manten e Suportar Soluções de TI
Gerir Prestadores de Serviços e Fornecedores de TI		
	Gerir Segurança de TI	

Gestão de Materiais e Logística

Gerir Materiais e Serviços	
Gerir Imóveis e Obras	
Gerir Mercadorias Apreendidas	
Realizar Gestão Documental	

4.4.2 - Elaboração do Novo Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019

A RFB iniciou, em junho de 2014, o processo de formulação de seu planejamento estratégico para o ciclo 2016-2019. A figura abaixo representa o cronograma com as etapas previstas (em azul) e as já realizadas (em cinza).



Esse processo teve início com o levantamento de 4 temas que serviram de insumo para o diagnóstico organizacional:

- Pesquisas de imagem e satisfação;
- Cenários prospectivos 2022;
- Revisão e avaliação da Cadeia de Valor;
- Avaliação da estratégia RFB 2012-2015.

As pesquisas de imagem e satisfação foram realizadas no final de 2013 com o objetivo de mensurar o nível de satisfação dos contribuintes e dos servidores em relação aos serviços prestados e à imagem da Instituição. A fim de subsidiar o núcleo estratégico da RFB nas próximas etapas do planejamento estratégico 2016-2019, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), em 2014, analisou e consolidou as avaliações feitas pelas áreas e pelas Superintendências acerca dos resultados dessas pesquisas e seus impactos em cada Região Fiscal.

Os trabalhos sobre cenários prospectivos buscam mostrar a possibilidade de ocorrências que podem ser positivas ou negativas para uma instituição. Assim, eles têm um importante papel na formulação da estratégia de uma organização e, consequentemente, no alcance dos resultados pretendidos. A RFB realizou dois trabalhos de prospecção de cenários: um em 2011 e outro em 2013, e no exercício de 2014 a Copav deu continuidade aos trabalhos de “Análise dos Cenários Prospectivos” 2022 e consolidou as informações obtidas nas duas prospecções de cenários anteriores. O objetivo foi trazer maior contribuição para a formulação da estratégia da RFB para o próximo ciclo de 2016-2019.

Conforme explicado no item 4.3.1, em 2014 verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na organização frente às alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Além disso, para a preparação do próximo ciclo de planejamento estratégico, foi necessária a avaliação da execução da estratégia RFB 2012-2015. Essa avaliação foi apresentada pelas Subsecretarias e se pautou na contribuição das áreas para o alcance dos objetivos estratégicos com foco nos processos de trabalho e ações vinculadas.

Entre os dias 30 de julho e 1º de agosto de 2014 foi realizado o 1º *Workshop* de “Planejamento Estratégico RFB 2016-2019”, que cumpriu os objetivos de finalizar a revisão da Cadeia de Valor da RFB e avaliar e identificar a criticidade dos respectivos processos de trabalho.

Os resultados obtidos por meio dos quatro insumos e do 1º *Workshop* serviram como subsídios para a realização de um diagnóstico organizacional. A consolidação dessas informações foi realizada pela Copav e resultou na elaboração de listas preliminares de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, que foram divulgados para avaliação inicial por toda a RFB na etapa diagnóstico organizacional (unidades).

Na etapa de diagnóstico foi feita uma avaliação dos ambientes externo e interno da RFB, a partir das listas preliminares elaboradas pela Copav. Este diagnóstico foi realizado por meio de votação, em duas comunidades criadas na “Conexão Receita” (rede de relacionamento profissional da instituição): uma disponível para todos os servidores e a outra apenas para os gestores.

Em continuidade aos trabalhos de formulação da estratégia 2016-2019, foi realizado o 2º *Workshop*, entre os dias 21 a 24 de outubro de 2014, que teve como resultados a construção do “Cenário Referência RFB 2016-2019” e a elaboração da proposta de uma nova visão de futuro da RFB.

Aprovada a nova visão de futuro da RFB, passou-se a buscar a definição dos objetivos estratégicos de resultado para o novo Mapa Estratégico da instituição, que representam os principais resultados que a instituição quer alcançar até 2019.

No início de dezembro de 2014 foi realizado o 3º *Workshop*, que teve como meta construir a estratégia que a RFB adotará até 2019, visando ao alcance de sua visão de futuro. Ao discutir o que a instituição deve fazer para alcançar essa visão, foram definidos dois objetivos estratégicos de resultado, sete de processos internos e quatro de gestão e suporte. Além disso, nesse *Workshop* foram discutidos indicadores estratégicos que poderão ser utilizados entre 2016 e 2019 na medição do alcance dos objetivos estratégicos então definidos.

Com a realização deste evento, foi finalizada a primeira versão do Mapa Estratégico RFB 2016-2019. Contudo, poderão ocorrer alguns ajustes na estratégia construída, devido à fase de transição entre os ciclos 2012-2015 e 2016-2019.

Cabe esclarecer que a SRRF09 está participando de todas as fases que envolvem as Regiões Fiscais na definição do novo ciclo de planejamento estratégico 2016-2019. Em 2014, no 1º *Workshop* houve a participação do Superintendente e da assistente de planejamento. No 2º e 3º *Workshops*, a participação regional foi estendida a três dirigentes das unidades DRF/Foz do Iguaçu, DRF/Joaçaba e ALF/Itajaí.

Além da participação e contribuição regional nos referidos eventos, a SRRF09 tem mantido os seus dirigentes constantemente informados e envolvidos com as atividades de definição do novo ciclo de planejamento.

4.4.3. Rede de Planejamento da SRRF09

Ao verificar que as atividades envolvendo o planejamento estratégico da RFB estão sendo gradativamente ampliadas, a SRRF09 constatou a necessidade de intensificar o processo de disseminação da estratégica da RFB e de participação das unidades locais na construção desse planejamento.

Assim sendo, no final de 2014 foi criada a “Rede de Planejamento Estratégico da SRRF09”, com a participação de um representante de cada unidade local e de cada divisão. Embora todos os dirigentes da SRRF09 já estejam em processo de participação permanente nas ações de planejamento, verificou-se a possibilidade de ampliação dessa participação envolvendo mais pessoas das unidades e divisões.

As ações envolvendo a Rede de Planejamento da SRRF09 serão iniciadas em 2015, considerando as diretrizes traçadas pela Copav e a implementação das necessidades constatadas regionalmente.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5: Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade

(Itens 64 e 65, Conteúdo Específico, Parte B, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O item “**Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade**” não é tratado neste relatório de gestão, pois esta unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Os quadros apresentados na Portaria TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014 como “Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas”, “Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total”, “Quadro A.6.1.3.2 – Despesas Executadas por Modalidades de Contratação – Créditos Originários”, “Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total” e “Quadro A.6.1.3.4 – Despesas Executadas Diretamente pela UJ – Créditos Originários”, não serão apresentados, pois não se aplicam à SRRF09.

O quadro apresentado na Portaria TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014 como “Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa”, somente deve ser apresentado por Unidade Jurisdicionada que for Unidade Orçamentária. Desta forma, o quadro “Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa” será tratado apenas no Relatório de Gestão do órgão central.

Os quadros apresentados na Portaria TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014 como “Quadro A.6.1.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência”, “Quadro A.6.1.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Últimos Três Exercícios”, “Quadro A.6.1.5.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse” e “Quadro A.6.1.5.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse” não serão apresentados, pois não houve no exercício de 2014 a celebração de instrumentos de transferência de recursos pela unidade jurisdicionada.

O subitem apresentado no Item 6, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013 como “6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos” não será apresentado, pois não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014.

O subitem apresentado no Item 6, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013 como “6.7 - Renúncias sob a Gestão da UJ” não será utilizado no Relatório de Gestão das Superintendências pois esta unidade jurisdicionada não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este subitem. Alguns quadros deste subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do órgão central.

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas

Quadro 6 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas			Despesas Correntes			
	UG	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.331.2110.2011.0001	-	-	-	22.198,58
Recebidos	170010	170156	25103.04.301.2110.2004.0001	-	-	-	12.518,29
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	-	1.592.249,85
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	-	3.284.742,63
Recebidos	170010	170156	25103.04.129.2110.2238.0001	-	-	-	270.237,28
Recebidos	170010	170156	25103.04.122.2110.2000.0001	-	-	-	18.462,54
Recebidos	170010	170156	25103.04.122.2110.2000.0001	-	-	-	73.609.722,62
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.2237.0001	-	-	-	9.405.855,38
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	-	360.577,79
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	-	76.186,78
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	-	676.174,50
Recebidos	170010	170156	25103.04.331.2110.00M1.0001	-	-	-	34.163,02
Origem da Movimentação	UG			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.122.2110.20TP.0001	22.819,51	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	13.133.957,31	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.135.761,20	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.122.2110.147W.0041	2.787.762,06	-	-	
Recebidos	170010	170156	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.221.900,40	-	-	
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão							
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Concedidos	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	-	-	-	-	-	-	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos	-	-	-	-	-	-	
Recebidos	-	-	-	-	-	-	

Análise crítica.

Inicialmente, todas as ações estão englobadas no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda (2110), cujo objetivo é prover soluções administrativas para os órgãos do Ministério da Fazenda parceiros, unidades da administração pública e cidadão usuário, contribuindo para a melhoria contínua do serviço público.

Os valores foram todos recebidos da UG concedente (170010) e repassados para a 9ª Região Fiscal pela Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal (UG 170156) conforme as seguintes subações orçamentárias:

Repasses de recursos de despesas correntes

- 2011.001 – R\$ 22.198,58 - auxílio-transporte para suprir os gastos desta espécie aos servidores lotados na 9ª Região Fiscal;
- 2004.001 – R\$ 12.518,29 – assistência médica e odontológica para suprir os gastos desta espécie aos servidores lotados na 9ª Região Fiscal;
- 20VF.001 – R\$ 1.592.249,85 – fortalecimento institucional: Esses repasses concedidos foram efetuados no “programa de trabalho resumido” (PTRES) 063207 (intervenções na logística, adequação e reforma de imóveis e unidades de fronteira da RFB) e concentram os gastos com manutenção e conservação de bens imóveis, tais como obras de acessibilidade e obras em unidades de fronteira;
- 20VF.001 – R\$ 3.284.742,63 – fortalecimento institucional: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063209 (capacitação e especialização de recursos humanos) e representam todos os gastos com diárias e passagens aplicadas em capacitação profissional na SRRF09 em 2014;
- 2238.001 – R\$ 270.237,28 – arrecadação tributária e aduaneira: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063225 (arrecadação tributária e aduaneira) e contemplam gastos com diárias e passagens nas atividades relativas a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – SUARA;
- 2000.001 – R\$ 18.462,54 – administração da unidade: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063226 (funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF) e contemplam gastos com diárias e passagens nas atividades relacionadas ao CARF;
- 2000.001 – R\$ 73.609.722,62 – administração da unidade: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063229 (administração da unidade) e concentra todos os gastos necessários para a manutenção de custeio das atividades das diversas unidades da RFB na 9ª Região Fiscal como serviços terceirizados (limpeza e conservação, vigilância, serviço de apoio administrativo, técnico e operacional), material de expediente, manutenção de bens imóveis e móveis, locação de imóveis, energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, seguros e demais despesas. Neste grupo, os maiores gastos são oriundos de contratações de contratos continuados de serviços terceirizados como vigilância ostensiva (R\$ 18.762.025,13), serviço de apoio administrativo, técnico e operacional (R\$ 18.451.060,60), limpeza e conservação (R\$ 6.398.782,11), bem como com outros gastos de vulto como os efetuados em locação de imóveis (R\$ 5.546.485,39), energia elétrica (R\$ 3.643.656,84), manutenção e conservação de bens imóveis (R\$ 3.247.006,22), fretes, transportes e encomendas (R\$ 2.846.496,51), indenização de mercadorias apreendidas (R\$ 2.573.585,18), serviços de telecomunicações (R\$ 1.857.274,72), serviços de incineração, destruição e demolição (R\$ 1.273.590,44), locação de máquinas e equipamentos (R\$ 953.354,79), manutenção e conservação de veículos (R\$ 851.854,91) e comissões e corretagens (R\$ 790.535,57), o que totaliza R\$ 67.195.708,41, ou seja, 91,28% dos recursos recebidos; o restante dos 8,72% estão distribuídos em outros gastos de diversas naturezas.
- 2237.001 – R\$ 9.405.855,38 – auditoria e fiscalização tributária e aduaneira: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063230 (auditoria e fiscalização tributária e aduaneira) e concentram todos os gastos com iniciativas estratégicas das operações inerentes a Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari), principalmente os gastos da Divisão de Operações Aéreas da RFB (Dioar) com os helicópteros (combustível de aviação, seguro, manutenção e conservação das aeronaves), bem como as diárias e passagens dos servidores envolvidos nas atividades aduaneiras da Dioar e operações terrestres como “fronteira blindada” e outras operações especiais;

- 20VF.001 – R\$ 360.577,79 – fortalecimento institucional: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063233 (operações de repressão à sonegação, contrabando e descaminho) e englobam os custos com diárias e passagens dos servidores envolvidos nas atividades de combate ao contrabando e descaminho efetuadas em operações especiais desenvolvidas para essa atividade;
- 20VF.001 – R\$ 76.186,78 – fortalecimento institucional: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063235 (modernização da infraestrutura de tecnologia, informação e comunicação – TIC – da RFB) e concentram todos os serviços técnicos profissionais aplicados na área de tecnologia de informação da SRRF09;
- 20VF.001 – R\$ 676.174,50 – fortalecimento institucional: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 063236 (armamento) e congrega os gastos com armamento institucional (explosivos, munições, material de proteção e segurança), necessários à defesa e integridade física dos servidores nas atividades finalísticas da RFB;
- 00M1.001 – R\$ 34.163,02 – auxílio-funeral e auxílio natalidade: Esses repasses concedidos foram efetuados no PTRES 83833 (auxílio-funeral e natalidade de civis) para suprir os gastos desta espécie aos servidores lotados na 9ª Região Fiscal;

Repasses de recursos de despesas de capital

- 20TP.001 – R\$ 22.819,51 – Refere-se este valor a abono de permanência concedido a servidor conforme processo nº 12099.000076/2008-38.
- 20VF.001 – R\$ 13.133.957,31 – fortalecimento institucional: Recursos repassados para obras e instalações na 9ª Região Fiscal, destacando-se neste repasse o empenho para a construção da sede da DRF/Joinville, no valor de R\$ 11.948.635,66.
- 20VF.001 – R\$ 2.357.661,60 – fortalecimento institucional: Este repasse contempla os recursos de capital aplicados em equipamentos e materiais permanentes para a manutenção das unidades, onde se incluem aquisições de vulto, como as relativas ao plano nacional de aquisições, radiocomunicadores e projeto Sivana (Sistema de Vigilância Aduaneira), estas duas últimas para atenderem as necessidades voltadas à área aduaneira da RFB.
- 147W.041 – R\$ 2.787.762,06 – construção do edifício sede Ministério da Fazenda em Curitiba: Como o próprio nome da ação indica, corresponde o valor ao empenho do projeto de construção da sede da RFB em Curitiba.

Apesar do contingenciamento de recursos ao longo do ano de 2014, as atividades finalísticas da RFB não foram afetadas de forma significativa em função do estrito controle orçamentário e financeiro exercido pelas unidades gestoras e supervisionados pela Divisão de Programação e Logística da SRRF09, que possibilitou a continuidade plena não só das atividades fins da RFB mas também a manutenção das atividades meios sem interrupção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Como ponto positivo, convém destacar o aporte de recursos de capital, que permitiu o empenho em projetos de grande vulto, tais como: a construção da nova sede da DRF/Joinville, o projeto do edifício sede das unidades da RFB em Curitiba e o plano nacional de aquisições (aquisição dos radiocomunicadores e Projeto Sivana).

Quadro 7 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	58.549.590,17	55.492.713,53	58.499.073,04	54.358.836,66
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	231.558,25	341.870,61	231.558,25	341.870,61
c) Concorrência	0,00	665.895,07	0,00	229.791,39
d) Pregão	58.318.031,92	54.484.947,85	58.267.514,79	53.787.174,66
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	14.929.770,94	14.603.963,37	14.925.301,22	14.525.452,90
h) Dispensa	9.692.191,08	10.837.863,41	9.687.721,36	10.781.211,58
i) Inexigibilidade	5.237.579,86	3.766.099,96	5.237.579,86	3.744.241,32
3. Regime de Execução Especial	108.236,81	132.737,15	108.236,81	132.737,15
j) Suprimento de Fundos	108.236,81	132.737,15	108.236,81	132.737,15
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.476.593,82	4.496.784,09	4.476.593,82	4.496.784,09
k) Pagamento em Folha	22.819,51	0,00	22.819,51	0,00
l) Diárias	4.453.774,31	4.496.784,09	4.453.774,31	4.496.784,09
5. Outros	3.384.363,93	5.389.296,56	3.384.363,93	5.389.141,31
6. Total (1+2+3+4+5)	81.448.555,67	80.115.494,70	81.393.568,82	78.902.952,11

Fonte: SIAFI.

Análise crítica

Neste quadro “Despesas por modalidade de contratação - créditos de movimentação”, o grupo modalidade de licitação – despesa liquidada, apresentou ligeiro acréscimo de 5,51 % em relação ao ano de 2013. Dentro deste grupo, a modalidade pregão foi a mais utilizada, representando 99,60%, enquanto que a modalidade tomada de preços responde por apenas 0,40%, evidenciando a opção por esta modalidade licitatória que privilegia a segurança e a ampla concorrência.

A modalidade pregão, em 2014, cresceu mais que a média do grupo, atingindo 7,03% em relação a 2013. Não houve licitação na modalidade concorrência em 2014. As contratações diretas empenhadas apresentaram um pequeno acréscimo de 2,23% em relação a 2013. Percebe-se que em relação ao ano de 2013, houve redução na contratação por dispensa e aumento na modalidade de Inexigibilidade, o que caracteriza um maior cuidado nas contrações diretas. O claro direcionamento das contratações, ao privilegiar o pregão demonstra a boa gestão dos recursos públicos, haja vista as garantias, a segurança e o respeito aos princípios da ampla concorrência e economicidade que esta modalidade de contratação proporciona. Praticamente toda a despesa liquidada foi paga dentro do próprio exercício, o que só corrobora a excelente gestão dos recursos na SRRF09.

O item “regime de execução especial - suprimento de fundos” também sofreu uma redução de 18,46% neste ano de 2014, resultado dos esforços conjuntos na priorização de contratações diretas ou pregões, deixando o uso do cartão de pagamentos do governo federal para situações excepcionais.

No item “pagamento de pessoal”, observa-se uma leve redução dos gastos com diárias obtida em 2014, principalmente em virtude do contingenciamento e da acurada administração dos recursos aplicados nesta natureza de despesa.

Quadro 8 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	22.819,51	0,00	22.819,51	0,00	0,00	0,00	22.819,51	0,00
92 - Desp. Exerc. Anteriores	22.819,51	0,00	22.819,51	0,00	0,00	0,00	22.819,51	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	88.903.938,52	86.784.286,24	80.651.048,94	78.214.096,03	8.252.889,58	8.570.190,21	80.596.062,09	77.523.945,29
37 – Locação de Mão de Obra	43.854.780,93	41.544.210,01	41.663.117,54	38.062.450,88	2.191.663,39	3.481.759,13	41.614.088,51	38.029.743,27
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	30.088.592,02	29.725.247,20	26.169.337,51	25.426.914,68	3.919.254,51	4.298.332,52	26.167.849,41	24.934.012,09
14 – Diárias - Pessoal Civil	4.453.607,11	4.496.784,09	4.453.177,81	4.496.784,09	429,30	0,00	4.453.177,81	4.496.784,09
Demais elementos do grupo	10.506.958,46	11.018.044,94	8.365.416,08	10.227.946,38	2.141.542,38	790.098,56	8.360.946,36	10.063.405,84
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	18.279.380,73	6.687.759,69	774.687,22	1.901.398,67	17.504.693,51	4.786.361,02	774.687,22	1.379.006,82
51 – Obras e Instalações	15.921.719,37	2.574.287,89	416.243,07	1.033.693,24	15.505.476,30	1.540.594,65	416.243,07	580.386,91
52 – Equip. Material Permanente	2.299.521,36	4.105.871,80	300.304,15	860.105,43	1.999.217,21	3.245.766,37	300.304,15	791.019,91
39 – Outros Serv. Terc. PJ	58.140,00	7.600,00	58.140,00	7.600,00	0,00	0,00	58.140,00	7.600,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise crítica - Despesas Correntes (custeio)

Neste quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação”, há evidente relevância do grupo de despesas 3 – “Outras Despesas Correntes” no qual se percebe um pequeno aumento da ordem de 2,44% das despesas empenhadas no exercício de 2014 em relação ao ano de 2013, o que já sinaliza o contingenciamento de recursos de custeio, cujo crescimento não superou o índice de inflação oficial e muito menos o aumento vegetativo esperado.

Merece registro a enorme representatividade dos principais grupos de despesas 37 e 39 (locação de mão de obra e outros serviços de terceiros - pessoa jurídica) no total de despesas de custeio, sendo que ambas as naturezas de despesas representaram 83,17% em 2014 e 82,12% em 2013, ou seja, percebe-se que a maior parte dos gastos orçamentários correntes da 9ª Região Fiscal concentram-se nos contratos continuados de serviços terceirizados (locação de mão de obra, composta de: vigilância ostensiva, limpeza e conservação, apoio administrativo, técnico e operacional, manutenção e conservação de bens imóveis) e outros serviços de pessoas jurídicas (cujas despesas mais significativas concentram-se em locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de bens imóveis, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de veículos, serviços de energia elétrica, serviços de comunicações e telecomunicações, seguros em geral, fretes, transportes e encomendas, serviços de incineração, destruição e demolição e serviços de apoio administrativo).

De 2013 para 2014, a soma dos grupos 37 e 39 sofreu um aumento de 3,75%, o que significou um incremento de R\$ 2.673.915,74, fruto da liberação na dotação orçamentária de custeio no mês de

dezembro de 2014, mesmo em face das restrições orçamentárias sofridas em 2014; nos itens específicos, a variação foi um aumento de 5,56% no grupo de locação de mão de obra e 1,22% com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. A representatividade destes dois grupos demonstra que o maior custo corrente concentra-se na contratação de serviços terceirizados.

O grupo de despesas “diárias – pessoal civil” praticamente ficou inalterado em relação a 2013 (99,04%), o que demonstra o forte contingenciamento nos deslocamentos da região, mesmo em face do aumento dos custos que compõem este grupo.

O conjunto “demais elementos do grupo”, com representatividade de 11,82% e 12,70% em 2014 e 2013 na despesa empenhada, respectivamente, apresentou um decréscimo percentual na ordem de 4,64% de um ano para o outro. A redução neste grupo deve-se principalmente à boa gestão ocorrida durante o período. Um fato que influiu negativamente neste grupo foram as indenizações de mercadorias apreendidas por força de sentença judicial, fato este do qual a SRRF09 não tem nenhuma ingerência, mas precisa cumprir integralmente; o volume de indenizações desta espécie alcançou o montante de R\$ 2.573.585,18, ou seja, 24,49% do total desta rubrica.

Os “restos a pagar” não processados deste quadro praticamente permaneceram no mesmo patamar de 2013, com uma redução de apenas 3,70% em relação ao ano de 2013; esta redução aparentemente inexpressiva (3,70%), mesmo que ponderada, confirma o esforço da 9ª Região Fiscal em empenhar e pagar todas as despesas do ano corrente e deixar apenas aquelas cuja liquidação obrigatoriamente ocorrerá em janeiro de 2015, pois o nível de restos a pagar de 2014 é inferior ao de 2013, isto é, temos ao final do ano 9,28% dos valores empenhados como restos a pagar em 2014, enquanto que em 2013 esse índice era de 9,87%. Assim, como comentado no parágrafo anterior, o mesmo fato que influiu negativamente neste grupo foi a indenização de mercadorias apreendidas por força de sentença judicial, fato este do qual a SRRF09 não tem ingerência, mas precisa cumprir integralmente, o que implicou na manutenção de R\$ 890.250,52 em “restos a pagar” nesta rubrica. Os valores pagos em 2014 em comparação aos valores liquidados, representam 90,65%, isto é, abrangem quase a totalidade dos valores liquidados. A diferença foi inscrita em “restos a pagar”.

Na execução das despesas de custeio, merece registro o contingenciamento promovido em cumprimento ao artigo 5º do Decreto nº 7.689 de 02 de março de 2012, bem como as normas de execução orçamentária e financeira estabelecidas pelo Decreto nº 8.197 de 20 de fevereiro de 2014.

Análise crítica - Despesas de capital (investimento)

No ano de 2014 houve um expressivo aumento nos recursos de capital empenhados na 9ª Região Fiscal, resultando num acréscimo percentual de 273,33% em relação a 2013, ou seja, foram empenhados R\$ 18.279.380,73 em 2014 e R\$ 6.687.759,69 em 2013. Isso possibilitou o investimento em obras e instalações, bem como a reposição de material permanente e equipamentos nas diversas unidades da SRRF09, visto que a restrição orçamentária em investimentos, nos anos anteriores, acarretou uma necessidade premente de manutenção e conservação de vários itens de capital.

Em “obras e instalações”, R\$ 15.921.719,37 foram empenhados em 2014; um aumento de 618,49% comparando com o ano de 2013. Neste grupo de vulto merece destaque o empenho de R\$ 2.787.762,06 do projeto da sede da RFB em Curitiba, com previsão na lei orçamentária anual como obras destacadas, o empenho de quase 12 milhões de reais (R\$ 11.948 mil) para a obra de construção da sede da DRF/Joinville e os valores empenhados de R\$ 391.788,04 para projetos das agências modelos sob a jurisdição das Delegacias de Cascavel, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Florianópolis. Os demais valores, representando 4,98% do grupo, estão distribuídos

nas várias unidades locais na 9ª Região Fiscal e aplicados em diversas obras necessárias para a ampliação e manutenção das atividades institucionais do órgão.

O grupo de “equipamentos e material permanente” também sofreu redução em 2014, atingindo o percentual de 56,00% em relação ao valor empenhado em 2013. Este grupo contempla aquisições de diversos materiais e equipamentos de natureza permanente das unidades gestoras e da SRRF09. Também se encontra variavelmente distribuído, sendo que somente a SRRF09 como unidade gestora (UG 170156) responde por 87,41% do valor empenhado neste grupo, com destaque para as aquisições do Plano Nacional de Aquisições da RFB, dos radio comunicadores para atendimento ao pleito das atividades aduaneiras e do Projeto Sivana (Sistema de Vigilância Aduaneira), que abrangem, como dito, a maior parte dos investimentos efetuados neste grupo. Quanto aos restantes 12,59%, estão distribuídos nas unidades localizadas em Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Joaçaba, Joinville, Itajaí e Lages; em sua maioria aquisições de bens permanentes para uso nas atividades das unidades.

Os “restos a pagar não processados” atingem 95,76% do valor empenhado em 2014, contra 71,56% em 2013, índice elevado principalmente pelos empenhos do projeto da sede da Receita Federal do Brasil em Curitiba e da construção da sede da DRF/Joinville. Os empenhos de capital, devido à própria natureza de serem investimentos com execução de médio a longo prazo, possuem um tempo de liquidação muito mais acentuado que as despesas de custeio, razão pela qual o percentual de inscrição em “restos a pagar” é muito maior.

Cabe mencionar que o efeito do contingenciamento em despesas de capital foi imperceptível, diferentemente das despesas de custeio, visto que a política de recursos em 2014 privilegiou os investimentos permanentes. Por outro lado, como são licitações que exigem um maior cuidado e longo prazo de planejamento e maturação até seu lançamento e concretização, bem como o fato de estarem sujeitas a maior contestação administrativa ou mesmo judicial por parte dos licitantes, não há formas de acelerar o processo enquanto não houver mudanças legislativas nas normas jurídicas que regulam estas contratações.

6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 9 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110/2000	-	-
Legal	2110/2000	145.983,08	103.020,11
Mercadológica	2110/2000	-	-
Utilidade pública	2110/2000	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A unidade jurisdicionada e suas unidades gestoras realizaram despesas com publicidade de caráter unicamente legal, assim entendidas como aquelas que se destinam a dar conhecimento de atas, editais, atos convocatórios de licitação e leilão, avisos e outras informações da administração pública com a finalidade de atender a comandos legais.

A distribuição de publicidade desta natureza compete - por força de lei - à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) S/A, conforme dispõem a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008 e o Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008.

Desta forma, cada uma das 17 unidades gestoras da 9ª Região Fiscal firmou contrato com a EBC a fim de verem satisfeitas as imposições normativas acerca da obrigação de tornar públicos seus editais, avisos e outras informações.

Em regra, dado tratar-se de contratação direta, o período de vigência da relação contratual é de 60 (sessenta) meses, *ex vi* do artigo 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.

No exercício de referência, eis o panorama do desembolso para este tipo de despesa na 9ª Região Fiscal, segregado por unidade gestora:

UG	VALOR PAGOS	OBJETO DA PUBLICIDADE
170156	27.706,17	
170157	1.357,80	
170158	583,80	
170159	3.045,30	
170161	1.581,02	
170162	34.349,51	
170163	3.466,66	
170169	794,98	
170170	1.249,25	
170171	10.735,20	
170172	3.685,50	
170342	5.985,26	
170343	7.395,86	
170389	1.083,80	
Editais, Decisões, Avisos, Atas referentes à Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Eletrônico e Leilões Públicos.		

Os lançamentos contábeis para este tipo de despesa foram realizados na conta 333913990 – Serviços de Publicidade Legal – à exceção da UG 170157 que conta com poucos lançamentos na conta 333903947 – Serviços de Comunicação em Geral – os quais, entretanto, referem-se à publicação de editais, avisos de licitação, leilão ou outras informações da administração, que têm por finalidade atender prescrições legais.

6.3 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	13.356.551,23	11.008.607,59	1.766.500,18	581.443,46
2012	9.062.479,78	5.501.523,29	3.409.572,66	151.383,83
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.212.542,59	1.193.057,50	19.485,09	0,00
2012	682.921,18	682.725,42	195,76	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

No decorrer do exercício de 2014, foram priorizados os pagamentos dos “restos a pagar” mais antigos, como se pode evidenciar pelos saldos residuais existentes ao final deste exercício, tanto que não há “restos a pagar processados” ao final do ano de 2014 referentes aos exercícios de 2012 e 2013.

Quanto aos “restos a pagar não processados” de 2012 e 2013, no montante de R\$ 151.383,83, e 581.443,46 respectivamente, estão demonstrados conforme quadro demonstrativo.

UG	CONTRATADO/A	2012	2013	TOTAL
170156	Construtora Saimor Ltda		181.790,93	181.790,93
170156	T&P Engenharia Ltda		55.000,00	55.000,00
170156	T&P Engenharia Ltda		69.000,00	69.000,00
170157	ARCH'3 Arquitetura e Construções	52.050,00		52.050,00
170157	Angelo Stella - Gas		40,00	40,00
170160	OI S/A	93.091,25		93.091,25
170160	Alceu Edison Tedesco	6.242,58		6.242,58
170160	OI S/A		86.030,00	86.030,00
170160	MOA Manutenção e Operação Ltda		7.445,11	7.445,11
170160	Solução Projeto e Consultoria		17.250,00	17.250,00
170161	OI S/A		11.183,39	11.183,39
170161	Atlanta Campo Mourão Monitoramento		100,00	100,00
170162	T. D. Santos de Paula		6.644,00	6.644,00
170171	OI S/A		141.851,75	141.851,75
170389	OI S/A		487,29	487,29
170389	Agala Soluções Marítimas Ltda		4.620,99	4.620,99
	TOTAL	151.383,83	581.443,46	732.827,29

Fonte: SIAFI.

Dos valores inscritos, 42% concentram-se na SRRF09, 29% nas DRF/Ponta Grossa (UG 170160) e 19% na DRF/Joinville (UG 170171) e o restante dos 10% distribuem-se em outras unidades gestoras acima referenciadas. A maior parte dos valores inscritos referem-se a obras de engenharia e projetos de engenharia, que pela natureza do serviço estendem-se por períodos mais longos que uma despesa de custeio. Constam, também, valores com a operadora de telefonia OI S/A cujos pagamentos não foram efetuados por dependerem de correção nas faturas que foram apresentadas

em desconformidade com o contrato, razão pela qual permanecem em “restos a pagar não processados”.

Os valores que permaneceram ao final de 2014 de forma nenhuma impactam o orçamento de 2015 ou causam repercussão negativa no fluxo financeiro, visto que representam apenas saldos residuais dos valores originalmente inscritos, sendo 4,35% relativos aos “restos a pagar não processados” de 2013 e 1,67% de 2012. O montante quase integral foi liquidado em 2014, restando apenas valores pendentes de prestação de serviço ou correção de faturas.

6.4 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse

6.4.1 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, SIGRID HAGER STRAMBI, CPF nº 577.209.839-04, chefe de Equipe de Logística (ELG), exercido na Divisão de Programação e Logística (DIPOL) da SRRF09, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 3 de fevereiro de 2015.

**Sigrid Hager Strambi
CPF nº 577.209.839-04
Chefe ELG
SRRF/9RF/DIPOL**

6.5 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Quadro 11 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI	Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido	
		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
		Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total		
2014	170156	SRRF09	-	-	15	28.448,05	
	170157	DRF/CVL	-	-	4	8.800,00	
	10158	DRF/CTA	-	-	9	28.000,00	
	170159	DRF/LON	-	-	4	8.000,00	
	170160	DRF/PTG	-	-	6	11.830,00	
	170161	DRF/MGA	-	-	4	11.949,10	
	170163	ALF/PGA	-	-	4	6.815,63	
	170169	DRF/FLO	-	-	5	17.000,00	
	170170	DRF/JOA	-	-	3	5.800,00	
	170171	DRF JOI	-	-	9	13.600,00	
	170342	IRF/FNS	-	-	3	5.371,60	
	170343	IRF/CTA			5	9.831,66	
2013	170156	SRRF09	-	-	15	31.400,00	
	170157	DRF/CVL	-	-	4	11.800,00	
	170158	DRF/CTA	-	-	12	44.000,00	
	170159	DRF/LON	-	-	5	10.000,00	
	170160	DRF/PTG	-	-	9	17.746,10	
	170161	DRF/MGA	-	-	4	10.072,89	
	170163	ALF/PGA	-	-	2	5.537,69	
	170169	DRF/FNS	-	-	5	25.000,00	
	170170	DRF/JOA	-	-	3	6.000,00	
	170171	DRF JOI	-	-	12	27.000,00	
	170342	IRF/FNS	-	-	2	2.569,25	
	170343	IRF/CTA			4	11.049,10	
2012	170156	SRRF09	-	-	16	27.500,00	
	170157	DRF/CVL	-	-	4	12.000,00	
	170158	DRF/CTA	-	-	24	54.000,00	
	170159	DRF/LON	-	-	5	10.000,00	
	170160	DRF/PTG	-	-	8	1.7979,07	
	170161	DRF/MGA	-	-	5	11.406,30	
	170163	ALF/PGA	-	-	7	8.430,14	
	170169	DRF/FNS	-	-	9	40.000,00	
	170170	DRF/JOA	-	-	4	5.500,00	
	170171	DRF JOI	-	-	13	26.000,00	
	170342	IRF/FNS	-	-	5	8.406,92	
	170343	IRF/CTA	-	-	4	8.321,99	

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Observação: As unidades gestoras 170162 (DRF/Foz do Iguaçu), 170172 (ALF/Itajaí), 170314 (DRF/Blumenau), 170315 (DRF/Lages) e 170389 (ALF/São Francisco do Sul) não concederam suprimento de fundos em 2014.

Quadro 12 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI	Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
				Saque		Fatura	Total (a+b)
Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170156	SRRF09	-	-	3	3.970,00	16.176,86
	170157	DRF/CVL	-	-	4	758,00	8.160,79
	170158	DRF/CTA	-	-	28	6.415,00	16.826,37
	170159	DRF/LON	-	-	1	230,00	6.920,41
	170160	DRF/PTG	-	-	6	760,00	2.714,45
	170161	DRF/MGA	-	-	0	0	11.949,10
	170163	ALF/PGA	-	-	0	0	6.815,63
	170169	DRF/FNS	-	-	2	580,00	1.550,88
	170170	DRF JOA	-	-	0	0	1.848,20
	170171	DRF JOI	-	-	0	0	8.779,53
	170342	IRF/FNS	-	-	7	1.380,00	3.995,45
	170343	IRF/CTA	-	-	10	2.020,00	9.831,66
2013	170156	SRRF09	-	-	7	3.948,00	2.412,77
	170157	DRF/CVL	-	-	4	440,00	8.767,50
	170158	DRF/CTA	-	-	11	3.345,00	18.209,03
	170159	DRF/LON	-	-	7	1.590,00	6.520,64
	170160	DRF/PTG	-	-	14	886,00	7.268,02
	170161	DRF/MGA	-	-	0	0	10.072,89
	170163	ALF/PGA	-	-	0	0	5.537,69
	170169	DRF/FNS	-	-	2	740,00	4.623,95
	170170	DRF JOA	-	-	0	0	2.714,67
	170171	DRF JOI	-	-	0	0	22.588,18
	170342	IRF/FNS	-	-	3	835,00	1.734,25
	170343	IRF/CTA	-	-	13	3.498,60	7.550,50

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Observação: As unidades gestoras 170162 (DRF/Foz do Iguaçu), 170172 (ALF/Itajaí), 170314 (DRF/Blumenau), 170315 (DRF/Lages) e 170389 (ALF/São Francisco do Sul) não concederam suprimento de fundos em 2014.

Quadro 13 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170156	SRRF09	339030 Material de Consumo	16 – material de expediente	1.738,99
			17 – material de processamento de dados	733,00
			20 – material cama, mesa e banho	386,00
			21 – material copa e cozinha	1.517,04
			24 – material manutenção bens imóveis	2.118,25
			25 – material manutenção bens móveis	2.491,90
			26 – material elétrico e eletrônico	3.752,86
			29 – material áudio, vídeo e foto	390,00
			30 – material comunicações	270,00
			39 – material manutenção veículos	314,52
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	50 – material bandeiras, flâmulas e insígnias	788,00
			16 – manutenção conservação bens imóveis	642,00
			17 – manutenção de máquinas e equipamentos	280,00
			19 – manutenção e conservação de veículos	700,00
			20 – manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	1.096,00
170157	DRF/CVL	339030 Material de Consumo	46 – serviços domésticos	280,00
			63 – serviços gráficos e editoriais	180,00
			70 – confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	438,00
			71 – confecção de material de acondicionamento e embalagem	480,00
			78 – limpeza e conservação	500,00
			07- gêneros de alimentação	25,00
			16 - material expediente	329,98
			19 - material de acondicionamento e embalagem	212,40
			22 - material limpeza e produtos de higienização	90,00
			24 - material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.653,99
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	25 - material para manutenção de bens móveis	479,90
			26 - material elétrico e eletrônico	1.495,97
			28 – material de proteção e segurança	52,00
			29 - material para áudio, vídeo e foto	96,40
			39 – material para manutenção de veículos	464,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	44 - material de sinalização visual e outros	100,00
			12- locação de máquinas e equipamentos	110,00
			16- manutenção e conservação de bens imóveis	378,00
			17- manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	690,00
			19- manutenção e conservação de veículos	170,00

			20- manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	390,00
			47- serviços de comunicação em geral	340,00
			74- fretes e transporte de encomendas	83,15
170158	DRF/CTA	339030 Material de Consumo	16 - Material expediente	5.184,00
			24 - material manutenção bens imóveis	3.396,79
			25 – material manutenção bens móveis	2.038,03
			26 – material elétrico	6.294,27
			1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	74,70
			4 – gás	443,30
			19 - material embalagem	165,24
			44 – material sinalização	388,80
			17 - material processamento dados	2.638,00
			21 – material copa e cozinha	133,80
			22 – material limpeza	59,94
			42 - ferramentas	69,50
			28 – material proteção e segurança	63,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	63 - serviços gráficos	320,00
			78 - limpeza e conservação	1.969,00
170159	DRF/LON	339030 Material de Consumo	16 - manutenção e conservação de bens imóveis	270,00
			19 - manutenção e conservação de veículos	81,05
			20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	991,00
			63 - serviços gráficos e editoriais	698,00
			83 - serviços de cópias e reprodução de documentos	260,00
			95 - manutenção e conservação equipamento de processamento de dados	122,55
			96 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica	2.422,60
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	16 - material de expediente	91,95
			17 - material de processamento de dados	110,00
			22 - material de limpeza e produtos de higienização	153,00
			24 - material p/ manutenção de bens imóveis/instalações	642,75
			25 - material p/ manutenção de bens móveis	765,55
			26 - material elétrico e eletrônico	695,32
			28 - material de proteção e segurança	475,00
			29 - material p/ áudio, vídeo e foto	968,90
			96 - material de consumo	3.902,47
170160	DRF/PTG	339030 Material de Consumo	16 - material de expediente	778,00
			24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	724,09
			25 - material para manutenção de bens móveis	216,96
			26 - material elétrico e eletrônico	310,10

			17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	400,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	19 - manutenção e conservação de veículos	180,00
			20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	320,00
			78 - limpeza e conservação	260,00
			83 - serviços de cópias e reprodução de documentos	285,30
			16 - material de expediente	868,20
			21 - material copa e cozinha	38,20
			22 - material limpeza e produtos de higienização	82,65
		339030 Material de Consumo	24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	2.823,33
			25 - material para manutenção de bens móveis	1.754,22
			26 - material elétrico e eletrônico	2.700,75
			28 - material de proteção e segurança	293,20
			29 - material para áudio, vídeo e foto	816,65
			39 - material para manutenção de veículos	185,00
			42 - ferramentas	54,00
			44 - material sinalização	205,75
			52 - material secreto ou reservado	52,70
			12- locação de máquinas e equipamentos	96,00
			16 - material de expediente	505,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	322,65
			19 - manutenção e conservação de veículos	322,65
			20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	585,00
			83 - serviços de cópias e reprodução de documentos	365,80
			16 - material de expediente	110,00
			17 - material de processamento de dados	695,00
		339030 Material de Consumo	19 - material de acondicionamento e embalagem	615,00
			21 - material de copa e cozinha	324,08
			24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	2.172,86
			25 - material para manutenção de bens móveis	35,00
			26 - material elétrico e eletrônico	441,24
			16 - manutenção e conservação de bens imóveis	1.550,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	75,00
			20 - anutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	190,00
			82 - serviços de controle ambiental	552,00
			16 – material de expediente	69,00
		339030 Material de Consumo	17 – material de processamento de dados	112,00
			25 – material manutenção bens móveis	201,70
			26 – material elétrico eletrônico	180,10

			44 – material de sinalização visual	546,00
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	20 - manutenção e conservação bens móveis	690,00
			63 – serviços gráficos e editoriais	40,00
			69 – seguros em geral	26,50
			78 – limpeza e conservação	260,00
170170	DRF/JOA	339030 Material de Consumo	16 – material de expediente	138,86
			19 - material de acondicionamento e embalagem	47,00
			22 - material limpeza e produtos de higienização	93,00
			24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	877,30
			26 – material elétrico eletrônico	530,74
			28 – material de proteção e segurança	161,30
170171	DRF JOI	339030 Material de Consumo	1 - combustíveis e lubrificantes automotivos	235,00
			4 – gás	676,90
			16 – material de expediente	138,50
			17 – material de processamento de dados	567,30
			19 - material de acondicionamento e embalagem	193,00
			22 - material limpeza e produtos de higienização	115,00
			24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	903,04
			25 – material manutenção bens móveis	1.940,74
			26 – material elétrico eletrônico	923,57
			28 – material de proteção e segurança	163,90
			30- material para comunicações	100,20
			39 – material para manutenção de veículos	486,58
			44 – material de sinalização visual	88,20
			50 - bandeiras, flâmulas e insígnias	138,80
		339039 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	130,00
			19 - manutenção e conservação de veículos	500,30
			47 - serviços de comunicação em geral	298,00
			63 – serviços gráficos e editoriais	60,00
			74 - fretes e transporte de encomendas	800,00
			83 - serviços de cópias e reprodução de documentos	320,50
170342	IRF/FNS	339030 Material de Consumo	11 - material químico	330,00
			16 – material de expediente	387,90
			17 – material de processamento de dados	602,76
			24 - material para manutenção de bens imóveis e instalações	741,48
			25 – material manutenção bens móveis	427,90
			26 – material elétrico eletrônico	307,37
			28 – material de proteção e segurança	299,00
			50 - bandeiras, flâmulas e insígnias	69,04
			16 - manutenção e conservação de bens imóveis	1.200,83

		Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica	17 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos 20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas 69 – seguros em geral 83 - serviços de cópias e reprodução de documentos	715,00 95,00 127,32 68,00
170343	IRF/CTA	339030 Material de Consumo	3 - combustíveis e lubrificantes 4 - gás e outros materiais engarrafados 16 - material de expediente 20 - material de cama, mesa e banho 21 - material de copa e cozinha 22 - material de limpeza e produtos de higienização 24 - material p/ manutenção de bens imóveis e instalações 26 - material elétrico e eletrônico 28 - material de proteção e segurança 42 - ferramentas	37,72 120,00 103,00 136,80 88,00 66,42 3.410,77 3.250,91 301,96 359,98
			12 - locação de máquinas e equipamentos 17- manutenção e conservação de máquinas e equipamentos 20 - manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas 47- serviços de comunicação em geral 63- serviços gráficos e editoriais	800,00 122,00 250,00 34,40 749,70

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica.

UG 170156: O nível de concessão de suprimentos de fundos ficou inalterado desde os últimos três anos, não só em termos de quantidade, mas também de valor e limite, o que mostra o equilíbrio e a política de gestão desta espécie de gasto na 9ª Região Fiscal. Todos os parâmetros encontram-se estritamente dentro da legislação aplicável, inclusive no que se refere aos limites concedidos por suprido. Evidencia-se, também, o baixo nível de utilização do cartão de pagamentos do governo federal, em comparação com o volume de recursos concedidos para a 9ª Região Fiscal – R\$ 89.363.089,26 – conforme consta no quadro 12, relativo à movimentação orçamentária interna por grupo de despesa. Em suma, a utilização do suprimento de fundos tem sido irrelevante face ao volume de recursos administrados na SRRF09. A unidade gestora utiliza, exclusivamente, suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento e em caráter de excepcionalidade para atender a despesas de pequeno vulto ou despesas eventuais, despesas que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, precedido de licitação ou dispensa, conforme a Lei nº 8.666/93. Demonstra-se o caráter de despesas eventuais de pequeno vulto, visto que os gastos com material de consumo somam apenas R\$ 14.500,56 ao longo de todo o ano em despesas absolutamente necessárias, notadamente para pequenos reparos e manutenções em bens imóveis, móveis, material de expediente e outros gastos de pequeno valor. Também, os gastos com serviços de pessoa jurídica chegam a apenas R\$ 4.596,00 durante o ano e, do mesmo modo que os gastos com material de consumo, a natureza das despesas utilizadas revela que o cartão de pagamentos foi utilizado para pequenos reparos, manutenções em bens imóveis, móveis, serviços domésticos, limpeza e conservação e outros gastos de pequeno valor, ou seja, todos eles gastos eventuais sem característica de continuidade. Outro aspecto a ser ressaltado é que a utilização do suprimento de

fundos está em conformidade com a legislação vigente, obedecendo aos prazos para aplicação e a comprovação dos gastos. O controle e o acompanhamento da aplicação do suprimento de fundos é feito desde a concessão do suprimento, que se inicia com a abertura do processo até a prestação de contas quando o suprido apresenta os comprovantes dos gastos, bem como as respectivas notas fiscais ou faturas referente as aquisições de materiais e serviços prestados, todas devidamente atestadas. Todos os gastos são informados em planilha, permitindo o acompanhamento no controle dos limites legais dos valores. A prestação de contas é encaminhada para análise e aprovação do ordenador de despesas. Após o encerramento e a comprovação dos suprimentos concedidos, são enviadas planilhas de conciliação contábil para o órgão setorial de contabilidade.

UG 170157: A DRF/Cascavel somente utiliza a conta do tipo Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF). A gestão dos recursos utilizados, por meio da sistemática de suprimento de fundos, durante o exercício 2014, está em conformidade com a legislação vigente. Para cada concessão de suprimento de fundos, abre-se um processo. No processo, são anexadas todas as notas fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergenciais. O uso desta medida é feito excepcionalmente, somente nas despesas de pequeno vulto que sejam emergenciais.

UG 170158: No exercício de 2014, houve um pequeno acréscimo na utilização do cartão corporativo, devido principalmente a maior demanda de aquisição de materiais de manutenção predial não prevista no contrato firmado para este fim. Diante desta dificuldade, na nova contratação, o modelo de fornecimento dos materiais foi reestruturado para atender com maior eficácia as necessidades da unidade e reduzir as compras com utilização do cartão de suprimento de fundos.

UG 170159: Os recursos concedidos através do suprimento de fundos foram devidamente utilizados e aplicados sempre observando a legislação vigente. As despesas foram utilizadas para atender despesas de pequeno vulto, emergenciais e eventuais em conformidade com os limites estabelecidos na legislação. Todas as prestações de contas foram apresentadas e aprovadas.

UG 170160: Utiliza-se na DRF/Ponta Grossa o CPGF para aquisição eventuais e emergenciais de materiais de pequeno valor e pequenas quantidades, que não demande a aquisição por meio de licitação. A grande maioria dos materiais adquiridos visa atender demandas relativas à manutenção de bens e também de materiais de consumo não disponíveis em estoque. Todas as solicitações são encaminhadas à Seção de Programação e Logística (Sapol) que, após análise realizada pela chefia, tem a sua aquisição autorizada. A compra é acompanhada pelo responsável pelo cartão que, após realizada, faz o detalhamento da compra no Sistema do Cartão de Pagamento (SCDP). Encerrado o prazo para utilização dos recursos, o processo é encerrado com a juntada da prestação de contas daquele período.

UG 170161: A unidade utiliza o CPGF para aquisições de materiais e pagamento de serviços de pequeno valor em caso de necessidade urgente, principalmente na aquisição de materiais para manutenção predial, nos casos em que não há materiais no almoxarifado. A aquisição de materiais ou a prestação de serviços é sempre acompanhada e verificada por servidores da Seção de Programação e Logística da unidade, com abertura de processo no qual são anexadas todas as notas fiscais devidamente atestadas e acompanhadas dos comprovantes de pagamento com o cartão. Ao final do prazo, são anexados relatórios para aprovação e telas do Siafi com o encerramento do suprimento.

UG 170163: Os recursos utilizados através do suprimento de fundos são de fundamental importância para atender a pequenas despesas emergenciais. A unidade planeja os gastos com antecedência, mas situações imprevisíveis demandam soluções rápidas, solucionadas com o cartão

de suprimento de fundos e sem prejuízo para o interesse público. Saques não são realizados e são tomadas as cautelas necessárias para não extrapolar os limites estabelecidos e prestar contas devidamente.

UG 170169: Todas as despesas realizadas pelos supridos são previamente autorizadas pelo ordenador de despesas e estão em conformidade com a legislação aplicável à concessão de suprimento de fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade, prazos de utilização e de prestação de contas. Os recursos disponibilizados foram utilizados para atender despesas essenciais e emergenciais, obedecendo aos limites estabelecidos na Portaria MF nº 95/2002.

UG 170170: O uso do suprimento de fundos por meio do cartão corporativo é prática restrita na unidade. Para as demandas de baixo custo, urgentes e que carecem de um instrumento que permita dar celeridade à aquisição de bens ou prestação de serviços, o CPGF é de grande utilidade, pois possibilita agilidade nas aquisições de materiais e serviços emergenciais de menor valor. O uso do cartão é analisado caso a caso, com autorização do ordenador de despesas, dentro dos limites legais e dos propósitos para os quais essa forma de aquisição se destina. Os controles são feitos diretamente com os dados do processo de concessão de suprimento de fundos. A unidade procura manter apenas um agente suprido, sem opção de saque e com a concessão de valores baixos a cada período de aplicação. A prestação de contas desta unidade está regular.

UG 170171: A utilização de suprimento de fundos pela unidade regra-se pela estrita obediência às determinações legais, sendo consignada qualquer observação nos processos de concessão/comprovação e cada suprimento. As despesas realizadas sob esta modalidade, seguem a premissa estabelecida de se configurarem fortuitas e de pequeno vulto, o que inclusive embasa a grande oscilação de valores totais entre os exercícios de 2013 e 2014, considerando-se que no ano de 2013 realizou-se a mudança da sede da unidade, tendo gerado diversas despesas de momento, ensejando maiores dispêndios pela modalidade de suprimento. Já no exercício 2014, retomou-se o curso normal das despesas da unidade, com diminuição significativa em relação a anos anteriores. Tanto as concessões, quando o acompanhamento de compras e contratações e a posterior comprovação das despesas, recebe acompanhamento atento do gestor da unidade e do responsável pelo financeiro, garantindo sempre a estrita legalidade e propriedade na aplicação dos recursos.

UG 170342: Houve um acréscimo do valor total utilizado em 2014 (R\$ 5.371,60) comparado com o ano de 2013 (R\$ 2.569,25), sendo que, dos três anos comparados, o de 2012 foi o que apresentou maior utilização do cartão (R\$ 8.406,92). Quanto aos controles internos usados para garantir a conformidade com a legislação em vigor, pode-se citar o uso de planilhas, instrumento que torna possível a averiguação tanto do suprido quanto do setor financeiro da unidade. No que se refere ao uso de medidas excepcionais, utilizou-se o saque como forma de garantir o pagamento de contas em que não era possível o uso de cartão corporativo. A prestação de contas é submetida à apreciação do gestor financeiro e do ordenador de despesas, ocorrendo um duplo controle de tais contas. Todas as contas foram devidamente aprovadas no exercício de 2014.

UG 170343: A unidade utiliza exclusivamente o suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento, em situações emergenciais que não possam subordinar-se ao processo normal de licitação, nos casos de inexistência de cobertura contratual para serviços diversos ou inexistência temporária/eventual no almoxarifado para aquisições de materiais. Os procedimentos de abertura de processo de suprimento de fundos para a unidade são feitos de acordo com as seguintes etapas: abertura de processo; elaboração de proposta de concessão do suprimento de fundos submetida à apreciação do ordenador de despesas; emissão de notas de empenho para despesas de aquisição de material e de serviços prestados; análise sobre a necessidade de aquisição do bem/serviço, bem como seu enquadramento legal, acompanhada da anuência do gestor financeiro previamente à execução da despesa; instrução do processo com as solicitações autorizadas, notas fiscais ou recibos

atestados, com os respectivos comprovantes de pagamentos; preenchimento de planilhas de controle interno, assim como demais sistemas; elaboração da prestação de contas de acordo com a legislação pertinente após o término do crédito ou do prazo de utilização do cartão corporativo.

Observação: As unidades gestoras 170162 (DRF/Foz do Iguaçu), 170172 (ALF/Itajaí), 170314 (DRF/Blumenau), 170315 (DRF/Lages) e 170389 (ALF/São Francisco do Sul) não concederam suprimento de fundos no exercício de 2014.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

Introdução

O tópico “**Terceirização Irregular de Cargos**” (subitem 7.1.4.2), pertencente ao Item 7 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, contido na Parte A-Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013, não será apresentado no Relatório de Gestão desta unidade jurisdicionada, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

Na RFB, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela unidade central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As áreas de gestão de pessoas executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de gestão de pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de gestão de pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape (software de extração de dados do Siape): a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de “qualificação da força de trabalho” também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento (Siscad) quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, dentre outros, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, consequentemente, nos relatórios gerenciais necessários à prestação de contas.
2. É positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.

3. As dificuldades para a extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto é aguardada a implantação definitiva do novo Sistema de Gestão de Pessoas do Executivo Federal (Sigepe), nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão *DW* do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas (SA3). Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.

4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do *DW* Siape. Foi identificada, para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB, a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.

5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no *DW* Siape para o quadro de estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4^aRF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, é citada a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.

6. Os dados do *DW* Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional, utilizados na maioria dos quadros.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional, o que impede a identificação da nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

7.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 14 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA - 09^a RF

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3.971	2.321	76	142
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.971	2.321	76	142
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.971	2.288	76	142
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	Não há	21	0	0
1.2.6 Outros	Não há	11	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.971	2.321	76	142

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

Notas explicativas

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria (ARFB) e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em estudo de lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação. Houve um caso de reversão em 2014, cuja ocorrência originária foi contabilizada no ano de 2013.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “lotação efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Quadro 15 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - 9ª RF

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	715	1.597
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	715	1.597
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	693	1.595
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.6. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	19	2
1.1.7. Outros	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	715	1.597

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

Notas explicativas

1. Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 43 – Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação do processo de trabalho em que estão atuando.
3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas, lançadas após essa data, podem gerar distorção da informação.
4. Processos da área fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	x	
Assessoria Especial	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ovidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x
Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Quadro 16 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
- 09ª RF

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	77	77	14	13
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	77	77	14	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	77	77	14	13
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	369	348	96	101
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	369	348	96	101
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	446	425	110	114

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

Notas explicativas

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014, levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica - Quadro 14

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício no órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calculase o Grau de Lotação (GL) das unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (PECFAZ) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

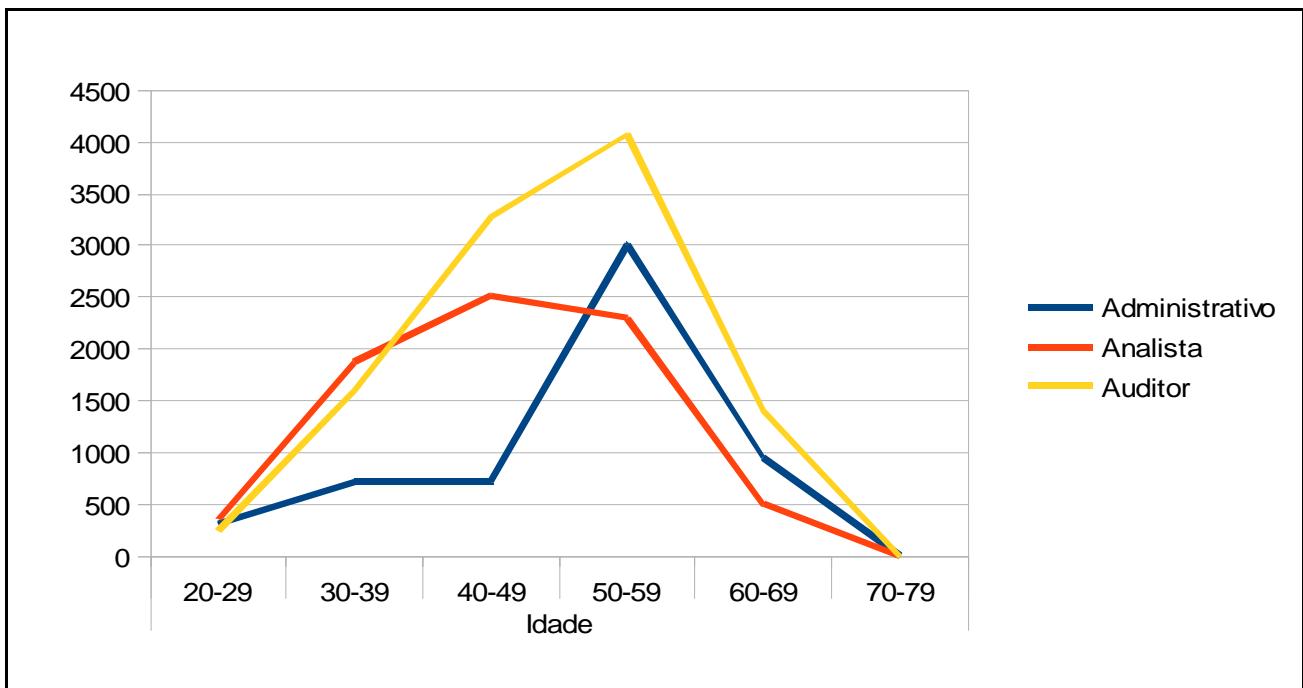
Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})$

	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1^a RF	146	107	1,36
2^a RF	191	70	2,73
3^a RF	28	52	0,54
4^a RF	11	90	0,12
5^a RF	31	73	0,42
6^a RF	17	144	0,12
7^a RF	58	192	0,30
8^a RF	312	405	0,77
9^a RF	76	142	0,54
10^a RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas 3 unidades jurisdicionadas receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 142 cargos vagos no ano em questão, 72% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao abono de permanência.



De acordo com o exposto acima, conclui-se que o órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias.

Análise Crítica - Quadro 15

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Análise Crítica – Quadro 16

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se, pela análise do Quadro 19, que há 21 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o ciclo de planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de quase 25% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da RFB, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;

II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

	Competências	Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1.14	13	11	196	4.380
	Ética profissional	0.71	19	2	129	1.544
	Trabalho em equipe	1.00	9	0	0	0
	Orientação para resultados	1.11	3	0	0	0
	Ação sistêmica	1.19	4	0	0	0
	Autodesenvolvimento	1.25	28	53	711	13.054
	Criatividade e Inovação	1.35	4	1	45	360
	Excelência na prestação de serviços	1.03	2	0	0	0
	Racionalidade na utilização de recursos	1.12	3	1	1	16
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0.52	3	0	0	0
	Efetividade de gestão	0.37	9	1	8	16
	Negociação e cooperação	1.13	8	0	0	0
	Liderança	1.11	9	6	498	4.233
	Gestão da mudança e inovação	0.46	5	0	0	0
Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0.57	0	0	0	0
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0.38	121	70	1.330	12.225
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0.78	254	78	1.555	23.615
	Administração Aduaneira	0.78	50	23	381	3.446
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0.63	27	12	220	1.703
	Interação com a Sociedade	0.21	92	38	878	12.149
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	-0.37	2	2	32	512
	Gestão Institucional	-0.82	4	4	45	696
	Controle Institucional	-3.37	0	0	0	0
	Gestão Orçamentária e Financeira	-0.04	25	19	61	1.402
TOTAL						
		-	859	427	6.739	90.134

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 06/02/2015).

Houve, pela 9ª Região Fiscal, maior esforço para a realização de ações voltadas ao desenvolvimento das competências que apresentavam maiores lacunas, nos três desdobramentos: competências fundamentais (autodesenvolvimento e comunicação eficaz), gerenciais (liderança) e específicas (relacionadas aos macroprocessos de Administração Aduaneira, Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros, e Gestão de Materiais e Logística). Esse maior esforço fica demonstrado no número de ações executadas, de participações e de horas de capacitação.

Com relação às maiores lacunas existentes na SRRF09, das 75 ações realizadas para desenvolver as competências gerenciais e fundamentais, 55 ações visaram a reduzir essas lacunas, correspondendo a mais de 70% dos eventos promovidos pela região. Cabe destacar que, nesse percentual, não foram consideradas 20 ações de capacitação que são referentes a licença para capacitação, de iniciativa dos servidores, que representaram 3.789 horas de capacitação. Estes números foram considerados em separado, pois o esforço da administração foi diferenciado, não sendo considerado na promoção da ação, mas na liberação dos servidores para tal participação.

Quanto à realização das ações que visaram a desenvolver as competências específicas, mais de 50% delas objetivaram reduzir as maiores lacunas existentes. Houve uma expressiva realização de eventos relacionados ao macroprocesso de Arrecadação e Controle do Crédito Tributário, por ser uma das principais atividades finalísticas da RFB, embora possua, de forma geral, competências superavitárias.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 17 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014									0,00	
	2013									0,00	
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	440.608.165,18	3.704.629,57	36.495.496,97	12.267.434,22	12.111.783,16	13.166.923,32	168.030,00	259.265,39	2.756.338,27	521.538.066,08
	2013	427.555.966,05	3.642.975,64	35.622.618,33	13.117.207,28	12.463.935,42	12.821.083,28	162.602,56	418.887,45	1.744.134,01	507.549.410,02
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	327,45	0,00	680,32	8.409,43	0,00	0,00	0,00	3.876,12	0,00	13.293,32
	2013	314,54	0,00	692,48	7.722,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.729,24
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2014	1.682.755,11	0,00	140.955,33	26.700,74	35.359,80	141.024,23	0,00	141,83	35.410,56	2.062.347,60
	2013	1.603.064,80	0,00	130.346,90	56.629,57	32.630,00	130.949,78	0,00	0,00	32.126,12	1.985.747,17
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: DW SIAPE – 10/02/2015

Notas explicativas

1. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ Curitiba e Florianópolis estão alocados neste quadro.
2. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminando-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
3. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a prestação de contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna “demais despesas variáveis”. Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
4. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de aposentados ou instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda (SAMF), órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
 - d. Não existem membros de poder e agentes políticos.
 - e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

Unidade	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Creche	TOTAL
9ºRF	478.762,76	4.454.674,76	368,91	0,00	38.367,94	0,00	4.933.806,43

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional, quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na folha de pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e são tomadas as providências devidas, de acordo com instrução legal.

No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:

- Termo de Responsabilidade, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável, de acordo com a Constituição Federal.
- Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
- O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:

- Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (Seci);
- Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº 2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a ética profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos nesta Unidade Jurisdicionada. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme análise crítica feita para o Quadro 17, o órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário da RFB e Assistente Técnico-Administrativo, que

acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário da RFB, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou, em setembro de 2013, o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados 17 processos da Gestão de Pessoas na *intranet* da RFB e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de lotação bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em estudo de lotação interno.

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários da RFB, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se forem considerados os dados desde 2008, é possível afirmar que houve uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais da RFB. Os dados sobre o grau de lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016- 2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para ATA, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF.

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e pode-se verificar, pelo quadro abaixo, que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação "Dados LDO" do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento "Quadro Lotação Autorizada x Atual"

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o núcleo estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal núcleo seja robusto, sem apresentar assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada Região Fiscal, no ano de 2014:

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em estudo de lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio

7.2.1 – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante										
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal										
UG/Gestão: 170156/00001					CNPJ: 00.394.460/0135-53					
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
						F	M	S		
2013	V	O	28/2013	10565495/0001-50	02/07/13 02/07/15	04	04			A
2014	L	O	09/2014	16934245/0001-26	08/04/14 08/04/15			14	14	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

O contrato de vigilância armada atende o prédio da Rua André de Barros, o pátio da Rua Marechal Floriano (veículos apreendidos) e o Hangar no Aeroporto do Bacacheri, sendo que os serviços estão sendo prestados a contento. O contrato de limpeza, que atende prédio da André de Barros, prédio da Francisco Rocha e Hangar, também tem seus serviços prestados a contento.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel											
UG/Gestão: 170157/00001					CNPJ: 00.394.460/0138-04						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2012	V	O	08/2012	11004750/0001-80	01/01/13	31/08/14	28	4	22		2 E
2013	L	O	01/2013	04970088/0001-25	01/02/13	25/03/16	15	6	9		P
2014	V	E	07/2014	77998912/0001-29	01/09/14	30/09/14	32	5	26	1	E
2014	V	O	08/2014	77998912/0001-29	01/10/14	30/09/15	28	5	22	1	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Processos de licitação.

Análise Crítica

No caso específico dos serviços de vigilância, a empresa do contrato 08/2012 teve problemas trabalhistas. A prorrogação não foi possível. Ocorreram bloqueios judiciais nos últimos meses e pagamento direto de funcionários no último mês. Uma contratação emergencial foi necessária no mês de setembro de 2014. Invariavelmente, os contratos apresentaram falhas de execução, tais como postos a descoberto, não atendimento às exigências da fiscalização de contratos. Em especial a empresa de limpeza, contrato 01/2013, apresentou postos a descoberto, inexecução de roçadas, falta de entrega de material, falta de disponibilização de holerite/folha ponto. Já a empresa de vigilância, contrato 08/2012, apresentou problemas trabalhistas, que culminaram na frustração de prorrogação contratual. Tais falhas contratuais forçaram a administração a penalizar as empresas com advertências e multas.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba											
UG/Gestão: 170158 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0136-34					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							F	M	S		
					Inicio	Fim	P	C	P	C	
2013	V	O	03/2013	11.933.418/0001-78	21/06/13	20/02/15		14	14		A
2013	L	O	07/2013	16.934.245/0001-26	01/12/13	31/07/15	10	9			A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Processos nº 16296.720041/2013-19 (Limpeza) e 16296.720019/2013-61 (Vigilância)

Análise Crítica

Conforme definido pelo Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, foi aplicado contingenciamento ao orçamento da RFB cujo resultado foi a redução no limite para movimentação e empenho de 10,4% sobre o total de créditos orçamentários disponíveis para o exercício de 2014, sendo o limite disponível distribuído nas programações orçamentárias de abril a dezembro. Tendo-se em vista a necessidade da unidade em se adequar a esta nova diretriz orçamentária e o encerramento das atividades desenvolvidas no imóvel onde antes funcionava o CAC Portão, foram suprimidos, no mês de agosto, 2 (dois) postos de vigilância orgânica, referentes ao Contrato DRF/CTA nº 03/2013, e 1 (um) posto de limpeza e conservação, referente ao Contrato DRF/CTA nº 07/2013, que acarretaram reduções nos valores contratuais referentes ao exercício de 2014 de R\$ 73.261,18 e R\$ 6.924,29 respectivamente, gerando uma economia total de R\$ 80.185,47 no exercício. Ademais, os serviços foram prestados de forma satisfatória por parte das empresas contratadas e não foi constatado inadimplemento obrigacional.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante										
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina										
UG/Gestão: 170159/00001					CNPJ: 00.394.460/0137-15					
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
						F		M		S
						Início	Fim	P	C	P
2011	L	O	1/2011	10405110/0001-97	01/02/11	31/01/15	19	19		
2012	V	O	6/2012	11933418/0001-78	01/01/13	30/04/16	16	4	0	12

Observações: Contrato encerrado em 31/01/2015, não permitida sua prorrogação por mais 12 meses até o total de 60 meses devido a empresa haver sido sancionada no SICAF com ocorrência de impedimento de licitar e contratar com a União, Lei nº 10.520/02, art. 7º, prazo de 16/04/2014 a 15/04/2019. Contrato 6/2012: P.A. Nº 10930.000081/2012-42 - Contrato em situação regular.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: P.A. Nº 10930.005409/2010-55

Análise Crítica

O contrato 6/2012 segue sem intercorrências. A empresa vem prestando o serviço dentro dos parâmetros contratados, com regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), apresentando certidões negativas de débitos trabalhistas recolhendo regularmente os encargos sociais. O contrato 01/2011 foi encerrado em 31/01/2015, pois a Procuradoria da Fazenda Nacional emitiu parecer contrário à sua prorrogação por mais 12 meses, até o total de 60 meses, devido a empresa ter sido sancionada no Sicaf com ocorrência de impedimento de licitar e contratar com a União, Lei nº 10.520/02, art. 7º, prazo de 16/04/2014 a 15/04/2019. Foi efetuada contratação emergencial (Contrato 2/2015), por dispensa de licitação, da empresa CNPJ 04.970.088/0001-25 por 180 dias a partir de 02/02/2015. Até o momento o contrato segue sem intercorrências.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa											
UG/Gestão: 170160/00001						CNPJ: 00.394.460/0139-87					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sit.			
						F	M	S			
					Início	Fim	P	C	P	C	
2012	V	O	01/2012	77998912/0001-29	31/03/12	31/07/15		8	8		P
2009	L	O	16/2009	01582046/0001-29	04/01/10	03/01/15	10	5	5		P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica

Nos contratos de vigilância e de limpeza e conservação predial a administração não teve grandes dificuldades na execução, nem houve inadimplência em obrigações trabalhistas. Os quantitativos foram reduzidos e repactuados devido à restrição orçamentária imposta. Quanto à empresa de limpeza, foi considerado prorrogado, pois o contrato possui 3 dias de vigência em 2015.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá												
UG/Gestão: 170161/00001 CNPJ: 00.394.460/0143-63												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					01/01/11	31/12/15				16	16	
2010	V	O	2010CT06	03495870/0001-77	01/02/11	31/01/16	21	21				P
2011	L	O	2011CT01	03116865/0001-06								P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG E CONTRATOS 2010CT06 e 2011CT01

Análise Crítica

O contrato de vigilância e segurança patrimonial abrange o fornecimento de vigilância orgânica para os imóveis localizados na cidade de Maringá, sendo 1 posto 24 horas para o prédio sede da unidade e um de seus Depósitos de Mercadorias Apreendidas, que contam com sistemas de circuito fechado de TV (CFTV) e monitoramento de alarme, para garantir maior segurança. Outro depósito conta com dois postos, em razão de sua área e por estar desprovido de sistemas eletrônicos de segurança. Para maior economia com as despesas públicas, as 7 (sete) Agências da Receita Federal sob a jurisdição da DRF/Maringá contam com sistema eletrônico monitorado e vigilância. O contrato de limpeza e conservação abrange os prédios sede da DRF, os dois depósitos de mercadorias apreendidas e as 7 (sete) Agências da Receita Federal. Ambos os contratos são fiscalizados por servidores formalmente designados e acompanhados pela Seção de Programação e Logística.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil dm Foz do Iguaçu											
UG/Gestão: 170162/00001 CNPJ: 00.394.460/0145-25											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							F	M	S		
					Início	Fim	P	C	P	C	
2014	L	O	2014CT001	07228643/0001-36	01/03/14	31/10/15	36	36			A
2009	L	O	2009CT003	07228643/0001-36	01/03/09	28/02/14	36	36			E
2009	V	O	2009CT007	08282615/0001-60	01/01/10	31/12/14	119	119			E

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

O contrato de limpeza e conservação, firmado em 26/02/2014, teve termo final de vigência assinalado para o dia 31/10/2014. No decorrer do contrato, a empresa apresentou bom desempenho operacional, atendendo satisfatoriamente as solicitações da administração, não ocorrendo interrupções na prestação dos serviços. Houve atraso de salários em dois meses, tendo a empresa sido notificada, regularizando a situação, estando em curso processo administrativo para apuração de responsabilidades contratuais. O contrato de vigilância e segurança patrimonial, em função de restrições orçamentárias, teve o número de postos reduzidos de 79 para 60 postos. Firmado em 04/12/2009, esteve vigente até 31/12/2014.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante										
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá										
UG/Gestão: 170163 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0144-44					
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.
					Início	Fim	P	C	P	
					30/09/14	31/05/16	8	8		
2013	L	O	02/2013	09343648/0001-35	01/11/14	31/10/15	2	2	9	A
2014	V	O	06/2014	08282615/0001-60						P

Observações: O contrato anterior de Prestação de Serviços de Vigilância era o 07/2009 Empresa CNPJ 09.039.434/0001-70, Início 01/11/2009 e Fim 31/10/2014.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Termos de Referência e Contratos.

Análise Crítica.

Houve demora de algumas empresas prestadoras de serviços na apresentação de documentos comprobatórios de pagamentos de direitos trabalhistas e outros necessários à correta fiscalização do contrato. Em geral, as empresas contratadas para prestação de serviços, especialmente de limpeza, higiene e vigilância, têm cumprido com as exigências do contrato e prestado um serviço de qualidade.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis													
UG/Gestão: 170169/00001					CNPJ: 00.394.460/0140-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Início	Fim	P	C	P	C	S		
					2012	04/2012	09284804/0001-60	02/01/13	31/08/14	30	30	01	01
2012	L	O	04/2012	09284804/0001-60	02/01/13	31/08/14	30	30	01	01			E
2012	V	O	02/2012	05449286/0001-00	01/09/12	31/12/15			14	14			A
2014	L	O	03/2014	09284804/0001-60	01/09/14	31/08/15	25	25					A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Controle de Contratos Ativos da UG.

Análise Crítica

A área de gestão e fiscalização do contrato 03/2014, em suas análises mensais, não encontrou indícios de descumprimento de obrigações contratuais e trabalhistas por parte da contratada, no exercício 2014. A área de gestão e fiscalização do contrato 02/2012, em suas análises mensais, encontrou indícios de descumprimento de obrigações contratuais, sendo aplicadas sanções administrativas previstas no referido contrato. A empresa vem prestando seus serviços satisfatoriamente, não existindo mais fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba											
UG/Gestão: 170170 /00001					CNPJ: 00.394.460/0142-82						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2009	L	O	08/2009	05822551/00001-54	04/01/10	31/12/14	18	18			E
2013	L	O	10/2013	07168167/00001-05	01/01/14	31/12/14	19	15			P
Observações:											
<u>LEGENDA</u>											
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											

Fonte: Processos administrativos 10925.721925/2013-42 (vigilância), 10925.002413/2009-05 (limpeza) e outros controles próprios da UG

Análise Crítica

Os serviços de vigilância e limpeza contratados pela unidade estão sendo executados dentro da normalidade contratual. Os problemas encontrados são pontuais e a solução é buscada com celeridade, visando ao cumprimento das cláusulas contratuais. As interrupções nos serviços inexistem e a fiscalização do contrato tem acompanhado o pagamento dos encargos trabalhistas, interferindo somente quando necessário. Ao final de 2014, em virtude do encerramento do contrato 08/2009, a unidade realizou nova licitação para contratação de serviços de limpeza e conservação. Em relação ao contrato de vigilância, em 2014 foi necessária a supressão de postos de vigilância, tendo em vista o contingenciamento orçamentário.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville											
UG/Gestão: 170171/00001					CNPJ: 00394.460/0141-00						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
					01/01/10	31/12/14	*				E
2009	L	O	2/2009	79391157/0001-45	01/01/14	31/08/15	**				A
2013	V	O	4/2013	04629488/0001-71							

Observações:

(*) No caso do contrato de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, a contratação é feita – segundo a legislação – considerando-se a área a ser conservada, relativamente a uma produtividade por funcionário, em limites estabelecidos por ato normativo específico. No caso do contrato em análise, esta relação produtividade x área, resultou na necessidade de alocação de 10 trabalhadores para todas as Unidades, co exigência de escolaridade FUNDAMENTAL.

(**) A contratação dos serviços de vigilância NÃO EXIGE nível de escolaridade dos funcionários colocados à disposição pela contratada, devendo os mesmos estarem devidamente enquadrados na legislação específica da categoria funcional de vigilante. A quantidade de pessoas PREVISTAS em contrato para atendimento aos parâmetros originais deste era de 15 vigilantes. Após termo aditivo motivado por restrições orçamentárias, esta quantidade foi reduzida para 13 vigilantes.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

O contrato 02/2009 encerrou-se no dia 31/12/2014, tendo sido realizada licitação ainda naquele exercício, sendo os serviços atualmente prestados por outra empresa. A prestação dos serviços – essencial para o desempenho das atividades do órgão, transcorreu normalmente durante o exercício em análise, muito embora tenha havido redução de serviços previstos no decorrer do exercício, por conta de restrições orçamentárias. Já o contrato 04/2013, iniciou-se no ano de 2014 e, após redução de postos por conta de restrição orçamentária, transcorre normalmente, em vigência desde sua contratação original.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí											
UG/Gestão: 170172/00001						CNPJ: 00.394.460/0146-06					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
					01/11/14	30/06/16		9	9		P
2013	V	O	01/2013	03130750/0001-76	01/01/10	31/12/14	8	8	1	1	P
2009	L	O	05/2009	09508389/0001-55							P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

A maior dificuldade enfrentada na execução destes contratos refere-se à reposição de postos de limpeza em caso de faltas, em razão da proibição convencionada de cobertura de postos com empregados que não tenham vínculo empregatício formal com a empresa.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau											
UG/Gestão: 170314/0001						CNPJ: 00.394.460/0473-77					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
					16/07/12	15/11/15	9	9			
2012	L	O	07/2012	03116865/0001-06	02/08/13	01/04/15	8	8			P
2013	V	O	03/2013	14576552/0001-57							P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

O andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, seguem os trâmites normais.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages												
UG/Gestão: 170315/00001						CNPJ: 00.394.460/0457-57						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sit.				
						F	M		S			
						Início	Fim	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	85134344/0001-46	02/07/12 01/03/15	2	2					P
2012	V	O	04/2012	05449286/0001-00	01/01/13 31/08/15	4	4					P

Observações:

1) Não há previsão contratual para o nível de escolaridade no contrato de limpeza e higiene. Para os serviços de limpeza foi adotado o índice de produtividade de 1 trabalhador para cada 625 m², e o imóvel sede da DRF em Lages (SC) possui 1.873,88 m², sendo que a área contratada para ser limpa é de 1.300 m².

2) Não há previsão contratual para o nível de escolaridade no contrato de vigilância ostensiva. Foram contratados 2 postos de serviço, que compreendem 2 vigilantes cada um.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: processos 13984.720960/2012-57 e 13984.721936/2012-35

Análise Crítica

Durante o exercício de 2014, as empresas contratadas cumpriram a contento as suas obrigações contratuais, não havendo registro de interrupções na prestação de serviços. A gestão e a fiscalização de contratos, em suas análises mensais, também não encontraram indícios de descumprimento de obrigações trabalhistas.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis												
UG/Gestão: 170342/00001						CNPJ: 00.394.460/0470-24						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
					05/11/04	04/07/16	3	3				
2014	L	O	09/2014	83892174/0001-33	01/01/04	31/12/15	12	12			A	
2013	V	O	06/2013	07168167/0001-05							P	
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

Os serviços de vigilância e limpeza estão sendo prestados de forma satisfatória e os seus quantitativos estão plenamente adequados às necessidades da unidade.

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Inspetoria Da Receita Federal Do Brasil em Curitiba												
UG/Gestão: 170343/00001						CNPJ: 00.394.460/0472-96						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
					07/01/15	06/01/16	5	5				
2014	L	O	1/2014	03116865/0001-06	31/07/14	30/07/15			8	8	P	
2012	V	O	3/2012	11933418/0001-78							P	
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

Nos contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e contratos de vigilância ostensiva não houve problemas trabalhistas no período, interrupções e nem qualquer outra dificuldade fora dos padrões esperados.

Quadro 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul												
UG/Gestão: 170389 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0455-95							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					2013/12/13	2015/07/31		2	2			
2013	L	O	11/2013	04231640/0001-63	01/12/13	31/07/15		2	2			P
2013	V	O	01/2013	07168167/0001-05	28/01/13	26/05/16		2	2			P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

Para a prestação do serviço de conservação e limpeza, foi contratada a limpeza do prédio sede que possui área total de 1.100 m². Tomando como referência a produtividade de 550m²/trabalhador, a empresa alocou 2 serventes para a prestação do serviço. Para a prestação do serviço de vigilância orgânica desarmada, foi contratado 1 posto de serviço 12x36 horas diurno. Ambas as prestações de serviço têm transcorrido sem problemas.

7.2.2. Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante										
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal										
UG/Gestão: 170156/00001				CNPJ: 00.394.460/0135-53						
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			
					Início	Fim	P	C	P	M
									P	S
2012	8	O	12/2012	20267629/0001-81	21/11/12	30/11/14				
2012	12	O	10/2012	26645879/0001-12	05/10/12	5/10/17		3	3	
2013	9	O	23/2013	09438067/0001-87	05/07/13	04/07/14		3	3	
2013	12	O	10/2013	07357980/0001-23	28/03/13	28/03/18				
2013	4	O	02/2013	07228643/0001-36	22/01/13	22/01/18	5	5		
2014	5	O	14/2014	79283065/0003-03	22/05/14	22/05/19			14	14

Observações:

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	

Fonte: processos de contratação

Análise Crítica.

O contrato 10/2012, de terceirização de motorista, e o contrato 14/2014, de terceirização de secretárias, têm apresentado andamento normal. O contrato 10/2013, de transporte sem alocação de mão de obra, também tem apresentado andamento normal, com pagamento por serviço prestado. O contrato 23/2013 foi encerrado, tendo em vista que a empresa contratada não manifestou interesse em dar continuidade ao mesmo.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel													
UG/Gestão: 170157/00001				CNPJ: 00.394.460/0138-04									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.			
					Início	Fim	F	C	P	C	P	C	
2009	12	O	07/2009	09369335/0001-56	21/04/13	20/12/14			3	3			E
2011	2	O	05/2011	09069299/0001-05	15/07/11	14/07/14	2	2					E
2011	12	O	05/2011	09069299/0001-05	15/07/11	14/07/14	3	1		2			E
2011	12	O	05/2011	09069299/0001-05	15/07/11	14/07/14	1	1					E
2011	4	O	04/2011	09069299/0001-05	27/06/11	26/06/14	1			1			E
2011	5	O	04/2011	09069299/0001-05	27/06/11	26/06/14			3	2		1	E
2011	7	O	04/2011	09069299/0001-05	27/06/11	26/06/14			2	2			E
2012	9	O	07/2012	07718194/0001-04	14/12/12	13/08/14		3	4			1	E
2013	12	O	12/2013	04970088/0001-25	23/12/13	04/08/15			11	5		6	P
2014	2	O	04/2014	79283065/0003-03	15/07/14	14/07/15	3	2				1	A
2014	12	O	04/2014	79283065/0003-03	15/07/14	14/07/15	3	1		2			A
2014	12	O	04/2014	79283065/0003-03	15/07/14	14/07/15	2	2					A
2014	12	O	04/2014	79283065/0003-03	15/07/14	14/07/15	1	1					A
2014	4	O	03/2014	04970088/0001-25	01/02/14	30/06/15	1			1			A
2014	5	O	03/2014	04970088/0001-25	01/02/14	30/06/15			3	2	1	A	
2014	7	O	03/2014	04970088/0001-25	01/02/14	30/06/15			2	2			A
2014	9	O	06/2014	07718194/0001-04	14/08/14	13/08/15			4	4			A

Observações:

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	

Onze: Seção de Programação e Logística da Delegacia da Receita Federal em Cascavel

Análise Crítica

A empresa de manutenção predial, contrato 06/2014, apresentou falhas contratuais, tais como o não atendimento às exigências da fiscalização do contrato, a falta de ferramentas adequadas, a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) adequados, a não apresentação de cronograma de manutenção preventiva, a inexecução de manutenção preventiva trimestral no prazo contratual e a falta de reposição de posto a descoberto. Tais faltas foram analisadas em processo administrativo de apuração de infração contratual. A empresa foi penalizada com sanções de advertência e multa. As faltas de posto a descoberto eram glosadas nas faturas.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina											
UG/Gestão:170159/00001				CNPJ: 00.394.460/0137-15							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Inicio	Fim	J	C	P	C	
2010	3	O	5/2010	73281404/0001-74	02/01/11	31/12/15			2		2 P
2010	2	O	3/2010	10405110/0001-97	02/01/11	31/12/14	1	1	2	2	E
2012	5	O	2/2012	10328740/0001-05	03/04/12	02/04/15	0	0	15	11	0 4 P
2012	9	O	1/2012	04098267/0001-14	16/04/12	15/04/15	0	0	4	4	0 0 P
2010	5	O	4/2010	04970088/0001-25	02/01/11	31/12/15	5	4	7	6	0 2 P

Observações: Contrato regular, sem intercorrências.

Contrato 3/2010: encerrado em 31/12/2014, não permitida sua prorrogação por mais 12 meses até o total de 60 meses devido a empresa haver sido sancionada no SICAF com ocorrência de impedimento de licitar e contratar com a União, Lei nº 10.520/02, art. 7º, prazo de 16/04/2014 a 15/04/2019.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: P.A. nº 10930.005684/2010-79

Análise Crítica

O contrato 04/2010, o contrato 05/2010, o contrato 01/2012 e o contrato 02/2012 têm apresentado prosseguimento regular, sem intercorrências. As empresas vêm prestando os serviços dentro dos parâmetros contratados, com regularidade no Sicaf, apresentando certidões negativas de débitos trabalhistas, recolhendo regularmente os encargos sociais. O contrato 03/2010 foi encerrado em 31/12/2014, pois a Procuradoria da Fazenda Nacional deu parecer contrário à sua prorrogação por mais 12 meses, até o total de 60 meses, devido a empresa haver sido sancionada no Sicaf com ocorrência de impedimento de licitar e contratar com a União, Lei nº 10.520/02, art. 7º, prazo de 16/04/2014 a 15/04/2019. Foi efetuada contratação emergencial (contrato 1/2015), por dispensa de licitação, da empresa CNPJ 04.970.088/0001-25 por 180 dias, a partir de 02/02/2015. Até o momento, o contrato segue sem intercorrências.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa											
UG/Gestão: 170160/00001			CNPJ: 00.394.460/0139-87								
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
					Início	Fim	P	C	P	M	
									P	S	
2014	2	O	07/2014	07682995/0001-67	01/07/14	30/06/15			2	2	
2013	12	O	06/2013	07682995/0001-67	02/01/14	04/04/15			9	7	2
2012	4	O	04/2012	80575290/0001-15	08/10/12	07/06/14	1	1			P
2011	5	O	04/2011	13697422/0001-00	17/10/11	16/02/16			4	4	P
2014	12	O	05/2014	08058662/0001-24	14/01/14	13/09/15	2			2	A
2011	9	O	02/2011	00192707/0001-47	19/04/11	18/08/15	2	2			P
2014	12	O	06/2014	07682995/0001-67	24/02/14	08/09/14	2	2			E
2011	7	O	05/2011	07951388/0001-55	04/07/11	03/11/14	2	2			E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG e controle interno

Análise Crítica

No contrato 05/2011, a empresa que regularmente cumpria as obrigações trabalhistas, subitamente deixou de pagar salários e cumprir as demais obrigações. O contrato foi encerrado e as penalidades foram aplicadas. Alguns destes contratos tiveram redução do quantitativo de mão de obra em virtude dos cortes orçamentários.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá												
UG/Gestão: 170161/00001				CNPJ: 00.394.460/0143-63								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	P	C	P	M	S	Sit
2010	1	O	6/2010	03495870/0001-77	01/01/11	31/12/15	16	16				P
2014	2	O	6/2014	07682995/0001-67	01/01/15	31/12/15	5	4				A
2014	4	O	6/2014	07682995/0001-67	01/01/15	31/12/15	1	1				A
2014	5	O	6/2014	07682995/0001-67	01/01/15	31/12/15			7	4		A
2014	7	O	6/2014	07682995/0001-67	01/01/15	31/12/15	2	2				A
2013	9	O	2/2013	04098267/0001-14	14/04/13	14/04/16	3	3	2	2		A
2014	12	O	6/2014	07682995/0001-67	01/01/15	31/12/15	6	5	11	11		A

Observações: Contratos citados.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: processos de contratação.

Análise crítica

O contrato 2010CT06, de vigilância e segurança patrimonial, abrange o fornecimento de vigilância orgânica para os imóveis localizados na cidade de Maringá, sendo 1 posto 24 horas para o prédio sede da DRF e um dos depósitos de mercadorias apreendidas, que contam com sistemas de CFTV e monitoramento de alarme para garantir maior segurança. Outro depósito conta com dois postos, devido à sua área e por estar desprovido de sistemas eletrônicos de segurança. Para maior economia com as despesas públicas, as 7 (sete) Agências da Receita Federal sob a jurisdição da DRF/Maringá contam somente com sistema eletrônico monitorado e vigilância. O contrato 2014CT06 fornece os serviços de secretaria técnica, copeira, carregador, recepcionista, operadora de empilhadeira, telefonista e motorista. Serviços contratados conforme previsto no Decreto 2.2271/1197, essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos da DRF/Maringá e dos depósitos de mercadorias apreendidas. O contrato 2013CT02 fornece os serviços de manutenção predial para a Delegacia, 02 depósitos de mercadorias apreendidas e 07 agências. Todos os contratos são fiscalizados por servidores formalmente designados e acompanhados pela Seção de Programação e Logística.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu												
UG/Gestão: 170162 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0145-25							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
								F	M	S	Sit	
					Início	Fim	P	C	P	C		
2011	2	O	2011CT002	07592889/0001-92	01/06/11	31/05/16			10	10		P
2011	12	O	2011CT002	07592889/0001-92	01/06/11	31/05/16			21	21		P
2014	4	O	2014CT006	78533312/0001-58	01/04/14	30/11/15	3	3				A
2014	12	O	2014CT006	78533312/0001-58	01/04/14	30/11/15	47	47				A
2014	12	O	2014CT006	78533312/0001-58	01/04/14	30/11/15			2	2		A
2014	5	O	2014CT005	07200004/0001-62	01/04/14	30/11/15			72	72		A
2014	12	O	2014CT005	07200004/0001-62	01/04/14	30/11/15			4	4		A
2014	12	O	2014CT005	07200004/0001-62	01/04/14	30/11/15					1	1
2013	4	E	2013CT010	03360551/0001-54	01/10/13	29/03/14	4	4				E
2013	12	E	2013CT010	03360551/0001-54	01/10/13	29/03/14	73	73				E
2013	5	E	2013CT010	03360551/0001-54	01/10/13	29/03/14			90	90		E
2013	12	E	2013CT010	03360551/0001-54	01/10/13	29/03/14			6	6		E
2013	12	E	2013CT011	07592889/0001-92	01/10/13	01/03/14					1	1
2014	12	O	2014CT010	07718194/0001-04	13/08/14	12/04/16			11	11		A
2012	12	O	2012CT003	80464753/0001-97	13/08/12	12/08/14			12	12		E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

onte: SIASG

Análise Crítica

Os contratos 2013CT010, 2013CT011 e 2012CT003 foram encerrados em 2014. Quanto aos dois primeiros, tratava-se de contratos emergenciais, celebrados em virtude do encerramento de contratos anteriores, rescindidos unilateralmente pela administração, em virtude do inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte das contratadas. Quanto ao último, não houve interesse da contratada em prorrogá-lo. Quanto aos contratos em situação ativo normal (A), não há, até o momento, problemas a relatar sobre inadimplemento de obrigações trabalhistas ou inexecução do objeto contratado.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante																	
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá																	
UG/Gestão: 170163 / 00001				CNPJ: 00.394.460/0144-44				Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C					
					2014	1	O	6/2014	08828615/0001-60	01/11/14	31/10/15	2	2	9	9		A
2014	2	O	3/2014	02891176/0001-06	24/07/14	23/07/15					2	2				A	
2011	4	O	4/2011	08629207/0001-31	19/09/11	18/09/16	1	1								P	
2013	5	O	5/2013	07200004/0001-62	01/06/13	30/09/16					15	15	3	3		P	
2014	9	O	5/2014	12139246/0001-28	11/08/14	10/08/15					3	3				A	
2013	12	O	2/2013	09343648/0001-35	30/01/13	31/05/16	4	4	4	4						P	
2014	12	O	2/2014	00317343/0001-84	20/05/14	19/05/15					4	4				A	
2014	12	O	4/2014	04457561/0001-75	01/08/14	31/07/15	1	1	1	1						A	
2011	12	O	6/2011	10405110/0001-97	12/09/11	11/01/15					1	1				A	

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica

Algumas empresas vêm apresentando atrasos tanto na apresentação de documentos específicos para a fiscalização, quanto no pagamento de verbas trabalhistas, especialmente em relação ao vale transporte. A fiscalização de contrato tem atuado inconsistentemente, através de notificações e telefonemas, cobrando o imediato pagamento e entrega de documentos pelas contratadas, demandas que estão sendo atendidas.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Florianópolis												
UG/Gestão: 170169/00001				CNPJ: 00.394.460/0140-10								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sít				
						Início	Fim	P	C	P	C	P
2013	4	O	09/2013	78533212/0001-58	01/10/13	31/05/15			01	01		A
2013	5	O	09/2013	78533212/0001-58	01/10/13	31/05/15			25	25		A
2013	6	O	09/2013	78533212/0001-58	01/10/13	31/05/15			03	03		A
2013	7	O	09/2013	78533212/0001-58	01/10/13	31/05/15			02	02		A
2013	12	O	09/2013	78533212/0001-58	01/10/13	31/05/15			09	09		A

Observações:

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: processos de contratação

Análise Crítica

A área de gestão e fiscalização do contrato 09/2012, em suas análises mensais, encontrou indícios de descumprimento de obrigações contratuais, sendo aplicadas sanções administrativas previstas no referido contrato. A empresa vem prestando seus serviços satisfatoriamente, não existindo mais fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba													
UG/Gestão: 170170/00001				CNPJ: 00.374.460/0142-82									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		F		M		S	
						Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C
2009	12	O	10/2009	07261678/0001-77	04/01/10	31/12/14	2	2	0	0	0	0	E
2009	12	O	11/2009	07261678/0001-77	04/01/10	31/12/14	1	1	0	0	0	0	E
2009	12	O	09/2009	00482840/0001-38	20/01/10	19/01/15	2	2	0	0	0	0	E
2010	5	O	12/2010	09369335/0001-56	01/05/14	31/12/15	0	0	9	9	0	0	P
2013	12	O	12/2013	05822551/0001-54	02/01/14	31/08/15	0	0	1	1	0	0	A
2013	12	O	02/2013	792830658/0001-41	01/09/14	31/08/15	2	2	0	0	0	0	P
2013	7	O	07/2013	09369335/0001-56	18/06/14	17/06/15	3	3	0	0	0	0	P
2013	2	O	01/2013	11057118/0001-72	01/02/13	30/06/14	0	0	2	2	0	0	E

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada./

onte: Processos administrativos de serviços de apoio administrativo conduzidos por esta UG

Análise Crítica

Os serviços de locação de mão de obra contratados estão sendo prestados dentro da normalidade convencionada. Os problemas encontrados são pontuais e a solução é apontada com celeridade e de acordo com as cláusulas contratuais. As interrupções nos serviços inexistem e a fiscalização do contrato tem acompanhado o pagamento dos encargos trabalhistas. Cabe mencionar que, por força do contingenciamento de despesas, foi necessário encerrar precocemente o contrato 01/2013, em meados de 2014.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville													
UG/Gestão:170171/00001				CNPJ:00.394.460/0141-00									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.			
					Ínicio	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15	2	2					P
2010	4	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15	1	1					P
2010	5	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15			24	14			P
2010	6	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15			1	1			P
2010	7	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15			2	1			P
2010	12 **	O	1/2010	79283065/0001-41	01/03/10	28/02/15	3	3					P
2011	9	O	1/2011	03576203/0001-19	05/04/11	05/02/15 *			2	2			P

Observações: (*) Com respeito à vigência do contrato de manutenção predial, explique-se que o mesmo foi rescindido unilateralmente pela Administração por motivo de faltas contratuais na data citada. (**) Este item refere-se a três postos de operador de carga e descarga (carregadores).

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
--	---

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

O acompanhamento destes contratos é feito de forma bastante minuciosa pela administração, em especial pela fiscalização dos contratos, para garantir não somente a correta execução dos serviços, como também o efetivo cumprimento de obrigações trabalhistas, buscando-se evitar atribuição de responsabilidades à contratante por falhas de fiscalização. Neste tema, chama especial atenção o contrato 01/2011 que, além de faltas contratuais na execução dos serviços, apresentadas de forma recorrente, também apresentou, no exercício 2014, indícios de falta de cumprimento das citadas obrigações por parte da empresa, inclusive com reclamação formal por parte de empregados da mesma. Foi aberto processo de apuração de faltas que culminou, já no início de 2015, com a rescisão do contrato e denúncia do mesmo à Advocacia-Geral da União (AGU) para encaminhamentos judiciais pertinentes. Acerca do aspecto administrativo dos contratos, há maiores dificuldades sempre no que concerne às oscilações orçamentárias, que dificultam o planejamento, gerando a obrigação de alterações contratuais constantes para adequação, ora de disponibilidade orçamentária, ora de necessidade de serviço.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí												
UG/Gestão: 170172/00001				CNPJ: 00.394.460/0146-06								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
2013	12	O	03/2013	03360551/0001-54	08/08/13	07/04/15	4	4				
2013	2	O	03/2013	03360551/0001-54	08/08/13	07/04/15			3	1		
2012	5	O	04/2012	78533312/0001-58	01/05/14	31/12/15			22	22		
2012	4	O	04/2012	78533312/0001-58	01/05/14	31/12/15	1	1				
2012	12	O	04/2012	78533312/0001-58	01/05/14	31/12/15			1	1		
2012	12	O	05/2012	00482840/0001-38	01/05/14	31/12/15	1	1				
2012	7	O	05/2012	00482840/0001-38	01/05/14	31/12/15			2	2		

Observações:

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

onte: processos de contratação.

Análise Crítica

A maior dificuldade é a contratação de motoristas portadores da carteira nacional de habilitação (CNH) de categoria “E” e com ensino médio completo que aceitem ser contratados pelo salário oferecido pela empresa, pois, por se tratar de cidade portuária, o mercado neste campo é muito disputado e os salários são maiores do que o oferecido na convenção coletiva.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau												
UG/Gestão: 170314/00001				CNPJ: 00.394.460/0473-77								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	S	
2010	2	O	09/2010	03025281/0001-25	01/01/11	30/04/15			1	1		P
2010	4	O	09/2010	03025281/0001-25	01/01/11	30/04/15	2	2				P
2010	5	O	09/2010	03025281/0001-25	01/01/11	30/04/15			13	13		P
2010	7	O	09/2010	03025281/0001-25	01/01/11	30/04/15			2	2		P
2010	12	O	09/2010	03025281/0001-25	01/01/11	30/04/15			2	2		P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: processos de contratação

Análise Crítica

O andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra tem seguido normalmente, porém pretende-se realizar nova licitação em 2015, pois o quantitativo atual de postos terceirizados não atende plenamente as necessidades da unidade.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante																
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages																
UG/Gestão: 170315/00001				CNPJ: 00.394.460/0457-57												
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		F		M		S			
					Início	Fim	P	C								
					02/01/13	01/09/15			10	10			P			
2012				07366643/0001-00	02/01/13	01/09/15	2	2					P			
2012				07682995/0001-67	02/01/13	01/09/15							P			
Observações: Não há previsão contratual para o nível de escolaridade nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra. Entretanto, é obrigação da contratada “prestar os serviços por meio de profissionais especializados e devidamente qualificados, de acordo com a legislação em vigor”.																
LEGENDA				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												
Área:				1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras												

Fonte: processo 13984.721935/2012-91

Análise Crítica

Durante o ano de 2014 não houve registro de interrupções na prestação de serviços por culpa das empresas contratadas. A área de gestão e fiscalização de contratos, em suas análises mensais, encontrou indícios de descumprimento de obrigações contratuais e trabalhistas no contrato 03/2012. Comunicada sobre os possíveis problemas, a contratada não tomou as devidas providências ou apresentou os documentos comprobatórios solicitados, resultando em suspensão do pagamento das faturas referentes aos meses de setembro a dezembro de 2014 e apresentação de denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis												
UG/Gestão: 170342/00001				CNPJ: 00.394.460/0470-24								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C		
					01/01/12	30/04/15	2	2				
2012	2	O	04/2011	00482840/0001-38	01/01/12	30/04/15	2	2			P	
2012	4	O	04/2011	00482840/0001-38	01/01/12	30/04/15	3	3			P	
2012	5	O	04/2011	00482840/0001-38	01/01/12	30/04/15			7	7	P	
2012	9	O	04/2011	00482840/0001-38	01/01/12	30/04/15	2	2			P	
2012	12	O	04/2011	00482840/0001-38	01/01/12	30/04/15	7	7			P	

Observações:

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: Gestão de Contratos/Sapol/IRF/FNS

Análise Crítica

Os serviços contratados estão sendo prestados de forma satisfatória e os seus quantitativos estão plenamente adequados às necessidades da unidade.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante											
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba											
UG/Gestão: 170343/00001				CNPJ: 00.394.460/0472-96							
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit
					Inicio	Fim	P	C	P	C	
2013	12	O	06/2013	04970088/0001-25	06/03/13	05/03/16			4	4	
2014	9	O	09/2014	09438067/0001-87	05/11/14	05/11/15			3	3	
2013	2	O	05/2013	03025281/0001-25	06/03/13	05/03/16			1	1	
2013	5	O	03/2013	03025281/0001-25	21/02/13	20/02/16			8	8	
2013	12	O	02/2013	04970088/0001-25	07/02/13	06/02/16			3	3	

Observações:

LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

onte: processos de contratação.

Análise crítica

Nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - motorista, recepcionista e secretárias listados acima - não houve problemas trabalhistas no período, interrupções e nem qualquer outra dificuldade fora dos padrões esperados.

Quadro 19 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul/SC												
UG/Gestão: 170389 / 000001				CNPJ: 00.394.460/0455-95								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.		
					Inicio	Fim	P	C	P	C		
2013	2	O	02/2013	05912569/0001-47	08/05/13	07/05/14			2	2		E
2104	2	O	02/2014	79283065/0001-41	03/11/14	02/07/16			1	1		A
2012	7	O	04/2012	79283065/0001-41	23/08/12	22/08/15						P
2010	5	O	02/2010	09310539/0001-11	01/01/11	31/12/14			8	8		E
2014	5	O	01/2014	04970088/0001-25	01/09/14	30/04/16			6	6		A
2013	4	O	09/2013	09310539/0001-11	16/12/13	21/07/14						E
2013	12	O	06/2013	05004420/0001-60	01/12/13	30/11/15						A
2013	12	O	07/2013	14001761/0001-72	11/11/13	10/11/15						A
2013	12	O	08/2013	14001761/0001-72	11/11/13	10/11/15						A

Observações:

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes 12. Outras	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
----------------	---	---

Fonte: SOTEL/ALF/SFS/SC

Análise Crítica

O contrato de prestação de serviço terceirizado de recepcionistas, mantido com a empresa Guipeservice Serviços e Manutenção Ltda, CNPJ 09.310.539/0001-11, foi rescindido em 21/07/2014. A empresa deixou de pagar salários, vale alimentação e vale transporte aos seus empregados. Também deixou de efetuar o recolhimento de obrigações trabalhistas (FGTS) e previdenciárias. Foi instaurado o processo de penalização que aplicou multa e pena de impedimento de licitar pelo prazo de 2 anos. Foram retidos os pagamentos referentes às últimas prestações de serviço da empresa e efetuado o depósito judicial na Justiça do Trabalho, para garantir o direito dos empregados. Da mesma maneira, o contrato de prestação de serviço terceirizado de copeiragem, mantido com a empresa Guipeservice Serviços e Manutenção Ltda, CNPJ 09.310.539/0001-11, foi rescindido em 21/07/2014. A empresa deixou de pagar salários, vale-alimentação e vale transporte aos seus empregados. Também deixou de efetuar o recolhimento de obrigações trabalhistas (FGTS) e previdenciárias. Foi instaurado o processo de penalização que aplicou multa e pena de impedimento de licitar pelo prazo de 2 anos. Foram retidos os pagamentos referentes às últimas prestações de serviço da empresa e efetuado o depósito judicial junto a Justiça do Trabalho para garantir o direito do empregado. Não houve exigência de escolaridade para a copeira no edital. Conforme relatado no relatório de auditoria do exercício 2013, a empresa Olívio e Pietrobelli, prestadora do serviço terceirizado de motoristas, apresentava problemas relativos à execução do contrato e foi aberto o processo para apuração das infrações contratuais, tendo sido aplicada à

empresa as sanções de advertência e multa. O contrato não foi prorrogado. O contrato 06/2013 refere-se a contratação de empresa terceirizada para manutenção preventiva e corretiva (1 posto de trabalho) da embarcação oficial “Guerro”. Não houve exigência de escolaridade para o mecânico naval no edital. A carga horária do funcionário deverá ser cumprida respeitando os limites legais e o limite da carga semanal de 20 horas. O contrato 07/2013 refere-se a contratação de empresa terceirizada para limpeza (1 posto de trabalho) da embarcação oficial “Guerro”. Não houve exigência de escolaridade para o auxiliar de limpeza no edital. A carga horária do funcionário deverá ser cumprida respeitando os limites legais e o limite da carga semanal de 20 horas. O contrato 08/2013 refere-se à contratação de empresa terceirizada para prestação de serviço de marinharia (1 posto de trabalho) da embarcação oficial “Guerro”. Não houve exigência de escolaridade para o marinheiro no edital. A execução dos serviços deverá ser feita por profissionais habilitados pela Marinha do Brasil na categoria Moço de Convés (MOC) ou categoria superior. A carga horária do funcionário deverá ser cumprida, respeitando os limites legais e o limite da carga semanal de 40 horas. No contrato 04/2012 foram contratados 2 postos de serviço de 20 horas semanais. Não houve exigência de escolaridade para as telefonistas no edital.

7.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro 20 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	149	152	160	158	884.479,85
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	149	152	160	158	884.479,85
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	149	152	160	158	884.479,85

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

Notas explicativas

1. Estagiários das DRJs Curitiba e Florianópolis estão contabilizados neste quadro.
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalística ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de bolsa de estágio, auxílio transporte de estagiário e recesso remunerado de estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

Análise Crítica

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não obrigatório visando a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo), em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – Digep, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB, a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contrações, alteração de dados e desligamento de estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

a) medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

UG	Medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
170156	<p>Dois contratos foram atingidos pela desoneração da folha de pagamento imposta pela legislação citada: os contratos 12/2012 e 17/2014. Sucessivos entre si, seus objetos tratavam da prestação de serviço de manutenção e suprimento aeronáuticos.</p> <p>Para revisão dos contratos, procedeu-se à revisão das planilhas de custo apresentadas durante o procedimento licitatório, em metodologia semelhante à delineada pelo Acórdão Plenário TCU nº 2859/2013, de excerto abaixo transrito:</p> <p>“VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog em razão de possível irregularidade, no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão de preços nos contratos que foram firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante da razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:</p> <p>(...)</p> <p>9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:</p> <p><i>9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;</i></p> <p>9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo; (Sessão de 23/10/2013)”</p> <p>Atentou-se, no caso específico do contrato firmado pela SRRF09, às datas de início e fim da desoneração, a saber, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, consoantes com o Art. 2º, §4º, II do Decreto nº 7.828/2012.</p>
170157	Apenas o contrato 06/2014 foi alcançado pela desoneração da folha de pagamento. No entanto, a proposta da contratada apresentada em licitação já contemplava os efeitos redutivos da medida, não havendo necessidade de se proceder à revisão do contrato.
170162	Apenas o contrato 10/2014 foi alcançado pela desoneração da folha de pagamento. No entanto, a proposta da contratada apresentada em licitação já contemplava os efeitos redutivos da medida, não havendo necessidade de se proceder à revisão do contrato.
170171	O procedimento de revisão do contrato vigente na unidade foi instaurado no exercício de referência e se encontra em andamento, não sendo possível apurar-se eventual montante recebido a maior pela empresa contratada beneficiada pela desoneração da folha, nem mesmo a importância a ser devolvida à União.

b) obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

UG	Ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
170156	Enquadrou-se neste quesito apenas o contrato SRRF09 12/2012, de vigência encerrada em 30/11/2014, dado que o contrato SRRF09 17/2014 continua vigente. Isto posto, uma vez calculados os valores a serem resarcidos à União pela contratada, foram emitidas Guias de Recolhimento da União (GRUs), as quais foram devidamente pagas pela empresa contratada. Celebrou-se, também, termo aditivo ao contrato, para formalizar os valores devidos e o novo custo do homem/hora para o ano de 2014.
170157	Não houve contratos encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.
170162	Não houve contratos encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.
170171	Não houve contratos encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

c) detalhamento dos contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Detalhamento dos contratos (vigentes e encerrados) revisados						
UG	Número contrato	Nome Contratada	CNPJ	Objeto	Vigência	Economia
170156	12/2012	Helicópteros do Brasil S/A	20367629/0001-81	Manutenção de helicópteros	01/12/12 a 30/11/14	2013: R\$ 189.189,00 2014: R\$ 117.099,06
	17/2014	Helicópteros do Brasil S/A	20367629/0001-81	Manutenção de helicópteros	15/12/14 a 14/12/15	De vigência recentemente iniciada (15/12/2014) - o que lhe confere apenas 15 dias de execução durante o exercício de 2014 - tem-se que, para a quinzena em que ocorreu o incidente a desoneração da folha de pagamento, a economia aproximadamente detectada após a aplicação da revisão de valores registrados na única fatura, até este momento, apresentada pela Contratada, de valor total de R\$ 53.000,00, resultou na diferença aproximada de R\$ 3.200,00 que será devolvida pela contratada mediante pagamento de GRU já emitida.
170157	6/2014	Airsil Manutenção de Ar Condicionado e Elétrica LTDA	07718194/0001-04	Manutenção predial	14/08/14 a 13/08/15	A proposta apresentada em licitação já contemplava a desoneração da folha.
170162	10/2014	Airsil Manutenção de Ar Condicionado e Elétrica LTDA	07718194/0001-04	Manutenção predial	13/08/14 a 13/04/16	A proposta apresentada em licitação já contemplava a desoneração da folha.
170171	1/2011	Disette Engenharia LTDA	03576203/0001-19	Manutenção predial	30/06/14 a 06/02/2015	O procedimento de revisão do contrato vigente na unidade foi instaurado no exercício de referência e está em andamento, não sendo possível efetuar a apuração de eventual montante recebido a maior pela empresa contratada, beneficiada pela desoneração da folha, nem mesmo a importância a ser devolvida à União.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 00**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF09 e suas unidades jurisdicionadas para o cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada.

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define-a como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos – que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da administração pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 9ª Região Fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos Estados do Paraná e Santa Catarina, compete ao Superintendente da Receita Federal da 9ª Região Fiscal, nos

termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às unidades sob sua jurisdição fiscal.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade Jurisdicionada;

As unidades da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal compartilham missões institucionais comuns, seja na fiscalização e arrecadação de tributos internos, seja na fiscalização e arrecadação de tributos externos e demais ações que circundam tais funções precípuas.

Contudo, neste quadro, digno de destaque o perfil aduaneiro da Região Fiscal, que se sobressai dada a sua localização geográfica: compõem-na os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com os quais mantêm fronteiras terrestres e lacustres Paraguai e Argentina, circunstância que reforça a acentuada atuação das unidades da Receita Federal do Brasil nesta Região Fiscal na fiscalização de tributos externos e no combate aos delitos de contrabando e descaminho e demais que lhe são conexos.

E, neste panorama, a frota de veículos próprios - distribuída entre as 17 unidades da RFB, sendo composta de veículos leves e pesados, embarcações e aeronaves - constitui instrumento de extrema importância para o cumprimento da missão institucional, conforme se nota dos principais relatos colhidos das unidades da 9ª Região Fiscal.

UG 170157: A frota da DRF/Cascavel é de extrema necessidade, pois o transporte de pessoas ou materiais ocorre entre a Delegacia, o Depósito de Mercadorias Apreendidas e as unidades jurisdicionadas (Agências e Inspetorias). Além disso, o trabalho na área aduaneira é intenso, devido à proximidade da fronteira.

UG 170158: Os veículos são importantes para a realização das operações de fiscalização e também para a manutenção das atividades cotidianas, transporte de servidores e materiais, tendo em vista que a unidade está distribuída em 9 prédios, sendo 6 destes no centro da cidade e 3 na região metropolitana.

UG 170159: No desempenho e cumprimento dos objetivos desenvolvidos nas atividades da unidade gestora, a frota de veículos contribui no transporte dos deslocamentos de servidores no exercício da função administrativa e aduaneira agilizando a fiscalização e repressão ao contrabando e descaminho. O impacto é a economicidade.

UG 170160: Os veículos oficiais da unidade são utilizados para atividades de fiscalização; repressão ao contrabando e descaminho; transporte de mercadorias apreendidas; transporte de materiais entre Delegacia e subunidades; transporte de servidores para realização de atividades externas necessárias ao funcionamento da Delegacia; e tramitação de documentos a outros órgãos e instituições financeiras quando requerida celeridade e/ou urgência para os serviços. A falta de veículos impactaria diretamente na execução de atividades fim e meio do órgão, em especial a fiscalização. Outro aspecto a se considerar é que a circunscrição da DRF/Ponta Grossa abrange grande extensão territorial e números de municípios, o que torna imprescindível o uso de veículos próprios.

UG 170162: A DRF/Foz do Iguaçu é responsável, além da fiscalização e arrecadação de tributos federais, pela repressão preventiva e permanente aos ilícitos fiscais de contrabando e descaminho praticados na área de sua atuação (região do extremo oeste do Estado do Paraná). Para operacionalizar essas atividades institucionais, a unidade conta com uma frota de 104 veículos automotivos próprios, sendo 46 para serviços especiais (prevenção e repressão ao contrabando) e 57

para serviços comuns (malote, transporte de mercadorias apreendidas, deslocamento de servidores). Não se faz uso de veículos contratados de terceiros.

UG 170170: A DRF/Joaçaba jurisdiciona 128 municípios, que estão distribuídos em uma área de 31.439 Km² (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove quilômetros quadrados), com uma população de 1.277.639 pessoas (conforme CENSO 2010) e mais de 40.000 (quarenta mil) pessoas jurídicas. Dentro deste contexto, a unidade deve atuar para alcançar sua missão institucional que é exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade e, por consequência obter os resultados almejados, principalmente garantir a arrecadação, aumentar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras, e fortalecimento do comércio exterior e proteção da sociedade. Nesse contexto, a frota de veículos é um instrumento de logística fundamental para o desenvolvimento dos processos internos, que permitem a consecução da missão e atendimento das metas e alcance dos resultados esperados. Assim sendo, o uso dos veículos permite o transporte de pessoas, materiais e mercadorias, entre a Delegacia, Agências e Inspetorias, bem como permite a efetivação ações que visam aumentar a percepção de risco, a presença fiscal e a vigilância e repressão aos crimes tributários e aduaneiros. A frota de veículos é instrumento imprescindível nos trabalhos de investigação, fiscalização, repressão, transporte de documentos, mercadorias apreendidas, etc, dentro da jurisdição acima apresentada e para viabilizar atuações conjuntas com outras unidades. Outro ponto que deve ser ressaltado é a questão da localização geográfica da Delegacia e suas unidades subordinadas, que além de fazer fronteira com a Argentina possui várias rotas de passagens de pessoas e mercadorias provenientes do Paraguai, requerendo uma intensa movimentação para coibir os crimes transfronteiriços. Finalmente, é necessário registrar que os ônibus intermunicipais nem sempre possuem horários adequados e os itinerários prolongam demasiadamente o horário das viagens. Como exemplo, podemos citar o caso de uma viagem de Joaçaba a Chapecó, uma distância de 160 km que pode levar entre 4 e 5 horas, devido às diversas paradas.

UG 170171: A frota foi constituída buscando-se a manutenção de todas as atividades do órgão, sendo essencialmente o transporte de servidores em serviço, materiais de uso da RFB intra e inter regionalmente, dar suporte a operações de fiscalização, vigilância e repressão e o transporte de mercadorias apreendidas entre unidades do órgão.

UG 170343: a frota de veículos tem importância essencial para a unidade que atua em outros pontos fora da sua sede, como Depósito de Mercadorias Apreendidas, *Collis Postauax*, entre outros, além de executar serviços repressão ao contrabando e descaminho e prestar apoio à fiscalização externa.

UG 170389: A ALF/São Francisco do Sul jurisdiciona 7 recintos alfandegados e 2 recintos especiais para despacho aduaneiro de exportação (REDEX), localizados nos municípios de São Francisco do Sul e Itapoá. Por terra, estes municípios localizam-se a 125 quilômetros de distância. Os veículos são fundamentais para o exercício da fiscalização dos recintos alfandegados e nos REDEX. A utilização da lancha da RFB, no patrulhamento dos Portos de São Francisco do Sul e Itapoá e áreas de fundeio interno e externo de embarcações estrangeiras, permite o aumento da presença fiscal e a inibição de transbordos e/ou descargas clandestinas (inibição do descaminho e do contrabando que eventualmente venham a ocorrer a partir destas embarcações ou a partir dos portos alfandegados).

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

UG	Quantidade	
	Veículo de serviço comum (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	5	27
170157	22	7
170158	2	-
170159	26	
170160	2	10
170161	23	
170162	57	46
170163	14	4
170169	13	-
170170	15	-
170171	12	-
170172	16	-
170314	6	-
170315	1	4
170342	15	2 (**)
170343	-	13
170389	-	10 (***)
Total por grupo de veículos	200	151
Total de veículos da frota	351	

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) Dois veículos UG 170342 são embarcações: lancha *Spirit Ferretti*, de 43 pés, fabricada em 2003 e lancha *Skywake X22*, de 22 pés, fabricada em 2009.

(***) Um dos 10 veículos de serviço especial da UG 170389 é uma embarcação, da Marca *Schaefer Yachts*, modelo *Phantom 480*, lancha mar aberto de 48 pés, ano de 2007.

As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

UG	Média anual de quilômetros rodados	
	Veículo de serviço comum (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	11.302	11.864
170157	10.445	12.058
170158	3.380	-
170159		7.174
170160	11.475	11.300
170161		6.665
170162	9.233	7.454
170163	9.000	3.347
170169	4.043	-
170170	8.487	-
170171	12.030	-
170172	3.952	-
170314	6.233	-
170315	9961	11.322
170342	5.547	(**)
170343	-	9.256
170389	-	8.526 (***)
Média anual Km por grupo de veículos	7.928	8.896
Média anual Km da frota	8.412	

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) A embarcação *Spirit Ferreti*, de 43 pés, registra 155 horas navegadas, enquanto que *Skywake X22*, aponta 40 horas navegadas.

(***) A embarcação *Schaefer Yachts*, modelo *Phantom 480* registra 138 horas navegadas em 2014.

As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

e) **Idade média da frota, por grupo de veículos**

UG	Idade média (anos)	
	Veículo de serviço comum (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	7,8	5,6
170157	4,5	2,2
170158	2	-
170159		5,6
170160	13,5	4,3
170161		5,4
170162	8,3	3,8
170163	9,5	2,5
170169	5	6,5
170170	4,4	-
170171	6,9	-
170172	7,5	-
170314	7	-
170315	10	6
170342	4,8	9 (**)
170343	-	4,1
170389	-	4,6
Idade média grupo de veículos	6,8	5,6
Idade média da frota		6,2

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) Numeral indicador da idade média das 2 embarcações da UG.

(***) A embarcação em uso pela UG, fabricada em 2007, tem 8 anos.

As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

Em relação à manutenção da frota de veículos automotores, à exceção das aeronaves – que possuem contrato próprio - a SRRF09 firmou com Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda (EMBRATEC), CNPJ nº 03.506.307/0001-57, o contrato SRRF09 17/2013, originado do pregão eletrônico SRRF09 11/2013, que tem por objeto a prestação de serviços de gestão da frota das unidades da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, com operação de sistema informatizado via *internet* e tecnologia de pagamento de estabelecimentos credenciados para manutenção preventiva e corretiva (incluindo o fornecimento de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho) para a frota dos veículos oficiais - automóveis tipo passeio, *pick-ups*, vans, caminhões leves e pesados, ônibus e *motor home*, empilhadeiras e embarcação, de vigência iniciada em 15/05/2013 e de valor anual estimado de R\$ 1.000.000,00 e 0% de taxa de administração.

Segundo documentos de acompanhamento da fiscalização de contrato, o serviço contratado consumiu a totalidade de R\$ 649.991,97 no exercício de 2014.

Já a DRF/Foz do Iguaçu é a única unidade jurisdicionada da 9ª Região Fiscal que possui contrato próprio de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva – números 08 e 09, ambos de 2013 - para sua frota de veículos automotores pesados e leves, firmado com oficinas mecânicas localizadas no Município, cuja despesa no exercício de 2014, segundo informações do gestor local, alcançou a importância de R\$ 138.614,40.

Quanto ao fornecimento de combustíveis para a frota de veículos automotores, à exceção, também, das aeronaves – que possuem contratos próprios - a SRRF09 firmou com Ticket Serviços S/A, CNPJ nº 47.866.934/0001-74, o contrato SRRF09 7/2009, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel marítimo e álcool) em rede de postos credenciados através de sistema (*software*) integrado para a captura eletrônica de dados, a fim de atender toda a frota de veículos oficiais da SRRF09, bem como os veículos em trânsito nesta Região Fiscal, localizados na unidade jurisdicionada e suas unidades gestoras.

Segundo documentos de acompanhamento da fiscalização do contrato, o custo com esta despesa, em 2014, que abrange a frota de veículos automotores de todas as unidades da Receita Federal do Brasil nesta Região Fiscal, incluídas as embarcações, alcançou a importância total de R\$ 808.377,84.

g) Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota é elaborado pelo órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas as Regiões Fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O órgão central da RFB estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O controle é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, e nestes documentos constam informações, tais como: identificação do condutor, destinos, data de saída e retorno, quilometragem inicial e final e, ainda, os problemas mecânicos apresentados. Há um formulário específico para o controle de abastecimento e consumo de combustível por veículo.

Frota de Aeronaves de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A RFB possui e opera dois helicópteros modelo *Eurocopter EC-135*, configurados e equipados para operações aéreas de fiscalização tributária e aduaneira, de vigilância e repressão aduaneira e de inteligência fiscal, registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) com matrículas PR-RFA e PR-RFC.

A operação de aeronaves da RFB submete-se¹ à legislação aeronáutica vigente para aeronaves civis, bem como às normas regulamentares emanadas do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), instituída pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, principalmente:

- Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;
- Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 47 – Funcionamento e atividades do Registro Aeronáutico Brasileiro;
- Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 91 – Regras gerais de operação para aeronaves civis;
- Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 61 – Licenças, habilitações e certificados para pilotos.

Dentro da RFB, a operação dos helicópteros, conforme artigo 141 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está a cargo da Divisão de Operações Aéreas (Dioar), sediada em Curitiba – PR, conforme anexo I ao citado Regimento Interno, com apoio logístico da SRRF09, conforme artigo 209, também do Regimento Interno.

As operações aéreas da RFB, por sua vez, foram regulamentadas através da Portaria RFB nº 129, de 05 de fevereiro de 2013.

¹ Cumpre observar que a legislação aeronáutica brasileira deriva dos termos estabelecidos na Convenção de Chicago, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 21.713 de 28 de agosto de 1946, com alterações posteriores pelos Decretos nº 27.649/1949; nº 51.424/1962; nº 51.425/1962; nº 64.990/1969; nº 80.487/1977; nº 73.002/1973; nº 80.486/1977 e nº 85.705/1981. Em seu Artigo 3º, a Convenção estabelece o seguinte:

“Aeronaves Civis e do Estado

a) Esta Convenção será aplicável unicamente a aeronaves civis, e não a aeronaves de propriedade do Governo.

b) São consideradas aeronaves de propriedade do Governo aquelas usadas para serviços militares, alfandegários ou policiais. (...).”

Considerando-se a previsão contida no artigo 3º da Convenção de Chicago, as aeronaves da RFB não estariam sujeitas à legislação aeronáutica brasileira, posto que esta estrutura normativa procura tão somente regulamentar o conteúdo da referida Convenção, a qual aplica-se somente às aeronaves civis que não se enquadrem no conceito do Artigo 3º.

Contudo, com exceção dos serviços militares, os demais operadores de aeronaves de propriedade do governo não possuem regulamentação para as suas atividades, sujeitando-se, por tradição, às normas vigentes para aeronaves civis. Tal submissão tem por objetivo garantir padrões de segurança operacional para proteção do patrimônio público e de terceiros, bem como da incolumidade das pessoas envolvidas com a operação ou de alguma forma afetadas por ela. Infelizmente, a lacuna de regulamentação específica traz prejuízos para o bom cumprimento de suas missões institucionais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A operação de helicópteros segue um modelo diverso daqueles aplicados às frotas de veículos terrestres, em razão do elevado valor da aeronave, dos custos operacionais e das exigências legais para sua utilização, principalmente no que tange às habilitações, certificações e treinamentos exigidos para a sua operação.

À Divisão de Operações Aéreas cabe, em suma, a execução das operações aéreas e o gerenciamento das atividades necessárias para a manutenção das aeronaves, treinamento de tripulações, planejamento de operações aéreas, entre outros, de forma centralizada, em atendimento às necessidades de apoio aéreo de toda a RFB.

Estas aeronaves têm sido empregadas no apoio aéreo a diversas atividades do órgão, entre elas:

- Operações de combate ao contrabando e descaminho, principalmente nas regiões de fronteira seca com o Paraguai (com destaque para Foz do Iguaçu), as quais permitiram um aumento da eficiência das equipes terrestres e da segurança destas equipes nas abordagens. Em 2014, também foi realizado o apoio aéreo a operações de vigilância e repressão aduaneiras na 1ª Região Fiscal (Operação Cone Sul - vigilância aérea e apoio a equipes terrestres de repressão na fronteira Brasil - Paraguai, ao sul do MS), 5ª, 7ª e 8ª regiões fiscais (mapeamento de portos e atracadouros clandestinos nos estados da BA, ES e SP e busca de embarcações estrangeiras com entrada e/ou permanência irregulares no país);
- Operações voltadas para a arrecadação de contribuição previdenciária sobre obras de construção civil e omissão de patrimônio no imposto de renda de pessoa física, as quais possibilitaram um aumento da percepção de risco e da presença fiscal que resultaram no incremento da arrecadação da referida contribuição.
- Em 2014, cerca de 111 (cento e onze) horas de voo foram empregadas neste tipo de apoio aéreo nas 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 10ª Regiões Fiscais, com retornos expressivos tais como na 4ª Região Fiscal (crescimento de 21,75% na arrecadação, em comparação ao mesmo período do ano anterior).

Para a RFB, além de todos os resultados mensuráveis, as aeronaves constituem um importante instrumento de presença fiscal, de divulgação da imagem institucional perante a sociedade, bem como de demonstração de força e de dissuasão perante as organizações criminosas atuantes no contrabando e descaminho, possibilitando ainda um aumento da percepção de risco com a consequente redução da atividade ilegal e da sonegação e posterior aumento da arrecadação.

No ano de 2014, a RFB reforçou sua presença institucional atuando ao lado de demais órgãos da Administração Pública Federal em várias ações que contaram com apoio aéreo: Operação Copa do

Mundo - 9 horas de voo em 11 dias de atividades, além das 15 horas de voo nos 8 dias de preparação para a Copa do Mundo, nos quais apoiamos o Ministério da Defesa (Estado-Maior Conjunto - Centro de Coordenação de Defesa de Área) no reconhecimento e mapeamento de áreas sensíveis. Também podem ser citadas as operações em conjunto com a Marinha do Brasil, como a Amazônia Azul (Santos-SP) e a Fronteira Marítima V (Vitória-ES) e com Força Aérea Brasileira e Polícia Rodoviária Federal, como as duas Operações Porteira Fechada, realizadas em 2014.

Embora não tenha sido demandada, em 2014 a RFB pôde empregar suas aeronaves em proveito de outros órgãos. Como exemplo, em 2013 foram realizadas duas missões de transporte de órgão vital em ocasiões em que o governo do Estado do Paraná não dispunha de aeronave e os órgãos seriam perdidos caso não fossem transportados a tempo para o transplante.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

A Divisão de Operações Aéreas opera 02 helicópteros *Eurocopter EC-135 T2+*, matrículas PR-RFA e PR-RFC.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

No ano de 2014 foram cumpridas 21 missões operacionais, durante as quais foram voadas um total de 411 horas. Somando-se as horas voadas a título de manutenção da aeronave e de treinamento e manutenção operacional dos tripulantes, é registrado um total de 654 horas.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Os helicópteros PR-RFA e PR-RFC foram fabricados em 2006 e recebidos em maio de 2007.

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

No item manutenção englobando as duas aeronaves, período de 01/2014 a 12/2014, com um total de 654 horas voadas, foram gastos R\$ 2.650.289,70, valor que engloba gastos com manutenções preventivas, manutenções corretivas, fornecimento de peças de troca sistemática e não sistemática, apoio operacional em sede e em operações, custo de reparo de peças e equipamentos e controle técnico de manutenção.

Os custos associados ao seguro obrigatório (Responsabilidade Civil - RETA), bem como ao seguro aeronáutico de casco (integral) para as duas aeronaves, período de 10/05/2014 a 10/05/2015, totalizaram a quantia de R\$ 964.626,80.

Os custos com combustível (QAV) totalizaram, em 2014, o valor de R\$ 1.007.746,12.

g) Plano de substituição da frota

As aeronaves são “veículos” cujo ciclo de vida pode estender-se por mais de 20 (vinte) anos, com um programa de manutenção rígido e operação dentro dos limites estabelecidos pelo fabricante, razão pela qual não foi definido, até o momento, um plano de substituição da frota.

Em 16 de julho de 2013, o Sr. Secretário da RFB assinou a proposição de Projeto para Estruturação e Ampliação da Atividade Aérea do órgão. Este marco indica a importância estratégica do referido projeto, cujo propósito é consolidar o emprego de aeronaves na RFB como meio para a consecução

de seus objetivos estratégicos, mediante ampliação da capacidade operacional e do alcance das operações aéreas, por meio da adequação da estrutura administrativa, normativa, material e de recursos humanos da Divisão de Operações Aéreas. Entre as principais linhas de ação, destacam-se:

- Atualização tecnológica de equipamentos e incorporação de novas tecnologias – representada, entre outras iniciativas, pela instalação de um novo sistema imageador, já em andamento e pela aquisição de veículos especiais para o abastecimento de aeronaves;
- Investimentos em infraestrutura de hangaragem e manutenção de aeronaves;
- Criação e instalação de núcleos de operações aéreas, subordinados à Dioar, para ampliar a cobertura geográfica;
- Aquisição de novas aeronaves, mediante estudos de viabilidade técnica e orçamentária;
- Seleção, formação e aperfeiçoamento de quantitativo adequado de servidores para composição das tripulações, com vistas à operação segura e eficiente da frota da RFB;
- Investimentos em infraestrutura operacional, mediante a instalação de helipontos em localidades desprovidas de aeródromos, de forma a possibilitar a realização de operações aéreas periódicas. As localidades serão definidas em função da necessidade de apoio aéreo para operações de vigilância e repressão aduaneira, especialmente na faixa de fronteira internacional [fonte: Informe-se – periódico de divulgação de notícias internas da RFB em sua *intranet*, de 01/10/2013].

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A opção pela aquisição em detrimento da locação ocorreu em função da necessidade de aeronaves configuradas com equipamentos voltados para os objetivos da operação aérea, como por exemplo, câmera giro-estabilizada para obtenção de imagens tanto diurnas quanto noturnas, radar de busca, farol de alta potência luminosa, alguns dos quais de uso exclusivo das Forças Públicas.

As modificações necessárias, bem como os processos de homologação aeronáutica destes equipamentos tornam difícil, senão inviável a utilização de aeronaves comercialmente disponíveis para locação, as quais, em geral, são configuradas para transporte de passageiros e, eventualmente, de carga.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Cumpre esclarecer que as aeronaves da RFB não são empregadas com finalidade primária de transporte de pessoal e/ou carga, mas de apoio operacional às atividades do órgão.

A Divisão de Operações Aéreas efetua, através de registro informatizado e arquivamento físico, o controle da manutenção, do seguro e dos combustíveis utilizados pelos helicópteros. Os dados relativos às horas de voo de tripulantes são controlados através de sistema informatizado específico.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

Nenhuma das unidades da RFB da 9ª Região Fiscal possui frota de veículos automotores a seu serviço, contratada de terceiro na forma de terceirização de frota ou serviços, em que veículos e empregados de particular são colocados à disposição de unidades da RFB em suas sedes nos localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina.

No entanto, a SRRF09 mantém com pessoa jurídica de direito privado contrato de prestação de serviços de transporte e remoção de mercadorias apreendidas, que funciona por chamada.

Ante a necessidade de serviços relacionados, principalmente às demandas da área aduaneira da RFB na 9ª Região Fiscal, objetivou-se contratar empresa atuante na área de logística em transporte de carga em âmbito municipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, veículos leves e pesados, embarcações, containeres, mobiliários, mudanças de servidores e cargas em geral, e que forneça recursos humanos, neste caso, carregadores e motoristas avulsos, conforme o caso, com a finalidade de atender a toda a demanda da RFB na 9ª Região Fiscal, principalmente em apoio às atividades de combate ao contrabando e descaminho.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Transportadora de Bens Santa Catarina, CNPJ nº 07.357.980/0001-23.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Contrato SRRF09 10/2013, que atende a todas as unidades da RFB na Região Fiscal, foi originado do pregão eletrônico SRRF09 9/2013 e teve como termos inicial e final de vigência, já consideradas as prorrogações previstas no artigo 57, II da Lei nº 8.666, de 1993 e cláusula contratual segunda, 28/03/2013 e 28/03/2015.

Segundo cláusula contratual sétima “(...) pela prestação dos serviços efetivamente realizados o valor de R\$ 899,00 (oitocentos e noventa e nove Reais) por diária de 100 km para o caminhão do tipo baú com capacidade em torno de 50 m³, na cidade de Curitiba (frete base), com mão-de-obra composta de 01 (um) motorista e 02 (dois) ajudantes, com aplicação do fator de multiplicação correspondente ao serviço prestado, conforme planilha constante da proposta de preço do anexo V do instrumento convocatório. O valor global previsto deste contrato para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 1.972.089,00 (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, oitenta e nove Reais), com a quilometragem anual estimada de 300.000 km.”

A redação de sua parte final foi alterada pelos instrumentos de aditamentos 02/2013 e 03/2014, reajustando o valor global anual da avença para R\$ 2.601.253,83.

No exercício de 2014, segundo consulta ao Siafi, foram pagos à contratada R\$ 2.268.099,17.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A contratação deste tipo serviço, em ambos os casos, é de extrema relevância, pois, além de não haver disponibilidade de funcionários e estrutura física suficientes para atender esta demanda, sem prejudicar o cumprimento da missão finalística do órgão, é um instrumento que serve de apoio à movimentação de mercadorias removidas, possibilitando o esvaziamento de estoque em depósitos, o cumprimento das metas de destinação de mercadorias, a baixa de processos mais antigos, a realização de leilões e a destinação de mercadorias por outras unidades da RFB.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

h) Idade média anual, por grupo de veículos

i) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Acerca dos quesitos “f”, “g”, “h” e “i”, informa-se que SRRF09 não possui acesso a tais informações, uma vez que se referem a bens de propriedade da empresa contratada, sobre os quais não exerce qualquer ingerência.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

A 9^a Região Fiscal mantém o controle próprio decorrente da atividade de fiscalização da execução do contrato, como por exemplo: recebimento dos pedidos de realização de transportes de bens, verificação do cumprimento das obrigações pactuadas, atesto de que os serviços foram prestados, recebimento e pagamento de faturas, aplicação de sanções administrativas, entre outros.

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 21 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA	
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARANÁ	56
	Curitiba	3 (*)
	Capanema	2
	Cascavel	3
	Francisco Beltrão	1
	Iporã	1
	Laranjeiras do Sul	2
	Pato Branco	2
	Santo Antônio do Sudoeste	2
	Toledo	2
	São José dos Pinhais	5
	Londrina	3
	Apucarana	1
	Jacarezinho	2
	Ponta Grossa	3
	Guarapuava	1
	União da vitória	1
	Maringá	3
	Campo Mourão	1
	Cianorte	1
	Jandaia do Sul	1
	Paranavaí	1
	Loanda	1
	Foz do Iguaçu	5
	Guairá	1
	Marechal Cândido Rondon	1
	Medianeira	2
	Santa Helena	1
	Paranaguá	4
	SANTA CATARINA	20
	Florianópolis	1
	São José	2
	Tubarão	1
	Araranguá	1
	Joaçaba	2
	Dionísio Cerqueira	3
	Xanxerê	1
	Joinville	3
	Jaraguá do Sul	1
	Itajaí	2
	Rio do Sul	1
	Blumenau	0
	Imbituba	1
	São Francisco do Sul	1
Subtotal Brasil		76
Total (Brasil + Exterior)		76
		70

Fonte: Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet)

(*) Há mais um imóvel, de RIP 535.00477.500-0, destinado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná (PFN/PR) em conjunto com a SRRF09, que não foi considerado nesse quadro, pois o SPIUNET considera como destinatário apenas a PFN/PR.

8.2.2. Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 22 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170156	7535003645005	21	2	359.700,00	24/10/2011	359.700,00	-	-
	Total							
170157	7487000025002	13	3	1.199.745,98	11/08/2014	1.603.894,27	38.063,83	14.987,05
	7487000045003	13	3	189.000,00	04/09/2014	601.889,48	43.866,16	14.374,15
	7493000685007	13	8	412.939,80	04/09/2014	3.762.082,00	-	0,00
	7493000695002	13	4	5.177.248,34	06/08/2014	4.431.434,58	16.650,00	49.039,16
	7493000745000	13	5	6.054.738,75	06/08/2014	8.215.754,17	-	74.274,51
	7565000545001	13	3	565.297,03	28/07/2014	479.013,01	-	6.682,86
	7605000055007	13	8	120.000,00	21/08/2014	190.000,00	-	-
	7659000195002	13	8	42.400,00	21/08/2014	47.600,00	-	-
	7659000225009	13	4	295.255,73	21/08/2014	360.577,60	-	5.292,97
	7751000185008	13	4	440.335,64	14/07/2014	659.663,43	-	5.093,34
	7751000315009	13	8	176.000,00	14/07/2014	281.040,96	-	-
	7857000045007	13	4	569.544,94	25/08/2014	796.965,79	-	5.606,09
	7857000055002	13	8	42.608,22	25/08/2014	91.000,00	-	-
	7927000225000	13	4	424.269,13	24/10/2014	516.769,60	-	4.050,75
	7927000355000	13	8	285.859,62	24/10/2014	318.561,22	-	-
Total						98.599,99	179.397,87	
170158	7535003665006	21	4	Não disponível	12/08/2013	9.638.697,93	-	-
	7885005625007	21	1	Não disponível	04/09/2012	26.905,58	-	-
	7885005645008	21	1	Não disponível	04/09/2012	26.905,58	-	-
	7885005665009	21	1	Não disponível	04/09/2012	25.384,53	-	-
	7885005685000	21	1	Não disponível	04/09/2012	22.073,51	-	-
	7885005705000	21	1	Não disponível	04/09/2012	24.216,41	-	-
	Total						-	-
170159	7667000365006	13	3	2.658.957,39	13/05/2014	4.782.957,39	330.621,50	176.297,19
	7667000695006	13	7	766.991,61	14/05/2014	3.525.474,88	131.857,86	42.835,23
	7425000085005	13	2	240.160,68	14/05/2014	1.145.290,18	461.206,60	27.574,37
	7629000135008	13	5	317.608,01	14/05/2014	460.006,59	-	80.652,73
	7667001475000	13	2	2.460.000,00	14/05/2014	3.799.963,13	202.801,60	6.600,00
	7629000525000	13	2	116.234,11	29/07/2014	116.234,11	60.500,00	-
	Total						1.186.987,56	333.959,52
170160	7777000395006	21	2	955.251,37	06/02/2015	1.139.529,16	46.600,00	-
	7777000105008	21	3	3.354.813,79	12/09/2011	7.093.263,37	271.877,77	40.000,00
	7777000405001	21	5	592.797,68	12/09/2011	938.412,06	-	73.950,00
	7937000285000	21	1	11.066,96	02/09/2011	11.066,96	-	-
	7583001325003	21	1	94.055,60	05/07/2013	94.055,60	-	-

	Total						318.477,77	113.950,00
170161	7483000255005	13	3	357.415,21	13/06/2014	670.175,75	-	5.767,25
	7505000145000	13	3	575.547,85	13/06/2014	1.049.893,16	-	8.456,97
	7635000085005	13	3	527.06,97	13/06/2014	1.141.538,67	-	8.907,72
	7663000145003	13	3	551.946,66	13/06/2014	947.314,06	-	9.148,53
	7691000475009	13	3	2.990.361,85	13/06/2014	6.477.728,70	-	53.708,64
	7691000495000	13	3	4.658.063,43	13/06/2014	7.409.498,81	-	249.319,95
	7691000525006	13	3	3.110.224,11	13/06/2014	4.309.641,74	-	27.492,28
	7749000185006	13	3	377.776,43	13/06/2014	1.031.528,81	-	8.302,33
Total						-	371.103,68	
170162	7563005855002	13	6	565.967,36	30/12/2011	565.967,36	-	25.234,25
	7563005875003	13	5	19.378.836,21	27/12/2011	19.378.836,21	-	256.362,52
	7563005935006	13	4	9.450.903,81	27/12/2011	9.450.903,81	-	129.378,94
	7563008485001	13	5	186.732,92	27/12/2011	186.732,92	-	10.641,17
	7563008525003	21	4	1.865.571,50	27/12/2011	1.865.571,50	-	27.603,85
	7563008565005	13	5	5.669.420,56	30/12/2011	5.669.420,56	-	3.098,98
	7563008715007	13	5	7.641.966,08	30/12/2011	7.641.966,08	-	4.177,33
	7571000065004	13	6	495.021,02	15/12/2011	495.021,02	-	11.701,33
	7683000095000	13	4	337.773,31	12/12/2011	337.773,31	-	4.641,85
	7701000075001	13	5	196.474,45	12/12/2011	196.474,45	-	3.742,06
	7701000205002	7	4	130.541,74	07/12/2011	130.541,74	-	3.220,64
	7971000045009	13	3	720.448,00	30/12/2011	720.448,00	-	7.648,28
Total						-	487.451,21	
170163	7745001255005	12	8	85.070,40	26/09/2011	1.971.504,00	-	-
	7745001355000	21	4	1.315.721,54	18/06/2014	4.688.922,79	83.400,00	75.959,00
	7745001415002	21	5	4.273.041,22	18/06/2014	4.350.050,66	-	75.959,00
	7745001365005	21	5	1.175.210,38	18/06/2014	2.061.965,19	-	75.959,00
	Total						83.400,00	227.877,03
170169	8027000715005	13	3	148.000,00	30/09/11	148.000,00	-	660,00
	8105002725003	13	5	10.852.241,23	30/09/11	10.852.241,23	-	115.968,53
	8327000585003	13	3	339.796,30	30/09/11	2.874.901,00	-	-
	8367000175009	13	3	301.000,00	30/09/11	301.000,00	-	-
	Total						-	116.628,53
170170	8097000445009	13	4	Não disponível	25/10/2011	2.501.013,44	-	-
	8097000505001	13	1	301.555,16	25/10/2011	6.322.541,86	-	98,00
	8097000545003	13	6	Não disponível	17/10/2011	82.460,00	-	3.850,00
	8383000125003	13	4	Não disponível	30/03/2013	186.039,00	-	-
	8177000185009	13	4	Não disponível	11/12/2013	5.248.296,80	-	-
	8177000235006	13	4	666.102,79	08/12/2011	3.381.315,30	-	8.000,00
	Total						-	11.948,00
170171	8175000045006	14	23	27.464,48	31/12/2013	1.286.000,00	-	-
	8179000745000	21	23	131.837,29	31/12/2013	1.051.232,00	-	-
	8179000431001	21	23	1.929.498,01	31/12/2013	3.388.036,58	-	-

	Total						-	-
170172	8161000215002	13	3	1.139.148,28	27/09/2011	2.637.463,97	--	78.477,45
	8161000895002	11	3	305.594,88	28/09/2011	5.794.868,71	-	52.318,30
	Total						-	130.795,75
170314	8291000165000	13	3	481.910,32	17/05/2012	509.982,82	-	-
	Total						-	-
170342	8327000325001	21	1	3.729.654,97	14/08/2012	3.607.370,03	-	-
	8327000725000	21	1	13.328.800,56	14/08/2012	13.328.800,56	-	-
	8149000055003	21	2	370.820,71	09/08/2012	237.013,41	140.475,03	-
	8143000135007	21	2	86.100,00	09/08/2012	1.611.204,78	-	-
	Total						140.475,03	
170343	7535002405000	21	6	913.800,00	08/10/2012	1.553.853,92	-	56.247,00
	Total						-	56.247,00
170389	8319000225006	21	5	351.609,33	19/09/2011	739.605,31	-	6.115,00
	Total						-	6.115,00
Total						1.824.940,35	2.035.473,59	

Fonte: SPIUnet, SIASG, Edifica.

Descrição dos Campos

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Ebulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

(*) As despesas de manutenção fazem parte de um contrato da Dipol/SRRF09, que perdurou até julho de 2014 e que se referia a postos de serviço com prestação de atendimento para todos os edifícios de uso da SRRF09, não sendo possível discriminar valor individual de manutenção para este imóvel.

8.2.3. Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 23 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Caracterização do imóvel	RIP	7777.00062.500-1
	Endereço	Rua Visconde de Taunay, 1051, bairro Ronda, Ponta Grossa/PR
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0030-26
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Cessão de uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PAB para atendimento dos contribuintes.
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Ladeado pela recepção do centro de atendimento ao contribuinte com espaço de 40,96 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão a título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica.

Fonte: processos de contratação.

Quadro 23 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Caracterização do imóvel	RIP	7563.00852.500-3
Objeto de Cessão	Endereço	BR -277 – Ponte Internacional da Amizade
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0140-60
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil s/a – agência 0140-6, Foz do Iguaçu/PR
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta por inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Utilização de postos de atendimento bancário a contribuintes e servidores
	Prazo da Cessão	5 anos - 31/12/2017
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel com área de 30,65 m ² , localizado na BR - 277 - aduana da ponte internacional da amizade – setor de bagagem – pista de entrada no país;
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 44.584,26
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Guia de recolhimento da união – GRU/UG170162
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recursos recolhidos diretamente ao tesouro nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas de energia elétrica, água, segurança patrimonial, manutenção predial e limpeza predial: 0,35% do valor total das faturas/notas fiscais das despesas com energia elétrica da aduana da ponte internacional da amizade.

Fonte: Processo nº 10945.000069/2012-79 e Siafi

Quadro 23 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7563.00841.500-3
	Endereço	Avenida Paraná, 1227 – prédio sede DRF/Foz do Iguaçu
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0140-60
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil s/a – agência 0140-6, Foz do Iguaçu/PR
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta por inexigibilidade de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Utilização de postos de atendimento bancário a contribuintes e servidores
	Prazo da Cessão	5 anos - 31/12/2017
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel com área de 51,25 m ² , localizado na Avenida Paraná, 1227, Jardim Pólo Centro – pavimento térreo – junto ao CAC - prédio sede da DRF/Foz do Iguaçu.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 44.584,26
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Guia de recolhimento da união – GRU/UG 170162
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recursos recolhidos diretamente ao tesouro nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas de energia elétrica, água, segurança patrimonial, manutenção predial e limpeza predial: 1,03% do valor total das faturas/notas fiscais das despesas com energia elétrica da sede da DRF/Foz do Iguaçu.

Fonte: Processo nº 10945.000069/2012-79 e SIAFI.

8.2.4. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Ocupado	7425000485003	2	105.679,02	14/05/2014	360.089,30	-	-
Ocupado	7571000195005	4	115.032,81	15/12/2011	115.032,81	-	-
Ocupado	7745001355000	4	1.315.721,54	18/06/2014	4.688.922,79	83.400,00	75.959,00
Ocupado	7745001415002	5	4.273.041,22	18/06/2014	4.350.050,66	-	75.959,00
Ocupado	7745001365005	5	1.175.210,38	18/06/2014	2.061.965,19	-	75.959,00
Total						83.400,00	227.877,00

Fonte: SPIUnet e SIAFI.

- Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) 7425000485003: imóvel funcional da União sob responsabilidade da UG 170159.
- RIP 7571000195005: imóvel funcional da União sob responsabilidade da UG 170162.
- RIP 7745001355000, 7745001415002 e 7745001365005: imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UG 170163.

Análise Crítica dos Quadros 24, 25, 26 e 27

UG 170156: A SRRF09 atualmente possui apenas um imóvel da União sob sua responsabilidade, que é empregado como almoxarifado e depósito de materiais permanentes, além de funcionar como espaço para materiais de uso da manutenção. Cuida-se de imóvel recentemente reformado e abrangido por contrato de manutenção predial, cuja formatação impede a discriminação individualizada por imóvel a respeito dos custos. O Gabinete e a maioria das Divisões da SRRF09 estão sediados no edifício sede do Ministério da Fazenda, que é administrado pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF). A Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho e projeções da Unidade Central em Curitiba ocupam outro imóvel, sobre o qual pende controvérsia judicializada acerca de sua propriedade, que se mantém, até a presente data, à Caixa Econômica Federal. Convém registrar que, no exercício de 2012, a unidade jurisdicionada, em conjunto com a Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná (PFN/PR), recebeu imóvel não edificado que funcionará como a futura sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba. Os projetos básicos já foram licitados e contratados em 2014, encontrando-se, atualmente, em fase contratual de execução. A despeito de o procedimento de contratação ser de responsabilidade da unidade jurisdicionada, de se salientar que o imóvel está sob responsabilidade da PFN/PR, segundo o Sistema de Registro de Imóveis da União (*SPIUnet*). A SRRF09 não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. A estrutura do controle do patrimônio, por força regimental, compete à Dipol – Divisão de Programação e Logística da SRRF09. Há contrato de limpeza gerido pela SRRF09 e um contrato de vigilância monitorada com gestão da SAMF. Não há imóveis que estejam fora do patrimônio da União.

UG 170157: Os imóveis da União sob responsabilidade da UG foram reavaliados em 2014 e por ela estão em uso, exceto os RIP 7605000055007, 7659000195002, 7751000315009, 7927000355000, onde serão construídas novas sedes de Agências Modelo da Receita Federal do Brasil, conforme Plano de Engenharia 2015/2016. As despesas com manutenção dos imóveis estão contempladas no contrato de manutenção predial mantido pela DRF/Cascavel e nas aquisições de materiais utilizados nos serviços de manutenção. Na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Capanema-PR (RIP 7487000025002 e 7487000045003), foi realizada reforma e pintura, englobadas no contrato DRFCVL 01/2014. A reforma já foi entregue. A pintura na sede da DRF/Cascavel (RIP 7493000695002) está em andamento, tendo sido quitada a primeira parcela, com previsão de término para meados de março de 2015. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. Ainda, a unidade mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica (sistema gerencial de controle de bens imóveis da RFB), não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170158: O imóvel da União sob a responsabilidade da UG de RIP 7535.00366.500-6 é ocupado por alguns setores da DRF/Curitiba, tratando-se de imóvel de uso compartilhado por outros órgãos do Ministério da Fazenda e que está sob a administração da SAMF. Os demais imóveis sob sua responsabilidade são terrenos no município de São José dos Pinhais, destinados à construção de Agência Modelo da RFB. Não houve despesas com reformas e manutenção destes imóveis, pois se tratam ou de imóveis de uso compartilhado, cujas despesas correm por conta da SAMF, ou de terrenos não edificados. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. Ainda, a unidade mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica, não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170159: A DRF/Londrina possui 06 imóveis sob sua responsabilidade, assim distribuídos: prédio sede da DRF/Londrina; DMA – Depósito de Mercadorias Apreendidas; Agência da RFB em

Apucarana; Agência da RFB em Jacarezinho; terreno urbano em Londrina com 3.937,50 metros quadrados sem edificação (apenas murado) e terreno urbano em Jacarezinho com 954,00 metros quadrados sem edificação. No sistema *SPIUnet* estão registrados em 07 RIPs (Registro Imobiliário Patrimonial), a saber: RIP 7667.00036.500-6 DRF/Londrina; RIP 7667.00069.500-6 DMA; RIP 7425.00008.500-5 ARF/Apucarana; RIP 7425.00048.500-3 Apartamento funcional/ARF/Apucarana; RIP 7629.00013.500-8 ARF/Jacarezinho; RIP 7667.00147.500-0 Terreno urbano/Londrina; RIP 7629.00052.500-0 Terreno urbano/Jacarezinho. Quanto ao estado de conservação dos imóveis, o prédio sede da DRF/Londrina encontra-se em bom estado de conservação. O imóvel DMA encontra-se em estado muito ruim de conservação, necessitando de reformas emergenciais, principalmente nas instalações do escritório, que apresentam rachaduras comprometendo a segurança de bens públicos, das pessoas e na área destinada a ERA (Equipe de Repressão Aduaneira). O imóvel da ARF/Apucarana encontra-se em muito bom estado, tendo sido realizadas reformas atendendo as exigências de adequação às normas da acessibilidade. O apartamento (imóvel funcional) situado no 1º andar do imóvel da ARF/Apucarana está em muito bom estado de conservação. O imóvel da ARF/Jacarezinho necessita de reparos importantes. No imóvel terreno urbano localizado na rua Uruguai com Alagoas, em Londrina (sem edificações), em 2014 foi construído o muro. O imóvel terreno urbano localizado na rua Dois de Abril nº 8A, em Jacarezinho (sem edificações) é destinado para a construção da sede da Agência Modelo/Unidade de Jacarezinho (projeto licitado em 2014). Todos os imóveis estão com os registros contábeis de acordo com a legislação do Siafi, conforme demonstrado no balancete desta unidade gestora no sistema. A unidade não possui nenhum bem imóvel que esteja fora do patrimônio da União.

UG 170160: A unidade mantém contrato de manutenção predial que engloba todos os imóveis. Trata-se de reparo de cúpula de vidro do imóvel 7777.00010.500-8 no valor de R\$ 40.000,00 e R\$ 271.877,77 da obra de adequação do prédio à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Em relação ao imóvel de RIP 7777.00040.500-1 foram gastos R\$ 73.950,00 para a substituição de forro de madeira. Em relação ao RIP 7937.00028.500-0, trata-se de terreno destinado à construção da Agência da Receita Federal em União da Vitória, cujo projeto foi licitado pela SRR09 e está em fase de entrega. Em relação ao RIP 7583 00132.500-3, trata-se de terreno destinado à construção da Agência da Receita Federal em Guarapuava. O controle e a gestão do patrimônio existente no âmbito da Delegacia é realizado por servidores da seção de logística, sendo que as informações constantes no *SPIUnet* são atualizadas sempre que necessário. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. Não há na unidade imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência de impedimento para regularização ou existência de ocupação irregular.

UG 170161: Os imóveis são gerenciados pela Seção de Programação e Logística da Unidade, complementados pelos chefes de seção e de agências, com manutenção regular. Todos os imóveis estão cadastrados no *SPIUnet*, atualizados em junho/2014, por comissão designada para esta atividade e em nome da União. A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, apresentam conformidade entre os sistemas Siafi e *SPIUnet*. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade.

UG 170162: A unidade conta com reserva orçamentária para contratação de projetos, reparos e obras no plano de engenharia 2014-2015. O imóvel funcional de RIP 757100019.500-5 com 137,38 m² (14,6% da área total construída de 941,45 m²), localizado no mesmo terreno do prédio sede da IRF/Guaíra, é utilizado por servidora lotada naquela unidade administrativa. No ano de 2014 não foram realizadas quaisquer reformas e/ou manutenção do referido imóvel. A unidade controla o estado de conservação de seus imóveis utilizando sistema de gestão de manutenção preventiva e corretiva fornecido por sua contratada para os serviços de manutenção predial. As informações sobre o estado de conservação dos imóveis estão registradas no sistema Edifica. Estes sistemas em

conjunto com o *SPIUnet* permite a unidade controlar adequadamente o estado de conservação de seus imóveis. É preciso reavaliar os imóveis e inserir estas informações no *SPIUnet*. A unidade não utiliza imóveis que não estejam registrados no *SPIUnet*.

UG 170163: O imóvel da União sob responsabilidade da unidade e de RIP 774500125500-5 refere-se a um terreno que está registrado como de uso da ALF/Paranaguá. Contudo, tal imóvel de fato está sendo ocupado pelo Porto de Paranaguá. Ainda houve a tentativa de regularizar a situação de discrepância junto à SPU. Em 2014, foi retirada junto à Prefeitura Municipal de Paranaguá, a reavaliação dos imóveis e, posteriormente, atualizou-se os valores no *SPIUnet*. Quando do lançamento dos valores atualizados, constatou-se que nas atualizações anteriores somente o valor dos terrenos havia sido atualizado no *SPIUnet*, o que ocasionou uma diferença de valor significativa da avaliação anterior. Os imóveis estão em plena utilização por esta UG, mesmo precisando de reparos significativos no telhado do prédio histórico (RIP 774500136500-5) e na parte elétrica do prédio anexo (RIP 774500135500-0), o que se pretende concretizar ainda em 2015. As despesas com manutenção dos imóveis estão contempladas no contrato de manutenção predial mantido pela ALF/PGÁ, contrato ALF/PGÁ 05/2014, e nas aquisições de materiais utilizados nos serviços de manutenção. No Prédio Anexo da ALF/Paranaguá-PR, de RIP 774500135500-0, em que está instalado o CAC, foi feita a contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços constantes do projeto de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, conforme NBR 9050 e demais normas pertinentes incluindo adaptação da rampa de acesso ao prédio, readequação dos banheiros e instalação de piso e mapa tátil. Não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. A unidade mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica, não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170169: Os imóveis da União sob responsabilidade da unidade são terrenos destinados às construções das sedes das Agências da RFB nos municípios de São José, Tubarão e Araranguá. A sede da DRF/FNS foi recebida provisoriamente em 14/01/2012. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. Ainda, a unidade mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica, não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170170: Em relação à conservação dos imóveis, a unidade mantém contratações que visam a preservação e manutenção dos imóveis próprios, os quais têm apresentado sinais de desgaste. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. Ainda, a UG mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica, não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170171: Os imóveis da União sob responsabilidades da unidade são acompanhados através do *SPIUnet*, onde estão lançados os dados dos imóveis, de forma correta e atualizada, tendo sido objeto de atualização com compatibilização contábil no Siafi no final do exercício. Está em fase de início a construção da nova sede da Delegacia e em fase final de atualização, o projeto para construção de Depósito de Mercadorias Apreendidas, eliminando-se assim, despesas de aluguel e inadequação de instalações hoje existentes. Há ainda imóvel sob responsabilidade da Delegacia na cidade de Jaraguá do Sul (terreno), que desde sua entrega para esta unidade, encontra-se ocupado por terceiro e cuja lide para reintegração está sendo conduzida pela Advocacia-Geral da União (AGU). No período, não houve nenhuma despesa relativa à manutenção dos citados imóveis. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. Ainda, a unidade mantém todos seus registros atualizados nos sistemas *SPIUnet* e Edifica, não havendo imóvel fora do patrimônio da União.

UG 170314: O imóvel de RIP 8291000165000 é um terreno, sem área construída, situado na Rua XV de Novembro, S/N – Rio do Sul/SC, recebido da União em 2012, tem como objetivo a construção/instalação da Agência da RFB no município, conforme estabelece o Plano de Engenharia 2015/2016. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade. O controle e gestão do patrimônio são feitos, sobretudo, pelo uso do *SPIUnet*, o qual atende perfeitamente a necessidade.

UG 170342: Em relação ao *SPIUnet* faltou atualização da avaliação dos imóveis em 2014, por exigir contratação de empresa avaliadora fora da RFB. Foi tentado contato com o Secretaria de Patrimônio da União (SPU), mas não houve sucesso na solicitação. A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis está se mantendo em dia e devidamente atualizada. Observa-se a não existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. Não há ocupação irregular de imóveis funcionais e sua representatividade frente ao todo. Não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade.

UG 170343: A unidade não apresenta bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. Os sistemas utilizados para o controle de imobilizados são adequados para o controle das necessidades. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade.

UG 170389: A unidade não possui bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. O imóvel da União de RIP 8319.00022.500-6 está em plena utilização pela unidade. O valor lançado na coluna “Manutenção” refere-se aos valores pagos relativos a pequenos reparos realizados no prédio. Em virtude da restrição orçamentária imposta à RFB no exercício 2014, a unidade está sem contrato de manutenção predial. A unidade não possui imóvel funcional sob sua responsabilidade. De modo semelhante, não há cessão de espaço físico em imóvel da União sob sua responsabilidade.

8.3 - Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE JURISDICIONADA		
	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	
BRASIL	PARANÁ	18	18
	Curitiba	7	7
	Iporã	1	1
	Cornélio Procópio	1	1
	Arapongas	1	1
	São José dos Pinhais	1	1
	Guarapuava	1	1
	Ibaiti	1	1
	Irati	1	1
	União da Vitória	1	1
	Umuarama	1	1
	Ivaiporã	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
	SANTA CATARINA	24	24
	São José	1	1
	Tubarão	1	1
	Criciúma	1	1
	Araranguá	1	1
	Videira	1	1
	Caçador	1	1
	Concórdia	1	1
	Chapecó	1	1
	Xanxaré	1	1
	São Miguel d'Oeste	1	1
	Joaçaba	2	2
	Joinville	2	2
	Jaraguá do Sul	1	1
	Canoinhas	1	1
	Mafra	1	1
	São Bento do Sul	1	1
	Blumenau	1	1
	Brusque	1	1
	Gaspar	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Timbó	1	1
	Lages	1	1
Subtotal Brasil		42	
EXTERIOR	PAÍS 1	0	
Subtotal Exterior		0	
Total (Brasil + Exterior)		42	

Fonte: processos de contratação e SPIUnet.

Análise Crítica

UG 170156: A Unidade mantém apenas um contrato de locação de imóvel situado na rua João Negrão, nº 246, 3º andar, Curitiba/PR, justificada pelo espaço oferecido pela SAMF no Edifício Sede do Ministério da Fazenda ser insuficiente para alocar todos os servidores lotados na SRRF09. Convém registrar que a unidade mantém com a Infraero um termo de cessão onerosa de uso de área para abrigar a DIOAR e as aeronaves de asas rotativas da RFB. Cuida-se de instrumento jurídico ao

qual não se aplicam as disposições da Lei de Locações, mas o presente registro faz-se aqui necessário devido à circunstância de o imóvel constar no *SPIUnet* da unidade.

UG 170157: A unidade planeja a construção de uma Agência Modelo da RFB para o município de Iporã, conforme plano de engenharia 2014/2015/2016. Ocorrendo a construção dessa Agência, todas as unidades da DRF/Cascavel terão sede próprias. A manutenção da sede locada de Iporã está abrangida pelo contrato de manutenção predial da DRF/Cascavel, contrato 06/2014.

UG 170158: Atualmente, a unidade não tem necessidade de locação de outros imóveis, no entanto cabe ressaltar a necessidade de construção de um imóvel único com área suficiente para abrigar todos serviços da Delegacia que se encontra dispersa, instalada em diversos imóveis, dificultando a gestão e gerando gastos com o transporte e a logística de materiais. Aos gastos com a manutenção dos imóveis é dispensado o tratamento previsto na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, ficando as manutenções - como pintura externa, manutenção de telhado e parte estrutural dos imóveis - a cargo dos proprietários e as demais, decorrentes do uso, realizadas pela unidade.

UG 170159: O imóvel locado, onde está instalada a ARF/Cornélio Procópio, encontra-se em ótimo estado de conservação e localização e oferece condições de atendimento pleno ao contribuinte. O imóvel locado onde está instalada a ARF/Arapongas, encontra-se em bom estado de conservação e ótima localização, porém o salão não oferece condições para um atendimento de excelência ao contribuinte, tendo em vista não possuir sanitários de fácil acesso para o público. Nos contratos de locação referentes aos imóveis acima, os gastos com reformas, transformações, manutenções, estão a cargo do locador conforme a Lei 8.245/1991 (Lei de locações).

UG 170160: a necessidade de locação nos municípios de Guarapuava, Ibaiti, Irati e União da Vitória dá-se pelo fato da União não ter imóvel próprio nas cidades onde a RFB optou em instalar as agências jurisdicionadas à unidade. Todos os contratos de locação têm como padrão não custear reformas ou transformações do imóvel. Se futuramente houver alguma necessidade de adaptação, o proprietário do imóvel deve arcar com esta despesa de forma direta, inclusive na contratação dos serviços e matérias necessários. Somente a manutenção de uso é de responsabilidade da unidade.

UG 170161: Imóveis são locados devido ao custo de investimento em imóveis próprios e posicionamento central nas cidades. Em Umuarama há negociação com a Prefeitura para cessão de terreno para construção.

UG 170162: O imóvel relacionado é um terreno localizado na Rua Paulo Pontes, 700, Foz do Iguaçu/PR, de propriedade da empresa ANP Investimentos e Participações Ltda., CNPJ nº 08.547.141/0001-30, com a qual foi firmado o contrato 2010CT008. O terreno possui área de 12.273,94 m², fechada por muros, com guarita e portão de acesso para entrada/saída de veículos conduzidos por guinchos/plataformas. O terreno destina-se à guarda de veículos apreendidos pela DRF/Foz do Iguaçu. A União é proprietária de outro terreno na cidade, que é utilizado para a custódia dos veículos, porém o espaço não é suficiente, em virtude do volume elevado de apreensões de veículos utilizados em ações de contrabando e descaminho. A unidade não realizou gastos com reformas, transformações ou manutenções do imóvel locado.

UG 170169: A locação de imóveis nos Municípios de São José, Tubarão, Criciúma e Araranguá é necessária para a DRF/Florianópolis, pois, a despeito de nestas localidades existirem imóveis próprios, todos são terrenos não edificados.

UG 170170: Considerando que a jurisdição da DRF/Joaçaba possui prédios próprios apenas para sua sede (DRF/Joaçaba) IRF/Dionísio Cerqueira, a locação de imóveis é recurso imprescindível para manutenção das unidades de atendimento ao contribuinte nos municípios de Videira, Caçador,

Concórdia, Chapecó, Xanxerê, São Miguel d'oeste e Joaçaba, bem como o armazenamento de mercadorias e veículos apreendidos.

UG 170171: A unidade, por falta de imóveis próprios precisa manter prédios alugados para atendimento de suas atividades essenciais. Assim, todas as unidades locais – Agências da RFB em Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra e Canoinhas – e o Depósito de Mercadorias Apreendidas, sempre funcionaram em imóveis alugados, sendo que nessas unidades não houve modificações no ano de 2013. A sede da Delegacia anteriormente ocupava várias salas alugadas e um edifício sede, próprio da União. Por conta de ação judicial trabalhista relativa a empregados do antigo proprietário daquele edifício transitada em julgado, que culminou na realização de leilão público, com consequente arrematação do imóvel - faltando apenas a efetiva posse do arrematante – foi gerada uma grave insegurança institucional, levando a unidade a procurar imóvel compatível com suas atividades e resguardadas a economicidade e a atenção a aspectos legais instituídos. Definido o objeto, a contratação iniciou-se oficialmente (efeitos financeiros) a partir da efetiva disponibilização do edifício para instalação e ocupação, em junho de 2013. As despesas totais no novo edifício em relação a aluguel alcançam R\$ 59.000,00, porém, como havia áreas já alugadas anteriormente para instalação de diversas áreas da Delegacia, a despesa efetiva com locação aumentou apenas R\$ 40.223,00 mensais, a partir de junho. Deve-se, ainda, reavaliar este valor, considerando as reduções de despesas com locação de central telefônica (hoje opera-se equipamento próprio) em R\$ 2.718,75, energia elétrica com a despesa reduzida em aproximadamente R\$ 4.000,00 mensais (referência dezembro), serviços de água/esgoto, despesa reduzida em média em R\$ 400,00. Somando-se estas vantagens obtidas no novo endereço, pode-se considerar que houve acréscimo de R\$ 33.104,25 mensais com o aluguel do novo edifício. Pela racionalização administrativa e busca de excelência no atendimento à sociedade, a concentração de todas as atividades em um único edifício - ao contrário dos três endereços anteriormente utilizados - trouxe agilidade, economicidade e muito mais coerência administrativa, além de facilitar sobremaneira o atendimento ao público , evitando que o contribuinte precise se deslocar pela cidade em busca dos diversos serviços prestados pela RFB. Por fim, importante destacar que se busca incessantemente a implementação da licitação relativa à obra de construção da sede própria da unidade – com verba já aprovada, prevista para ter início ainda no primeiro semestre do exercício 2014. O Depósito de Mercadorias Apreendidas, por sua vez, já tem terreno disponibilizado para construção de sede própria e anteprojeto elaborado, carente ainda de dotação orçamentária, atualização do projeto e autorização para licitação, o que se pretende tenha início no decorrer do exercício 2014. As unidades locais recebem especial atenção da administração, com busca por terrenos disponíveis para construção, pretendendo-se que ainda no exercício 2014 se tenha ao menos dois imóveis que permitam realização de projetos de construção naquelas localidades, eliminando-se assim despesas com locação de imóveis.

UG 170314: Existe a necessidade ampliação da área onde hoje está estabelecida a sede da DRF/Blumenau para melhor distribuição espacial dos servidores e da área de atendimento. Houve a negociação exitosa para a ampliação da área interna pelo locador. O proprietário está aguardando autorização do poder executivo municipal para início das obras. Caso a autorização seja indeferida, daremos início ao processo para a locação de um novo imóvel com maior área interna e que venha ao encontro com as necessidades da unidade.

UG 170315: a locação justifica-se pela inexistência, no município, de imóvel de propriedade da União, com as características de tamanho e localização necessárias para servir de sede administrativa e de Depósito de Mercadorias Apreendidas para a DRF/Lages. São iniciativas estratégicas da unidade a obtenção de terreno e a construção da sede própria, nos padrões estabelecidos pela RFB.

UG 170343: A unidade possui 02 imóveis locados de terceiros, um onde está estabelecida a sede da IRF/Curitiba e outro imóvel onde funciona o PVA (Pátio de Veículos Apreendidos), imóveis esses

alugados por não haver disponibilidade de imóveis próprios onde possam funcionar a sede ou o depósito de veículos. O imóvel próprio onde funciona o Depósito de Mercadorias apreendidas não suporta tais instalações. Futuramente espera-se que a sede da IRF/Curitiba passe a ocupar as novas instalações a serem construídas pela SRRF09, terreno já existente no bairro Parolin, além de estar prevista a compra de um terreno ao redor de Curitiba que possa ser utilizado como pátio de veículos apreendidos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

Quadro 26 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
20/2013	Locação de 50 copiadoras impressoras	18/06/13 a 17/06/15	07.497.789/0001-94	PRINTMAX COMÉRCIO DE CARTUCHOS E TONER EIRELI-EPP	R\$ 594.995,00 (24 meses)	R\$ 164.045,53

Fonte: processo de contratação.

As necessidades de desenvolvimento são gerenciadas pelo órgão central e serão tratadas no relatório de gestão do órgão central.

Em relação ao sistema computacional oferecido através do contrato SRRF09 20/2013, bem como suas funções, trata-se da locação de equipamentos novos, sem uso, não contendo partes e peças recondicionadas, remanufaturadas ou reinustrializadas que têm por funções múltiplas a cópia, impressão, escanerização (*laser* ou *led*) monocromáticas de documentos.

São caracterizados por suportar os sistemas *Windows 2000/XP/Server2003/2008/Vista/7/Linux*, rodáveis em processador com mínimo de 600Mhz e interface de rede 10Base T/100 TX e USB 2.0.

Admitem a comunicação através dos protocolos TCP/IP, IPV4, IPV6, IPX/SPX (*Netware*), produzem arquivos nos formatos PDF, TIF e JPEG e encaminham documento trabalhado para o e-mail funcional do usuário.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 27 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X (*)	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X (**)	
3	As contratações realizadas pela Unidade Jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X (***)	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X (***)	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	X http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/acoess_programas/acoes_programas.htm	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	X http://intraspoa.fazenda/spoa/faz-melhor.php	

Considerações Gerais

Esclarecimentos sobre a forma de obtenção das respostas: A SRRF09 é formada por 17 Unidades Gestoras (UG), distribuídas nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Para responder aos quesitos deste quadro, foi consultada cada uma das 17 unidades gestoras, que os responderam individualmente, através do setor competente, em regra, de licitações e contratos. Já para a consolidação das respostas, uma vez que se apresenta a obrigatoriedade de um único quadro para toda a Região Fiscal, e não apenas a SRRF09, foi utilizado o método “moda”, que consiste na indicação do valor (ou nota) observado com mais frequência entre as respostas informadas pelas unidades consultadas.

(*) As unidades gestoras da 9ª Região Fiscal administradas pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF) participam do A3P.

(**) Há unidades gestoras na 9ª Região Fiscal que ocupam prédios administrados pela SAMF, a quem compete a tarefa de separar resíduos recicláveis descartados, bem como dar a destinação a associações e cooperativas de catadores. Nos demais casos, as unidades gestoras adotam tal prática de sustentabilidade ambiental.

(***) O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) foi constituído no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA), da Secretaria da Receita Federal (RFB), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Escola de Administração Fazendária (ESAF), tendo sido observadas as diretrizes norteadoras contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 2012. Foi elaborado pela Comissão Gestora de PLS, constituída por meio da Portaria MF nº 140, de 4 de julho de 2013, de cujo núcleo integrou representante do órgão central da RFB. No entanto, o PLS não possui desdobramento formal na 9ª Região Fiscal.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem apresentado no Item 11, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013 como “**Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU**” não será apresentado no relatório de gestão da SRRF09, pois esta unidade jurisdicionada não foi destinatária de deliberações do TCU e não possui situações de deliberações do TCU que permaneçam pendentes de atendimento.

O subitem apresentado no Item 11, Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013 como “**Quadro A.11.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento do Exercício**” - não serão apresentados, pois a SRRF09 não possui recomendações do órgão de controle interno pendente de atendimento no exercício.

O subitem “**Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária**” (Parte B da DN/TCU nº 143/2015) não será apresentado, pois não aplicável à unidade jurisdicionada e constará apenas no relatório de gestão do órgão central.

11.1 - Tratamento de Recomendações do OCI

11.1.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 28 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa		Código SIORG			
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09		003165			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	201305850	1.2.1.1	Ofício CGU/PR 19.324/2013		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09		003165			
Descrição da Recomendação					
“Recomenda-se à SRRF/09RF que passe a adotar os critérios de sustentabilidade ambiental definidos na IN/SLTI nº 01/2010, de forma expressa em seus processos licitatórios, quando aplicáveis, especificando objetivamente tanto no corpo do edital quanto nos termos de referência dos pregões a adoção destes critérios, inclusive como forma de classificação das empresas, quando for o caso.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
Divisão de Programação e Logística		005254			
Síntese da Providência Adotada					
Nos preâmbulos dos editais de pregões eletrônicos em que aplicável, foi inserida, de forma expressa, a IN/SLTI nº 01/2010, normativa que passa a compor o conjunto de normas jurídicas regente dos certames. E, nos Termos de Referência dos citados Atos Convocatórios, a indicação expressa dos critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN/SLTI nº 01/2010, consta do seu item nº 6, denominado de “Critérios Ambientais Adotados”. Os editais têm por objeto a contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia, visando à revisão e adaptação de anteprojetos e a elaboração de projeto básico, incluindo o projeto legal e complementares de engenharia das Agências da Receita Federal do Brasil nos Municípios de União da Vitória, Pato Branco, Araranguá e Tubarão, respectivamente.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os instrumentos de contrato originados dos pregões citados encontram-se em fase de execução, não havendo resultados a serem descritos até o momento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor					
Não há fatores negativos que prejudicaram a adoção das providências, mas, tão-somente, fatores positivos que consistem no cumprimento das exigências legais, em especial, da IN/SLTI nº 01/2010.					

Quadro 28 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09			003165
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201315532	1.1.1.1	Ordem de Serviço 201315532
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09			003165
Descrição da Recomendação			
“Recomenda-se que a SRRF adote providências no sentido da regularização dos fatos apontados, quais sejam: que os servidores apontados no presente relatório apresentem justificativas pelo exercício ou não de cargo de administração e/ou como contadores nas empresas anteriormente mencionadas, a fim de que a situação seja regularizada, adequando-se aos normativos vigentes sobre a matéria. Caso a situação persista, adote providências cabíveis junto ao Escritório de Corregedoria na 9ª Região Fiscal.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Escritório de Corregedoria da RFB na 9ª Região Fiscal			
Síntese da Providência Adotada			
Por força do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, a investigação, processamento e julgamento de notícias de infrações disciplinares compete à Corregedoria da Receita Federal do Brasil (COGER), situada em Brasília e que, a fim de se fazer presente em todo país, possui projeções – denominadas de “Escritórios” - em cada uma das Regiões fiscais. Tais Escritórios, na estrutura hierárquica da RFB, são vinculados à COGER e sobre eles a SRRF09 não possui qualquer ingerência. Assim, recebida a recomendação acima descrita, coube à SRRF09 encaminhá-la na íntegra para o Escritório de Corregedoria da RFB na 9ª Região Fiscal para providências que lhe competem privativamente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Resposta prejudicada, dada ausência de atribuição da SRRF09 em implementar a recomendação expedida pela CGU/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			
Resposta prejudicada, dada ausência de atribuição da SRRF09 em implementar a recomendação expedida pela CGU/PR.			

11.2 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

11.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não foi utilizado o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da Declaração de Bens e Rendimento (DBR) não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de gestão de pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

9ª Região Fiscal

Pendências de entrega da DBR		
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Total
9	DRF/FNS/SC	0
	SRRF/9RF	0
Total		0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

Notas explicativas

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG.

Atualmente todos os 2.321 servidores da 9ª Região Fiscal (100,00% do corpo funcional) estão com os registros atualizados.

11.2.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso à declaração de imposto de renda de pessoa física (DIRPF), todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de gestão de pessoas, que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente, a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de gestão de pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.3 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Quadro 29 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais								
	Não instauradas			Instauradas					
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Arquivamento		Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*		
20	14	0	6	0	0	0	0	0	0

(*) Os 6 (seis) eventos registrados na coluna “Outros Casos” foram investigados em sindicância, da qual não resultou reconhecimento de responsabilidade de servidor.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis
(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

O subitem apresentado no Item 12, Parte A – Conteúdos Gerais, Anexo II da DN TCU nº 134/2013 como “**12.2. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas**” não será apresentado, pois não aplicável à unidade jurisdicionada e constará apenas no relatório de gestão do órgão central.

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a SRRF09 atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRF09 é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (*SPIUnet*).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no *SPIUnet* com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal (Siafi).

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A SRRF09, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRF09 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As unidades gestoras do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A RFB não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUnet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da SRRF09 ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os *softwares* representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRF09 não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela Unidade Jurisdicionada no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRF09 foi de R\$ 62.290.300,15 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no relatório de gestão das unidades centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional.

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da unidade em análise. É verificada, também, a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na RFB e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na RFB é realizada pela Divisão de Contabilidade – DITAB (UG 170379 - Seccional Contábil da RFB) e pelas Seccionais Regionais de Contabilidade (UGs: 170540, 170541, 170542, 170543, 170544, 170545, 170546, 170547, 170548 e 170549). A DITAB está subordinada à COFIC – Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade e à COPOL – Coordenação Geral de Programação e Logística e as Seccionais Regionais de Contabilidade estão vinculadas à sua respectiva Superintendência da Receita Federal do Brasil.

A Seccional Contábil da RFB (UG 170379) e as dez Seccionais Contábeis Regionais (UGs: 170540, 170541, 170542, 170543, 170544, 170545, 170546, 170547, 170548 e 170549) foram criadas pela Portaria SPOA nº 256/2007, que em seus artigos 1º e 2º dispõem.

“Art 1º: subdelegar competência à Ditab/COPOL para atuar como setorial de contabilidade das Unidades Centrais da RFB, bem como supervisionar as setoriais de contabilidade das SRRF.

Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

A DITAB tem competências previstas no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009 e no regimento interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e suas alterações). Dentre as competências previstas no artigo 8º do Decreto nº 6.976/2009, ressalta-se a competência de registrar a conformidade contábil, transcrita abaixo:

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;”

Além disto, o Regimento Interno da RFB, em seu artigo 171, dispõe que:

“Art. 171. À Divisão de Contabilidade – DITAB competem as atividades relacionadas à orientação dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Centrais, Delegacias de Julgamento e das Superintendências Regionais, bem assim elaborar a Tomada de Contas Anual da RFB, em articulação com a Audit e as Tomadas de Contas Extraordinárias e Especiais no âmbito das Unidades Centrais”.

Em virtude do que foi exposto anteriormente, apresenta-se a seguir a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas no âmbito da RFB.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidade Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170549- Seccional RFB 9ª RF	9ª RF	17	170156; 170157; 170158; 170159; 170160; 170161; 170162; 170163; 170169; 170170; 170171; 170172; 170314; 170315; 170342; 170343; 170389

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão			1						1				2
Total de Alertas	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
603 - Saldo Contábil do Almoxarifado do SIAFI não confere com o do SIADS	2	2	2	2	2	1	2	1	1	1	2	1	19
606 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Circulante	2	3	2	2	1	1	1	1	1		1		15
608 – Saldo Invertido/Indevido – Ativos Circulante						1					1		2
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS	6	7	7						1		1	1	23
654 – Saldo Contábil Selos de Controle não confere com Selecon	2	1	1	3	2	1	1						11
655 - Saldo cont Mercadoria Apreend. Não confere com RMMA						1							1
674 - Saldos Alongados/Indevidos em Contas Transitórias do Passivo Circulante				2							1		3
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de	1					1	1					1	4
681 – Regularização Indevida Valores Recebido GRU	1	1	1	1									4
697 – Saldo Invertido – Passivo Compensado				1									1
Total de Ressalvas	14	14	13	11	6	6	4	3	2	2	6	2	83
Total	14	14	14	11	6	6	4	3	3	2	6	2	85

d) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Ocorrência 640 - Saldo contábil de Bens Móveis não confere com relatório RMB – refere-se à diferença no saldo da conta 14212.33.00 [equipamentos para áudio, vídeo e fotografia da UG 170156 (SRRF09)] entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema de Administração e Serviços (Siads). A diferença se deve ao pagamento efetuado no dia 31/12/2014, às 17h41min e após o encerramento do expediente, que foi às 12h. Desde novembro de 2014 o recurso financeiro para esse pagamento já havia sido solicitado à STN. Porém, o repasse ocorreu somente no dia 31/12/2014 e após expediente normal (próximo das 18h). Devido ao horário fora do expediente, não foi possível acessar o sistema Siads para dar entrada no bem. O que foi efetuado posteriormente só que o mês de dezembro já estava fechado no sistema.

Ocorrência 603 - Saldo Contábil do Almoxarifado do SIAFI não confere com RMA – refere-se à diferença existente na conta 11318.01.00 – materiais de consumo na UG 170162 (Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu) entre os valores registrados nas contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema de Administração e Serviços (Siads). A inconsistência surgiu em maio de 2010 e permanece desde a implantação do Siads, sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das unidades gestoras do Ministério da Fazenda. A regularização depende de ajustes técnicos no Siads, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública que desenvolveu o Siads. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela setorial de contabilidade da 9ª Região Fiscal.

12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada

12.3.1 - Declaração com Ressalva

Quadro 30 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UNIDADE JURISDICIONADA)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal da 9ª RF	170156

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o relatório de gestão, EXCETO no tocante a:

1) UG 170156 – Superintendência Regional Receita Federal 9ª RF

Conta 14212.33.00 – Equipamentos para Áudio, vídeo e fotografia.

Ocorrência 640 - Saldo contábil de Bens Móveis não confere com relatório RMB

Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 – Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio Do Ministério da Fazenda – MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 – Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

Providencias da Setorial de Contabilidade: A diferença se deve ao pagamento efetuado no dia 31/12/2014, às 17h41min e após o encerramento do expediente que foi às 12h. Desde novembro/2014 o recurso financeiro para esse pagamento já havia sido solicitado a STN. Porém o repasse ocorreu somente no dia 31/12/2014 e após expediente normal (próximo das 18h). Devido ao horário fora do expediente não foi possível acessar o sistema Siads para dar entrada no bem. O que foi efetuado posteriormente só que o mês de dezembro já estava fechado no sistema.

2) UG 170162 – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu

Conta 11318.01.00 – Materiais de Consumo

Ocorrência 603 - Saldo contábil do almoxarifado não confere com o relatório RMA.

Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 – Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda – MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 – Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. Após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, a situação foi encaminhada aos administradores do Siads e ao Serpro para análise. A inconsistência surgiu em maio de 2010 e permanece, praticamente, desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis da unidades gestoras do Ministério da Fazenda, o Siads (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no Soads, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa pública que desenvolveu o Siads. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela setorial de contabilidade da 9ª Região Fiscal.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Curitiba - PR	Data	05/03/2015
Contador Responsável	Vera Cristina Bertó	CRC nº	038077/0-9

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9^a REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ
(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

A unidade não tem outras informações consideradas relevantes a prestar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao seu território jurisdicionado, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal (SRRF09) compreende os estados do Paraná e de Santa Catarina. O estado do Paraná é formado por 399 municípios, com área territorial de 199.307,922 km², e o estado de Santa Catarina é composto por 295 municípios, com área territorial de 95.736,165 km². A sede da SRRF09 está instalada em Curitiba, no edifício-sede do Ministério da Fazenda no Paraná. Para o atendimento e desenvolvimento de suas atividades institucionais no território jurisdicionado, a SRRF09 conta com 16 unidades locais, entre Delegacias, Inspetorias Especiais e Alfândegas.

A Receita Federal do Brasil tem por missão “exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

O cumprimento desta missão é marcado pela dedicação dos servidores da 9ª Região Fiscal, pautando as suas ações em princípios morais e éticos e apresentando para a sociedade os valores da instituição: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade, profissionalismo e transparência.

Dentre as inúmeras realizações e características da 9ª Região Fiscal, em 2014, merecem destaque complementar:

- Trabalho focado no alcance das metas propostas e no aperfeiçoamento constante da sua atuação, através do planejamento estratégico de suas ações.
- Desenvolvimento de projetos estratégicos regionais, como forma de obter resultados pontuais e específicos.
- Adoção de um modelo de acompanhamento permanente de maiores contribuintes.
- O desembaraço de 90% das encomendas postais internacionais que chegam ao Brasil é realizado no recinto de remessas postais internacionais em Curitiba, atingindo em 2014 o número de 19,5 milhões, o que representa um crescimento de 15,6% em relação ao ano anterior.
- Maior porto graneleiro da América Latina (Paranaguá) e maior porto seco da América Latina (Foz do Iguaçu).
- Em razão da forte atuação para o combate aos crimes de contrabando e descaminho na região de fronteira seca do Brasil com o Paraguai, Argentina e Uruguai, a Divisão de Operações Aéreas da RFB tem suas instalações sediadas em Curitiba, no primeiro hangar da Aduana Brasileira, localizado no Aeroporto do Bacacheri. Dois helicópteros Eurocopter EC-135 compõem, hoje, a frota da RFB. Ambos os helicópteros foram configurados com sistema imageador, farol de busca, radar meteorológico e de busca oceânica, modernos sistemas de navegação e estabilização da aeronave, situando a RFB no mesmo patamar de outras administrações aduaneiras, como a Espanha, Itália, França e Austrália.
- Os valores executados a título de despesas de custeio da SRRF09 atingiram a ordem de 74,179 milhões de reais, segundo maior valor da RFB.
- A RFB atualmente é considerada referência mundial nos assuntos referentes à administração tributária, com enfoque nas modernas ferramentas tecnológicas que utiliza em benefício dos contribuintes, do aprimoramento do trabalho de fiscalização e arrecadação e no cumprimento da missão institucional. Neste aspecto, em 2014 a 9ª Região Fiscal receptionou 7,037 milhões de declarações de pessoas físicas e jurídicas, que prestaram informações a que estavam obrigados perante a RFB.

Cabe também ressaltar que as atividades desenvolvidas pela SRRF09, de acordo com a missão institucional da RFB, resultaram em impactos sociais e econômicos positivos, quais sejam:

- A redução da sonegação de impostos e contribuições federais, consequência das ações de presença fiscal e das fiscalizações realizadas, o que possibilitou um incremento na arrecadação.
- A defesa da política macroeconômica e o combate à sonegação dos impostos, ao contrabando e ao descaminho, ações estas exercidas pela fiscalização aduaneira e pelo trabalho de repressão aduaneira.

Diante dos resultados apresentados neste Relatório de Gestão, é perceptível a importância da RFB, articulada às suas unidades descentralizadas, no cumprimento de sua função de ente arrecadador, possibilitando o ingresso de recursos nos cofres da União, bem como orientando o contribuinte na execução das obrigações tributárias, fiscalizando e combatendo os ilícitos tributários, com vistas à justiça fiscal.

ANEXOS E APÊNDICES

O Relatório de Gestão da unidade não possui anexos ou apêndices.